

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PAULO MARCELO CARVALHO HOLANDA

Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação
nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

2020

PAULO MARCELO CARVALHO HOLANDA

Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação
nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção de grau do título de mestre.

Área de concentração: Ciência da Informação
Linha de Pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento

Orientadora: Dra. Cíntia de Azevedo Lourenço

Belo Horizonte

2020

H722p

Holanda, Paulo Marcelo Carvalho.

Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais / Paulo Marcelo Carvalho Holanda. - 2020.

1 recurso online (246 f. : il., gráf., color.) : pdf.

Orientadora: Cíntia de Azevedo Lourenço

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 231-241.

Apêndices: f. 242-246.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Catalogação – Teses. 3. Catalogação descritiva – Regras – Teses. 4. Anglo American Cataloguing Rules – Teses. 5. Resource description & access – Teses. I. Título. II. Lourenço, Cíntia de Azevedo. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 025.31

Ficha catalográfica: Rosimeire Silva Campos de Lima CRB:6/3145

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais

PAULO MARCELO CARVALHO HOLANDA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 29 de maio de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cintia de Azevedo Lourenço (Orientadora)
ECI/UFMG [por videoconferência]

Prof(a). Célia da Consolação Dias
ECI/UFMG [por videoconferência]

Prof(a). Zaira Regina Zafalon
UFSCAR [por videoconferência]

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette
ECI/UFMG [por videoconferência]

Belo Horizonte, 29 de maio de 2020.



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO **PAULO MARCELO CARVALHO HOLANDA**

Realizou-se, no dia 29 de maio de 2020, às 14:00 horas, Videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais*, apresentada por PAULO MARCELO CARVALHO HOLANDA [por videoconferência], número de registro 2018668492, graduado no curso de BIBLIOTECONOMIA/DIURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço - ECI/UFMG [por videoconferência] (Orientadora), Prof(a). Célia da Consolação Dias - ECI/UFMG [por videoconferência], Prof(a). Zaira Regina Zafalon - UFSCAR [por videoconferência], Prof(a). Elisângela Cristina Aganette - ECI/UFMG [por videoconferência].

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 29 de maio de 2020.

Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço

Prof(a). Célia da Consolação Dias

Prof(a). Zaira Regina Zafalon

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette

Dedico este trabalho a minha mãe Lucimeire e ao meu pai Josafá, que são minhas fontes de inspiração, motivação e amor. Dedico também aos meus irmãos Gabi, Daniel e Dudu pelo apoio e incentivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade e por dar-me saúde, força e resiliência para realizar mais esta conquista.

Agradeço, imensamente, a minha orientadora, professora Doutora Cíntia de Azevedo Lourenço, por acolher-me como orientando, por me indicar opções de caminho a seguir, pelas orientações, pela paciência, pelo apoio, pela confiança na construção deste estudo e pelo conhecimento repassado.

Agradeço as professoras membros da banca pelas valiosas e importantes contribuições nesta pesquisa: Dra. Zaira Regina Zafalon, Dra. Célia Dias da Consolação e Dra. Elisângela Cristina Aganette.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC). Principalmente as professoras doutoras: Beatriz Valadares Cendón, Benildes Maculan e Gêrcina Angela de Lima pelas disciplinas ministradas.

Aos coordenadores do PPGGOC, as secretárias do mesmo Programa de Pós-Graduação, os funcionários da ECI e os profissionais da biblioteca Prof.^a Etelvina Lima.

Aos colegas de mestrado pelo companheirismo, ajuda e colaboração, em especial ao colega Jorge Santa Ana e a colega Keila Rosado.

Agradeço, de coração, aos bibliotecários catalogadores do Sistema de Bibliotecas da UFMG, pela disponibilidade, e pela grande contribuição neste estudo.

A minha família pelo apoio e incentivo nesta trajetória.

E, finalmente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, como instrumento básico de apoio aos programas de pós-graduação stricto sensu em prol da excelência acadêmica.

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José de Alencar

RESUMO

As recentes tecnologias da informação e comunicação (TIC's) trouxeram alterações nos ambientes informacionais que contribuíram para o aparecimento de novos tipos de documentos, formatos, suportes, conteúdos e novas formas de acesso à informação e com isso uma nova maneira de se registrar recursos. Dessa maneira, surge uma nova norma de catalogação que substituirá o AACR2, a RDA que é uma realidade já utilizada por várias bibliotecas de outros países. Para sua implementação é necessário que os catalogadores que trabalham na linha de frente dos registros de informação, entendam as mudanças advindas da RDA, sua estrutura, foco, escopo, instruções e sua relação as AACR2 e ao formato MARC 21, para depois aplicar a norma RDA na sua rotina técnica de trabalho, para então adotá-la. Frente a esse cenário surge a pergunta: como os catalogadores das unidades de bibliotecas da UFMG percebem a norma RDA na atualidade? Este estudo tem por objetivo investigar a atual realidade de percepção dos catalogadores dos Setores de processamento técnicos das unidades de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais em face à nova da norma de catalogação, bem como, a visão geral da norma, sua compreensão das mudanças nas instruções para descrição de dados dos recursos, seu contexto internacional, sua conscientização das estratégias para preparar a implementação da RDA, a familiaridade com os tópicos da RDA e os modelos que a compõe. A metodologia tem características exploratórias e descritivas enquanto a abordagem apresenta aspectos de métodos mistos, os quais são uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativas e quantitativas. Utilizou-se como técnica de coleta de dados as entrevistas (semiestruturada) em torno de quatro blocos temáticos: 1. Impressão geral da norma RDA; 2. Tópicos de mudança da RDA; 3. Preparação para a implementação da RDA e 4. Preferências de tópicos para treinamento. Já para análise dos dados, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo para explicitação e sistematização do conteúdo coletado, sendo que para interpretação e discussão dos dados aplicou-se a técnica de categorização. Os resultados apontam maior compreensão das questões de impressão geral da RDA e menor familiaridade dos catalogadores com os tópicos de mudanças e com a preparação para implementar a RDA. O estudo apresenta alguns passos necessários para uma boa implementação da RDA que poderão ser aplicadas pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG e por outras bibliotecas. Conclui-se que há uma necessidade de aprendizagem continuada acerca das mudanças e características que compõem a RDA, principalmente a de demonstração prática do seu funcionamento, bem como práticas de treinamentos que reafirmem a conscientização para conhecimento da norma, imprescindível para a sua implementação.

Palavras-chaves: Catalogação. FRBR. FRAD. RDA. Implementação da RDA

ABSTRACT

The recent information and communication technologies (ICTs) brought changes in the information environments that contributed to the appearance of new types of documents, formats, supports, content and new ways of accessing information and, with that, a new way of registering resources. In this way, the new cataloging standard appears that will replace AACR2, the RDA, which is a reality already used by several libraries in other countries. For the implementation, it is necessary that the catalogers that work in the front line of the information record, understand the changes coming from the GDR, its structure, focus, scope, instructions and its relation to AACR2 and the MARC 21 format, to later apply the standard RDA in its technical work routine, to then adopt it. Faced with this scenario, the question arises: how do the catalogers of the UFMG library units perceive the RDA standard today? This study aims to understand the current reality of perception of the catalogers of the technical processing Sectors of the library units of the Federal University of Minas Gerais in the face of the new cataloging standard, as well as the general view of the standard, their understanding of changes in the instructions for describing the resource data, its international context, its awareness of the strategies for preparing the implementation of the RDA, the familiarity with the topics of the RDA and the models that compose it. The methodology has exploratory and descriptive characteristics while the approach presents aspects of mixed methods, which are an investigation approach that combines or associates qualitative and quantitative forms. Interviews (semi-structured) around four thematic blocks were used as a data collection technique: 1. General impression of the RDA standard; 2. Topics of change in the RDA; 3. Preparation for the implementation of the RDA and 4. Preferences of topics for training and data analysis, the content analysis methodology for the explanation and systematization of the collected content, and for data interpretation and discussion, the categorization. The results point to a greater understanding of the general impression issues of the RDA and less familiarity of the catalogers with the topics of change and with the preparation for the implementation of the RDA. The study presents some necessary steps for a good implementation of the RDA that can be applied by UFMG libraries and other libraries. It is concluded that the need to learn about the changes and characteristics that make up the RDA, mainly the practical demonstration of its operation, as well as training practices that reaffirm awareness for knowledge of the standard is essential for its implementation.

Keywords: Cataloging. FRBR. FRAD. RDA. RDA Implementation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Breve histórico da catalogação.....	40
FIGURA 2 – Entidades e relações primárias do grupo1.....	44
FIGURA 3 – Entidades do grupo 2 relacionadas com o grupo 1	47
FIGURA 4 – Relacionamentos entre as entidades do grupo 3.....	48
FIGURA 5 – Fundamentos básicos para o modelo conceitual FRAD.....	50
FIGURA 6 – Modelo conceitual FRSAD.....	53
FIGURA 7 – Relação do FRSAD com o FRBR e FRAD)	53
FIGURA 8 – Página de acesso ao RDA Toolkit.....	77
FIGURA 9 – Página do RDA Toolkit para assinatura gratuita.....	78
FIGURA 10 – Sumário RDA no RDA Toolkit.....	79
FIGURA 11 – Guia Tools e conteúdo.....	80
FIGURA 12 – Conteúdo do Element set View.....	81
FIGURA 13 – RDA Mappings.....	81
FIGURA 14 – Criação de fluxo de trabalho.....	82
FIGURA 15 – ERD.....	83
FIGURA 16 – Schemas (Archival).....	83
FIGURA 17 – Guia de Recursos adicionais.....	84
FIGURA 18 – Documentos AACR2.....	85
FIGURA 19 – Representação gráfica do modelo BIBFRAME 1.0	99
FIGURA 20 – Representação gráfica do modelo BIBFRAME.....	100
FIGURA 21 – Representação gráfica do modelo BIBFRAME 2.0.....	101
FIGURA 22 – Organograma da BU/SB da UFMG.....	130
FIGURA 23 – Procedimentos metodológicos.....	141
FIGURA 24 – Passos para a implementação da RDA.....	228

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Exemplo de escala Likert	136
TABELA 2 – Exerce apenas a função de catalogador	146
TABELA 3 – Categorias de impressão inicial da norma RDA	149
TABELA 4 – Percepção da substituição do AACR2 pela RDA, projeção digital e escopo	154
TABELA 5 – Percepção dos modelos conceituais FRBR moldam a RDA	158
TABELA 6 – Percepção de adequação da RDA a vários esquemas de codificação	162
TABELA 7 – Percepção da RDA ser uma norma para descrição de todos tipos de recurso	166
TABELA 8 – Percepção das mudanças nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA	169
TABELA 9 – Percepção dos elementos essenciais da RDA	174
TABELA 10 – Percepção da Transcrição RDA <i>versus</i> registro AACR2	177
TABELA 11 – Percepção das abreviações e terminologias na RDA	180
TABELA 12 – Percepção da regra de três no AACR2R para a RDA	185
TABELA 13 – Percepção sobre o campo 264 proposto pela RDA	188
TABELA 14 – Percepção dos designadores de relacionamento.....	191
TABELA 15 – Percepção da mudança do DGM pelos três elementos da RDA	194
TABELA 16 – Percepção sobre pretensão ou preparação para implementação da RDA	199
TABELA 17 – Percepção de grupos de discussão da RDA	204
TABELA 18 – Percepção sobre exemplos de fontes com a RDA	207
TABELA 19 – Percepção sobre mudanças no software para adequar a RDA	210
TABELA 20 – Percepção sobre a ferramenta RDA toolkit	214
TABELA 21 – Percepção sobre equipe envolvida na implementação da RDA	217

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Esboço do referencial teórico do estudo	26
QUADRO 2 – ISBD's por tipo de material e suporte	35
QUADRO 3 – Áreas da descrição bibliográfica da ISBD consolidada	36
QUADRO 4 – Encontro de especialistas - IME ICC	38
QUADRO 5 – Panorama da evolução da catalogação no Brasil	41
QUADRO 6 – Exemplos de atributos para entidades do grupo 1	45
QUADRO 7 – Tipos de relacionamentos complementares	46
QUADRO 8 – Tarefas do usuário LRM	57
QUADRO 9 – Entidades LRM	58
QUADRO 10 – Atributos do modelo LRM	60
QUADRO 11 – Princípios do PIC 2009	64
QUADRO 12 – Mapeamento RDA e FRBR	65
QUADRO 13 – Estrutura da RDA	66
QUADRO 14 – Exemplos de designadores de relacionamento	67
QUADRO 15 – Elementos essenciais da RDA	69
QUADRO 16 – Abreviaturas: exemplos de diferenças entre AACR2 e RDA	70
QUADRO 17 – Equivalência entre a terminologia do AACR2 para RDA	71
QUADRO 18 – Função do campo 264	72
QUADRO 19 – Comparação da indicação de responsabilidade no AACR2 e no RDA	72
QUADRO 20 – Tipo de Conteúdo, Tipo de Mídia e Tipo de Suporte para Formatos Comuns	74
QUADRO 21 – Principais campos do MARC 21	89
QUADRO 22 – Elementos Dublin Core	91
QUADRO 23 – Elementos MODS	95
QUADRO 24 – Estratégias para implementação da RDA em países Europeus	117
QUADRO 25 – Histórico da BU/SB UFMG	129
QUADRO 26 – Unidades da BU/SB da UFMG	132

QUADRO 27 – Esboço da fundamentação teórica com os Blocos temáticos	135
QUADRO 28 – Fases para a análise de conteúdo	142
QUADRO 29 – Categorias e subcategorias criadas a posteriori.....	143
QUADRO 30 – Comentários de Impressões iniciais da RDA	148
QUADRO 31 – Pontos fortes e fracos das percepções do Bloco 1	172
QUADRO 32 – Pontos fortes e fracos da percepção do Bloco 2	197
QUADRO 33 – Pontos fortes e fracos das percepções do Bloco 3	219
QUADRO 34 – Comentários sobre programas ou métodos para treinamento	221
QUADRO 35 – Comentários sobre conteúdos de preferência para treinamento	224

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Anos de experiência na função de catalogador	147
GRÁFICO 2 – Fontes de conhecimento da RDA	151
GRÁFICO 3 – Características da RDA	153
GRÁFICO 4 – Estrutura conceitual da RDA	158
GRÁFICO 5 – Esquemas de codificação atrelados a RDA	162
GRÁFICO 6 – Descrição de todos os tipos de recursos em RDA	165
GRÁFICO 7 – Modificação nos campos MARC 21 segundo a RDA	168
GRÁFICO 8 – Elementos essenciais da RDA	173
GRÁFICO 9 – Transcrição na RDA e registro no AACR2R	176
GRÁFICO 10 – Abreviações e terminologias latinas na RDA	180
GRÁFICO 11 – Regra de três na RDA	184
GRÁFICO 12 – Campo 264 proposto pela RDA	187
GRÁFICO 13 – Designadores de relacionamento	190
GRÁFICO 14 – Tipo de conteúdo, de mídia e de suporte	193
GRÁFICO 15 – Preparação para implementar a RDA	198
GRÁFICO 16 – Grupos de discussão sobre a RDA	203
GRÁFICO 17 – Exemplos de registros RDA	207
GRÁFICO 18 – Mudanças no software para adequação da RDA	209
GRÁFICO 19 – RDA através da Ferramenta RDA Toolkit	213
GRÁFICO 20 – Equipe envolvida na implementação da RDA	216
GRÁFICO 21 – Programas e métodos preferidos para treinamento	220
GRÁFICO 22 – Conteúdo de preferência de treinamento	224

LISTA DE SIGLAS

ACOC	Australian Committee on Cataloguing
AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
AACR2R	Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition rev.
ABEBD	Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação
ALA	American Library Association
APB	Fundação da Associação Paulista de Bibliotecários
BIBFRAME	Bibliographic Framework Initiative
BL	British Library
BN	Biblioteca Nacional
BNF	Biblioteca Nacional da França
BRAPCI	Base de Referências de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CCB	Conselho de Cooperação entre Bibliotecas
CCC	Canadian Committee on Cataloguing
CILIP	Chartered Institute of Library and Information Professionals
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNB	Biblioteca Nacional da Alemanha
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições.
FID	Federação Internacional de Documentação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRAD	Functional Requirement for Authority Data
FRANAR	Functional Requirements and Numbering of Authority Records
FRBR	Functional Requirement for Bibliographic
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia
IIB	Institut International de Bibliographie
ISBD	Padrão Internacional de Descrição Bibliográfica

<i>IFLA</i>	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
<i>JSC</i>	Joint Steering Committee for Development of RDA
<i>LC</i>	Library of Congress
<i>LCPS</i>	Declarações de Política da Biblioteca do Congresso
<i>LISA</i>	Library and Information Science Abstracts
<i>MARC</i>	Machine Readable Cataloging
<i>MODS</i>	Metadata Object Description Schema
<i>NBN</i>	Biblioteca Nacional da Holanda
<i>NLF</i>	Biblioteca Nacional da Finlândia
<i>NLS</i>	Biblioteca Nacional da Suécia
<i>NCSA</i>	National Center for Supercomputing Applications
<i>OCLC</i>	Online Computer Library Center
<i>PCC</i>	Programa de Catalogação Cooperativa
<i>RDA</i>	Resource Description and Access
<i>RDF</i>	Resource Description Framework
<i>REBUIN</i>	Rede de Bibliotecas Universitárias Espanholas
<i>RIEC</i>	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
<i>SIC</i>	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
<i>TIC</i>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<i>URL</i>	Uniform Resource Locator

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE SIGLAS	13
SUMÁRIO	15
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Justificativa e problema	21
1.2 Objetivos	23
<i>1.2.1 Objetivo Geral</i>	23
<i>1.2.2 Objetivos específicos</i>	23
2 BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS ACERCA DA NORMA RDA	25
2.1 Catalogação	26
2.2 Os modelos conceituais que fundamentam a RDA	41
<i>2.2.1 Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)</i>	41
<i>2.2.2 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)</i>	47
<i>2.2.3 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD)</i>	49
<i>2.2.4 IFLA Library Reference Model (LRM)</i>	53
2.3 A norma RDA (Resource Description and Access)	60
<i>2.3.1 RDA Toolkit</i>	74
2.4 Esquemas de codificação	85
<i>2.4.1 MARC 21</i>	85
<i>2.4.2 Dublin Core</i>	88
<i>2.4.3 MODS</i>	91
<i>2.4.4 BIBFRAME</i>	94
2.5 Implementação da RDA	102
3 METODOLOGIA	124

3.1 Caracterização da Pesquisa	124
3.2 Unidade de Análise / População e Amostra	126
3.3 Técnicas de Coleta de Dados	129
3.3.1 <i>Elaboração do instrumento de coleta de dados</i>	131
3.4 Estratégia de Análise de dados	135
4 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA	140
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	144
5.1 Questões Iniciais	144
5.2 Impressão geral da Norma RDA	150
5.2.1 <i>A RDA substitui a AACR2, é projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente</i>	151
5.2.2 <i>Os modelos FRBR's fornecem a estrutura conceitual para a RDA</i>	155
5.2.3. Os dados da RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação.....	159
5.2.4 A RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos.....	163
5.2.5 A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA.....	166
5.3 Tópicos de mudanças da RDA	170
5.3.1 Conjunto de elementos essenciais (obrigatórios) da RDA	171
5.3.2 Transcrição RDA versus registro AACR2R.....	174
5.3.3 Abreviações e terminologias latinas no AACR2R para a RDA	177
5.3.4 Regras de três de autores da AACR2R para a RDA	181
5.3.5 Substituição do campo 260 do MARC 21 pelo campo 264 de acordo com a RDA	185
5.3.6 Designadores de relacionamento	188
5.3.7 Substituição da DGM pelos três elementos da RDA: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte	190
5.4 Preparação para implementação da RDA	195
5.4.1 Pretensão ou preparação da sua biblioteca (sistema de bibliotecas) para implementar a RDA.....	196

5.4.2 Grupo de discussão sobre a RDA em sua biblioteca ou na rede de bibliotecas	201
5.4.3 Exemplos de registros RDA podem ser encontrados em várias fontes de informação.....	204
5.4.4. Possíveis mudanças no software da biblioteca para otimizar as mudanças da RDA.....	207
5.4.5 Acesso às instruções da RDA através da Ferramenta RDA Toolkit.....	210
5.4.6 Membros da equipe envolvidos na implementação da RDA	214
5.5 Preferência de tópicos para treinamento da RDA.....	218
5.5.1 Programas e métodos preferidos para treinamento	218
5.5.2 Tópicos de preferência de conteúdo para treinamento	221
6 ALGUNS PASSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA RDA.....	223
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
REFERÊNCIAS.....	231
APÊNDICE A – LISTA DE QUESTÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DA RDA (Resource Description and Access).....	242
APÊNDICE B – E-MAIL DE CONVITE PARA A ENTREVISTA.....	246

1 INTRODUÇÃO

A evolução do acesso e disponibilização de informação altera a maneira como esta será recuperada, além dos formatos e meios, através dos quais ela é disponibilizada. Processos decorrentes de rupturas e mudanças políticas, sociais e culturais levaram a uma nova forma de fazer, por meio da invenção de novas técnicas, com o intuito de acompanhar as mudanças rápidas, no que tange à coleta, produção da informação, assim como as questões relacionadas com seu tratamento, organização, armazenamento, difusão e recuperação.

A história da catalogação nos mostra que em diferentes épocas buscou-se registrar as informações de acordo com as tecnologias presentes em cada momento do seu tempo, independente do suporte, como em tabulas de argila, papiros, pergaminhos, nos livros, periódicos, e mais atualmente em páginas ou sites da web, com o intuito de depois recuperar e utilizar essas informações registradas para algum fim determinado. Nos mostra também como evoluíram os conceitos, as técnicas, regras, normas para elaborar melhor os pontos de acessos para registros de determinados recursos bibliográficos.

De acordo com Mey (1995, p. 08), a catalogação enquanto forma de representação não é uma atividade recente em nossa história. O catálogo, produto da catalogação está presente ao longo da evolução humana, desde a Antiguidade, quando este era utilizado para representar e organizar o conhecimento armazenado nas primeiras bibliotecas.

A biblioteca desde a antiguidade aparece como instituição guardiã do legado informacional da humanidade procurando fornecer o acesso adequado a qualquer tipo de informação para seu público e sempre se adaptando evolutivamente as novas tecnologias de ponta e os novos ambientes informacionais, em decorrência da rápida desatualização de tecnologias passadas. Essas novas tecnologias fizeram com que os catálogos das bibliotecas evoluíssem também, aprimorando, assim, os processos técnicos de registros de recursos feitos pelos catalogadores e agilizando de maneira efetiva o intercâmbio de dados, compartilhamento, recuperação e acesso da informação pelos usuários.

Segundo Schreur (2018, p. 01), as bibliotecas de todo o mundo confiam na tecnologia dos sistemas baseados em MARC para comunicação, armazenamento e

expressão da maioria de seus dados bibliográficos. O MARC¹, no entanto, é um formato de comunicação desenvolvido na década de 1960 para permitir a manipulação de dados bibliográficos previamente gravados em fichas de catálogo [...] O próprio MARC foi uma grande conquista eliminando a dependência das bibliotecas em catálogos de fichas e transferindo-os para um ambiente on-line muito necessário.

Ainda segundo Schreur:

O desenvolvimento da biblioteca digital, muitas vezes baseada em um repositório digital, complicou ainda mais o ambiente da biblioteca. Além de seus dados MARC, as bibliotecas se tornaram curadoras de coleções em rápida expansão de objetos digitais, conjuntos de dados e metadados² em outros esquemas, como o Esquema de Descrição de Objetos de Metadados: MODS³ ("Homepage MODS") ou Dublin Core. Esses recursos e seus metadados são normalmente armazenados em repositórios digitais e se tornam um banco de dados de registros paralelo, porém separado (SCHREUR, 2018, p. 02, tradução nossa).

Em decorrência da evolução destes novos ambientes informacionais, principalmente de ambiente digitais, e o aumento de novos formatos, suportes e maneiras de acesso, surge a necessidade de adaptação de regras e normas para se ajustar a essa nova realidade onde ocorra uma representação descritiva mais aprimorada de recursos. Nesse caso uma nova demanda de fundamentos teóricos e conceituais moldados nos modelos FRBR's (FRBR, FRAD, FRSAD) foram subsídios para estruturar novas instruções e diretrizes para esses ambientes, que conseqüentemente desencadeou em revisões e atualizações do Anglo American Catalogue Rules, o AACR2R⁴.

De acordo com Fusco (2011, p. 82), os FRBR's oferecem uma perspectiva da estrutura e dos relacionamentos dos registros bibliográficos. São considerados uma nova abordagem para a representação descritiva nos seus moldes convencionais. Isso se deve ao fato de propiciarem uma recuperação mais efetiva e intuitiva dos itens documentários, relacionando todos os materiais ligados ao termo de busca, possibilitando trazê-los de uma só vez em uma única interface.

¹MARC é a sigla em inglês para *Machine Readable Cataloging* que quer dizer catalogação legível por computador. Para o computador processar os dados catalogados é necessário colocá-los em forma legível pela máquina, identificando os elementos de modo claro, para que possa ler e interpretar os dados de um registro catalográfico.

² São dados sobre outros dados. Um item de um metadado pode dizer do que se trata aquele dado, geralmente uma informação inteligível por um computador.

³ Em inglês *The Metadata Object Description Schema* (MODS) é um padrão de metadados bibliográficos implementados em XML. Ele reimplementa subconjuntos dos elementos MARC usando tags baseadas em elementos em vês de após numéricos.

⁴ Conhecido na língua portuguesa como Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2).

A transição do antigo Código de Catalogação Anglo-Americano, AACR2R, para a atual norma, a RDA⁵, anuncia grandes mudanças no processo de catalogação e uma nova maneira de representar os recursos informacionais.

A implementação da RDA em bibliotecas implica conhecer sua história, objetivos, princípios, estrutura, a ferramenta de disponibilização on-line (o RDA Toolkit) e seus relacionamentos além do seu impacto direto na catalogação de recursos e no modo como seus dirigentes precisarão proceder para sua implementação.

A adoção da RDA já é uma realidade nos países membros do comitê que participou do seu desenvolvimento, e em grande parte em outros países que começaram a pensar essa implementação. Antes mesmo do lançamento da RDA oficialmente em 2010 por meio da ferramenta RDA Toolkit, a Comitê Diretor para o Desenvolvimento da RDA (JSC)⁶ composta pela Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos, já haviam realizado estudos de percepção em suas bibliotecas para traçarem um plano de implementação da nova norma RDA, inicialmente, a partir de suas bibliotecas nacionais e conseqüentemente levada para outras bibliotecas acadêmicas, públicas e escolares como mencionados abaixo:

[...] vários estudos foram publicados em muitos casos por organizações de bibliotecas nacionais para medir o estado atual do conhecimento sobre a RDA e examinar as necessidades de treinamento desde que o novo código de catalogação foi lançado oficialmente em junho de 2010. Dados para esses estudos conduzido antes da implementação completa da RDA foram recolhidos por meio de inquéritos de várias comunidades de partes interessadas em vários países que adotaram a nova norma (PARK; TOSAKA, 2015, p. 253). "Tradução do autor"

Desde o lançamento oficial da norma RDA em 2010, até o momento, apenas duas bibliotecas no Brasil implementaram a norma. As bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que optaram somente pela implementação da RDA nos registros de autoridade, e iniciaram seus primeiros contatos com a Library of Congress⁷ em 2012, e a Biblioteca Central da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), que iniciou sua implementação tanto dos registros bibliográficos como dos de autoridade em dezembro de 2015 e finalizando o processo em maio de 2016.

⁵ Utilizou-se o termo "RDA" precedido pelo artigo "a", ou seja, "a RDA", por entender como "Diretrizes para a catalogação". Porém, nas citações literais serão mantidas as formas usadas ou traduzidas por seus respectivos autores/tradutores.

⁶ Em inglês *The Joint Steering Committee for Development of RDA* (JSC) é responsável por manter a "RDA: Resource Description and Access". A JSC era anteriormente responsável pela manutenção das Regras de Catalogação Anglo-Americanas (AACR), que a RDA foi desenvolvida para substituir.

⁷ Em português Biblioteca do Congresso é a biblioteca de pesquisa do Congresso dos Estados Unidos, sendo *de facto* a biblioteca nacional dos Estados Unidos e a instituição cultural mais antiga daquele país.

Dentre as conclusões sobre a aplicação da RDA no catálogo de autoridades do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Caxias do Sul (UCS), podemos citar que:

[...] a utilização da RDA como código para o controle das autoridades, nos remete a novas perspectivas perante o gerenciamento de um catálogo de autoridades. Enquanto que na AACR2 o catalogador estava intimamente ligado ao registro bibliográfico e utilizava-se o registro de autoridades apenas como vínculo, o RDA vem apresentar um novo sentido a este serviço, mantendo a ligação entre os diferentes registros de um catálogo, mas fornecendo novos dados ao usuário. Para os bibliotecários da Universidade de Caxias do Sul, todo o processo de inserção do RDA em nosso catálogo, que culminou na inserção do nome da instituição no site do RDA Toolkit, como a única instituição da América Latina a catalogar com o RDA, tratou-se de um processo longo e que suscitou em todos a necessidade de estudo e aprimoramento diante de nossas ferramentas (HUBNER; TEIXEIRA; CORREIO, 2017, p. 18).

De acordo com o estudo de Amorim (2017, p. 83), sobre viabilidade de implementação da RDA nas bibliotecas da Universidade do Estado de Santa Catarina, constata-se que 95% dos bibliotecários pesquisados desconhecem a ferramenta on-line, ou seja, de um universo de 20 bibliotecários pesquisados, apenas um conhece a ferramenta.

Segundo Veter (2016, p. 1213), as temáticas abordadas nas publicações sobre RDA em periódicos indexados em bases de dados da área de Ciência da Informação, no período de 2005 a 2015, mostram pouco interesse de estudos sobre a implementação da RDA e sobre sua ferramenta de divulgação on-line.

Diante deste cenário, este estudo tem por objetivo compreender a atual realidade de percepção de profissionais bibliotecários catalogadores de unidades da Universidade Federal de Minas Gerais em relação à nova norma de catalogação, bem como, sua compreensão da realidade da RDA, contexto internacional, sua conscientização das estratégias de implementação do RDA e, a familiaridade com os tópicos da RDA e preferências por métodos de treinamento.

1.1 Justificativa e problema

Essa pesquisa se desenhou por meio de propostas e discussões temáticas observadas em uma revisão de literatura inicial acerca do tema RDA. Percebeu-se que a RDA despontava como uma norma emergente no ambiente da catalogação,

principalmente voltada para o ambiente digital, e que poucos estudos haviam sido feitos sobre o assunto no Brasil voltados para os catalogadores.

A RDA além de ser uma norma totalmente estruturada em uma base de dados online, traz consigo temas de extrema relevância e atuais para a ciência da informação e para a biblioteconomia como a construção de dados bem formulados, o conceito de Linked data⁸ ou dados ligados entre si, propostos por Tim Berners-lee⁹, juntamente com o contexto de arquitetura na web semântica¹⁰ e da web de dados¹¹.

O tema aponta como uma mudança relevante na estrutura de como se registrar um material e descrever seus pontos de acesso em uma base conceitual totalmente voltada para o relacionamento dos dados de modo que o usuário possa executar mais eficientemente suas tarefas de busca.

Dentre um dos pontos positivos da pesquisa aborda-se o contexto de trazer a visibilidade sobre as mudanças e expectativas advindas da norma para os catalogadores e a possibilidade de pôr em pauta a discussão de um tema de grande importância na atualidade para a prática de catalogação, para a gestão das bibliotecas e principalmente para o atendimento aos usuários.

As novas formas de produção, armazenamento e disseminação da informação na atualidade, trazidas pela tecnologia da Informação e da comunicação e incrementadas pela Internet, trouxe também, novas normas de catalogação para atender essa diversidade crescente de recursos e de demanda dos usuários.

Nesse contexto, a adoção da nova norma RDA para descrição de todos os tipos de recursos, sejam eles impressos ou digitais, ditará a continuidade ou não da catalogação baseada no AACR2R. Essa realidade irá estabelecer uma nova era de reprodução fidedigna de dados de acordo com o modo como os próprios documentos se apresentam.

⁸ *Linked data* refere-se ao uso da web para conectar dados relacionados que não estavam vinculados anteriormente ou ao uso da web para reduzir barreiras na vinculação de dados atualmente vinculados.

⁹ É um físico britânico, cientista da computação e professor do MIT. É o criador da World Wide Web, tendo feito a primeira proposta para sua criação a 12 de março de 1989.

¹⁰ *Web semântica* é uma extensão da *World Wide Web* que permite aos computadores e humanos trabalharem em cooperação e interligando significados de palavras e, neste âmbito, tem como finalidade conseguir atribuir um significado (sentido) aos conteúdos publicados na Internet de modo que seja compreensível tanto pelo humano como pelo computador.

¹¹ *Web de dados* nova web mais conectada que proporciona e atende os princípios de padrões abertos, onde os dados são mais facilmente localizados bem como associados a elementos semânticos como os vocabulários.

A nova norma criada em 2005, em seu primeiro esboço, pelo Comitê Diretor para o Desenvolvimento da RDA (JSC), traz consigo importantes mudanças de paradigma para a catalogação e gradativamente para os profissionais da informação, principalmente os bibliotecários catalogadores e bibliotecários de referência, para os softwares de gerenciamento de dados em bibliotecas, além de mudanças para os usuários.

Assim, o olhar, conscientização e entendimento da nova norma RDA por profissionais bibliotecários que trabalham na catalogação e no atendimento ao usuário, são imprescindíveis para entender sua construção teórica, seus conceitos, sua estrutura, seu conteúdo e instruções práticas para a catalogação e para a sua implementação nas bibliotecas.

Diante do cenário apresentado sobre o avanço das tecnologias de informação e comunicação, e conseqüentemente nas mudanças nos suporte, formatos e formas de acesso da informação, a adoção em outros países, da norma RDA, principalmente, por bibliotecas de países norte-americanos, britânicos, australianos e canadenses e principalmente pela pouca adoção da RDA em bibliotecas brasileiras, surge o problema a ser compreendido: Como os profissionais catalogadores das bibliotecas de unidades da Universidade Federal de Minas Gerais **estão percebendo a norma RDA?**

1.2 Objetivos

A seguir são apresentados os objetivos delineados para esta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

- Investigar a atual realidade de percepção dos bibliotecários catalogadores sobre o Resource Description and Access (RDA) em unidades de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais.

1.2.2 Objetivos específicos

- Discorrer sobre os modelos conceituais fundadores da RDA;

- Indicar as mudanças básicas na catalogação decorrentes da RDA;
- Descrever sobre os estudos de percepção e implementação da RDA;
- Verificar a visão geral dos catalogadores sobre norma da RDA;
- Entender como os catalogadores percebem os tópicos de mudança da RDA;
- Averiguar a consciência dos catalogadores sobre a preparação de processos para a implementação da RDA;
- Identificar necessidades de métodos e conteúdo para treinamento em RDA;
- Indicar alguns passos para a implementação da RDA.

Para responder o problema proposto neste estudo, a organização da pesquisa segue a seguinte forma: no capítulo 1 com a introdução do assunto a ser abordado, a questão, o problema, a justificativas e os objetivos gerais e específicos do estudo, no capítulo 2 é apresentada a fundamentação teórica que compreende a pesquisa, sendo dada numa breve história da catalogação, nos modelos conceituais que estruturam a RDA, nos principais conceitos, características e mudanças da RDA, na apresentação da ferramenta RDA Toolkit, os principais esquemas de codificação pertinentes à RDA e as características, planos e processos em países que implementaram e estão implementando a RDA.

No capítulo 3 é apresentada a metodologia da pesquisa sua caracterização, população e amostra, as técnicas de coleta de dados, a elaboração do instrumento para coleta de dados e as estratégias utilizadas para análise e tratamento dos dados.

O capítulo 4 apresenta-se a aplicação da metodologia, o processo para preparação da coleta de dados, a coleta de dados propriamente dita e o Quadro com as categorias e subcategorias criadas para a análise.

No capítulo 5 apresenta-se os resultados da pesquisa, apresentação de gráficos, tabelas, interpretação e discussão sobre os resultados encontrados na pesquisa.

No capítulo 6 é apresentada uma indicação de alguns passos necessários para a implementação da RDA em bibliotecas.

No capítulo 7 apresenta-se as considerações finais da pesquisa, inclusive as reflexões sobre o tema abordado, algumas observações pertinentes aos resultados encontrados, apontados, elaboração de propostas para enfrentamento dos problemas encontrados, e por fim algumas considerações sobre projeções futuras para o tema.

2 BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS ACERCA DA NORMA RDA

Para uma melhor compreensão do cenário internacional sobre a norma RDA, e também para dar um suporte adequado a essa pesquisa, é importante que alguns conceitos sejam esclarecidos de uma forma consistente. Assim, nas seções a seguir serão abordados um pouco da história e dos conceitos de catalogação, sobre os modelos conceituais que fundamentam a norma RDA, suas características, os esquemas de codificação para a RDA e os aspectos da implementação da RDA.

Para uma melhor visualização, de modo geral, o Quadro 1, a seguir, apresenta o esquema do referencial teórico proposto para este estudo:

QUADRO 1 – Esboço do Referencial teórico do estudo

Temáticas	Tópicos ou contribuições	Fontes / Referências
<i>Catalogação</i>	Conceito Análise histórica Códigos de catalogação Catálogos (OPAC's)	Mey e Silveira (2009); Mey e Silveira (2009); Fiuza (1987); Barbosa, (1978) Mey e Silveira (2009); Oliver (2011); Machado (2015) Amorim (2017); Castro (2013); Modesto (2010)
<i>FRBR</i>	Conceito Entidades Atributos Relacionamento Tarefas do Usuário	Tillett (2003); Mey; Silveira (2009) Mey e Silveira (2009); Oliver (2011); Tillett (2003) Oliver (2011); Fusco (2011); Fusco (2011); Assumpção (2012) Oliver (2011)
<i>FRAD</i>	Conceito Tarefas do Usuário Fundamentos	Oliver (2011); Mey e Silveira (2009) Mey e Silveira (2009); Oliver (2011) IFLA (2009)
<i>FRSAD</i>	Conceito Características Tarefas do Usuário	IFLA (2010) IFLA (2010) IFLA (2010)
<i>LRM</i>	Conceito Análise histórica Entidades Atributos Relacionamento Tarefas do usuário	IFLA (2017) IFLA (2017) IFLA (2010); Riva e Zamer (2015) IFLA (2010) IFLA (2010); Riva e Zamer (2015) IFLA (2017)
<i>RDA</i>	Conceito Características Análise histórica Princípios de catalogação Mudanças	Oliver (2011) Assumpção e Santos (2009); Oliver (2011) Mey e Silveira (2009); Cavalcanti (2013) IFLA (2009); Mering (2014) Oliver (2011); Mering (2014)
<i>RDA Toolkit</i>	Conceito Características	Oliver (2011); El-Sherbini (2013) Oliver (2011); El-Sherbini (2013)
<i>MODS</i>	Conceito Características Elementos	MODS (2018) Guenther (2003) Staneck (2007)
<i>BIBIFRAME</i>	Conceito Características	Library of Congress (LC) (2012) LC (2012); BIBIFRAME (2016); Schreur (2018)

Implementação da RDA	Transição Estudos de percepção Testes EUA Implementação (processos) Treinamento	Oliver (2011) Park, Tosaka (2015); Eurig (2013); Mansor, Ramdzan (2014) Hanford (2014) NLA (2019), Hart (2010); Hanford (2014) Cross, Andrews, Grover, Oliver, Riva (2014); Danskin (2014)
-----------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

2.1 Catalogação

A catalogação é o “estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários”, atua na descrição, como subsídio para a organização informacional (MEY, 1995, p. 05).

Dentre umas das funções ou especificações do profissional biblioteconômico, está a organização, o tratamento e a disseminação de conhecimentos registrados para seu público de usuários. A prática da catalogação consiste em um conjunto de informações que representam um registro do conhecimento, implicando no levantamento das características desse registro e a cognição das características do usuário.

As primeiras sementes do que chamamos atualmente de catalogação, nascem em épocas remotas nos reportando aproximadamente ao ano 2000 a.C, onde as informações eram descritas em pedras de argilas. Na idade média os monges copistas adquiriram a função de catalogadores, e nos séculos XV a XVII, as remissivas surgiram como mudanças nos rumos da catalogação. O desenvolvimento da tipografia europeia por Gutenberg, no século XI levou a criação das feiras de livros alemãs e surge o primeiro catálogo de livreiros em 1564. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 63)

O renascimento, no século XV, leva a criação de grandes bibliotecas privadas na Itália, como as de Federigo, Duque de Urbino, atualmente na biblioteca do Vaticano; a própria Biblioteca Apostólica Vaticana; e a dos Medici (onde se recebiam apenas manuscritos, posteriormente transformada em Biblioteca Medicea Laurenziana). (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 65)

No início do século XVI surge um catálogo classificado e que incluía também um índice alfabético de autor: o catálogo do mosteiro Syon, na Inglaterra. No mesmo país,

o catálogo do convento de Bretton, em Yorkshire, de 1558, introduz nos registros os nomes dos editores e tradutores das obras (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 66).

Segundo Mey e Silveira (2009, p. 67), o século XVII traz alguns avanços significativos, o professor Sir Thomas Bodley¹², ofereceu-se, em 1598, para promover a reconstituição da biblioteca da Universidade de Oxford que estava praticamente abandonada. Bodley criou um código minucioso de catalogação. Entre outras normas, indicava o arranjo sistemático, com índice alfabético organizado pelo sobrenome dos autores, e incluía as entradas analíticas.

No início do século XVIII os catálogos eram vistos mais como listas simplificadas do que como inventários. Algumas práticas se impuseram: catálogos classificados ou alfabéticos, embora alguns ainda permanecessem organizados pelo tamanho dos livros; os índices eram considerados úteis, embora não indispensáveis; os nomes dos autores vinham pelo sobrenome, embora ordenados cronologicamente; a página de rosto adquiriu algum prestígio, sendo os títulos transcritos literalmente; incluíram-se dados de publicação e notas de 'encadernamento com'; as remissivas tornaram-se de uso comum, assim como algumas entradas analíticas (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 68).

O século XIX caracteriza-se por fatos notáveis na história da catalogação, com trabalhos de grande importância e muita influência na prática moderna de catalogação. Bibliotecários e estudiosos de outras áreas publicavam então inúmeros estudos a favor ou contra os catálogos alfabéticos e classificados.

Segundo Fiuza (1987, p. 46), o ano de 1831 representa um marco significativo na história da catalogação, pois foi quando o Museu Britânico contratou Antônio Panizzi,¹³ advogado por profissão, anarquista por ideologia, refugiado político italiano, como bibliotecário assistente. Panizzi foi encarregado de coordenar os trabalhos de revisão do catálogo da biblioteca daquela instituição. Depois de 4 anos de discussões perante a comissão encarregada de aprovar o novo catálogo, Panizzi conseguiu sua aceitação e apresentou suas famosas 91 regras, que foram publicadas em 1839, denominadas *Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of Printed Books in British Museum* (Regras para a Compilação do Catálogo: Catálogo de Livros

¹² Sir Thomas Bodley (02 de março de 1545 - 28 de janeiro de 1613) foi um Inglês diplomata, estudioso, colecionador de manuscritos medievais que fundou a Biblioteca Bodleian, em Oxford.

¹³ Sir Antônio Genesio Maria Panizzi (16 de setembro de 1797 - 8 de abril de 1879), mais conhecido como Anthony Panizzi, era um bibliotecário britânico naturalizado de nascimento italiano e um patriota italiano. Ele foi o bibliotecário principal (ou seja, chefe) do Museu Britânico de 1856 a 1866.

Impressos no Museu Britânico, onde está contida a sua ideologia sobre a catalogação).

Os aspectos principais abordados nas 91 REGRAS DE CATALOGAÇÃO são:

1. Um livro deve ser considerado e representado no catálogo, não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de um determinado autor; 2. Todas as obras de um autor, e suas edições, devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições; 3. Todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por língua, etc.) de maneira que a pessoa em busca de um livro em particular, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor sirva a seus objetivos. 4. Referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada (FIUZA, 1987, p. 47).

Em 1850, Charles C. Jewett¹⁴ teve seu código aceito. Este código continha 33 regras e foi elaborado para o catálogo do Smithsonian Institution, nos Estados Unidos. No prefácio, reconhecia seu débito para com Panizzi e suas regras. Alguns preceitos de Jewett, em especial no tocante a cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas, até, hoje são seguidos (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 70).

Segundo Fiuza (1987, p. 47), muitas das técnicas modernas da catalogação originaram das sugestões de Jewett. Ele idealizou um sistema de reprodução de fichas por meio de placas estereotipadas de cobre para dar maior flexibilidade ao catálogo, bem como permitir maior cooperação entre as bibliotecas. Suas ideias para um catálogo coletivo nacional, expostas na Conferência dos Bibliotecários Americanos, em 1853, constituíram a base de muitos serviços de catalogação cooperativa e centralizada.

Jewett determinou a finalidade de um código de catalogação como citado por MEY; SILVEIRA (2009, p. 70): “As regras de catalogação devem ser rigorosas e enfrentar, tanto quanto possível, todas as dificuldades criadas pelos detalhes. Nada, até onde for possível evitar, deve ser deixado ao gosto individual ou critério do catalogador”.

¹⁴ Charles Coffin Jewett (12 de agosto de 1816 - 9 de janeiro de 1868) era um bibliotecário americano, em 1848 tornando-se o bibliotecário e secretário assistente da Smithsonian Institution antes de ser nomeado superintendente da Biblioteca Pública de Boston em 1858. Nasceu no Líbano, Maine. .

Melvil Dewey¹⁵ adotou e aprimorou a catalogação com novas regras simplificadas para sua prática, no Amhersts College, mas seu renome se deve a Classificação Decimal, de 1876, que hoje leva seu nome. No mesmo ano Charles Ammi Cutter¹⁶ publicou suas Rules for a Dictionary Catalog (Regras para um catálogo dicionário). Cutter não elaborou apenas um código de catalogação: sua obra é na verdade uma declaração de princípios. As regras são entremeadas com os porquês das soluções e com observações diversas, às vezes irônicas. De fácil leitura, constitui um código muito completo, incluindo a catalogação de assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares.

O código de Charles Ami Cutter ficou conhecido por sua tabela para notação de autores. Barbosa (1978, p. 29) informa a respeito:

[...] consagrou a existência da escola americana de catalogação, ao publicar, em 1886, suas Rules for a dictionary catalog, cuja quarta e última edição em 1904, coincidiu com a preparação do primeiro código da ALA. (grifo do autor). [...] É comum pensar-se que Rules for a dictionary catalog, talvez pelo seu título, seja uma obra que inclua apenas regras para catálogos-dicionários. [...] No entanto, trata-se de um verdadeiro código, consistindo em 369 regras que incluem normas não só para entradas por autor e por título, mas também para a parte descritiva, cabeçalhos de assunto, e ainda alfabetação e arquivamento de fichas. (BARBOSA, 1978, p. 29).

Paul Otlet¹⁷ e Henri La Fontaine¹⁸, dois belgas que trabalhavam juntos desde o início da década de 1890, na seção de bibliografia da *Société des Études et Politiques*, fundaram em 1895 o *Institut International de Bibliographie* (IIB). Almejavam um controle bibliográfico universal, acreditando ser a bibliografia universal a base para a paz, sendo essa visão da importância deste controle, sua maior contribuição para área de catalogação. O objetivo do IIB era criar um repertório bibliográfico universal. Em

¹⁵ Melville Louis Kossuth "Melvil" Dewey (10 de dezembro de 1851 - 26 de dezembro de 1931) foi um bibliotecário e educador americano, inventor do sistema Decimal de Dewey de classificação de bibliotecas e fundador do Lake Placid Club.

¹⁶ Charles Ammi Cutter (14 de março de 1837 - 6 de setembro de 1903) foi um bibliotecário americano. Nas décadas de 1850 e 1860, ele ajudou a recolocar a Biblioteca da Harvard College, produzindo o primeiro catálogo de cartões públicos da América. Cutter promoveu a catalogação centralizada de livros, que se tornou a prática padrão na Biblioteca do Congresso. O cortador é lembrado pela Classificação Expansiva do Cortador, seu sistema de fornecer números de classificação padronizados para cada livro e organizá-los nas prateleiras com esse número, para que livros sobre tópicos semelhantes sejam arquivados juntos.

¹⁷ Paul Marie Gislain Otlet (Bruxelas, 23 de agosto de 1868 — Bruxelas, 10 de dezembro de 1944) foi autor, empresário, visionário, advogado e ativista da paz; ele é uma das pessoas que são consideradas os pais da ciência da informação, uma área que ele chamava de "documentação". Otlet criou a Classificação Decimal Universal, um dos exemplos mais proeminentes de documentação facetada.

¹⁸ Henri La Fontaine (Bruxelas, 22 de abril de 1854 — Bruxelas, 14 de maio de 1943) foi um jurista e político belga. Foi presidente do Gabinete Internacional Permanente para a Paz, agraciado com o Nobel da Paz de 1913. Juntamente com Paul Otlet é considerado um dos criadores da documentação.

consequência, gerou um segundo objetivo: o desenvolvimento da Classificação Decimal Universal (CDU) (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 72).

A fundação da *American Library Association*¹⁹ (ALA) é um dos grandes marcos históricos no trajeto da catalogação, trazendo o desenvolvimento, promoção e melhoria da biblioteca e dos serviços de informação e da profissão do bibliotecário (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 71).

A *American Library Association* (ALA), em 1908, publicou seu primeiro código, reunindo as regras estabelecidas por Panizzi, Jewett, Cutter e pela *Library of Congress* (LC), adotando-as como padrão. A segunda edição, denominada preliminar e publicada em 1941, estava estruturada em duas partes: a primeira para entradas e cabeçalhos e a segunda para a descrição de livros, totalizando 324 regras, e apêndices. A segunda edição definitiva foi publicada em 1949 em dois volumes. O volume *ALA Cataloguing rules for author and title entries*, editado por Clara Beetle e publicado pela ALA, popularmente conhecido como Red Book, contém regras para a escolha e forma dos cabeçalhos.

O outro volume foi elaborado pela Library of Congress (LC) para contemplar a descrição bibliográfica, uma vez que, o Código da ALA não mencionava regras para esta parte da catalogação. Inclui regras para livros, periódicos e alguns tipos de materiais não livro. Foi publicado com o título: *Rules for a descriptive cataloging in the Library of Congress*, conhecido popularmente como Green Book, e as regras foram adotadas pela ALA. Barbosa (1978, p. 37) informa a este respeito:

Este volume referente à catalogação descritiva apresentou a grande inovação, em relação aos códigos existentes, de possuir uma introdução contendo os objetivos da catalogação descritiva e os princípios em que se devia fundamentar sua aplicação. [...]. Dele existe, inclusive, uma tradução em língua portuguesa, por Maria Luisa Monteiro da Cunha, divulgada pela própria LC em 1956. (BARBOSA, 1978, p. 37)

De acordo com Mey e Silveira (2009, p. 74) um fato importante para a catalogação e para todos os bibliotecários, é a fundação, em 1927, em Edimburgo na após Escócia, da Federação Internacional de Associação de Bibliotecários ou IFLA²⁰

¹⁹ Em português Associação dos Bibliotecários Americanos é a maior e mais antiga associação de bibliotecas do mundo. Fundada em 6 de outubro de 1876 durante a Exposição do Centenário na Filadélfia, a missão da ALA é "fornecer liderança para o desenvolvimento, promoção e aprimoramento de serviços de bibliotecas e informações e a profissão de bibliotecário, a fim de aprimorar o aprendizado e garantir o acesso à informação para tudo."

²⁰A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) é um organismo internacional que representa os interesses dos serviços de biblioteca e informação e dos seus utilizadores (português europeu) ou usuários (português brasileiro). Constitui-se como a principal voz dos profissionais de informação e documentação.

(International of Library Associations). A sede mudou-se para os Países Baixos em 1971, e sua denominação, em 1976, ampliou-se para Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions), permanecendo a mesma sigla.

Outro marco histórico, importante, foi à fundação da *Library of Congress*, biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Esse acontecimento trouxe consigo a padronização das fichas catalográficas, bem como sua venda, o que implicava na não fabricação de fichas por parte de outras bibliotecas, já que também indicava os cabeçalhos a serem utilizados (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 73).

De acordo com Fiuza (1980, p. 143), em 1953, Seymour Lubetzky²¹, considerado o maior teórico da catalogação do século XX, apresentou sua teoria, que serviu de base para as discussões da Conferência dos Princípios Internacionais de Catalogação, realizados em Paris, em 1961. Ele chegou à conclusão que a racionalização dos serviços catalográficos exigia não somente a revisão de algumas regras, mas uma completa reconstrução dos códigos, de acordo com os objetivos definidos.

A teoria de Seymour Lubetzky pode ser resumida nos seguintes pontos:

1. Os objetivos dos catálogos são: mostrar se a biblioteca possui ou não um item determinado, publicado sobre um nome de autor ou sobre um título determinado; identificar o autor e a obra representados pelo item e relacionar as várias obras do autor e as várias edições da obra.
2. As duas funções do catálogo são: localizar documentos atendendo no 1º objetivo; agrupar documentos, atendendo o 2º objetivo.
3. Os problemas encontrados na entrada de autor e título podem ser agrupados em blocos e resolvidos por meio de princípios básicos, visando a consistência do catálogo (FIUZA, 1987, p. 50).

O primeiro evento no sentido da normalização internacional foi a Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, organizada pela ALA e pela LC em Paris, no ano de 1961. Barbosa (1978, p. 41) menciona a Conferência de Paris, de 1961, como é conhecida a *International Conference on Cataloguing Principles* (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), como a precursora da

²¹ Nascido na Bielorrússia como Shmaryahu Lubetzky, trabalhou por anos na Biblioteca do Congresso. Ele trabalhou como professor antes de imigrar para os Estados Unidos em 1927. Obteve seu bacharelado na UCLA em 1931 e seu mestrado na UC Berkeley em 1932. Lubetzky também lecionou na Escola de Pós-Graduação e Estudos da Informação da UCLA, depois a Escola de Serviço de Biblioteca. Ele era fluente em seis idiomas, fato que o tornou valioso tanto como catalogador quanto como orador em conferências da biblioteca.

normalização das entradas (mais tarde pontos de acesso) e cabeçalhos das obras existentes e passíveis de serem catalogadas.

Na conferência se determinou por meio de acordos e discussões vários pontos básicos da catalogação, como a decisão sobre cabeçalhos de nomes de pessoas e títulos uniformes; onde o nome da pessoa responsável pela obra, ou assunto da obra, teria cabeçalho de acordo com o uso da língua ou país desta pessoa e quanto aos títulos uniformes, deveria utilizar seu título original, em quase todos os casos. Discutiram-se também questões como a dos cabeçalhos para nomes de entidades coletivas e tratou do impacto da eletrônica sobre a catalogação.

Após a conferência de Paris vários códigos de catalogação surgiram, e entre eles, o *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), em sua primeira publicação, em 1967, sua segunda edição em 1978, a AACR2, que foi traduzida no Brasil pela FEBAB²² (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) de 1983 a 1985. Em seguida o AACR2, sofreu uma atualização, dando origem a uma segunda edição revisada, as AACR2R, em 1988 e várias emendas e revisões até 2005. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 78).

De acordo com Oliver (2011, p. 46), o AACR foi originalmente elaborado num ambiente de materiais majoritariamente impressos e de catálogos em fichas, tornando-se um conjunto de regras internacionais que subsidiam o tratamento da informação, as quais visam à representação da informação por meio da elaboração de descrições bibliográficas para atribuição dos pontos de acesso, cabeçalhos de pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, como também de títulos uniformes e remissivas.

O AACR2R foi revisado em 2002 pelo Comitê Internacional, denominado *Joint Steering Committee for Revision AACR* (JSC), com representantes das instituições: *American Library Association; Library of Congress; Australian Committee on*

²² A FEBAB, fundada em 26.07.1959, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, com prazo de duração indeterminado. É constituída por entidades-membro – associações de bibliotecários e cientistas da informação, instituições filiadas e pelos órgãos: deliberativos – Assembleia Geral e Conselho Diretor; executivo – Diretoria Executiva; de fiscalização – Conselho Fiscal; de assessoria – Comissões Brasileiras e Assessorias Especiais.

*Cataloguing*²³; *British Library e Canadian Committee on Cataloguing*²⁴, responsáveis pela revisão e implementação do AACR2 (OLIVER, 2011, p. 54).

Entretanto, com as mudanças ocorridas na sociedade e com a influência das TIC's, as quais proporcionaram a expansão dos ambientes digitais e, conseqüentemente, o desenvolvimento de novos suportes e formatos de recursos informacionais, houve a necessidade de outra revisão do AACR2R em 2004, pelo *Joint Steering Committee for Revision of AACR* (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 90) devido às dificuldades em descrever tais recursos. Essa revisão propunha uma nova edição do AACR2R com consideráveis mudanças. No entanto, tais mudanças foram abrangentes, o que resultou em 2005, no desenvolvimento da RDA (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 90), apresentada na seção 2.4 deste estudo.

As revisões das regras no AACR2R englobam proposições de outro documento: o *International Standard Bibliographic Description - ISBD*²⁵ (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada).

Em 1969 durante a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), Michael Gorman, apresentou o documento denominado *Internacional Standard Bibliographic Description* (ISBD), que padronizava as informações contidas na descrição bibliográfica, e sistematizava a ordem das informações e pontuação utilizada antes de cada informação, de modo a tornar possível seu reconhecimento pelos computadores. Em 2011 é publicada uma versão consolidada do ISBD que passa a dividir a descrição bibliográfica em nove áreas distintas, integrando em única ISBD a descrição para todos os tipos de recursos. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 78).

A ISBD inovou ao regular a especificação dos elementos necessários para a descrição de um documento, a ordenação e os agrupamentos mais adequados dos elementos da descrição e a separação destes elementos por pontuação fixa (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 113).

²³ Em português Comitê Australiano de Catalogação (ACOC) é um comitê conjunto da Associação Australiana de Bibliotecas e Informações - Biblioteca Nacional da Austrália encarregado de monitorar e influenciar desenvolvimentos na catalogação e classificação nacionais e internacionais.

²⁴ Em português Comitê Canadense de Catalogação (CCC) é um comitê consultivo nacional sobre questões de catalogação e controle bibliográfico. Também representa o Canadá no Comitê RDA da América do Norte (NARDAC). A NARDAC representa a América do Norte no Comitê Diretor da RDA (RSC).

²⁵ *International Standard Bibliographic Description (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada)*, conhecida amplamente por ISBD, é um padrão desenvolvido pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) para a criação de descrições bibliográficas. A ISBD especifica os elementos necessários para descrição de diversos tipos de documentos (por exemplo, livros, mapas, partituras, gravações de áudio, etc.), a ordem em que estes elementos devem ser registrados e a pontuação utilizada entre os elementos.

Ainda, segundo Garrido Arilla (1996, p. 114), o objetivo fundamental da ISBD foi o de favorecer a comunicação internacional da informação bibliográfica ao fornecer uma descrição normalizada de todos os documentos, superar as barreiras linguísticas e operar a conversão desta informação de maneira que pudesse ser lida por meio de máquinas.

A ISBD não apresenta indicações para os pontos de acesso, os quais devem ser determinados pelos códigos de catalogação nacionais. Na ISBD, o conceito de unidade bibliográfica é retomado, referindo-se a todo documento, conjunto de documentos ou parte de um documento que é suscetível de receber uma descrição bibliográfica (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 114).

A ISBD dividiu a informação em nove áreas, que correspondem aos tipos de informação e que abarcam os elementos, isto é, cada uma das unidades de informação dentro de uma área. Tais áreas são as mesmas para todo tipo de recurso e cada área e elemento são indicados por uma pontuação e pela posição. (MEY; SILVEIRA, 2009, p.105). A seguir o Quadro 2 apresenta as ISBD's e sua relação com seus tipos de materiais e suportes.

QUADRO 2 – ISBD's por tipo de material e suporte

ISBD's	Características	Definição
ISBD (M)	Monographs/Monografia	Primeira norma específica publicada marca um período na qual imperava maior preocupação com o tipo documental.
ISBD (G)	General/Geral	ISBD de descrição geral, adequada a todos os tipos de material bibliográfico.
ISBD (CM)	Cartographic materials/Material cartográfico	Descrição e identificação de materiais cartográficos. Preocupa-se com publicações na forma legível, como mapas impressos, plantas e globos.
ISBD (S)	Serials/Seriado	Descrição de recurso seriados. Torna-se ISBD (CR) [Serials and Other Continuing Resources / Recursos Contínuos] em 2002.
ISBD (CR)	Serials and Other Continuing Resources/Recursos Contínuos	Descrição e identificação de periódicos, fascículos e recursos contínuos.
ISBD (CF)	Computers Files/Arquivo de Computador	Descrição para Recursos eletrônicos, torna-se ISBD (ER) [Electronic Resources / Recursos Eletrônicos], em 1997.
ISBD (NBM)	Non-Book Materials/Materiais não Livro	Descrição de recursos não livro, conceituados como os materiais visuais em duas dimensões
ISBD (A)	[Antiquarian/Publicações Monográficas Antigas]	Destinasse a fornecer a descrição de livros antigos (obras raras).
ISBD (PM)	Printed Music/Música Impressa	Descrição e identificação de publicações musicais (partituras) incluem documentos em forma legível ou em forma de relevo (Braille) para uso de cegos.
ISBD (AN)	Analytic Entries /Analíticas	Descrição dos componentes que são emitidos com, em, ou como parte de um item, e que o mesmo seja dependente do item principal para fins de identificação bibliográfica ou acesso. Passa a denominar-se ISBD (CP) [Component Parts / Partes Componente], 2003

Fonte: Adaptação de Silva e Paletta, 2016, p. 156.

A versão consolidada final da ISBD foi publicada em 2011 e divide a descrição bibliográfica em nove áreas distintas, conforme Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3 - Áreas da descrição bibliográfica da ISBD consolidada

Áreas	Descrição	Características	Exemplo
0	<i>Regras gerais para a descrição</i>	Indica a forma em que o conteúdo de um recurso é expresso e o tipo ou tipos de suporte utilizados para transmitir esse conteúdo.	Exemplos: software, áudio, vídeo, documento impresso.
1	<i>Título e indicação de responsabilidade</i>	Inclui o título de um recurso e outras informações associadas e indica as responsabilidades (autoria) de um recurso.	título da obra, subtítulo, autor, ilustrador, compilador.
2	<i>Edição</i>	Menciona informações da edição dos recursos e os responsáveis por ela.	Edição atualizada, ampliada, revisada.
3	<i>Material ou tipo de recurso específico</i>	Contém dados que são exclusivos para uma determinada classe de material ou tipo de recurso.	formatos de música, escala cartográfica.
4	<i>Publicação, produção, distribuição, etc...</i>	Inclui o local de publicação, produção e/ou distribuição; o nome do editor, produtor e/ou distribuidor; a data de publicação, produção e/ou distribuição; entre outras informações.	São Paulo, Editora Ática, 2010.
5	<i>Descrição física</i>	Informa à extensão, outros detalhes físicos, dimensões, bem como a declaração de material que acompanha um recurso.	98 páginas, 30 cm, 1 DVD.
6	<i>Séries e recursos monográficos em partes</i>	Inclui o título, a indicação de responsabilidade, o número padrão internacional, a numeração e outras informações relativas a uma série de recursos monográficos em várias partes.	séries, coleções, volumes, ISSN.
7	<i>Notas</i>	Contém qualquer informação descritiva que não foi dada em outras áreas, mas que é considerada importante. Qualificam e ampliam a descrição de outras áreas, além de indicar relações com outros recursos.	notas de conteúdo, bibliografia, modo de acesso ao recurso.
8	<i>Identificador de recursos e condições de aquisição</i>	Um identificador de recurso é qualquer número ou designação alfanumérica associada para identificar um recurso de acordo com um padrão internacional.	valor monetário de um recurso

Fonte: Machado, 2015, p. 55

Com o desenvolvimento dos códigos de catalogação, de padrões de descrição bibliográfico, regras de estruturação de informações e suportes, e de suas abrangências, surge também a necessidade de se disponibilizar e acessar as informações contidas nos acervos. Os suportes, por sua vez precisavam de ferramentas ou equipamentos para gravar ou imprimir as informações. Dentre essas ferramentas, os computadores vieram suprir a necessidade de acesso às informações por um maior número de usuários, decorrente das mudanças causadas pelo avanço da tecnologia.

A década de 60 é marcada também pelo desenvolvimento dos recursos computacionais. A *Library of Congress*, a partir de 1960, iniciou estudos para elaboração de um formato que transformasse as informações escritas em um catálogo manual para um automatizado. Destes estudos resultou o formato MARC, “[...] acrograma para *Machine Readable Cataloging* (Catalogação Legível por Computador)”, conforme Barbosa (1978, p. 199), que foi adotado por bibliotecas em suas bases de dados.

A entrada do formato MARC contribuiu para o desenvolvimento da área e permitiu um avanço nas atividades desenvolvidas pelas unidades de informação ao permitir a troca de registros entre computadores. O formato permitiu uma massiva troca de registros entre bibliotecas – rotina até então impossível ou de grande complexidade de ser realizada – além das funções

de catalogação na criação centralizada de registros em bancos de dados compartilhados como OCLC. Se no princípio o formato era aplicado estritamente aos catálogos das bibliotecas, essa realidade foi alterada hoje em dia, com registros bibliográficos sendo utilizados em diversas fontes como empréstimos entre bibliotecas, repositórios de dados, diretórios online, periódicos eletrônicos e bancos de dados (TENNANT, 2004, apud SERRA, 2013, p. 02).

Na década de 70 com o avanço das TIC's os catálogos evoluíram tornando-se *Online Public Access Catalogues* (OPACS), isto é, catálogos em linha. Com a evolução dos catálogos, houve a necessidade de adequação da catalogação às novas formas de recuperação da informação pelos usuários nas bibliotecas, impulsionando o estabelecimento de novos princípios compatíveis com catálogos tradicionais e online (AMORIM, 2017, p. 33).

Os anos de 1980 foram marcados pelas evoluções nos OPAC's com projetos que buscavam melhorar as suas funcionalidades. A maioria dos projetos foram desenvolvidos e amadurecidos, tanto no meio acadêmico, quanto no comercial. A criação dos novos sistemas tinha o objetivo de superar as dificuldades que os usuários tinham no uso do OPAC (MODESTO, 2010).

O acesso remoto aos OPAC's da década de 1990 permitiu uma maior transformação nos catálogos, no entanto, os catálogos só se tornaram acessíveis pela Internet, a partir da primeira metade dos anos 1990. A possibilidade de acesso em qualquer ponto do mundo, aos inúmeros recursos da biblioteca, a cooperação entre bibliotecas e compartilhamento de ideias, competências e conhecimento, impulsionaram o desenvolvimento da terceira geração de catálogos (CASTRO, 2013, p. 34)

Na década seguinte, com o desenvolvimento das ferramentas da Web 2.0, abriram-se novos caminhos para o OPAC 2.0, OPAC Social, Nova Geração de Catálogo ou Catálogo 2.0. Muitas discussões têm ocorrido sobre o catálogo de biblioteca da próxima geração, por vezes referido como "Nova Geração de Catálogo" ou "Terceira Geração de Catálogo", entre outros nomes. É importante destacar que não existe consenso na literatura sobre a qual geração pertence o Catálogo 2.0 e nem sobre a nomenclatura exata (CASTRO, 2013, p. 35).

Diante das mudanças sofridas na catalogação pelas influências das Tecnologias de Informação e Comunicação, e por pressões econômicas que conduziam a uma catalogação com custos menores em 1990 em uma conferência em Estocolmo (Suécia) patrocinada por grandes órgãos do campo da Biblioteconomia, incluindo a

IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*), ficou estabelecida a necessidade da criação de requisitos mínimos para registros bibliográficos, que se referissem a todos os tipos de mídias aos quais um registro pode servir (MADISON, 2005, apud, SILVA; SANTOS, 2012, p. 117).

Tais requisitos foram estudados pela IFLA dos anos de 1992 a 1995 e finalmente foram publicados em um relatório final no ano de 1998, como os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (em português, Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos). Os FRBR, sigla pela qual ficaram mundialmente conhecidos, foram criados para definir conceitos para a área da catalogação descritiva, sendo definidos como um modelo conceitual para o universo bibliográfico. (TILLET, 2004, p. 02, tradução nossa).

A necessidade de adequação da catalogação às novas formas de recuperação das informações em catálogos de bibliotecas, advindas das mudanças tecnológicas, gerou o estabelecimento de novos princípios que suprissem as falhas ocasionadas pelas mudanças. A proposta de revisão dos Princípios de Paris (1961), por serem os norteadores da maioria dos Códigos de catalogação existentes hoje em dia, foi a solução encontrada pela IFLA para propiciar o desenvolvimento de padrões que suprissem satisfatoriamente as necessidades dos usuários da informação.

Nessa perspectiva, a IFLA promoveu cinco encontros em países distintos, com representantes e especialistas em catalogação, para discutir os Princípios de Paris (1961). Esses encontros foram denominados *como International Meetings of Experts for an International Cataloguing Code* (IME ICC), conhecido em português como Encontro de Especialistas para um Código de Catalogação Internacional (AMORIM, 2017, p. 33).

Para maior entendimento acerca do IME ICC, apresenta-se o Quadro 4.

QUADRO 4 – Encontro de especialistas - IME ICC

Encontro	Ano	Local	Representantes e especialistas
1º Encontro	2003	Frankfurt	Participação de 54 especialistas de 32 países europeus, somado a participação de representantes das regras de catalogação anglo-americano da Grã-Bretanha, Austrália e Estados Unidos.
2º Encontro	2004	Buenos Aires	Participação de 45 pessoas, incluindo representantes nacionais de 14 países da América Latina e Caribe.
3º Encontro	2005	Cairo	Participação de 95 pessoas, incluindo representantes nacionais de 17 países do oriente médio.
4º Encontro	2006	Coréia do Sul	Participação de 61 pessoas de 12 países asiáticos.
5º Encontro	2007	África Sub-Saara	Participação de 53 pessoas de 27 países.

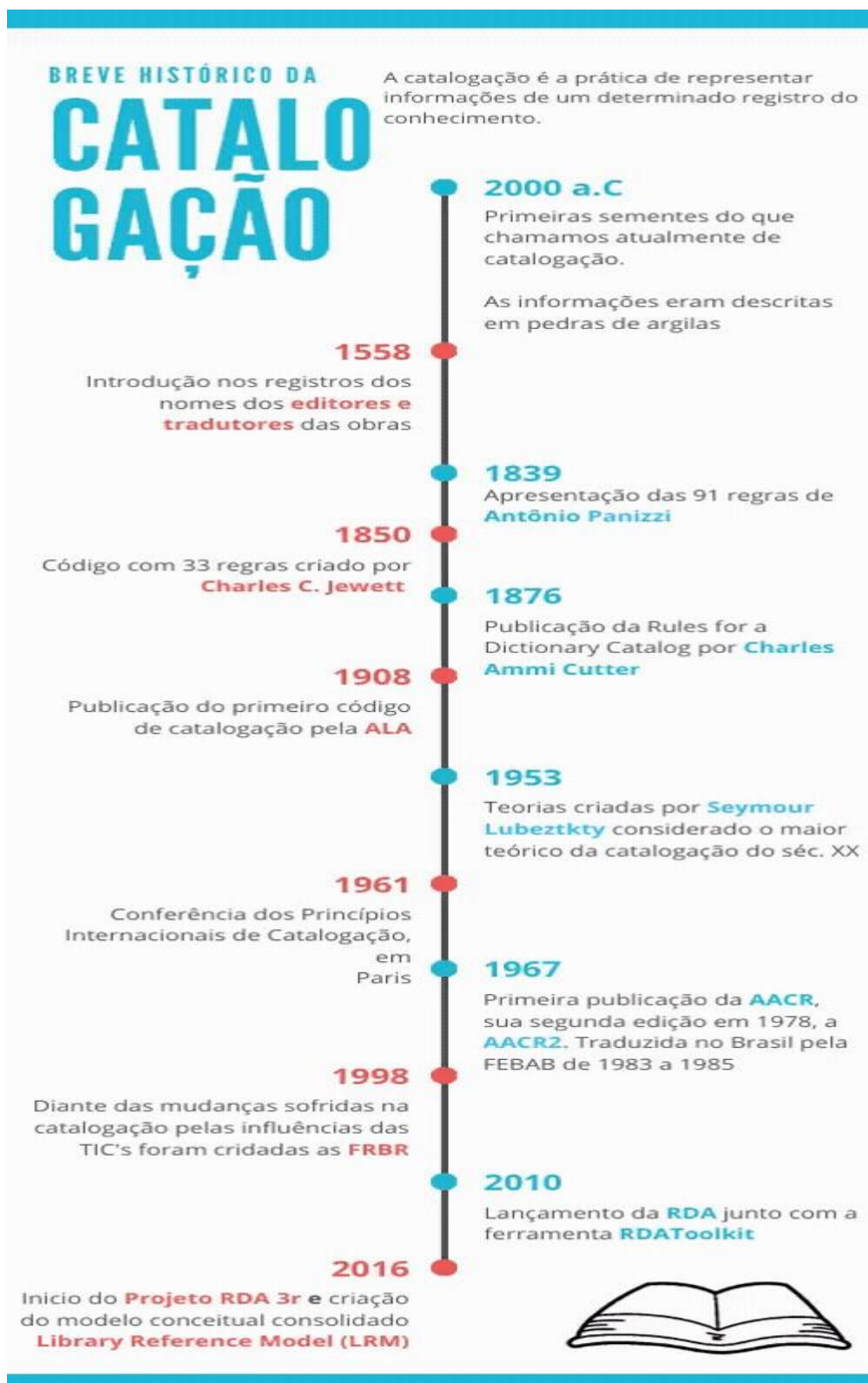
Fonte: Adaptado de Tillett (2007, p. 02).

No “1º Encontro de Especialistas sobre um Código de Catalogação Internacional”, em Frankfurt, em 2003, os Princípios de Paris, 1961, foram revistos e atualizados, resultando em um documento preliminar denominado *International Principles of Cataloguing*, denominados PIC 2003. A partir de então, em todos os outros encontros foram acrescentadas alterações/revisões, o que culminou, em 2009, na publicação da versão final dos PIC. Esses novos princípios substituíram e ampliaram os Princípios de Paris (1961).

Os novos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC) são construídos sobre as grandes tradições catalográficas, e cobrem a abrangência; os princípios gerais; entidades, atributos e relações, objetivos e funções do catálogo, a descrição bibliográfica, os pontos de acesso e os fundamentos para aperfeiçoamento da busca, (IFLA, 2009). Além disso, permeiam a prática da catalogação até os dias atuais e incorporaram o estabelecimento dos modelos conceituais para a representação da informação nos documentos da IFLA, como por exemplo, o FRBR, FRAD, FRSAD e o LRM apresentados na seção 2.2.

O infográfico a seguir, representado na Figura 1, resume e traz, de modo geral, um breve histórico da catalogação até os dias atuais:

FIGURA 1: Breve histórico da catalogação



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Sobre a história da catalogação no Brasil Modesto (2007, p. 02): afirma que “a primeira iniciativa, no sentido de um código nacional, ocorre com o trabalho de Jorge

Duarte Ribeiro, intitulado Regras bibliográficas ensaios de consolidação editada em 1934”. Para melhor entendimento acerca da evolução da catalogação no Brasil, contextualizando também com a evolução internacional, apresenta-se no Quadro 5, um breve panorama desta evolução, por décadas, adaptado baseado em Modesto (2007, p. 02), e outros autores citados na fonte.

QUADRO 5 - Panorama da evolução da catalogação no Brasil

Período	Fatos históricos
Década 1930	Primeira iniciativa de um Código Nacional de Catalogação; Primeiro curso regular de Catalogação; Fundação da Associação Paulista de Bibliotecário (APB).
Década 1940	Publicação de regras gerais de catalogação de fichas pela APB; O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) institui uma comissão responsável por desenvolver um Código de Catalogação Nacional; A DASP cria normas para organização de um catálogo dicionário de livros periódicos; DASP instituiu o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC); Divulgação e normalização da ficha padrão 7,5 x 12,5 (centímetro) para catalogação; Destaque para publicação de trabalho de Pós-Graduação de Maria Luiza da Cunha, intitulado “Normas brasileiras: um problema na catalogação”; Reformulação do curso para formação de bibliotecários mantidos pela Biblioteca Nacional (BN); Iniciativa de introdução da catalogação na fonte em âmbito não comercial, por Lídia Queirós Sambaquy.
Década 1950	Expansão do curso de Biblioteconomia no país; Fortalecimento do movimento associativo bibliotecário, na luta para que a área da Biblioteconomia se consolidasse como categoria profissional de nível superior; Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, realizado na cidade de São Paulo; 1º Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro; Criação do Instituto de Bibliografia e Documentação (IBBD) sob a direção de Lydia de Queiros Sambaquy; 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD); Fundação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).
Década 1960	23ª Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação (FID) na cidade do Rio de Janeiro; Tradução em português da primeira edição do AACR; Apresentação de um Programa de Padrão Internacional de Descrição Bibliográfica (ISBD) na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC). Elaboração do formato MARC pela Library Congress.
Década 1970	1º Simpósio Nacional de professores de catalogação na cidade de São Paulo; Alice Príncipe Barbosa propôs o Projeto de Catalogação Legível por Computador (CALCO) a partir da defesa de sua dissertação de mestrado, o qual foi aperfeiçoado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), dando origem a Rede BLIODATA/CALCO na década seguinte; O IBBBD cria um grupo para uniformizar as suas normas de catalogação, as quais são também aderidas pela Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Nacional do Livro (INL); O IBBBD juntamente com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) uniformiza o ensino de catalogação nos cursos existentes no país; O IBBBD fez adaptações no AACR, na versão brasileira; 2º Simpósio Nacional de professores de catalogação no Rio de Janeiro; Aprovação pela comunidade bibliotecária da adoção pela entrada sobrenome do autor durante o 8º CBBBD em Brasília; Defesa pela adoção da Catalogação na fonte, iniciativa de Regina Carneiro; O IBBBD é transformado em Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia (IBICT).
Década 1980	Assinatura do acordo entre a FEBAB e a American Library Association (ALA) para publicação da obra AACR2, em 2 volumes; Surgimento do Formato IBICT; Consolidação em âmbito nacional do BLIODATA/CALCO com a entrada da BN na rede; Publicação do volume 1 e 2 do AACR em língua portuguesa, realizado com o apoio do IBICT; O Formato LC MARC se transforma em USMARC.

Década 1990	As tecnologias da informação consolidam a catalogação cooperativa; A catalogação volta-se para o usuário; Rede Bibliodata iniciou estudos para a conversão do CALCO - USMARC; A conversão dos dados deu-se em 1997; O CALCO torna-se obsoleto para a Rede Bibliodata e, assim, também o USMARC, passando por transformações, resultou na junção do USMARC com o CANMARC formando o MARC21; Publicação da IFLA do Relatório Final dos FRBR em 1998.
Década 2000	Intensificação do uso das TICs no mundo, o que possibilitou novas formas de compartilhamento de informação entre as bibliotecas; Serviços de acesso remoto dos registros bibliográficos são disponibilizados por meio da rede internet; International Meetings of Experts for an International Cataloguing Code (IME ICC); Início do desenvolvimento da RDA pela Joint Steering Committee; IFLA publica a versão final dos FRAD; Publicação da versão final dos Princípios Internacionais de Catalogação (2009).
Década 2010 a 2019	Lançamento da RDA junto com a ferramenta RDA Toolkit; Testes RDA nas Bibliotecas dos EUA; Implementação total da RDA pela Library of Congress; Implementação da RDA no controle de autoridade no catálogo de autoridades do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (UCS); Adoção do Comitê Diretos da RDA (RSC) do rascunho do Modelo de Referência de Bibliotecas da IFLA (LRM) para a RDA; A versão final da LRM é endossada pelo Comitê Profissional da IFLA; I Encontro da RDA no Brasil.

Fonte: Tillett (2003); Modesto (2007); IFLA (2009); Machado (2015); (PARK; TOSAKA, 2015); (HUBNER; TEIXEIRA; BAPTISTA, 2017); RSC (2019)

2.2 Os modelos conceituais que fundamentam a RDA

A RDA é uma aplicação dos modelos conceituais, mas não é, em si, um modelo conceitual, é um conjunto de instruções práticas baseadas nos modelos teóricos conceituais, o FRBR, FRAD, FRSAD, e atualmente pela LRM, trabalhados pela JCS para o entendimento claro das partes de um registro bibliográfico. Estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada em suas instruções.

2.2.1 Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)

Desenvolvido pela IFLA, Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, na segunda metade da década de 1990, o *Functional Requirements for Bibliographic Records* – FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) teve sua finalização e divulgação de seu relatório final em 1998. Foi elaborado por um grupo de estudos da IFLA, o qual definiria as diretrizes para a criação de relações entre os dados contidos nos registros bibliográficos e as necessidades dos usuários diante de tais registros.

O modelo conceitual FRBR é uma proposta “[...] para todos os tipos de materiais e tarefas de usuários associados com os recursos bibliográficos [...]”. A essência dos

FRBR está na tríade composta pelas entidades, atributos e relacionamentos encontrados no universo bibliográfico, (TILLET, 2004, p. 02).

Os Requisitos Funcionais são baseados no modelo entidade-relacionamento. O modelo E-R, que foi proposto por Peter Chen em 1970, como método para formulação de projetos lógicos de banco de dados. O modelo FRBR propõe a modelagem/representação simplificada do universo bibliográfico.

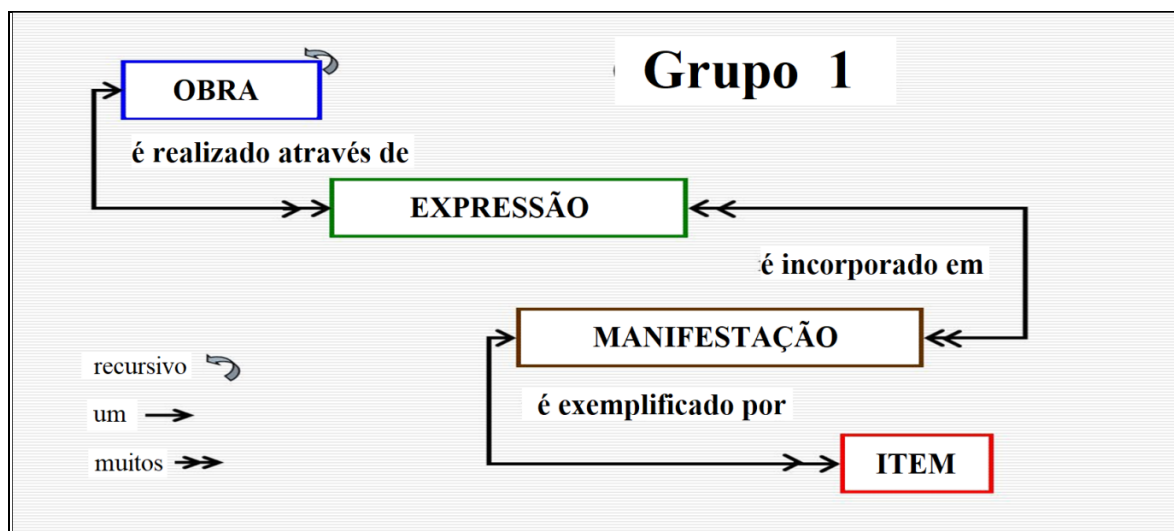
Para os FRBR a representação da informação é baseada em três componentes básicos: as entidades, os atributos e os relacionamentos (entre as entidades). Se reportando ao modelo proposto por CHEN em 1970, o modelo FRBR define esses três componentes da seguinte forma:

- Entidades são “coisas” que podem ser distintamente identificadas (CHEN, 1990, p. 20).
- Atributos são as características, ou propriedades atribuídas às entidades.
- Relacionamentos são vínculos entre uma entidade e outra.

Na visão de Mey e Silveira (2009, p. 17), o modelo conceitual FRBR é um modelo de descrição que visa estruturar e relacionar os dados apontados em registros bibliográficos, frente às necessidades dos usuários. Segundo as autoras, o modelo conceitual FRBR baseia-se na concepção Entidade-Relacionamento por meio de três grupos: Grupo 1 - produto intelectual/artístico, Grupo 2 - responsabilidade e Grupo 3 - assunto.

As principais entidades do modelo FRBR, que formam o grupo 1, são obra, expressão, manifestação e item. A obra é considerada a criação intelectual ou artística de um autor que possui um conteúdo; a expressão é a realização da obra, ou seja, é como se expressa o conteúdo intelectual; a manifestação é a concretização da expressão, inserindo o conteúdo intelectual em uma forma física; o item, por sua vez, é o exemplar individual de uma manifestação (MEY; SILVEIRA, 2009; OLIVER, 2011).

FIGURA 2 – Entidades e relações primárias do grupo1



Os atributos referem-se aos elementos descritivos que representam uma determinada entidade, fornecendo os dados necessários para a realização das tarefas do usuário: encontrar, identificar, selecionar e obter um recurso (OLIVER, 2011, p. 26). Portanto, são os atributos que fornecem as relações necessárias que possibilitam ao usuário navegar pelo catálogo, na busca pela informação desejada.

Segundo Fusco (2011, p. 94), cada entidade contém uma lista de características que devem ser incluídas de acordo com a relevância, que podem ser diretamente ligadas à entidade ou externas à entidade. Essas características são chamadas de atributos, similares a elementos de dados. Os atributos ou metadados são como elementos de descrição bibliográfica, por exemplo: informação da capa, página de rosto, número do catálogo temático, contexto em que a obra foi descrita, forma de acesso, etc. Cada atributo da entidade torna-se um ponto de acesso para esta entidade.

Os atributos podem se dividir em duas categorias de acordo com Beacom apud Fusco (2011, p. 94):

- **Atributos inerentes à entidade:** características físicas e informações obtidas diretamente no documento, como o tipo do suporte físico e as informações contidas na página de rosto, por exemplo. Em geral, são determinados através do exame da própria entidade;

- **Atributos externos a entidade:** características não contidas no documento, como, por exemplo, o número do catálogo temático. Em geral, são determinados a partir de uma fonte externa, uma referência.

O Quadro 6 a seguir proposto por Oliver (2011, p. 27), relata alguns exemplos de atributos relacionados às entidades do grupo 1 do FRBR:

QUADRO 6 – Exemplos de atributos para entidades do grupo 1

Entidades	Atributos
Obra	<i>Título da obra</i> <i>Forma da obra</i> <i>Data da obra</i> <i>Meio de execução (obra musical)</i> <i>Coordenadas (obra cartográfica), etc.</i>
Expressão	<i>Título da expressão</i> <i>Forma da expressão</i> <i>Língua da expressão</i> <i>Tipo de partitura (notação musical)</i> <i>Escala (imagem/objeto cartográfico)</i> <i>etc.</i>
Manifestação	<i>Título da manifestação</i> <i>Indicação de responsabilidade</i> <i>Editora/distribuidora</i> <i>Data de publicação/distribuição</i> <i>Dimensões do suporte</i> <i>Identificador de manifestação</i> <i>etc.</i>
Item	<i>Identificador do item (ex., número do código de barras)</i> <i>Procedência do item</i> <i>Marcas/inscrições</i> <i>Condição do item</i> <i>Restrições de acesso ao item</i> <i>etc...</i>

Fonte: Oliver, 2011, p. 27.

Para o modelo FRBR, os relacionamentos são como vínculos que descrevem as ligações entre entidades, proporcionando um meio de ajuda ao usuário para “navegar” pelo universo que é representado em uma bibliografia, um catálogo ou um banco de dados (FUSCO, 2011, 102).

As relações refletidas no registro bibliográfico possibilitam uma informação adicional ao usuário, auxiliando-o a estabelecer conexões entre a entidade encontrada e outras entidades relacionadas com a mesma. Os relacionamentos servem como veículo para descrever ligações entre uma entidade e outra (FUSCO, 2011, p. 102).

Na Figura 2, os relacionamentos são indicados pelos termos “é realizado através de”, “é incorporado em”, e “é exemplificado por”. A entidade obra é realizada através de uma ou mais expressões, como demonstra a seta dupla. Uma expressão,

por outro lado, é a realização de uma e somente uma obra, como mostrada na seta única. Uma expressão pode ser incorporada em uma ou mais manifestações, de acordo com a seta dupla. Uma manifestação pode incorporar uma ou mais expressões, de acordo com as setas duplas. A manifestação pode ser exemplificada por um ou mais itens, como demonstra as setas duplas, mas um item pode exemplificar uma e somente uma manifestação.

Segundo Fusco (2011, p. 103), no relatório FRBR, item 5.3 da p. 61, dá uma visão geral de relacionamentos complementares entre entidades do Grupo 1. Esses relacionamentos identificam os principais tipos de relacionamentos que operam entre a instância do mesmo tipo de entidade e entre tipos diferentes e incluem exemplos de tipos específicos de entidade que são envolvidos em cada tipo de relacionamento. A seguir o Quadro 7 apresenta os sete diferentes tipos de relacionamentos como proposto por Maxwell, 2008, apud FUSCO, 2011, p. 103:

QUADRO 7 – Tipos de relacionamentos complementares

TIPOS DE RELACIONAMENTOS	DESCRIÇÃO
<i>de equivalência</i>	Acontece entre um recurso e as cópias exatas do mesmo recurso, desde que haja o mesmo conteúdo artístico e intelectual. O relacionamento de equivalência existe entre vários <i>Manifestações</i> de uma <i>Expressão</i> de uma <i>Obra</i> e nos FRBR este relacionamento é chamado de “relacionamento manifestação-para-manifestação”.
<i>Derivativos</i>	Acontecem entre um recurso e outro recurso que é baseado no primeiro, cujo original foi modificado de certa forma. Dois recursos podem estar relacionados por um relacionamento derivativo desde que sejam da mesma <i>Obra</i> , como por exemplo, uma nova edição.
<i>Descritivos</i>	Acontecem entre uma <i>Obra</i> e outra <i>Obra</i> que a descreve. Relaciona uma entidade bibliográfica e uma descrição, crítica ou revisada dessa entidade, como, por exemplo, o comentário ou uma crítica de uma obra.
<i>Todo-parte</i>	Ocorrem entre um recurso e suas partes. O relacionamento inclui divisões que são consideradas Obras singulares, como, por exemplo, o relacionamento entre um prefácio ou um capítulo de uma <i>Obra</i> completa. Ocorre também em obras agregadas e suas partes como, por exemplo, o relacionamento de uma monografia e suas series.
<i>de acompanhamento</i>	Ocorrem entre uma entidade e outra que o acompanham. Em alguns casos uma entidade é predominante e a outra é subordinada a esta como, por exemplo, entre um texto e seu complemento.
<i>Sequenciais</i>	Acontecem entre entidades que continuam ou que precedem outras entidades. Ocorrem entre as várias partes de uma serie numerada ou periódicos, semelhante ao relacionamento cronológico no formato MARC.
<i>de característica compartilhada</i>	Recursos bibliográficos que não têm nenhum dos relacionamentos descritos anteriormente, mas que compartilham autor, título, assunto ou outra característica mantêm entre si relacionamentos de características compartilhada.

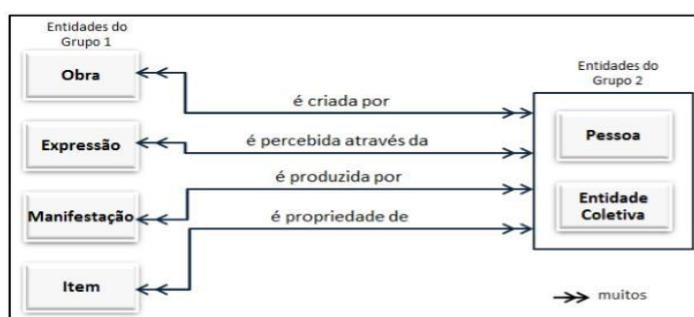
Fonte: Fusco 2011, p. 104.

De acordo com Oliver (2011, p. 20), no modelo conceitual FRBR, o usuário recupera um recurso informacional por meio das quatro tarefas distintas já citadas: encontrar, identificar, selecionar e obter:

- **Encontrar** entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário (isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades num arquivo ou base de dados como resultado de uma busca que empregue um atributo ou uma relação da entidade);
- **Identificar** uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
- **Selecionar** uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico, etc., ou recusar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário);
- **Obter** acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo, etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto).

As entidades do “Grupo 2” dos FRBR, apresentadas na Figura 3, são pessoas e organizações que estão relacionadas às entidades do “Grupo 1”, por meio de relacionamentos específicos. Esses relacionamentos refletem o papel da pessoa ou organização, no que diz respeito à obra, à expressão, à manifestação ou ao item. O modelo FRBR mostra-nos como é importante esse papel para desempenhar as tarefas do usuário e para assisti-lo na navegação através do universo bibliográfico (Tillett, 2003, p. 02).

FIGURA 3 – Entidades do grupo 2 relacionadas com o grupo 1

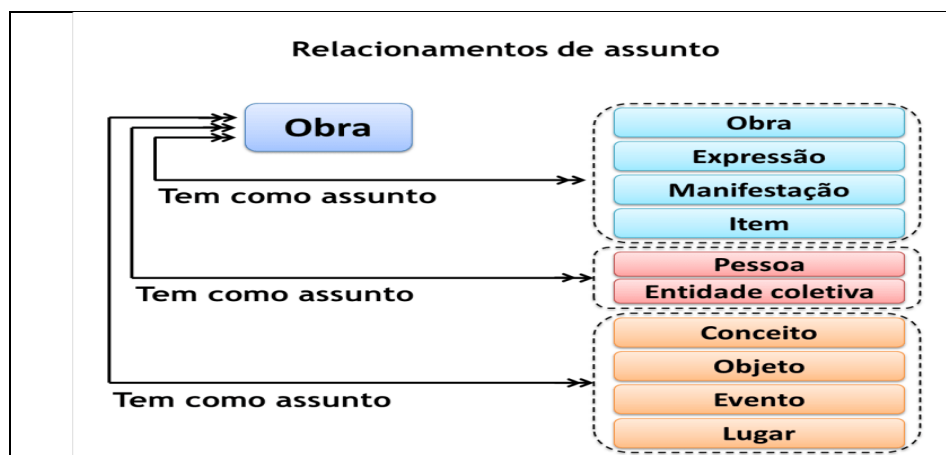


Fonte: Silva e Santos, 2012, p. 7.

De acordo com Tillett (2004, p. 02), as entidades do “Grupo 3” do FRBR são os assuntos das obras. Estes podem ser conceitos, objetos, eventos, lugares e quaisquer

das entidades do "Grupo 1" ou do "Grupo 2". Por exemplo, pode-se ter uma obra sobre outra obra ou uma obra sobre uma pessoa ou organização.

FIGURA 4 – Relacionamentos entre as entidades do grupo 3



Fonte: Assumpção, 2012.

2.2.2 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)

Outro modelo que está atrelado à RDA são os *Functional Requirements for Authority Data* – FRAD (Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade), que se configuram como ampliação do FRBR, incluindo todas as entidades adicionais específicas do controle de autoridade, a saber, segundo Oliver (2011, p. 30): “nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência”. A navegação perante a recuperação da informação se dá de maneira delineada, pois, alcançam o controle de autoridade existente nos moldes da catalogação.

E em 1999, a *Division of Bibliographic Control*, o *Universal Bibliographic Control* e o *International MARC Program* da IFLA nomearam o grupo de trabalho *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR). E depois de muitas reuniões este grupo de trabalho preparou vários resumos de um modelo conceitual. Em 2007, a primeira versão preliminar do modelo, então chamado *Functional Requirements for Authority Records* (FRAR) foi disponibilizado para revisão e renomeado para *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 38).

Segundo Mey e Silveira (2009, p. 38), o FRAD é planejado para, além de criar um quadro de referência estruturada, fazer o relacionamento entre os dados dos

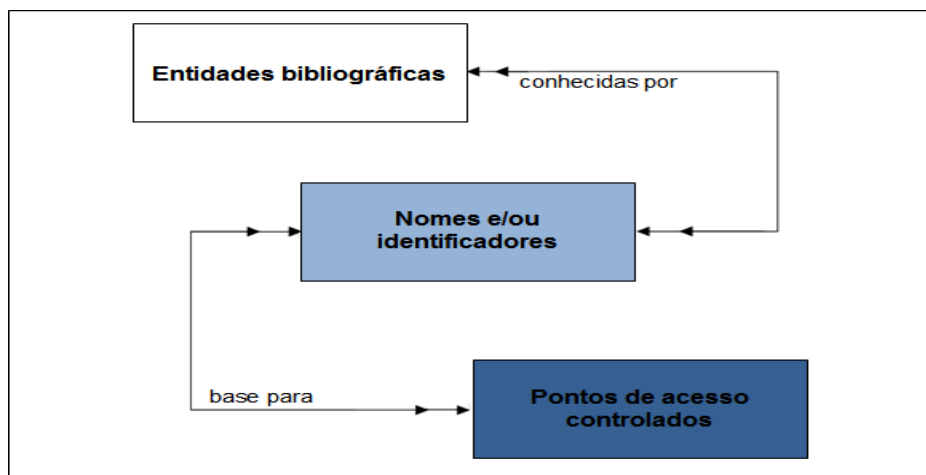
registros de autoridade, mediante as necessidades dos usuários. Assim sendo, ambos os modelos conceituais têm como ponto de partida os usuários e suas necessidades.

Os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade, como os FRBR, usam tarefas de usuários e repetem algumas das entidades, mas com foco nos dados de autoridade. De acordo com Mey e Silveira (2009, p. 39) ficaram assim divididas e conceituadas as tarefas dos usuários no FRAD:

- **Encontrar** uma entidade ou conjunto de entidades correspondentes a um critério determinado, ou explorar o universo de entidades bibliográficas utilizando seus atributos e relações;
- **Identificar** uma entidade ou validar a forma do nome a ser usado como ponto de acesso controlado;
- **Contextualizar** uma pessoa, uma entidade coletiva, uma obra etc. em determinado contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas, entidades coletivas, obras etc. e um nome pelo qual esta pessoa, entidade coletiva etc. é conhecida;
- **Justificar** indicando a fonte na qual se baseia o ponto de acesso controlado, a razão da escolha do nome ou de sua forma pelo criador do dado de autoridade.

As tarefas de usuário “encontrar” e “identificar” são exemplificadas no cotidiano dos usuários. O usuário começa procurando um autor, utilizando o nome deste. Ele pode simplesmente quer recuperar tudo relativo ao nome do autor, ou usar isso como ponto de partida para chegar a outras fontes, e a outras pessoas relacionadas com o autor (OLIVER, 2011, p. 21).

“Contextualizar” e “justificar” não são tarefas de usuário universais, são executadas por quem cria dados de autoridade, ou, seja, o catalogador, em proveito do usuário final. (OLIVER, 2011, p. 22). De acordo com a Figura 5 podemos ver de forma simples os fundamentos do modelo FRAD:

FIGURA 5 – Fundamentos básicos para o modelo conceitual FRAD

Fonte: Adaptado da IFLA, 2009a, p. 04

A figura anterior nos mostra que as entidades bibliográficas, sejam elas uma obra, uma pessoa, instituição, etc., são conhecidas pelos seus nomes ou identificadores (número, palavra, frase), que serão a base para a construção dos pontos de acesso controlados, seja este, um nome, termo, código ou qualquer um registro de autoridade.

2.2.3 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD)

O modelo conceitual *Functional Requirements for Subject Authority Data* – FRSAD (*Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto*) possui dois modelos antecedentes, os FRBR e os FRAD, apresentados nos tópicos 2.3.1 e 2.3.2 desse trabalho. Em suma, o FRSAD foi desenvolvido diante do seguinte contexto (IFLA, 2010, p. 06, tradução nossa):

O modelo FRBR não contemplava em profundidade os dados de autoridade, assim sendo o grupo FRANAR recomendou que fosse desenvolvido um modelo conceitual para as entidades descritas nos registros de autoridade, então foi criado o modelo FRSAD com o propósito de ser um marco para a análise dos requisitos funcionais para todos os tipos de dados de autoridade. Embora o grupo FRANAR tenha incluído alguns aspectos dos dados de autoridade de assunto no modelo, não assumiu por completo as entidades e relações pertinentes para as autoridades de assunto, para esse propósito foi criado o FRSAD pelo grupo de trabalho FRSAR (IFLA, 2010, p. 07, tradução nossa).

O FRSAD faz parte do que se convencionou chamar de “família” FRBR. Desde a concepção do modelo FRBR, o grupo de estudos da IFLA que o produziu reconheceu a necessidade de alguns aspectos do modelo serem analisados detalhadamente,

indicando a possibilidade de expansão das formas autorizadas de nomes – entidades relacionadas no grupo dois que foram expandidas no modelo conceitual Requisitos para Dados de Autoridade - FRAD –, assim como uma análise complementar das entidades que constituem os assuntos de uma obra – entidades relacionadas no grupo três - que culminou no desenvolvimento do modelo conceitual FRSAD.

Portanto, o propósito principal do estudo acerca dos FRSAD é o de desenvolver um modelo que proporcione uma compreensão clara e compartilhada em que os dados, registros e/ou catálogos de autoridade de assunto tenham como objetivo proporcionar informação sobre algo e alcançar os termos de recuperação a fim de responder de forma positiva às necessidades dos usuários. Para tanto, o grupo de trabalho FRSAR, definiu as seguintes prioridades do modelo (IFLA, 2010, p. 09, tradução nossa):

- 1) Construir um modelo conceitual das dez entidades dos FRBR mais a entidade família, já que qualquer dessas entidades pode ser assunto de obra, porém com foco nas entidades exclusivas de assunto (conceito, objeto, evento e lugar). “Tradução do autor”
- 2) Proporcionar um marco de referência estruturado e claramente definido para relacionar os dados gravados nos registros de autoridade de assunto com as necessidades dos usuários desses dados. “Tradução do autor”
- 3) Ajudar na evolução no potencial da utilização e intercâmbio internacional dos dados de autoridade de assunto no fazer bibliotecário.

Para cumprir esses termos de referência, o Grupo de Trabalho FRSAR estabeleceu dois subgrupos: Subgrupo de Tarefas do Usuário e Subgrupo de Entidades do Assunto.

O subgrupo de tarefas do usuário concentrou-se nos estudos do usuário e na definição de tarefas do usuário. Para os fins deste estudo, os usuários dos dados da autoridade de assunto incluem profissionais da informação que criam e mantêm dados da autoridade de assunto, profissionais da informação que criam e mantêm metadados, intermediários e usuários finais que pesquisam informações para atender às necessidades de informações. Os requisitos funcionais para dados da autoridade de assunto são definidos em relação às seguintes tarefas gerais que são executadas por esses usuários (IFLA, 2010, p. 09, tradução nossa):

- **Encontrar** um ou mais assuntos e/ou suas denominações, que correspondam aos critérios estabelecidos pelo usuário, usando atributos e relacionamentos;

- **Identificar** um sujeito e/ou sua denominação com base em seus atributos ou relacionamentos (ou seja, para distinguir entre dois ou mais sujeitos ou denominações com características semelhantes e confirmar que o assunto ou denominação apropriada foi encontrado);
- **Selecionar** um assunto e/ou sua denominação apropriada às necessidades do usuário (ou seja, para escolher ou rejeitar com base nos requisitos e necessidades do usuário);
- **Explorar** os relacionamentos entre os sujeitos e/ou suas apelações (por exemplo, para explorar os relacionamentos a fim de entender a estrutura de um domínio do sujeito e sua terminologia).

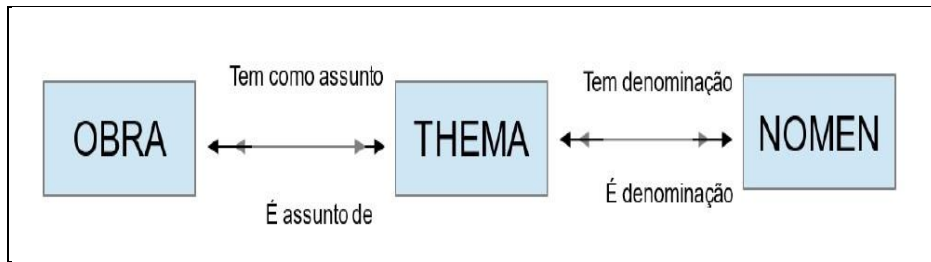
Sobre os termos “**aboutness**” e “**ofness**”, que são citados ao longo do relatório da IFLA (2010, p. 10, tradução nossa), pode-se dizer que, o termo “aboutness”, é a relação entre a obra e seu assunto, ou seja, a intenção que se tem com determinada obra, por exemplo, a intenção que se tem quando uma foto de família após uma viagem é publicada por alguém em uma rede social, ou seja, seu uso é mais específico, já se por acaso, essa mesma fotografia é utilizada por um pesquisador para representar o lugar em que visitamos de forma genérica, não levando em consideração a história daquela imagem, pode-se enquadrá-la no termo “ofness”.

O modelo FRSAD identificou e definiu duas entidades de alto nível para os dados de autoridade de assunto, *thema* e *nomen*, sendo definidas assim (IFLA, 2010, p.15, tradução nossa):

- **Thema:** qualquer entidade usada como um assunto de uma obra.
- **Nomen:** qualquer signo ou sequência de signos (caracteres alfanuméricos, símbolo, som, etc.) que um *thema* é conhecido por, referido a, ou tratado como.

Thema e *nomen* são centrais no desenvolvimento do modelo FRSAD, o qual define que uma obra tem como assunto um *thema*, que é assunto de uma obra, assim como um *thema* tem denominação no *nomen*, e um *nomen* é a denominação de um *thema*, como mostra a Figura 6.

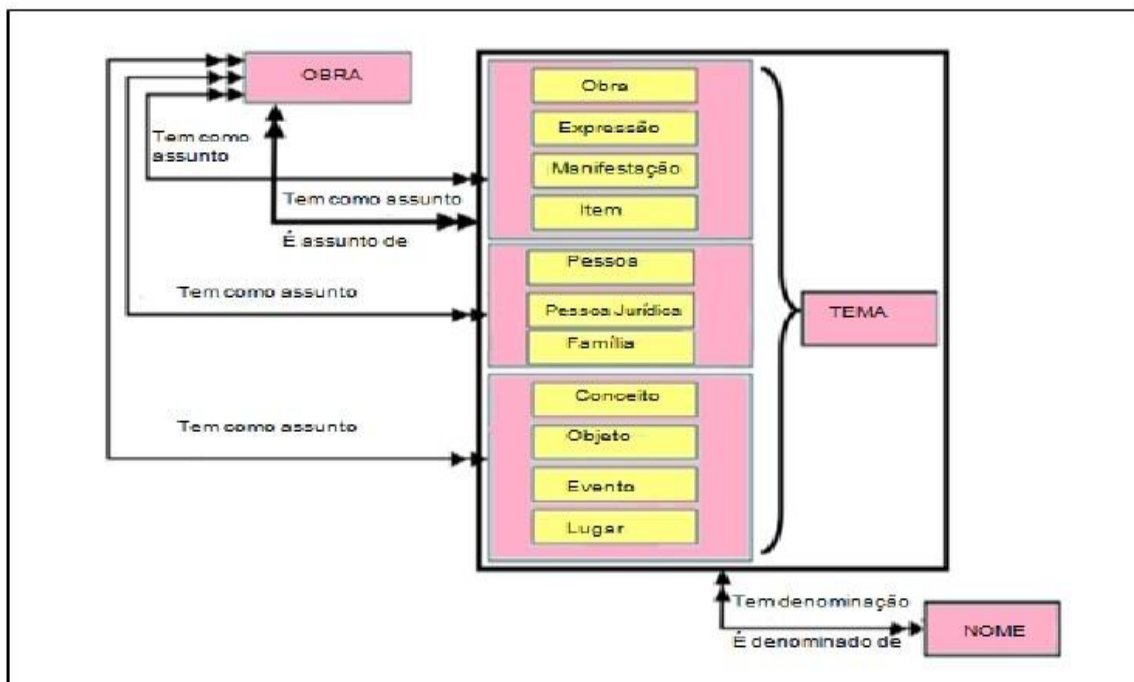
FIGURA 6 - Modelo conceitual FRSAD



Fonte: Adaptado de IFLA (2010, p.15)

O marco geral do modelo FRSAD, apresenta-se na Figura 7, esta representa as relações de assunto entre Obra e as entidades dos grupos 1, 2 e 3 dos FRBR mais a entidade família do modelo FRAD. Já as entidades do terceiro grupo representam um conjunto adicional de entidades que servem sempre como assunto de Obra. O grupo FRSAR inclui, conforme o modelo FRBR, “conceito” (noção abstrata de lugar), “objeto” (coisa material), “acontecimento” (uma ação ou evento) e “lugar” (localização). (IFLA, 2010, p. 15, tradução nossa).

FIGURA 7 – Relação do FRSAD com o FRBR e FRAD



Fonte: IFLA, 2010, p. 15. “Tradução nossa”

O modelo conceitual FRSAD, de acordo com a figura anterior, estabelece dois conjuntos de relacionamentos entre diferentes tipos de entidades (obra-para-thema; thema-para-nomen) e entre entidades de mesmo tipo (thema-para-thema; nomen-para-nomen). Portanto, “obra-para-thema” indica que qualquer das entidades do

modelo pode ser o assunto de uma obra, ou seja, qualquer obra pode ter vários temas e qualquer thema pode ser um assunto de várias obras. Já o “thema-para-nomen” evidencia que qualquer thema pode ter múltiplos nomen, como ocorre em diferentes idiomas, ou seja, essa relação é de muitos-para-muitos. (MELO, 2013)

2.2.4 IFLA Library Reference Model (LRM)

Desde a primeira publicação dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) em 1998, a família FR de modelos conceituais foi ampliada para incluir três modelos diferentes para aspectos específicos do universo bibliográfico. Além de FRBR para dados bibliográficos, a família FR de modelos conceituais incluiu os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) e os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (Functional Requirements for Subject Authority, FRSAD). (IFLA, 2017, p. 05, tradução nossa).

O *FRBR Review Group*²⁶ trabalhou ativamente para desenvolver um modelo consolidado a partir de 2010 em uma série de reuniões de trabalho realizadas em conjunto com as conferências da IFLA e em uma reunião adicional realizada em abril de 2012, durante a qual o primeiro rascunho da consolidação de tarefas do usuário foi elaborado.

Em 2013, em Singapura, o *FRBR Review Group* formou um Grupo Editorial de Consolidação (CEG) para focar na reavaliação detalhada de atributos e relacionamentos e sobre a elaboração deste documento preliminar para definição do modelo consolidado. O CEG (às vezes com outros membros do Grupo de Revisão FRBR ou especialistas convidados) realizou cinco reuniões de vários dias e analisou em detalhes o progresso com o Grupo de Revisão FRBR em uma reunião de trabalho realizada em 2014 em Lyon (França) e outra realizada em 2015 na Cidade do Cabo (África do Sul). (IFLA, 2017, p. 06, tradução nossa).

Entre 28 de fevereiro e 1º de maio de 2016, foi realizada uma Revisão Global do Modelo de Referência de Bibliotecas FRBR. O CEG se reuniu novamente entre os dias 19 e 23 de maio de 2016 para discutir as respostas e atualizar o modelo

²⁶ O *FRBR Review Group* foi criado pela Seção de Catalogação da IFLA Cataloging Seção 2 em 2003 para garantir a manutenção contínua do modelo conceitual FRBR para dados bibliográficos descrito no relatório final de Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos publicado em 1998 (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos: Relatório Final).

preliminar. O *FRBR Review Group* examinou esse esboço em uma reunião de trabalho em 2016 em Columbus, Ohio, EUA. Na reunião de 2016, o nome do modelo foi modificado pelo Modelo de Referência da Biblioteca da IFLA (IFLA LRM). (IFLA, 2017, p. 06, tradução nossa).

O Modelo de Referência da Biblioteca IFLA pretende ser um modelo de referência conceitual de alto nível desenvolvido dentro da estrutura de um modelo aprimorado de relacionamento com entidades. O modelo engloba dados bibliográficos entendidos em um sentido amplo e geral. Ele procura explicar os princípios gerais que governam a estrutura lógica da informação bibliográfica, sem fazer suposições sobre a maneira pela qual tais dados podem ser armazenados em um sistema ou aplicativo específico. Conseqüentemente, o modelo não faz distinção entre dados tradicionalmente armazenados em registros bibliográficos ou de estoque e dados tradicionalmente armazenados em registros de nome ou registros de autoridade de assunto. (IFLA, 2017, p. 08, tradução nossa).

O modelo IFLA LRM estabelece seu escopo funcional com base nas tarefas dos usuários, definidas do ponto de vista do usuário final e das necessidades do usuário final. O modelo considera as informações bibliográficas relevantes para todos os tipos de recursos que geralmente são de interesse das bibliotecas; no entanto, o modelo procura revelar as características compartilhadas e a estrutura subjacente dos recursos bibliográficos. O modelo selecionou termos e criou definições para que pudessem ser aplicados genericamente a todos os tipos de recursos ou a todas as entidades relevantes. Conseqüentemente, os elementos de dados considerados especializados ou específicos para determinados tipos de recursos, em geral, não são representados no modelo. (IFLA, 2017, p. 08, tradução nossa).

O modelo conceitual declarado no IFLA LRM, como tal, foi concebido como um guia ou base para a formulação de regras de catalogação e implementação de sistemas bibliográficos. Qualquer aplicação prática deve determinar um nível adequado de precisão e exigir uma extensão dentro do contexto do modelo ou até mesmo algumas omissões. Entretanto, para que qualquer implementação seja considerada fiel ao modelo, a estrutura básica das entidades e as relações entre elas (incluindo limitações de cardinalidade) devem ser respeitadas, bem como o link com os atributos implementados. (IFLA, 2017, p. 09, tradução nossa).

O IFLA LRM oferece mecanismos que permitem as expansões que provavelmente serão necessárias em uma implementação real. A definição do atributo

de *categoria* para a entidade *res* permite que as implementações criem, para qualquer uma das entidades, as subclasses que possam ser necessárias. Atributos específicos adicionais podem ser adicionados para uma ou todas as entidades, seguindo os padrões fornecidos, para cobrir, por exemplo, tipos específicos de recursos ou para fornecer mais detalhes sobre os *agentes*. (IFLA, 2017, p. 09, tradução nossa).

O IFLA LRM, como o nome indica, permanece um modelo da comunidade de bibliotecas para dados da biblioteca. Não se destina a restringir outras comunidades dedicadas à preservação do patrimônio em sua conceituação de dados relacionados às suas respectivas comunidades. O diálogo entre comunidades no desenvolvimento de ontologias de múltiplos domínios é de grande interesse e oferece a possibilidade de fornecer um serviço aprimorado aos usuários. Estabelecer um modelo único e coerente do domínio da biblioteca, como o IFLA LRM, é um pré-requisito favorável e necessário para qualquer atividade conjunta que vise o desenvolvimento de um modelo comum no futuro. (IFLA, 2017, p. 11, tradução nossa).

Ao formular tarefas do usuário que são o foco do modelo, foram consideradas as necessidades de uma ampla variedade de usuários de dados bibliográficos e de autoridade. As cinco tarefas do usuário descritas no Quadro 8 constituem uma declaração do escopo funcional do modelo e confirmam sua orientação para as necessidades do usuário final.

Ao decompor o processo de busca de informações nas cinco tarefas genéricas, pretende-se identificar cada um dos aspectos básicos desse processo. Embora as tarefas estejam listadas em uma determinada ordem, isso não implica que sejam etapas obrigatórias em um processo ideal de busca de informações.

A definição formal do modelo LRM abrange os três elementos usados nos modelos de relacionamento entre entidades:

- **As entidades:** as classes que constituem o foco de interesse;
- **Atributos:** os dados que caracterizam as instâncias das entidades;
- **Relacionamentos:** as propriedades que vinculam as instâncias das entidades.

QUADRO 8 – Tarefas do usuário LRM

TAREFAS	DEFINIÇÃO
<i>Encontrar</i>	Reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse por meio de uma pesquisa baseada em critérios relevantes.
<i>Identificar</i>	Entender claramente a natureza dos recursos encontrados e diferencie recursos semelhantes.
<i>Selecionar</i>	Determinar a relevância dos recursos encontrados e aceite ou rejeite recursos específicos.
<i>Obter</i>	Acessar o conteúdo do recurso.
<i>Explorar</i>	Descobrir recursos usando os relacionamentos entre eles e, portanto, coloque-os em contexto.

Fonte: adaptação da IFLA, 2017, p. 13. "Tradução nossa"

As entidades definidas no modelo são aquelas identificadas como objetos-chave de interesse dos usuários dos sistemas de informações da biblioteca. Essas entidades são definidas em termos gerais e inclusivos, a fim de destacar os recursos mais relevantes para atender às necessidades dos usuários. As entidades servem como domínios e intervalos de relacionamentos destacados pelo modelo. Os atributos definidos para cada entidade servem para definir suas características em mais detalhes.

No processo de consolidação, cada entidade definida nos modelos FR existentes foi examinada criticamente. As definições foram cuidadosamente consideradas, particularmente daquelas entidades que são semelhantes nos diferentes modelos (como FRAD: name e FRSAD: nomen), para determinar se essas entidades poderiam ser fundidas e generalizadas. Entidades sem atributos ou relacionamentos específicos não foram preservadas. Como resultado desta revisão, entidades existentes (10 em FRBR, 16 em FRAD, 3 em FRSAD) foram retidas (embora algumas vezes redefinidas), fundidas, rejeitadas, consideradas fora de aplicação ou consideradas um tipo de outra entidade. Novas entidades foram estabelecidas quando serviram para simplificar o modelo, extrair generalizações subjacentes e reduzir a redundância na declaração de relacionamentos e atributos. O resultado final é de 11 entidades e 3 tipos pré-definidos, conforme descrito na Quadro 9.

QUADRO 9 – Entidades LRM

Entidade	Definição	Fonte
<i>Res</i>	Qualquer entidade no universo da fala	Renomeado/ redefinido do FRSAD: <i>Thema</i>
<i>Obra</i>	O conteúdo intelectual ou artístico de uma criação específica	Conservada do FRBR
<i>Expressão</i>	Combinação distinta de signos que transmitem conteúdo intelectual ou artístico	Conservada do FRBR
<i>Manifestação</i>	Conjunto de mídias que compartilham as mesmas características em termos de conteúdo intelectual ou artístico e aspectos relacionados à forma física. Este conjunto é definido pelo conteúdo geral e pelo plano de produção para seu suporte ou suportes.	Conservada do FRBR
<i>Item</i>	Objeto ou objetos que carregam sinais cujo objetivo é transmitir conteúdo intelectual ou artístico.	Conservada do FRBR
<i>Agente</i>	Entidade apta a exercer relações de responsabilidade em relação a Obras, Expressões, Manifestações ou Itens.	Nova: superclasse de <i>Pessoa e Grupo</i>
<i>Pessoa</i>	Ser humano	Conservada do FRAD
<i>Grupo</i>	Conjunto ou organização de pessoas que usam um nome específico e atua como uma unidade	Nova: Incluem os tipos de <i>Família e Entidade corporativa</i>
<i>Nomen</i>	Qualquer sinal ou disposição de sinais pelos quais uma entidade é conhecida	Fusão do FRSAD: <i>Nomen</i> e FRAD: <i>Nome e Ponto de acesso controlado</i> (inclui o tipo de <i>identificador</i>)
<i>Lugar</i>	Dada extensão de espaço	Readaptado do FRBR: <i>Lugar</i>
<i>Período de tempo</i>	Extensão temporária com começo, final e duração	Nova

Fonte: Riva; Zamer, 2015, p. 05. "Tradução nossa"

Segundo Riva e Zamer (2015, p. 05, tradução nossa), o modelo FRBR-LRM define uma única entidade de nível superior (*res*, ou "thing" em latim, uma generalização da entidade do FRSAD *thema* além das necessidades da relação de matéria). As outras dez entidades são subclasses diretas ou indiretas de *res*. Oito entidades são subclasses diretas de *res*: *obra*, *expressão*, *manifestação*, *item*, *agente*, *nomen*, *lugar*, *período de tempo*. As duas entidades finais são subclasses da entidade do *agente*: *pessoa* e *grupo*. Finalmente, três tipos específicos são predefinidos no modelo: *família* e *entidade corporativa*, que são tipos de *grupos* e *identificador* que é um tipo de *nomen*.

Os atributos caracterizam classes específicas de uma entidade. Nenhum dos atributos definidos no modelo é necessário para uma instância específica de uma entidade, mas os atributos podem ser registrados, se aplicável, e facilmente determináveis, quando os dados são considerados relevantes para os propósitos do aplicativo. O modelo conceitual define e descreve o conteúdo do atributo, mas cada aplicativo deve fornecer detalhes sobre o método para registrar os dados. Os dados de um atributo podem ser registrados de acordo com uma lista ou vocabulário controlado, ou como um literal de linguagem natural em um idioma e alfabeto preferidos por quem registra os dados. Algumas instâncias de entidades podem ter vários valores para um determinado atributo, simultaneamente ou ao longo do tempo. Esses atributos são chamados de valores múltiplos. (IFLA, 2017, p. 37, tradução nossa).

O atributo de *categoria*: Como o atributo de categoria é declarado para a entidade *res*, ele pode ser dividido automaticamente em subtipos a serem aplicados a qualquer entidade. Devido aos casos de uso significativos para a categorização de certas entidades, alguns subtipos específicos para cada entidade da categoria de atributo geral são declarados no modelo e recebem seu próprio número de atributo (IFLA, 2017, p. 39, tradução nossa).

O atributo *nota*: Como o atributo *note* é declarado para a entidade *res*, ele pode ser dividido em subtipos que se aplicam a qualquer entidade. As notas permitem associar informações sobre uma instância de uma entidade com essa entidade. Ele pode ser implementado para armazenar informações em texto livre em vez de serem armazenadas como atributos ou relacionamentos específicos e estruturados (IFLA, 2017, p. 39, tradução nossa).

O Quadro 10 descreve cada atributo declarado no modelo. Os atributos são agrupados de acordo com a entidade com a qual eles estão relacionados. A ordem de apresentação dos atributos dentro de cada entidade é a seguinte: o atributo categoria (se declarado especificamente para a entidade) é o primeiro, então os atributos são listados pelo seu agrupamento lógico e, finalmente, em ordem alfabética.

Para cada atributo, as colunas na primeira linha do quadro apresentam, após o número e a entidade, um nome abreviado do atributo, seguido por uma breve definição. As seguintes linhas do quadro incluem uma nota de escopo mais extensa, se necessário, e uma seleção de exemplos desse atributo. Para entender completamente um atributo, é importante consultar a definição e a nota de escopo

completo. O nome de um atributo por si só não transmite o significado completo desse atributo.

QUADRO 10 – Atributos do modelo LRM

Entidade	Atributo	Definição
RES	Categoria	Tipo ao qual a entidade <i>res</i> pertence
RES	Nota	Toda a informação sobre uma <i>res</i> que não é registrada através do uso de atributos e / ou relacionamentos específicos.
OBRA	Categoria	Tipo ao qual pertence a <i>obra</i> .
OBRA	Atributo de expressão representativa	Atributo considerado fundamental para <i>caracterizar a obra</i> trabalho e cujos valores são retirados de uma <i>expressão</i> representativa ou canônica do trabalho.
EXPRESSÃO	Categoria	Tipo a o qual pertence a <i>expressão</i> .
EXPRESSÃO	Extensão	Quantificação da extensão da <i>expressão</i> .
EXPRESSÃO	Público esperado	Grupo de usuários para o qual a <i>expressão</i> é direcionada.
EXPRESSÃO	Direitos de uso	Tipo de restrições de uso para o qual a <i>expressão</i> é enviada.
EXPRESSÃO	Escala cartográfica	Relação de distâncias em uma <i>expressão</i> cartográfica em relação às distâncias reais que representam.
EXPRESSÃO	Idioma	Idioma utilizado na <i>expressão</i> .
EXPRESSÃO	Chave	Estrutura tonal (escala musical, modo eclesiástico, raga, maqam, etc.) que caracteriza a <i>expressão</i> .
MANIFESTAÇÃO	Meio de Interpretação	Combinação de ferramentas de interpretação (vozes, instrumentos, montagens, etc.) mencionadas, planejadas ou efetivamente usadas na <i>expressão</i> .
MANIFESTAÇÃO	Categoria de Suporte	Tipo de material ao qual se supõe que todos os suportes físicos da <i>manifestação</i> pertencem.
MANIFESTAÇÃO	Extensão	Quantificação da extensão observada em um suporte físico da <i>manifestação</i> e que é assumido como sendo observável em todos os outros suportes físicos da <i>manifestação</i> .
MANIFESTAÇÃO	Público-alvo esperado	Classe de usuários para o qual são direcionados os suportes físicos da <i>demonstração</i> da <i>manifestação</i> .
MANIFESTAÇÃO	Menção de manifestação	Menção que aparece em cópias da <i>manifestação</i> e é considerado essencial para os usuários entenderem como o recurso representa a si mesmo.
MANIFESTAÇÃO	Condições de acesso	Informações sobre como os suportes de uma <i>manifestação</i> podem ser obtidos.
MANIFESTAÇÃO	Direitos de uso	Tipo de restrições de uso e / ou acesso ao qual se assume que todos os suportes de uma <i>manifestação</i> são submetidos.
ITEM	Lugar	A coleção e / ou instituição na qual o <i>item</i> está localizada, armazenada ou disponível.
ITEM	Direito de uso	Tipo de restrições de uso e / ou acesso para o qual o <i>item</i> cópia é submetida.
AGENTE	Informação de contato	Informações úteis para se comunicar com o <i>agente</i> .
AGENTE	Campo de atividade	Campo de trabalho ou conhecimento, etc., no qual o <i>agente</i> participa ou participa.
AGENTE	Idioma	Idioma usado pelo <i>agente</i> para criar uma <i>expressão</i> .
PESSOA	Profissão/Ocupação	Profissão ou ocupação exercida ou exercida por uma <i>pessoa</i> .
NOMEN	Categoria	Tipo o qual pertence o <i>nomen</i> .
NOMEN	Sequência de nomen	Combinação de signos que formam uma denominação associada a uma entidade através do <i>nomen</i> .
NOMEN	Esquema	Esquema na qual é estabelecido o <i>nomen</i> .
NOMEN	Público esperado	Classe de usuários para os quais o nome é considerado apropriado ou preferido.
NOMEN	Contexto de uso	Informações sobre o contexto em que um <i>nomen</i> é usado por um <i>agente</i> referido através do <i>nomen</i> .
NOMEN	Fonte de referência	Fonte em que há evidências do uso do <i>nomen</i> .
NOMEN	Idioma	Idioma em que o <i>nomen</i> é expresso.
NOMEN	Alfabeto	Alfabeto em que a notação do <i>nomen</i> é executada.
NOMEN	Conversão de alfabeto	A norma, sistema ou padrão usado para criar um <i>nomen</i> que deriva de outro <i>nomen</i> anotado em um alfabeto diferente.
LUGAR	Categoria	Tipo ao qual pertence o <i>lugar</i> .
LUGAR	Localização	Delimitação do território físico do <i>lugar</i> .
PERÍODO DE TEMPO	Início	Valor atribuído ao momento em que o <i>período de tempo</i> começou, expresso precisamente em um sistema externo credenciado que permite o posicionamento temporário de eventos.
PERÍODO DE TEMPO	Final	Valor atribuído ao momento em que o <i>período de tempo</i> terminou, expresso precisamente em um sistema externo credenciado que permite o posicionamento temporário de eventos.

Fonte: Adaptação IFLA, 2017, p. 40. "Tradução nossa"

De acordo com Riva e Zamer (2015, p. 06, tradução nossa), os relacionamentos são uma parte essencial do universo bibliográfico: eles conectam instâncias de tipos de entidades e fornecem contexto. As relações estão incluídas nos três modelos FR. Enquanto os relacionamentos entre obras, expressões, manifestações, itens (chamados primários em FRBR) permanecem os mesmos em todos os três modelos, outros relacionamentos foram modelados de maneiras diferentes e em graus variados de generalidade.

No modelo IFLA LRM, os relacionamentos são declarados de maneira geral e abstrata e, portanto, os implementadores podem incluir detalhes adicionais de maneira consistente por meio de especificações complementares. As relações entre obras, expressões, manifestações e itens são o núcleo do modelo. A implementação de outros relacionamentos é promovida, pois estimula a exploração e a descoberta e é muito importante para os usuários finais. (IFLA, 2017, p. 69, tradução nossa).

2.3 A norma RDA (Resource Description and Access)

Com as mudanças influenciadas pelas TICs, as quais proporcionaram a expansão dos ambientes digitais e, conseqüentemente, o desenvolvimento de novos suportes e formatos de recursos informacionais, mostrou-se necessário uma revisão do AACR2R em 2004, para adequá-lo a essa nova realidade informacional. Essa revisão foi gerenciada, pelo *Joint Steering Committee* (JSC), e propunha uma nova edição do AACR2R, o AACR3, com consideráveis mudanças. No entanto, tais mudanças foram tão abrangentes que levou a JCS em 2005, iniciar o desenvolvimento de uma nova norma que, chamaram de RDA (MEY; SILVEIRA, 2009, p.90).

A RDA foi desenvolvida em um processo colaborativo entre quatro países (Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos), liderados pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA – JSC* (Comitê Diretor para o Desenvolvimento do RDA). O JSC é composto por representantes de seis grandes comunidades de catalogação anglo-americanas, a *American Library Association* (ALA), o *Australian Committee on Cataloguing* (ACOC), a *British Library* (BL), o *Canadian Committee on*

Cataloguing (CCC), o *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP)²⁷, e a *Library of Congress* (LC) (CAVALCANTI, 2013, p. 53).

A *Resource Description and Access* (RDA) é a nova norma de catalogação que irá substituir as *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition* (AACR2R). Apesar de manter uma forte relação com as AACR2R, a RDA difere em muitos aspectos, devido sua construção ter sido baseada numa estrutura teórica, e ter sido projetada para o ambiente digital, além de seu escopo ser mais abrangente do que o do AACR2R (OLIVER, 2011, p. 01).

A RDA é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer. Estes dados são analisados e distribuídos de maneira a serem utilizados de modo pertinente. Uma informação encontra-se com outra e muitas vezes de forma desarmônica e do cruzamento de dados surgem resultados inesperados, novas derivações, são os chamados metadados, que poderíamos resumir em: dados sobre outros dados. São como uma trama de informações que funcionam relacionando elementos de uma maneira inteligente em um ambiente de rede (SILVA; SERRA; CASSARES; VALENCIA, 2012 p. 115).

Assumpção e Santos (2009, p. 02) mencionam que a RDA possibilita a “[...] flexibilidade e extensibilidade necessárias para acomodar as características de novos recursos e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos funcionarem com uma ampla gama de ambientes tecnológicos”.

Dentre as vantagens da RDA, destacam-se: (a) usuários - dados de apoio a uma melhor navegação e melhor visualização, e elementos de dados definidos com precisão; (b) catalogadores - apresenta um conjunto detalhado de instruções, com espaço para o discernimento do catalogador; há menos exceções na transcrição de dados; e (c) instituições - todas as vantagens para os usuários são também para as instituições, pois, ela tem como premissa atender seus usuários frente às suas necessidades de informação (OLIVER, 2011, p. 116).

²⁷ O Chartered Institute of Library and Information Professionals é um órgão profissional de bibliotecários, especialistas em informação e gerentes de conhecimento no Reino Unido. Desde 2017, tem utilizado a sigla CILIP: a associação biblioteca e informações.

Dentre um dos grandes diferenciais da RDA, que a distingue das demais normas de catalogação, está a sua abrangência. Ela é uma norma que não se destina somente as bibliotecas, mas tem seu escopo ampliado para atender as necessidades de outras comunidades de informação. A RDA possibilita a descrição de todos os tipos de recursos, sejam eles tradicionais das bibliotecas ou recursos de outras comunidades ligadas ao patrimônio cultural, como arquivos, museus ou repositórios institucionais.

Outra característica presente no RDA é o seu contexto internacional. A norma optou por deixar de lado a perspectiva anglo-americana, ajustando a aplicação das suas regras para atender a diversidade dos sistemas de escrita, de numeração, calendários e unidades de medidas diferentes. (OLIVER, 2011, p.5).

Para cumprir esse objetivo de “internacionalização”, a norma foi publicada primeiramente em inglês, mas já conta com iniciativas para tradução em quatro línguas: chinês, francês, alemão e espanhol. O site do RDA Toolkit fornece o acompanhamento dessas traduções e no caso das versões em francês e alemão já disponibiliza alguns arquivos preliminares. Infelizmente, até o presente momento não há informações públicas sobre uma tradução brasileira.

A estrutura da norma RDA foi desenvolvida paralelamente a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação de 2009, e por isso mantém um forte alinhamento entre eles, que se comprova no rascunho da introdução da RDA, divulgado em novembro de 2008, onde “[...] consta as Declarações de Princípios e informa os princípios de catalogação usados em todo o RDA”. [...] “Isso faz com que o novo código procure satisfazer as expectativas da comunidade internacional”. (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009, p.3-4).

A seguir no Quadro 11, os princípios, da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC) de 2009 desenvolvidas pela IFLA que subsidiaram o desenvolvimento das pautas e instruções da RDA.

QUADRO 11 – Princípios do PIC 2009

PRINCIPIOS	DESCRIÇÃO
<i>Interesse do Usuário</i>	Interesse significa que se deve fazer todos os esforços para manter todos os dados compreensíveis e adequados para os usuários.
<i>Abertura</i>	As restrições aos dados devem ser mínimas a fim de fomentar a transparência e cumprir com os princípios de acesso aberto, como também é manifestado na Declaração da IFLA sobre o acesso aberto.
<i>Acessibilidade</i>	Ou o acesso a dados bibliográficos e oficiais, bem como a dois dispositivos de pesquisa, deve estar em conformidade com os padrões internacionais de acessibilidade, conforme recomendado pelo Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação. ⁷
<i>Atribuição</i>	Os dados que registram os relacionamentos entre um recurso e uma pessoa, família ou entidade corporativa associada a esse recurso devem refletir as atribuições de responsabilidade, independentemente de essas atribuições serem precisas.
<i>Coerência e normalização</i>	Devem-se normalizar as descrições e a criação de pontos de acesso até ao ponto em que seja possível para possibilitar a coerência.
<i>Diferenciação</i>	Os dados que descrevem um recurso devem diferenciá-lo de outros recursos. Os dados que descrevem uma entidade associada a um recurso devem diferenciar essa entidade de outras entidades e outras identidades usadas pela mesma entidade.
<i>Economia</i>	Quando existem diferentes vias para conseguir um objetivo, deve-se preferir o meio que melhor favoreça a total conveniência e sentido prático (isto é, o menor custo e implementação mais simples).
<i>Integração</i>	As descrições para todo o tipo de recursos e formas controladas dos nomes de qualquer tipo de entidade deverão se basear o máximo possível em um conjunto de regras comum.
<i>Interoperabilidade</i>	Deve-se fazer todos os esforços possíveis para assegurar o intercâmbio e a reutilização dos dados bibliográficos e de autoridade dentro e fora da comunidade bibliotecária.
<i>Representação</i>	Uma descrição deve representar o recurso tal como aparece. As formas controladas dos nomes de pessoas, entidades coletivas e famílias devem se basear na maneira como estas entidades se autodenominam.
<i>Prática de Uso Comum</i>	O vocabulário utilizado nas descrições e pontos de acesso devem estar em concordância com a maioria dos usuários.
<i>Precisão</i>	Os dados bibliográficos e de autoridades devem ser uma representação exata da entidade descrita
<i>Racionalidade</i>	As regras de um código de catalogação deverão ser <i>defendíveis</i> e <i>não arbitrárias</i> .
<i>Relacionamentos</i>	Os dados que descrevem um recurso devem indicar relacionamentos significativos entre o recurso descrito e outros recursos.
<i>Significação</i>	Os elementos dos dados devem ser relevantes para a descrição, dignos de menção e permitir a diferenciação entre entidades.
<i>Suficiência</i>	Os dados que descrevem um recurso devem ser suficientes para responder às necessidades do usuário em relação à seleção de um recurso apropriado.
<i>Uniformidade</i>	Apêndices sobre o uso de letras maiúsculas, abreviações, ordem dos elementos, pontuação etc. devem servir para promover uniformidade na apresentação dos dados que descrevem um recurso ou uma entidade associada ao recurso.

Fonte: Adaptação IFLA, 2009, p. 5-6. "Tradução nossa"

Como apresentado por Mering (2014, p. 31):

[...] a *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação* da IFLA, a RDA adota o princípio da representação como primordial – uma abordagem *use o que você vê e aceite o que você iniciou*. De que maneira um recurso ou entidade descrita ou nomes tornam-se fatores importantes entre si quando se cataloga. Quais dados estão incluídos na página de rosto, verso da página de rosto ou título na tela? Como os dados são declarados, apresentados ou formatados? Quais nomes são preferidos: de uma pessoa ou de uma entidade coletiva? [...] *use o que você vê e aceite o que você iniciou* (MERING, 2014, p. 42, tradução nossa).

Compreender a configuração do RDA a priori não é uma tarefa fácil. É necessário se desprender de toda a estrutura até então compreendida ao utilizar o AACR2R, desde a sua organização até o seu conteúdo e principalmente, estar bastante familiarizado com os conceitos dos FRBR e FRAD. Embora se torne repetitivo falar

sobre eles, os modelos além de serem fundamentais para o entendimento e para a aplicação da norma, permeiam a estrutura e as terminologias dos textos da RDA.

Para melhor entendimento sobre a aplicação das entidades do modelo conceitual FRBR a RDA, que está elaborada de forma detalhada no esquema RDA-FRBR Mapping (2009), faz-se necessário, um breve esboço do esquema apresentado no Quadro 12, com um pequeno recorte, voltada a entidade manifestação, elementos Título, Indicação de responsabilidade e Indicação de edição, para um prévio entendimento do relacionamento entre os elementos da RDA com os atributos da entidade manifestação.

QUADRO 12 – Mapeamento RDA e FRBR

Elementos RDA	Entidade FRBR Correspondente	Atributo FRBR correspondente
IDENTIFICAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO E ITENS		
Título	Manifestação	Título da manifestação
Título próprio	Manifestação	Título da manifestação
Título paralelo próprio	Manifestação	Título da manifestação
Outras informações sobre o título	Manifestação	Título da manifestação
Informações paralelas sobre outros títulos	Manifestação	Título da manifestação
Título da variante	Manifestação	Título da manifestação
Título anterior adequado	Manifestação	Título da manifestação
Título posterior adequado	Manifestação	Título da manifestação
Título da chave	Manifestação	Título da manifestação
Título abreviado	Manifestação	Título da manifestação
Indicação de Responsabilidade	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Declaração de responsabilidade relativa ao título apropriado	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Declaração paralela de responsabilidade relativa a título próprio	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de Edição	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Designação da edição	Manifestação	Indicação de edição
Designação paralela da edição	Manifestação	Indicação de edição
Indicação de responsabilidade relativa à edição	Manifestação	Indicação de edição
Indicação paralela de responsabilidade relativa a edição	Manifestação	Indicação de edição
Designação de uma revisão nomeada de uma edição	Manifestação	Indicação de edição
Designação paralela de uma revisão nomeada de uma edição	Manifestação	Indicação de edição
Declaração de responsabilidade relacionada a um revisão de uma edição	Manifestação	Indicação de edição
Declaração de responsabilidade paralela relacionada a uma revisão nomeada de uma edição	Manifestação	Indicação de edição

Fonte: RDA-FRBR Mapping, 2009, p. 01. "Tradução nossa".

Toda a estruturação da RDA está em harmonia com dois modelos conceituais, a saber, o *Functional Requirement for Bibliographic Records* (FRBR) e o *Functional Requirement for Authority Data* (FRAD). Os modelos FRBR e FRAD que proporcionam uma base teórica e logicamente coerente à norma RDA para que, sobre ela se

construa uma prática de descobrimento de recursos que seja melhor para seu usuário (OLIVER, 2011, p.01).

Segue no Quadro 13 a estrutura da RDA:

QUADRO 13 – Estrutura da RDA

Índice	Índice localizador de instruções e apêndices		
Introdução		Capítulo 0 – 0.11	
Registro de Atributos	Seção 1	Registro de Atributos para manifestação e item.	Capítulo 1 - 4
	Seção 2	Registro de atributos para obra e expressão.	Capítulo 5 - 7
	Seção 3	Registro de atributos para pessoas e entidades.	Capítulo 8 -11
	Seção 4	Registro de atributos para conceito, objeto, evento e lugar.	Capítulo 12 - 16
Registro de Relacionamentos	Seção 5	Registro primário para relações entre obra, expressão, manifestação e item.	Capítulo 17
	Seção 6	Registro das relações para pessoas e entidades.	Capítulo 18 - 22
	Seção 7	Registro das relações para conceitos, objetos, eventos e lugares associados com a obra.	Capítulo 23
	Seção 8	Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens.	Capítulo 14 - 28
	Seção 9	Registro das relações entre pessoas e entidades.	Capítulo 29 - 32
	Seção 10	Registro das relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares.	Capítulo 33 - 37
Apêndices	A	Uso de maiúsculas.	
	B	Abreviaturas e símbolos	
	C	Artigos iniciais.	
	D	Sintaxe do registro para descrição do dado.	
	E	Sintaxe do registro para controle do ponto de acesso.	
	F	Cabeçalhos para pessoas.	
	G	Títulos de nobreza, termos de classificação, etc.	
	H	Datas do calendário cristão.	
	I	Designadores de relacionamento entre obra, expressão, manifestação ou item e agentes associados com os recursos.	
	J	Designadores de relacionamento entre obra, expressão, manifestação e item.	
	K	Designadores de relacionamento entre agentes.	
L	Designadores de relacionamento entre conceitos, objetos, eventos e lugares.		
M	Designadores de relacionamento de assunto		
Glossário	Lista alfabética de termos e expressões		

Fonte: RDA Toolkit, 2016

A introdução fornece uma breve descrição da finalidade e do escopo do RDA, com características fundamentais e as relações com outras normas e padrões. Comenta sobre o alinhamento da norma com os modelos conceituais dos FRBR e FRAD, além de descrevê-los brevemente. A introdução também irá fornecer um esboço geral de como o RDA está estruturado, como os elementos essenciais são identificados, além de instruções de como utilizá-la e exemplos (CAVALCANTI, 2013, p. 60).

Percebe-se que a estrutura e organização da RDA, de acordo com o Quadro 10 apresenta no seu índice uma introdução contendo instruções e pautas gerais sobre a

norma, sua finalidade, escopo, características e sua relação como outras normas e padrões, além das 10 sessões, 37 capítulos, dos quais 10 ainda serão desenvolvidos (relacionados ao terceiro modelo conceitual, FRASAD – *Funcional Requerimentos for Submente Authority Data*, que desenvolve melhor as entidades do grupo 3 do FRBR), e 13 apêndices (A-M), sendo o último (M) também a ser desenvolvido.

As sessões são organizadas em torno dos atributos e relacionamentos e os capítulos inseridos em cada sessão estão focados nas tarefas dos usuários: encontrar, identificar, selecionar e obter. Essas tarefas foram explicadas mais detalhadamente no tópico 2.3 deste documento. Note-se que as regras deixam de ser organizadas pelo tipo de material como era feito pelo AACR2R.

Os designadores de relacionamento que aparecem no apêndice I, J, K, L e M, nos explicam as conexões entre as entidades do Grupo 1 (obra, expressão, manifestação e item), as entidades do Grupo 2 (pessoa, família e entidade coletiva) e as entidades do Grupo 3 (conceitos, objetos, eventos e lugares). Os relacionamentos entre as entidades do grupo 1 e 2 são registradas nos pontos de acesso 1XX e 7XX, através do uso dos designadores de função que no MARC 21 é registrado após os códigos de subcampo: |e, e |j para congressos.

No Quadro 14 a seguir é apresentado exemplos de designadores que aparecem nos campos 1XX e 7XX do formato MARC 21.

QUADRO 14 – Exemplos de designadores de relacionamento

RDA	RDA em MARC21
Cela, Camilo José, 1916-2002, autor.	100 1# \$a Cela, Camilo José, \$d 1867-1941, \$e autor.
Adams, Ansel, 1902-1984, fotógrafo.	100 1# \$a Adams, Ansel, \$d 1902-1984, \$e fotógrafo.
Sperry Symposium, (43rd: 2014: Brigham Young University), autor.	111 2# \$a Sperry Symposium, \$n(43rd: \$d 2014: \$c Brigham Young University, \$j autor
Disney, Walt, 1901-1966, animador	700 1# \$a Disney, Walt, \$d 1901-1966, \$e animador.
Tedeschi, Anne, translator. Walczak, Jim, impressor	700 1# \$a Tedeschi, Anne, \$e tradutor. 700 1# \$a Walczak, Jim, \$e impressor.
Morgan, Glen, 1961-, roteirista, produtor cinematográfico	700 1# \$a Morgan, Glen, \$e impressor, \$e produtor cinematográfico.
Nebraska Educational Television Network, locutor de rádio.	710 2# \$a Nebraska Educational Television Network, \$e locutor de rádio.
TVA Filmes, distribuídos	710 2# \$a TVA Filmes, \$e distribuidor.

Fonte: Adaptação Mering, 2014, p. 47. "Tradução nossa"

Como mencionando no Quadro 12, página 61, sobre o mapeamento dos elementos da RDA para o FRBR, de acordo com Mering (2014, p. 40), na RDA, um *elemento* é “uma palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres que representam uma unidade distinta de uma informação bibliográfica”. Essas

pequenas peças precisas de dados tornam-se os blocos para a construção de um registro. Alguns elementos são necessários ou obrigatórios na RDA, enquanto outros são necessários em determinadas situações.

As instruções do RDA declaram alguns elementos como *obrigatórios*. Esses elementos fornecem um núcleo básico para um registro bibliográfico, que são pedaços essenciais de informação necessários para que os usuários encontrem, identifiquem e selecionem recursos. Além desses, a RDA designa outros elementos como *opcionais*. Esses elementos são considerados importantes no RDA somente se for uma aplicação em uma situação particular. Os elementos *opcionais* fornecem um segundo nível de dados, apoiando tarefas do usuário em situações em que as informações não estão disponíveis no primeiro nível obrigatório (MERING, 2014, p. 41, tradução nossa).

No Quadro 15 a seguir apresentam-se os principais elementos *obrigatórios* que aparecem na introdução da norma RDA, no capítulo 0.6, de acordo com as seções 1 e 2 de Registros de atributos da sua estrutura.

Instituições individuais podem decidir quais elementos são *obrigatórios* na RDA por serem de fato, essenciais para ajudar seus usuários a identificar e selecionar os materiais. Por exemplo, o elemento *título principal* é obrigatório na RDA, enquanto *outra informação do título* (como um subtítulo) continua a ser opcional. Sua biblioteca pode decidir seguir a prática da LC-PCC²⁸ para registrar outras informações do título, ou pode criar sua própria política local (MERING, 2014, p. 41, tradução nossa).

²⁸ O Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) busca ser uma organização democrática e diversificada, cuja missão e objetivos são determinados por seus membros. Os membros governam os programas através da participação em eventos do programa, comitês permanentes e grupos de tarefas. O PCC é um empreendimento de catalogação cooperativo em que os membros contribuem com registros bibliográficos e dados relacionados sob um conjunto comum de padrões e convenções usando os utilitários bibliográficos.

QUADRO 15 – Elementos essenciais da RDA

Elementos	Descrição
Seção 1: Registrando Atributos de manifestação e item	
<i>Título</i>	Título propriamente dito.
<i>Indicação de responsabilidade</i>	A indicação de responsabilidade relacionada ao próprio título (se houver mais de um, apenas o primeiro será necessário).
<i>Indicação de edição</i>	Designação da edição/Designação de uma revisão mencionada de uma edição
<i>Numeração de publicações seriadas</i>	Designação numérica e / ou alfabética da primeira entrega ou parte da sequência (para a primeira ou única sequência); Designação cronológica da primeira entrega ou parte da sequência (para a primeira ou única sequência).
<i>Indicação de produção</i>	Data de produção (para um recurso não publicado)
<i>Indicação de publicação</i>	Local da publicação (se houver mais de um, somente o primeiro registrado será necessário); Nome do editor (se houver mais de um, apenas o primeiro registrado será necessário); Data de publicação.
<i>Indicação de distribuição</i>	Local de distribuição (para um recurso publicado, se o local da publicação não for identificado; se houver mais de um, apenas o primeiro registrado será necessário); Nome do distribuidor (para um recurso publicado, se o editor não for identificado; se houver mais de um, apenas o primeiro registrado será necessário); Data de distribuição (para um recurso publicado, se a data de publicação não for identificada).
<i>Indicação de fabricação</i>	Local de fabricação (para um recurso publicado, se nem o local de publicação nem o local de distribuição forem identificados; se houver mais de um, somente o primeiro registrado será necessário); Nome do fabricante (para um recurso publicado, se nem o editor nem o distribuidor forem identificados; se houver mais de um, somente o primeiro registrado será necessário); Data de fabricação (para um recurso publicado, se nem a data da publicação, nem a data da distribuição, nem a data dos direitos autorais forem identificadas).
<i>Data de Copyright</i>	Data dos direitos autorais (se nem a data da publicação nem a data da distribuição forem identificadas).
<i>Indicação de série</i>	Título próprio da série; Numeração na série; Título da legenda próprio; Numeração dentro de uma subsérie.
<i>Indicador de manifestação</i>	Identificador de demonstração (se houver mais um, escolha um identificador reconhecido internacionalmente, se aplicável)
<i>Tipo de suporte</i>	Tipo de suporte (ex.: Disco de vídeo, recurso online, volume)
<i>Extensão</i>	Extensão (apenas se o recurso estiver completo ou se a extensão total for conhecida)
Seção 2: Registrando Atributos de obra e expressão	
<i>Título preferido da obra</i>	É o título ou a forma do título escolhido para identificar o trabalho. O título preferido também é a base para o ponto de acesso autorizado representado por esse trabalho.
<i>Identificador da obra</i>	É uma sequência de caracteres associados a um trabalho ou um substituto para um trabalho.
<i>Forma da obra</i>	A forma de uma obra é uma classe ou gênero ao qual uma obra pertence. (ex: coreografia, arquivo de computador, filme, programa de rádio, programa de televisão, séries, poemas, etc...)
<i>Data da obra</i>	A data da obra é a data mais antiga associada a obra. A data da obra pode ser a data em que a obra foi criada ou a data em que a obra foi publicada ou distribuída pela primeira vez.
<i>Lugar de origem da obra</i>	O local de origem da obra é o país ou outra jurisdição territorial em que a obra se originou.
<i>Outras características distintas da obra</i>	É uma característica distinta da forma da obra, da data da obra ou do local de origem da obra.
<i>Meio de execução de obra musical</i>	É o instrumento, instrumentos, voz, vozes, etc., para os quais uma obra musical foi originalmente concebida.
<i>Designação numérica de obra musical</i>	É um número de série, número de obra ou índice temático, atribuído a uma obra musical pelo compositor, editor ou musicólogo.
<i>Identificador da expressão</i>	É uma sequência de caracteres univocamente associada a uma expressão ou a um substituto de uma expressão.(ex: um registro de autoridade).
<i>Tipo de conteúdo</i>	É uma categorização que reflete a forma fundamental de comunicação na qual o conteúdo e o sentido humano são expressos através dos quais se espera que sejam percebidos. (ex: texto, imagem estática, palavra falada, notação musical, sons, etc...)
<i>Língua da expressão</i>	É uma linguagem na qual uma obra é expressa.
<i>Data da expressão</i>	A data da expressão é a data mais antiga associada a uma expressão.
<i>Outras características distintas da expressão</i>	É uma característica diferente do tipo de conteúdo, idioma da expressão ou data da expressão.

Fonte: Adaptado RDA Toolkit, 2016. "Tradução nossa"

Alguns elementos do RDA são *transcrição* a partir da fonte em mãos, enquanto outros são *registros*. A transcrição coloca o “*princípio da representação*” em prática. Com possíveis exceções, como letras maiúsculas e pontuação (que seguem geralmente as normas de estilo do idioma da agência catalogadora), os elementos transcritos correspondem exatamente à peça em mãos. *Título, indicação de edição, lugar de publicação e nome do publicador*, são exemplos de elementos transcritos em RDA.

Considere um livro cujo título no verso da página de rosto mostra um lugar e um nome do publicador como *The Backwaters Press, Omaha, Nebraska*. Como gravar essa informação? O AACR2R instrui o catalogador a desconsiderar o artigo *the* e usar uma abreviatura *Nebraska*. Na RDA, o catalogador transcreve esses dois elementos como mostrado na fonte (MERING, 2014, p. 42, tradução nossa).

Em comparação ao AACR2R, as instruções do RDA indicam aos catalogadores um uso menor de abreviações nos registros bibliográficos conforme apresentado no Quadro 16. A RDA também elimina as abreviações em latim usadas no AACR2 como *[S.l.] (sine loco)* e *[s.n.] (sine nomine)* para um lugar e nome do publicador desconhecidos. Como os usuários podem não estar familiarizados com essas abreviaturas, o RDA prefere frases não abreviadas na língua da agência catalogadora tais como *Local de publicação não identificado* (MERING, 2014, p. 43, tradução nossa).

QUADRO 16 – Abreviaturas: exemplos de diferenças entre AACR2 e RDA

AACR2R	RDA
xvi, 323 p.	xvi, 323 páginas
[93] p.	93 páginas não numeradas
ca. 500 p.	cerca de 500 páginas
3 v. (1457 p.)	3 volumes (1457 páginas)
45, [40] f.	45 folhas, 40 folhas não numeradas
257 [i.e. 257] p.	257, ou seja, 257 páginas
180 p., 30 v. folhas de lâminas [série incompleta]	180 páginas, 30 volumes de folhas de lâminas [série incompleta]

Fonte: Modesto, 2010.

Dentre outras mudanças ocorridas da RDA comparada a AACR2R está na terminologia utilizada. O Quadro 17 apresenta diferenças na terminologia utilizada no AACR2R e o vocabulário utilizado no RDA segundo Mering (2014, p. 44):

QUADRO 17 – Equivalência entre a terminologia do AACR2 para RDA

AACR2R	RDA
--------	-----

Documento	Recurso
Autor, compositor, etc...	Criador
Autor secundário	Contribuidor
Número normalizado	Identificador
Áreas	Elementos
Título	Ponto de acesso autorizado
Entrada Principal	Ponto de acesso autorizado de criador + título preferido
Ver Referência	Ponto de acesso variante
Ver também Referência	Ponto de acesso autorizado
Entrada secundária	Ponto de acesso
Descrição física	Descrição de suporte
Designação geral de Material (DGM)	Tipo de conteúdo, Tipo de mídia, Tipo de suporte
Fonte Principal	Fontes preferidas
Título uniforme	Título principal (+ outras informações para referencias), Título coletivo padronizado

Fonte: Adaptado de Mering, 2014, p. 44. "Tradução nossa"

A terminologia utilizada no AACR2R para cabeçalhos também muda na RDA e passam a ser denominados pontos de acesso autorizados. Com estas mudanças, o vocabulário fica mais preciso e favorece um ambiente melhor para o usuário além de atingir objetivos mais práticos em relação à comunidade biblioteconômica, como explica (SILVA; SERRA; CASSARES; VALENCIA, 2012 p. 116).

Outra mudança decorrente da RDA está na ampliação da *indicação de publicação* para poder dar uma informação mais consistente e completa para identificar um recurso. O campo 260 do MARC 21 é substituído pelo campo 264, no qual o segundo indicador serve para especificar os diferentes agentes que podem intervir na materialização de um recurso e na visibilidade de sua publicação.

O campo 264 do MARC codifica e armazena informações de impressão, diferenciando produção, publicação, distribuição, fabricação e data de copyright. Este é um campo repetitivo, com o segundo indicador distinguindo a função ou o papel de cada entidade conforme apresentado no Quadro 18 a seguir.

QUADRO 18 – Função do campo 264

Campo 264 do MARC 21	
Segundo indicador	Função da entidade
0	Produção
1	Publicação
2	Distribuição
3	Fabricação
4	Data de Copyright

Fonte: Adaptado de Mering, 2014, p. 45. "Tradução nossa"

Conforme Mering (2014, p. 45), nos registros bibliográficos, a RDA oferece possibilidades para proporcionar mais acesso e mais informação sobre as entidades associadas a um recurso, especialmente na indicação de

responsabilidade, adicionando pontos de acesso e indicadores de relacionamentos. Na RDA, se 14 pessoas são autoras de um recurso, o catalogador pode descrever todos da indicação de responsabilidade.

A *Regra de Três* do AACR2R, que limita o número de nomes não se aplica mais. Mas talvez um catalogador ou uma agência da catalogação local não queira transcrever todos os 14 nomes. A RDA traz uma opção para abreviar a indicação de responsabilidade, desde que o registro bibliográfico mantenha toda "informação obrigatória" e inclua pelo menos o primeiro nome citado da entidade, como mostra o Quadro 19.

QUADRO 19 - Comparação da indicação de responsabilidade no AACR2 e no RDA

Indicação de responsabilidade (MARC campo 245, subcampo \$c)	
Na página de rosto do livro:	Reuven Feuerstein, Louis H. Falik, Refael S. Feuerstein, & Krisztina Bohacs <i>Prefácio de Yvette Jackson</i>
AACR2	Reuven Feuerstein ... [et al.] ; prefácio de Yvette Jackson.
RDA	Reuven Feuerstein, Louis H. Falik, Refael S. Feuerstein, & Krisztina Bohacs ; prefácio de Yvette Jackson. OU Reuven Feuerstein, Louis H. Falik, Refael S. Feuerstein, & Krisztina Bohacs. OU Reuven Feuerstein [e outros três].

Fonte: Adaptado de Mering, 2014, p. 46. "Tradução nossa"

Em termos de codificação no padrão MARC, o autor que é nomeado primeiro será registrado no campo 100, independentemente de haver mais de três autores e o restante dos autores que se desejam gravar, a critério do catalogador, no campo 700. Essa alteração pode afetar a construção de registros dos recursos catalogados de acordo com AACR2R.

Outra mudança significativa advinda da RDA é a substituição da *Designação Geral de Material* (DGM), que era inserido após o título principal, conforme a regra da AACR2R, e antes registrada no subcampo \$h do campo 245 do formato MARC 21., pelos campos, 336, 337 e 338, sugerindo uma descrição física mais detalhada da obra.

Os três elementos RDA correspondentes aos campos MARC 21, respectivamente, são:

- **Tipo de conteúdo** (campo 336): O tipo de conteúdo, um elemento no nível da expressão, é a forma mais abstrata de triagem de recursos. A RDA

define tipo de conteúdo como "uma categorização que reflete a forma fundamental de comunicação em que o conteúdo é expresso e por qual sentido humano ele será percebido". O conteúdo de um determinado recurso comunicado através de texto, é percebido através da visão, ou talvez, o conteúdo é comunicado através da palavra falada e percebido através da audição. O tipo de conteúdo não depende do formato físico. Expressões com tipo de conteúdo podem se manifestar na forma de livro impresso, e-Book, rolo de microfilme, transparência ou mesmo num arquivo PDF.

- **Tipo de mídia** (campo 337): O tipo de mídia é um elemento de manifestação, que classifica os recursos de acordo com o equipamento, ou "dispositivo de intermediação", necessário para acessar o conteúdo. Como exemplos de tipos de mídia o RDA inclui *áudio, computador, vídeo e projetor*. Alguns recursos *não midiáticos* como livros impressos não requerem nenhum dispositivo adicional além do recurso em si.
- **Tipo de suporte** (campo 338): O tipo de suporte, também é, um elemento de manifestação, reflete mais especificamente o formato do meio de armazenamento e invólucro de um suporte com relação ao tipo de dispositivo de intermediação necessário para acessar ao conteúdo do recurso. Por exemplo, o conteúdo de um filme (*uma imagem em movimento bidimensional*) pode ser armazenado em um *filme de rolo*, um *vídeo cassete*, um *DVD* ou um *arquivo online*.

De acordo com Mering (2014, p. 48), os termos no RDA para tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte já vem pré-determinados, no vocabulário padrão do RDA. Ela relata ainda que:

[...] os campos 336, 337 e 338 do MARC codificam tipo de conteúdo. Tipo de mídia e tipo de suporte, respectivamente. Nestes 3 campos, o subcampo \$a registra os termos, enquanto que o subcampo \$b registra os códigos do MARC correspondentes. Os registros bibliográficos em RDA podem incluir qualquer um ou ambos destes subcampos. O subcampo \$2 especifica o vocabulário controlado a partir do qual o termo ou código deriva. Nas figuras 2.9 e 2.10, todos os termos vêm do vocabulário de RDA para tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte. O subcampo \$2 registra assim, *rdaccontent*, *rdamedia* ou *rdacarrier*. (MERING, 2014, p. 48, tradução nossa).

O Quadro 20 a seguir, apresenta, exemplos dos tipos de conteúdo, de mídia e suporte, relacionados com alguns formatos de recursos, e sua correspondência da RDA com os campos MARC 21.

QUADRO 20 - Tipo de Conteúdo, Tipo de Mídia e Tipo de Suporte para Formatos Comuns

Formato	Tipo de Conteúdo (Campo 336 do MARC)	Tipo de Mídia (Campo 337 do MARC)	Tipo de Suporte (Campo 338 do MARC)	RDA em MARC
Livro impresso	texto	não midiático	volume	336 __ \$a texto \$2 rdacontent 337 __ \$a não midiático \$2 rdamedia 338 __ \$a volume \$2 rdacarrier
eBook	texto	computador	recurso online	336 __ \$a texto \$2 rdacontent 337 __ \$a computador \$2 rdamedia 338 __ \$a recurso online \$2 rdacarrier
Audiobook em CD	palavra falada	áudio	disco de áudio	336 __ \$a palavra falada \$2 rdacontent 337 __ \$a áudio \$2 rdamedia 338 __ \$a recurso online \$2 rdacarrier
Arquivo recarregável - audiobook	palavra falada	computador	recurso online	336 __ \$a palavra falada \$2 rdacontent 337 __ \$a computador \$2 rdamedia 338 __ \$a áudio disc \$2 rdacarrier
CD-ROM	programa de computador	computador	disco de computador	336 __ \$a programa de computador \$2 rdacontent 337 __ \$a computador \$2 rdamedia 338 __ \$a disco de computador \$2 rdacarrier
CD de Música	performance musical	áudio	disco de áudio	336 __ \$a performance musical \$2 rdacontent 337 __ \$a áudio \$2 rdamedia 338 __ \$a disco de áudio \$2 rdacarrier
DVD	imagem em movimento bidimensional	vídeo	disco de vídeo	336 __ \$a imagem em movimento bidimensional \$2 rdacontent 337 __ \$a vídeo \$2 rdamedia 338 __ \$a disco de vídeo \$2 rdacarrier
Arquivo Para download-vídeo	imagem em movimento bidimensional	computador	recurso online	336 __ \$a imagem em movimento bidimensional \$2 rdacontent 337 __ \$a computador \$2 rdamedia 338 __ \$a recurso online \$2 rdacarrier

Fonte: Adaptado de Mering, 2014, p. 49. Tradução nossa”

Segundo Modesto (2013, p. 01), a RDA é então apresentada como uma mudança na prática que irá posicionar as bibliotecas para a era digital. A norma se preocupa não só com a apresentação dos dados, mas também com o conteúdo do registro, tendo por finalidade criar um grupo robusto de dados que possam alimentar as bases de dados atuais e/ou estruturar bases de dados com tecnologias futuras.

Como já foi dito anteriormente, a RDA não se preocupa apenas com a apresentação dos dados, sendo independente de qualquer regra de apresentação. Essa independência faz com os elementos da ISBD, que antes eram embutidas nas instruções da AACR2R, não sejam requeridas implicitamente na RDA. Apesar dessa independência em relação ao uso da ISBD, a RDA apresentará no Apêndice D, um

mapeamento entre seus elementos e os da ISBD, assim como as instruções para a apresentação de dados segundo a mesma. Como consequência da não obrigatoriedade do uso da ISBD, a RDA torna-se mais aceitável além da comunidade de bibliotecas e possibilita uma melhor manipulação de seus elementos em diversos ambientes tecnológicos. (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009, p.4).

A RDA teve sua primeira versão on-line completa em julho de 2010, e foi adotado oficialmente, após vários testes nos Estados Unidos, a partir de 31 de março de 2013, pela *Library of Congress* (LC), avançando com a sua implementação total nos processos de catalogação.

2.3.1 RDA Toolkit

A norma RDA está disponível para acesso de duas formas: impressa e online. A grande vantagem de se adquirir na forma online, consiste na sua atualização constante que acontece em tempo real, ou seja, o bibliotecário não precisa comprar a nova edição. Ele já tem acesso às atualizações assim que alterações e aperfeiçoamentos são realizados.

Além disso, na versão online que é acessada através de uma ferramenta designada “RDA Toolkit”, o bibliotecário também tem acesso a um material rico para a compreensão e treinamento dos profissionais da informação.

Para se ter o acesso on-line à norma é necessária uma assinatura e o desembolso de uma quantia razoável de dinheiro. Esse acesso se dá pelo pacote de ferramentas do RDA Toolkit (falaremos mais adiante) e a assinatura pode ser feita para um usuário individual ou para usuário institucional, que disponibiliza um acesso por vez e caso a instituição deseje acessos simultâneos terá que pagar um valor adicional para cada usuário. O valor pode ser cotado em dólares americanos, dólares canadenses, libras esterlinas, dólares australianos, euros, e dólares de Cingapura, a depender da região do assinante (CAVALCANTI, 2013, p. 57).

Para muitas bibliotecas, o valor cobrado pelo uso da ferramenta é um tanto dispendioso, limitar o uso aos bibliotecários por uma assinatura anual pode distanciar muitas instituições do uso da RDA.

Uma das questões levantadas por Modesto (2013) quanto ao valor do acesso está na *conversão do dólar para o real*, porém o que acontecerá se houver um aumento expressivo dessa moeda? Se a assinatura anual fosse feita hoje segundo o

site do RDA Toolkit, o valor cobrado em dólares americanos para a assinatura individual seria de \$195 dólares, o equivalente a aproximadamente R\$ 780,00 reais.

Para a assinatura institucional, o custo da assinatura dependerá do número de usuários que terão acesso ao Toolkit, por exemplo se a instituição possui 2 a 4 usuários o custo da assinatura sai a \$185 dólares ou aproximadamente R\$ 1.480,00 para 2 usuários. Se a instituição possui de 5 a 9 usuários o custo da assinatura sai a \$181 ou aproximadamente R\$ 3.620,00 para 5 usuários.

A RDA Toolkit é um produto on-line integrado baseado em navegador que permite aos usuários interagir com uma coleção de documentos e recursos relacionados à catalogação, incluindo a norma RDA, entre os outros recursos disponíveis através do Toolkit estão:

- Documento em texto integral da RDA;
- O documento AACR2 para ajudá-lo a saber por onde começar;
- Declarações de Política da Biblioteca do Congresso (LCPS);
- Fluxos de Trabalho e outras documentações procedimentais criadas por assinantes e que podem ser compartilhadas dentro de uma organização ou com toda a comunidade de assinantes;
- Mapeamentos da RDA para vários esquemas de codificação, incluindo MARC 21.

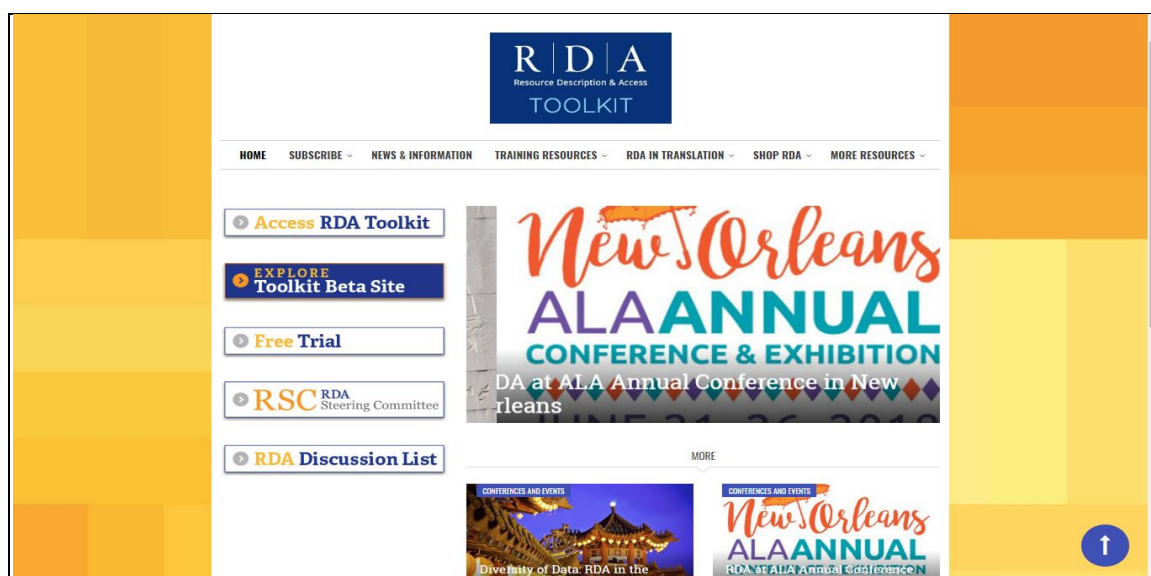
Há várias formas de navegar ou fazer buscas na RDA Toolkit, bem como alterar a exibição. O Toolkit inclui fluxos de trabalho e mapeamentos (tabelas de correspondências), características que podem dar apoio à integração da RDA ao trabalho diário, permitindo a liberdade de criar e incluir arquivos e documentos personalizados. Fazer a implementação da RDA implica aprender o conteúdo da norma e aprender a usar a nova ferramenta em rede. (OLIVER, 2011, p. 91).

O kit de ferramentas oferece três opções para autenticar uma conta institucional: autenticação IP, referência de autenticação de URL ou autenticação de ID de conta. Durante o registro, cada instituição escolhe um desses métodos. O kit de ferramentas "Ajuda" fornece mais informações sobre cada opção. A experiência de login do usuário varia dependendo do método de autenticação escolhido. Uma vez que você está logado, a experiência da interface é uniforme, independentemente do seu processo de autenticação (CARLTON, 2014, p. 01, tradução nossa).

Embora o RDA Toolkit possa ser acessado por meio da área de trabalho do catalogador (supondo que você já esteja inscrito na área de trabalho do Catalogador), será apresentado aqui o passo a passo para acessar o Toolkit. Siga os passos a seguir:

- 1) Abra o seu navegador e vá para a página inicial do RDA Toolkit digitando: <http://www.rdatoolkit.org/>. O ícone “Access RDA Toolkit” acima do painel de navegação à esquerda é um link que levará o usuário ao próprio Toolkit em <http://access.rdatoolkit.org/>.
- 2) Clique no ícone Access RDA Toolkit.

FIGURA 8 – Página de acesso ao RDA Toolkit



Fonte: RDA Toolkit, 2016.

Para ignorar a *homepage* e ir diretamente para o próprio RDA Toolkit, marque o URL do kit de ferramentas (<http://access.rdatoolkit.org/>). A partir daí você sempre pode abrir a *homepage* em uma nova janela clicando no logotipo do RDA Toolkit na extremidade esquerda da faixa azul superior. Nesta página pode-se ter acesso a informações sobre preço de assinatura do RDA Toolkit, desenvolvimento, exemplos de registros feitos em RDA, acesso ao material para treinamento de ensino do RDA, informações sobre a tradução, sobre a versão impressa e sobre outros recursos relacionados ao RDA.

Para acessar o RDA Toolkit você precisa se inscrever na plataforma. Existe a possibilidade de fazer uma assinatura gratuita por 30 dias clicando opção “Free Trial”.

Preenchendo o formulário em seguida receberá um e-mail automaticamente com o usuário e a senha correspondente. A partir deste momento, a página do RDA Toolkit pode ser acessada. Na página de acesso ao RDA Toolkit, está incluído um vídeo de ajuda da ALA que pode ser usado como complemento das explicações deste tutorial, além de encontrar as últimas notícias e atualizações sofridas pela RDA.

FIGURA 9 – Página do RDA Toolkit para assinatura gratuita

The screenshot shows the 'RDA Toolkit Free Trial Request Form' page. On the left is a navigation menu with three main sections: 'RDA', 'TOOLS', and 'RESOURCES'. The 'RDA' section is expanded, showing a table of contents with sections 0 through 22. The main content area has the RDA logo and the title 'RDA Toolkit Free Trial Request Form'. Below the logo is a paragraph explaining the trial offer: 'Many users need a chance to review and evaluate RDA Toolkit before deciding on the type of subscription that best meets their needs. If you are interested in a trial for yourself or your institution, please complete and submit this form. The RDA Toolkit Free Trial allows you access to all the features of RDA Toolkit, with the exception of the print function. Each user or institution is limited to one free 30-day trial. The RDA Toolkit staff will contact you within two business days after receipt of your trial request. Please complete the form below and then click "submit".' The form itself contains several input fields: 'Your Name: *', 'Institution: *', 'City:', 'Country:', and 'E-mail (This will be your Account ID): *'. There are also three dropdown menus: 'Type of Institution:' (with 'None' selected), 'Your Job:' (with 'None' selected), and 'What is your role in selecting databases?' (with 'None' selected). A red 'Submit' button is located at the bottom of the form area.

Fonte: RDA Toolkit, 2016.

O Toolkit divide-se em três seções ou guias de interface para navegação. Logo à entrada notam-se três guias (abas) no painel de navegação no lado esquerdo da tela: **RDA, TOOLS e RESOURCES**.

Segundo Oliver (2011, p. 92) a **GUIA RDA** inclui o texto completo do RDA. O texto do RDA neste guia está o conteúdo da norma conforme foi aprovado pelo *Joint Steering Committee*. A partir do guia RDA é possível navegar pelo conteúdo do RDA graças ao sumário (Figura 8). No painel de navegação, o sumário abre até o nível detalhado de cada instrução numerada o que permite ir diretamente para a instrução de que precisa, assim, e só clicar na instrução e o texto aparece no painel de documentos. O guia RDA contém as instruções da RDA. As instruções são organizadas de acordo com os princípios de relacionamento com entidades FRBR:

Seções 1 - 4 dizem respeito a Atributos das Entidades do

- Grupo 1 (Seções 1 e 2)
- Grupo 2 (Seção 3)
- Grupo 3 (Seção 4)

Seções 5-10 dizem respeito a relacionamentos do

- (da Seção 5)
- Entre entidades do Grupo 1 com entidades do Grupo 2/3 (Seções 6 e 7)
- Entre entidades do Grupo 1 (Seção 8)
- Entre entidades do Grupo 2 (Seção 9)
- Entre entidades do Grupo 3 (Seção 10; ainda em elaboração)

FIGURA 10 – Sumário RDA no RDA Toolkit

The screenshot shows the RDA Toolkit website interface. The main heading is 'RDA TABLE OF CONTENTS'. The content is organized into sections and subsections, each with a link. The left sidebar contains a navigation menu with 'RDA', 'TOOLS', and 'RESOURCES' tabs. The 'RDA' tab is active, showing a list of sections and subsections. The main content area lists the following sections and subsections:

- 0: Introduction
 - 0.0: Purpose and Scope
 - 0.1: Key Features
 - 0.2: Conceptual Models Underlying RDA
 - 0.3: Relationship to Other Standards for Resource Description and Access
 - 0.4: Objectives and Principles Governing Resource Description and Access
 - 0.6: Structure
 - 0.6: RDA Elements
 - 0.7: Access Points
 - 0.8: Alternatives and Options
 - 0.9: Exceptions
 - 0.10: Examples
 - 0.11: Internationalization
 - 0.12: Encoding RDA Data
- Section 1: Recording Attributes of Manifestation and Item
 - 1: General Guidelines on Recording Attributes of Manifestations and Items
 - 1.0: Scope
 - 1.1: Terminology
 - 1.2: Functional Objectives and Principles
 - 1.3: Core Elements
 - 1.4: Language and Script
 - 1.5: Type of Description
 - 1.6: Changes Requiring a New Description
 - 1.7: Transcription

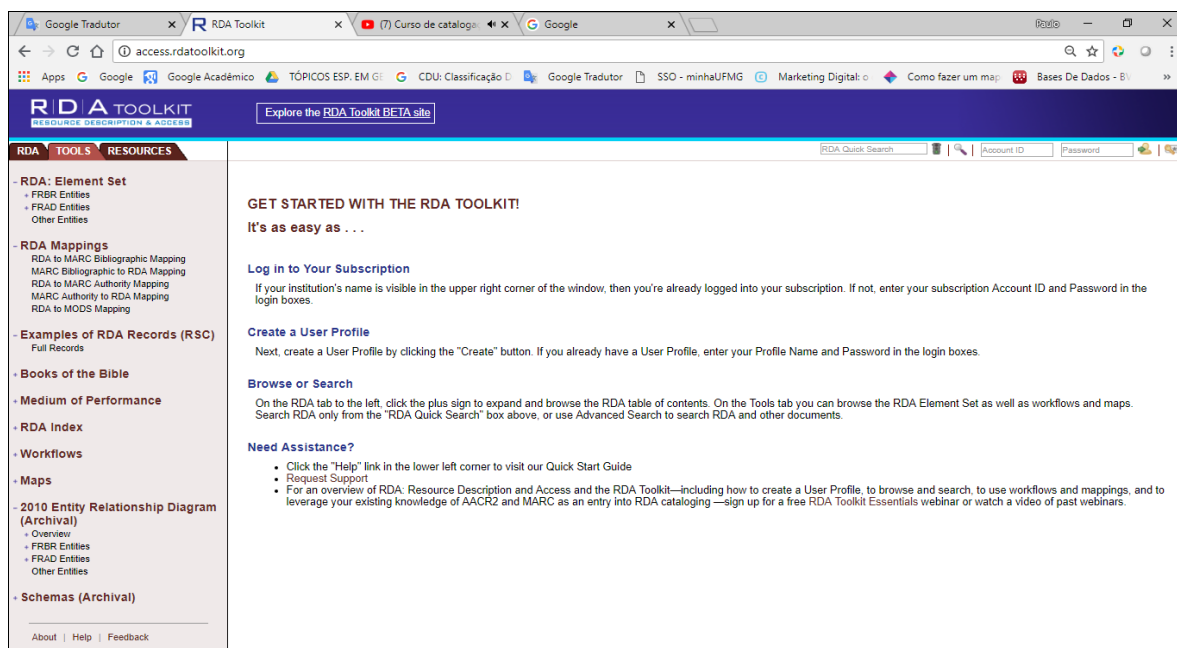
Fonte: RDA Toolkit, 2016.

É possível navegar pelo RDA através do seu sumário e sua listagem de títulos e subtítulos das seções, dos elementos de suas regras. Para ir direto a uma regra e só clicar você será direcionado automaticamente para os elementos desta. A outra forma de se navegar é por meio dos links que existem dentro das regras e dos elementos que direcionará para a página selecionada.

Na **GUIA TOOLS** (ferramentas), você encontrará o conjunto de elementos RDA que se referem a entidades FRBR e FRAD, mapeamentos de registros bibliográficos de RDA a MARC e vice-versa, mapeamento de registros de autoridade de RDA a MARC e de MARC a RDA e mapeamento de RDA para metadados; exemplos no registro; especificações em relação aos livros bíblicos; a versão do índice RDA para impressão; fluxos de trabalho; mapas; diagramas de relação entidade e esquemas. Ao pressionar o sinal +, você verá o conteúdo.

Segundo El-Sherbini (2013, p. 254, tradução nossa), o **GUIA TOOLS** (ferramentas) permite que você acesse um conjunto de ferramentas projetadas para ajudá-lo a tornar seu trabalho mais eficaz. Depois de selecionar a guia Ferramentas, você tem a opção de escolher em uma lista de documentos que incluem: RDA, Element Set View; RDA Mappings, Workflows, Mappings, Entity Relationship Diagram (ERD), and Schemas (Figura 10).

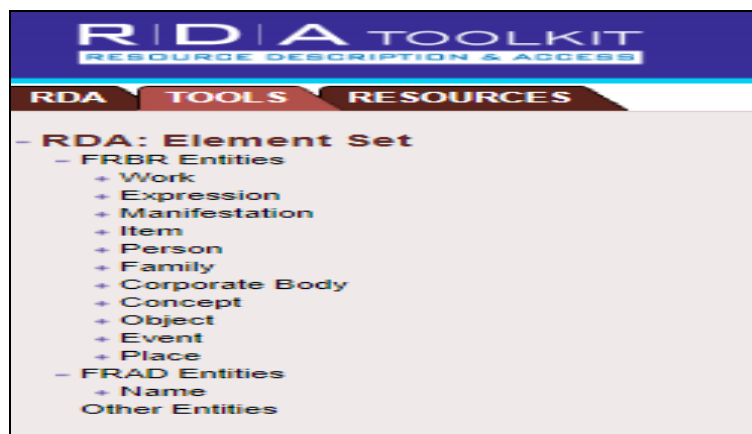
FIGURA 11 – Guia Tools e conteúdo



Fonte: RDA Toolkit, 2016.

Na ferramenta RDA: *Element Set*, temos as regras, elementos da RDA organizado de outra forma, diferente da aba principal. A organização é feita a partir das entidades do FRBR e FRAD, e dentro destas entidades os elementos, as formas e as regras para descrição. Clicando no FRBR Entities, você poderá exibir todas as entidades, listadas pelo nome dos elementos ou subelemento da RDA.

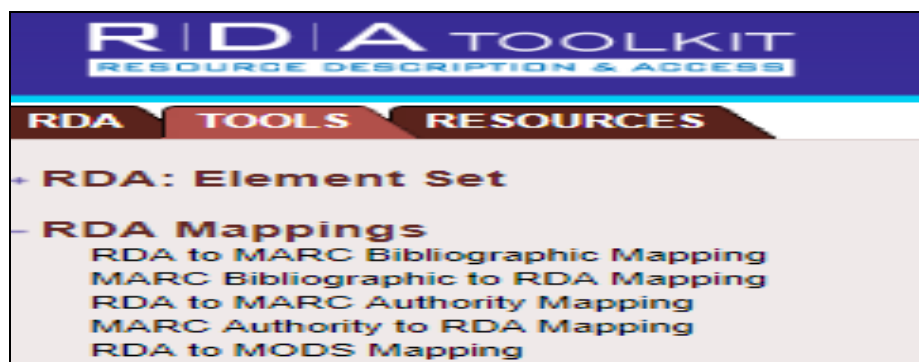
FIGURA 12 – Conteúdo do Element set View



Fonte: RDA Toolkit, 2016

A *RDA Mappings*, criado pelo Comitê Gestor Conjunto para o Desenvolvimento da RDA (JSC) ajuda você a navegar, por exemplo, de uma instrução MARC conhecida para uma instrução RDA relacionada. Indicam as correspondências entre RDA para MARC 21 bibliográfico, MARC 21 bibliográfico para RDA, RDA para MARC 21 autoridades, MARC 21 autoridades para RDA e RDA para *Metadata Object Description Schema (MODS)*.

FIGURA 13 – RDA Mappings



Fonte: RDA Toolkit, 2016

O *Workflows* (fluxos de trabalho) são roteiros de catalogação, criados pelos catalogadores, para atender as demandas das instituições. Clicando na opção “Create Workflow”, abrirá uma nova janela, onde serão solicitadas algumas informações, para criação do fluxo de trabalho.

Os fluxos de trabalho e os mapeamentos são duas ferramentas importantíssimas de integração da RDA no trabalho rotineiro do catalogador. Os fluxos de trabalho e os mapeamentos são documentos de procedimentos práticos que fornecem caminho

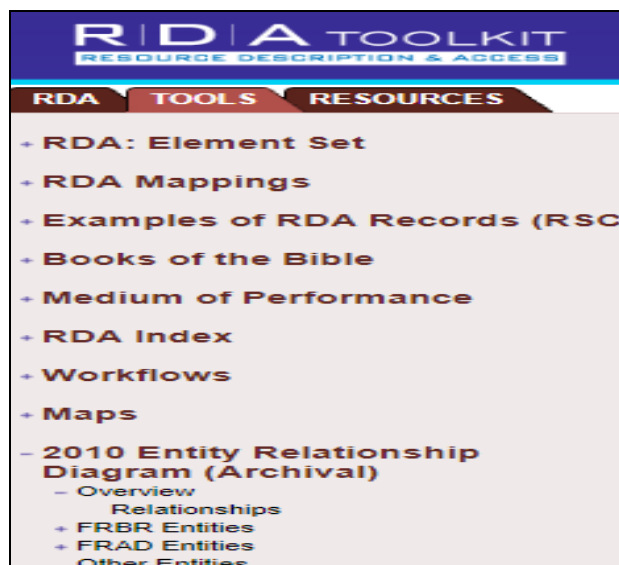
através da RDA, e podem também ser personalizados pelas instituições, a fim de incorporar decisões sobre opções ou práticas locais (Oliver, 2011, p. 97).

FIGURA 14 – Criação de fluxo de trabalho

Fonte: RDA Toolkit, 2016

A *Entity Relationship Diagram* (ERD) é um diagrama grande que foi subdividido numa série de diagramas para facilitar sua exibição, apresentando o mapeamento visual dos elementos do RDA, sendo organizados por entidades para mapear os atributos da entidade e para mapear as relações. São um esboço da estrutura do RDA, sem o texto de instruções, princípios, objetivos ou explicações, e oferecem uma visão de toda a norma, mostrando todos os elementos e o vocabulário adotado nos elementos que possuem vocabulário controlado (OLIVER, 2011, p. 97).

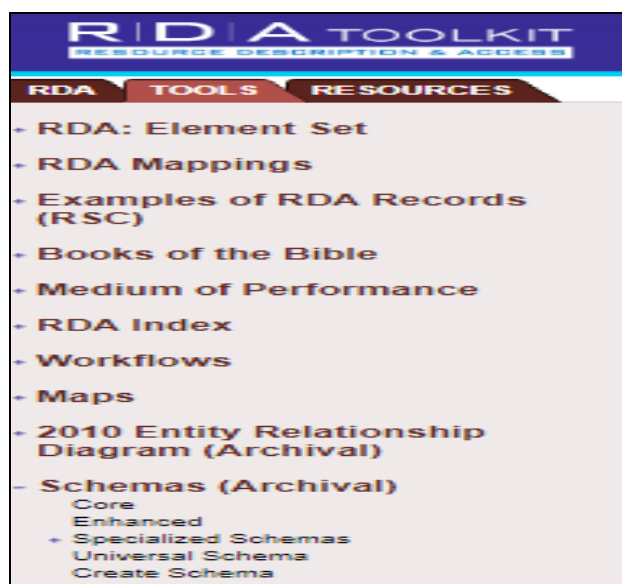
FIGURA 15 – ERD



Fonte: RDA Toolkit, 2016.

Os *Schemas (Archival)* ou esquemas são definidos como representações legíveis por máquina de elementos RDA. Eles são apresentados em três níveis: essenciais, aprimorados e especializados. Até agora, apenas o elemento essencial está ativo e disponível para uso. Os outros dois elementos ainda estão em construção. O conjunto de elementos principais é um subconjunto do conjunto mínimo de dados presentes no RDA (El-Sherbini, 2013, p. 267, tradução nossa).

FIGURA 16 – Schemas (Archival)



Fonte: RDA Toolkit, 2016.

A **GUIA RESOURCES (recursos)** inclui documentos e vínculos para documentos ou sítios na rede que sejam pertinentes. O texto completo do AACR2R

encontra-se disponível a partir deste guia, podendo ser acessado folheando o sumário, as instruções do RDA em alemão, a política das instituições pertencentes ao projeto da RDA a política das instituições envolvidas no projeto da RDA referente à omissão opcional de certas instruções em seus registros e outros recursos, como os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD; a página de MARC standards; o conjunto de elementos de metadados Dublin Core ou o catálogo do catálogo da Biblioteca do Congresso, onde você pode acompanhar os seminários on-line de treinamento (Oliver, 2011, p. 101).

FIGURA 17 – Guia de Recursos adicionais

The screenshot shows the RDA Toolkit website interface. At the top, there's a navigation bar with 'RDA TOOLKIT' and 'RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS'. Below that, a search bar and login fields for 'Account ID' and 'Password' are visible. The main content area is titled 'GET STARTED WITH THE RDA TOOLKIT! It's as easy as...' and contains several sections: 'Log in to Your Subscription', 'Create a User Profile', 'Browse or Search', and 'Need Assistance?'. The left sidebar lists various resources under the heading 'RESOURCES', including AACR2, British Library Policy Statements (BL PS), Kungliga Biblioteket Svensk Praxis (KBSP), Library and Archives Canada Policy Statements (LAC PS), Library of Congress-Program for Cooperative Cataloging Policy Statements (LC-PCC PS), Music Library Association Best Practices (MLA BP), National Library of Australia Policy Statements (NLA PS), Suomalaisen kirjastojen linjaukset (SKL), and Other Resources such as Element Sets & Encoding Standards, FRBR, FRAD, FRSAD, MARC Standards, Dublin Core Meta Data Initiative, Open Archives Initiative, Open Metadata Registry, LC Cataloger's Desktop, and XC Extensible Catalog.

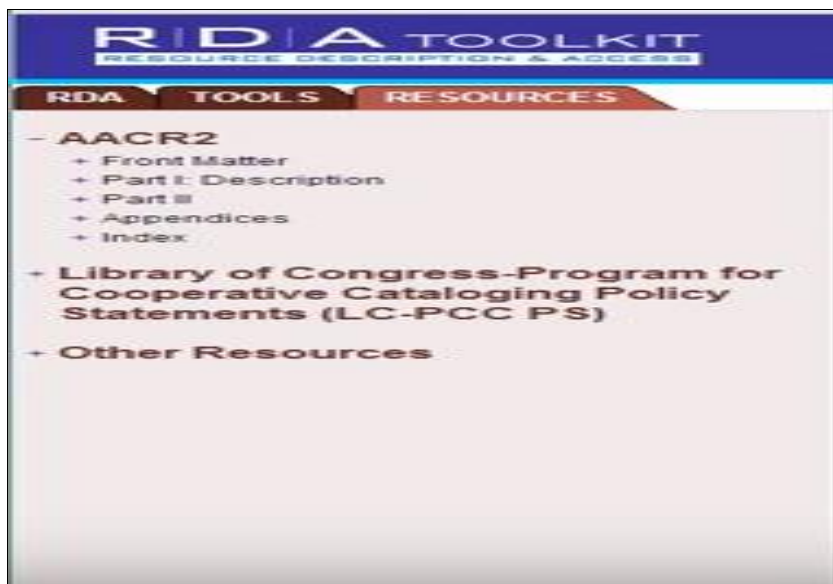
Fonte: RDA Toolkit, 2016.

De acordo com Oliver (2011, p.102), o Toolkit inclui vínculos que encaminham do Toolkit para recursos externos pertinentes, como, por exemplo, os vínculos do *Element Set View* para a informação de codificação correspondente no sitio do MARC 21. Quando o Toolkit apresenta vínculos para recursos externos, trata-se de recursos de acesso livre.

O documento AACR2R consiste em quatro partes: FRONT Matter, Parte I: Description, Part II e apêndices. Estes conteúdos serão explicados abaixo:

- **Front Matter:** fornece informações sobre as regras AACR2R, e os comitês, um prefácio para a revisão de 2002, resumo de revisões de regra desde a revisão de segunda edição de 1998 e introdução geral. Esses documentos podem ser expandidos clicando no sinal de mais para obter mais informações. Você também pode usar o botão *Sincronizar* para ver onde você está no conteúdo da guia AACR2R.
- **Parte I (Description):** mostra os treze capítulos da parte da descrição do AACR2R. Os aspectos positivos que acompanham cada item expandem o conteúdo para obter informações e instruções mais detalhadas. O texto AACR2R fornece links para outras regras AACR2R e, em alguns casos, para elementos RDA. Há mapeamento entre o AACR2R e a RDA, mas não um mapeamento completo.
- **Parte II:** Introdução: títulos, títulos uniformes, uma referência funciona da mesma forma que a parte I e inclui links para certas regras AACR2R e para elementos RDA.

FIGURA 18 – Documentos AACR2



Fonte: RDA Toolkit, 2016

As **Library of Congress Policy Statements (LCPS)** contém as Declarações de Política da Biblioteca do Congresso que são compartilhadas com a comunidade de bibliotecas. É organizado da mesma forma que o RDA para alinhar o LCPS com os elementos da RDA. As declarações de política são destacadas em verde e têm o

símbolo "LC" no topo de cada página. As Declarações de Política estão vinculadas à RDA e em outras seções nas Declarações de Política.

Os ***Others Resources*** incluem outros links úteis para a documentação adicional, como os conjuntos de elementos e padrão de codificação, iniciativas de arquivo aberto, área de trabalho do catalogador e o catálogo extensível XC.

2.4 Esquemas de codificação

Por ser um novo padrão para descrição e acesso de recursos planejado para o ambiente digital, a RDA consegue focar a informação necessária para descrever um recurso e os usuários serão capazes de usar o conteúdo da RDA com muitos esquemas codificados, como, por exemplo, o MODS (*Metadata Object Description Standard*), o MARC 21 ou Dublin Core. Por ser adaptável e flexível, a RDA, tem seu uso potencializado tanto por bibliotecas como por outras comunidades de informação (FUSCO, 2011, p. 37).

Apoiada numa estrutura mais flexível, extensível e de melhor adaptabilidade para descrição de recursos, a RDA pode ser codificado com o emprego de esquemas existentes, como é o caso do *MARC 21*, que é o atual esquema de codificação utilizado pela maioria das bibliotecas; o *Dublin Core*, utilizado para descrição de recursos online; o *MODS*, muito utilizado em descrição de recursos musicais; e o *BIBFRAME* que poderá ser o esquema de codificação que subsistirá o formato MARC 21 futuramente. Além desses esquemas, a RDA, também poderá ter correspondências estabelecidas com outros esquemas que futuramente venham a aparecer.

A seguir a apresentação dos principais esquemas de codificação na qual a RDA pode ser codificada atualmente.

2.4.1 MARC 21

O padrão *Machine Readable Cataloging* MARC 21 (registro catalográfico legível por máquina) foi proposto pela *Library of Congress* (LC) - Biblioteca do Congresso norte americano - no início da década de 1960, sendo que sua utilização efetiva data de 1966. Foi projetado para o tratamento de informações bibliográficas sobre materiais

impressos, manuscritos, arquivos de computador, mapas, música, periódicos, materiais visuais, materiais diversos, entre outros.

O MARC é um padrão para entrada e manuseio de informações bibliográficas em computador com um protocolo de intercâmbio de dados para exportação e importação de dados. O formato MARC 21 é utilizado como “[...] estrutura legível por máquina, e consegue suportar a descrição de recursos informacionais, cujo conteúdo dos seus campos é determinado por regras de catalogação” (SIMIONATO, 2012, p.87).

Em virtude da criação do novo código de catalogação e de sua nova proposta para descrição de recursos e definição de elementos necessários à descrição e ao acesso, a RDA oferece instruções sobre como formular o dado a ser registrado em cada elemento. A nova norma indica como essa transição pode ocorrer de forma mais tranquila e a possibilidade da codificação de dados RDA com o MARC 21 e a preservação e permanência da mesma exibição dos dados bibliográficos.

Para preparar a transição foi preciso fazer alguns ajustes no MARC 21 de modo a acomodar a codificação de dados RDA. O *RDA/MARC Working Group*²⁹ foi criado para identificar as mudanças necessárias para codificar dados RDA com o MARC 21. O grupo de trabalho deu prioridade às áreas que exigem mudanças, iniciando com as que eram de necessidade mais urgente. Muitos elementos RDA podem encaixar-se nos campos e subcampos e valores de campos fixos existentes no MARC 21, mesmo que essa não fosse à situação de codificação ideal, (OLIVER, 2011, p. 105).

Segundo Silva e Baptista (2013, p. 04) um registro MARC é composto por três elementos: estrutura, indicação do conteúdo e conteúdo propriamente dito. A estrutura do registro é uma implementação dos padrões internacionais ANSI Z39.2 e ISO 2709.

Um registro bibliográfico em formato MARC é formado de quatro componentes principais: o líder, o diretório, os campos fixos e os campos variáveis.

1 – Líder: contém informações que possibilitam o processamento do registro; apresenta números e códigos que são identificáveis pela sua posição; compreende as 24 primeiras posições de um registro.

²⁹ Grupo de trabalho coordenado pela British Library, Library and Archives Canada e Library of Congress, estabelecida para colaborar no desenvolvimento de propostas de alterações no formato MARC 21 para acomodar as codificações dos dados em RDA. O Grupo de Trabalho da RDA / MARC identificará quais alterações são necessárias para o MARC 21 para dar suporte à compatibilidade com a RDA e garantir a troca eficaz de dados no futuro.

2 – Diretório: apresenta uma série de entradas de tamanho fixo, uma para cada campo variável do registro. Cada entrada possui 12 posições e apresenta três partes: a tag ou etiqueta do campo, o tamanho do campo e a posição inicial do campo. O Diretório vem em seguida ao Líder e está localizado na posição 24 do registro, sendo gerado automaticamente.

3 – Campos Fixos: são campos que possuem tamanho (ou largura) fixo. O primeiro campo no registro é o campo fixo. Etiquetas mnemônicas identificam os elementos que contêm informações codificadas descrevendo o item e o próprio registro.

4 – Campos Variáveis: os dados ou informação do registro estão organizados em campos variáveis ou de conteúdo variável, cada um deles identificado por uma tag ou etiqueta composta por três caracteres numéricos. Existem dois tipos de campos variáveis:

- **campos de controle** - que são os campos 0XX; não contém indicadores nem subcampos;
- **campos de dados** - Apresenta dois tipos de designação de conteúdo: indicadores, as duas primeiras posições no campo de dados variáveis e os códigos de subcampos, representados por dois caracteres que distinguem as informações dentro do campo; apresenta um delimitador (\$) e um identificador de dados - que pode ser um caractere numérico ou alfabético minúsculo.

O Quadro 21, a seguir, apresenta as principais tags ou campos utilizados no MARC 21:

Quadro 21 – Principais campos do MARC 21

TAG's	DESCRIÇÃO
02X-09X	Campos de números e códigos
1XX	Entrada principal
20X-24X	Título e título relacionado
25X-28X	Edição, impressão, etc.
3XX	Descrição física
4XX	Séries
5XX	Notas
6XX	Assuntos
70X-75X	Entrada secundária
80X-84X	Entrada secundária - série
9XX	Destinado para uso de decisões locais.

Fonte: Marçal, 2016.

2.4.2 Dublin Core

Desenvolvido em outubro de 1994 pela *Online Computer Library Center*³⁰(OCLC) e o *National Center for Supercomputing Applications*³¹(NCSA), o Dublin Core (DC) é um padrão de metadados que possibilita a catalogação de documentos eletrônicos na Web. Segundo Rocha (2004, p. 119), o “Dublin Core apresenta-se como língua mãe para metadados, que pode ser estendida, através da criação de Perfis de Aplicação, para contemplar necessidades de comunidades específicas”.

Segundo Souza; Vendrusculo; Melo (2000, p. 93), o Dublin Core pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos. É a catalogação do dado ou descrição do recurso eletrônico. A expectativa é que autores ou websites sem conhecimento de catalogação sejam capazes de usar o Dublin Core para descrição de recursos eletrônicos, tornando suas coleções mais visíveis pelas máquinas de busca e sistemas de recuperação. Na maioria dos casos, o conjunto de descritores do Dublin

³⁰ OCLC é uma organização cooperativa americana sem fins lucrativos "dedicada aos propósitos públicos de aumentar o acesso às informações do mundo e reduzir os custos de informações". Foi fundada em 1967 como o Ohio College Library Center, e depois se tornou o Online Computer Library Center à medida que se expandia. A OCLC e suas bibliotecas membros produzem e mantêm em cooperação o WorldCat, o maior catálogo de acesso público on-line (OPAC) do mundo.

³¹ O *National Center for Supercomputing Applications* (NCSA) é um centro de pesquisa transdisciplinar e bolsa de estudos digital da Universidade de Illinois. As áreas de foco da pesquisa atual incluem agricultura digital, ciências biológicas e da saúde, terra e meio ambiente, astronomia e muito mais. O Centro também fornece infraestrutura cibernética integrada - recursos de computação, software, dados, redes e visualização e conhecimentos essenciais para o trabalho de cientistas, engenheiros e acadêmicos. O NCSA também é um mecanismo de impacto econômico para o estado e o país, ajudando as empresas a enfrentar os desafios de computação e dados e fornecendo treinamento prático para estudantes de graduação e pós-graduação e pós-docs.

Core é embutido no próprio documento descrito (HTML³², XML³³ Extensible Markup Language e outros), ou, dependendo do recurso, a meta-informação encontra-se separada do recurso catalogado.

Ainda, de acordo com Souza e Alves (2009, p. 192), o padrão Dublin Core (DC) é um conjunto de quinze elementos de metadados, os quais podem ser definidos como o mais baixo denominador comum para a descrição de recurso de informação, equivalente aos dados de uma ficha catalográfica. Suas características principais são: o entendimento semântico universal dos elementos de metadados, o escopo internacional e a extensibilidade visando permitir adaptações às necessidades adicionais de descrição.

Ainda, Segundo Souza; Vendrusculo; Melo (2000, p. 94), as principais características do padrão DC são a simplicidade na descrição dos recursos, entendimento semântico universal (dos elementos), escopo internacional e extensibilidade (o que permite sua adaptação às necessidades adicionais de descrição).

Grácio (2002, p. 50), aponta as principais características do Dublin Core a seguir:

- **Simplicidade:** como a maioria dos elementos tem um entendimento semântico simples, o padrão DC pode ser facilmente gerado pelo responsável do documento sem a necessidade de extensos treinamentos;
- **Interoperabilidade semântica:** diferentes modelos de descrição interferem na habilidade das pesquisas entre áreas. A existência de um modelo comum aumenta a possibilidade de interoperabilidade entre essas áreas;
- **Consenso internacional:** a participação de mais de vinte países no DCMI para a busca de um escopo internacional na WEB e de uma infraestrutura adequada contribui para um consenso internacional;
- **Extensibilidade:** o padrão DC é um modelo simplificado de descrição, que possui flexibilidade e extensibilidade na elaboração de modelos, ou seja, permite que novos elementos possam ser acrescentados para atender uma necessidade de descrição de um determinado recurso.

³² HTML (abreviação para a expressão inglesa *HyperText Markup Language*, que significa *Linguagem de Marcação de Hipertexto*) é uma linguagem de marcação utilizada na construção de páginas na Web. Documentos HTML podem ser interpretados por navegadores. A tecnologia é fruto da junção entre os padrões HyTime e SGML.

³³ XML (*Extensible Markup Language*) é uma recomendação da W3C para gerar linguagens de marcação para necessidades especiais.

- **Flexibilidade:** seus elementos são opcionais, podem ser repetidos se necessário e modificados utilizando-se de qualificadores.

Os elementos do padrão Dublin Core são considerados como objetos e integram todos os tipos de recursos e seu tratamento técnico, sejam eles bases de dados, imagens digitais, banco de imagens, textos eletrônicos, vídeos e filmes em formato digital e não digital, objeto multimídia, gravações sonoras digitais ou não digitais.

A norma ISO 15836 aborda os 15 elementos básicos de Dublin Core, nomeadamente: Título (title), Criador (creator), Assunto (subject), Descrição (description), Publicador (publisher), Colaborador (contributor), Data (date), Tipo (type), Formato (format), Identificador (identifier), Fonte (source), Idioma (language), Relação (relation), Cobertura (coverage), Direitos Autorais (rights).

São apresentados a seguir no Quadro 22, os 15 elementos que compõem a estrutura do Dublin Core, juntamente com suas características:

QUADRO 22 – Elementos Dublin Core

ELEMENTO	CARACTERÍSTICAS
Título (title)	Tipicamente, um Título será o nome pelo qual o recurso é formalmente conhecido, podendo ser o próprio título, o nome ou uma descrição curta.
Criador (creator)	Uma entidade primariamente responsável por fazer um recurso, podendo ser uma pessoa, uma organização ou um serviço.
Assunto (subject)	Tema do conteúdo do recurso; O assunto, caracteristicamente, será representado pelo uso de palavras-chave, frases-chave ou códigos de classificação.
Descrição (descritivo)	Um relato sobre a exposição do recurso; Descrição pode incluir (mas não é limitado a): um “abstract”, tabelas de conteúdo, referências para uma representação de conteúdo ou um texto livre de relato do conteúdo.
Publicador (Publisher)	Uma entidade responsável por tornar o recurso disponível; Exemplos de editor incluem uma pessoa, uma organização ou um serviço. Tipicamente, o nome de um editor deve ser usado para indicar a entidade.
Colaborador(contributo)	Uma entidade responsável por fazer contribuições para o conteúdo do recurso; Exemplos de um Colaborador incluem uma pessoa, uma organização ou um serviço. Tipicamente, o nome do colaborador deve ser usado para indicar a entidade.
Data (date)	Uma data associada com um evento no ciclo de vida do recurso; Tipicamente, data será associada com a criação ou a disponibilização do recurso.
Tipo (tope)	A natureza ou gênero do recurso; Tipo inclui termos descrevendo categorias gerais, funções, espécies ou níveis de agregação para conteúdo. Recomendação para melhor uso é selecionar valores de vocabulário controlado. Para descrever manifestação física ou digital dos recursos, deve-se usar o elemento FORMATO.
Formato (forma)	A manifestação física ou digital do recurso; Tipicamente, formato pode incluir o tipo da mídia ou as dimensões do recurso. O Formato pode ser usado para determinar o software, hardware ou outro equipamento necessário para mostrar ou operar o recurso. Exemplos de dimensões incluem tamanho e duração.

Identificador (identifier)	Uma referência não ambígua para o recurso dentro de um dado contexto. Comentário: A recomendação para melhor uso é identificar o recurso pelo significado de uma string ou número conforme um sistema de identificação formal. Exemplo de sistemas de identificação formal incluem o Identificador de Recursos Uniforme (Uniform Resource Identificador - URI), o Localizador de Recursos Uniforme (Uniform Resource Locator - URL), o Identificador de Objetos Digitais (Digital Object Identificador - DOI) e o Número Internacional Normalizado para Livros (International Standard Book Number - ISBN).
Fonte (source)	Uma referência para o recurso do qual o presente recurso é derivado; O presente recurso pode ser derivado de uma fonte de recurso inteira ou em parte. A recomendação para melhor uso é identificar o recurso pelo significado da string ou do número conforme o sistema de identificação forma.
Idioma (language)	Um idioma do recurso; A prática recomendada é usar um vocabulários controlado para idiomas.
Relação (relation)	Uma referência para o recurso relacionado, como versão de um trabalho, tradução de um trabalho ou parte de um trabalho; A recomendação para melhor uso é referenciar o recurso pelo significado da [string] ou do número conforme um sistema de identificação formal.
Cobertura (coverage)	O âmbito do conteúdo do recurso; Cobertura tipicamente inclui localização espacial (o nome de um lugar ou suas coordenadas geográficas), período temporal (um rótulo, uma data ou intervalo de datas do período) ou jurisdição (como o nome de uma entidade administrativa).
Direitos Autorais (rights)	Informações sobre os direitos existentes no recurso e sobre o recurso; Tipicamente, um elemento Direitos conterá uma declaração de gerenciamento de direitos para o recurso. Informações de Direitos frequentemente abrangem Direitos de Propriedade Intelectual (Intellectual Property Rights - IPR), Copyright, e várias propriedades de Direitos.

Fonte: Mey e Silveira, 2009, p. 135.

A utilização dos elementos Dublin Core para descrever um recurso deve ser pautada pela preocupação de explicitar características que o tornarão mais facilmente localizável. Não é obrigatória a utilização de todos os elementos, sendo permitido o uso de parte do conjunto. Novos elementos podem ser criados para atender a necessidades específicas, e cada elemento refere-se a apenas um recurso a ser descrito.

Desde o início, o Dublin core não buscava sobrepor-se a outros padrões de descrição, mas complementá-los, uma vez que os registros gerados automaticamente se mostram restritos e inadequados às buscas, enquanto os registros MARC exigem o trabalho profissional. O Dublin core propunha tornar-se um meio-termo entre os dois tipos. Hoje o desenvolvimento do padrão Dublin Core está a cargo da *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI), uma instituição criada para este fim, de caráter aberto, sem fins lucrativos, com sede em Singapura (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 136).

2.4.3 MODS

Desenvolvido pela *Library of Congress Network Development and MARC Standard Office*, em 2002, em consulta com especialistas interessados para satisfazer a necessidade expressa de uma versão XML abreviada do MARC 21, o *Metadata*

Object Description Schema (MODS) é um esquema para um conjunto de elementos bibliográficos derivado do padrão MARC, criado originalmente para o uso em bibliotecas, mas que também pode ser utilizado em outras áreas e expresso através de um esquema XML (MODS, 2018, tradução nossa).

O MODS deve complementar outros formatos de metadados e fornecer uma alternativa entre um formato de metadados muito simples, com um mínimo de campos e pouca ou nenhuma subestrutura (por exemplo, Dublin Core) e um formato muito detalhado com muitos elementos de dados com várias complexidades estruturais, como MARC 21. Ainda segundo Guenther 2003, p. 138:

MODS tem um alto nível de compatibilidade com os registros MARC porque herda a semântica dos elementos de dados equivalentes no formato bibliográfico MARC 21. Portanto, é mais rico que o Dublin Core e mais compatível com os dados da biblioteca do que o Dublin Core ou ONIX, desenvolvido para a indústria do livro.⁴ Ao mesmo tempo, é muito mais simples que o formato MARC completo (como ISO 2709 ou MARCXML completo) e mais "amigável" porque usa tags baseadas em idioma que podem ser facilmente entendidas por qualquer pessoa que lide com o registro "bruto" (GUENTHER, 2003, p.138, tradução nossa).

A maioria dos elementos definidos no MODS possui equivalentes no formato bibliográfico MARC 21. No esquema XML do MODS, as seções de documentação especificam onde a semântica do elemento pode ser encontrada no MARC 21. Além disso, a Biblioteca do Congresso disponibilizou mapeamentos entre o MARC e o MODS e vice-versa. Como os elementos MODS herdam a semântica dos elementos MARC, há um alto grau de compatibilidade com os registros MARC: um elemento no MODS tem significado detalhado no formato bibliográfico MARC 21 (GUENTHER, 2003, p. 140, tradução nossa).

De acordo com Staneck (2007, p.38), apesar de desenvolvido recentemente, o MODS teve uma rápida aceitação, em projetos que lidam com a descrição de recursos digitais musicais. A seguir estão listadas algumas destas iniciativas:

- **Copac**³⁴- É um catálogo geral mantido pela University of Manchester, que provê livre acesso aos catálogos de busca online nas 24 maiores universidades britânicas e irlandesas, membros da *Consortium of Research Libraries* (CURL)³⁵.

³⁴ Disponível em: <http://www.copac.ac.uk>

³⁵ Disponível em: <http://www.curl.ac.uk>

- **A Performing Arts Digital Library** ³⁶- Parte integrante da “The Library of Congress Presents: Music, Theater and Dance”, mantida pela Biblioteca do Congresso Americano, que dispõe via web um acervo sobre a arte americana, incluindo partituras, filmes, gravações, fotos e ilustrações.
- **Music Austrália** ³⁷- Um serviço via web desenvolvido pela National Library of Austrália e a National Film and Sound Archive, dando acesso a um vasto material sobre a música, músicos e organizações culturais australianas, incluindo partituras, gravações, sítios e outros materiais relacionados com música.
- **Chopin Early Editions** ³⁸- Inclui mais de quatrocentas das primeiras edições das composições de Frédéric Chopin. Consiste na digitalização em imagens de todas as partituras pertencentes ao acervo da University of Chicago Library's Chopin collection.

No Brasil, o padrão MODS já vem sendo utilizado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no projeto “Rede da Memória Virtual Brasileira”, que pretende apoiar a automação e disponibilização, em meio eletrônico, dos acervos das bibliotecas participantes, inventariando e disseminando a memória brasileira armazenada nas diversas coleções espalhadas pelo país (STANECK, 2007, p.39).

No MODS, alguns elementos do MARC foram readaptados, principalmente nos casos em que vários elementos de dados são reunidos em um. Por exemplo, o gênero de elemento MODS usa valores controlados coletados de vários elementos MARC, muitos deles de campos fixos. A Biblioteca do Congresso disponibilizou uma lista controlada de valores de gênero encontrados em vários lugares no formato bibliográfico MARC 21 para serem usados com o elemento de gênero MODS. Outro tipo de readaptação ocorre com os conceitos de emissão e agregação, os quais ocorrem no elemento MARC Leader/07. Esses dois conceitos são representados no MODS como dois elementos: emissão, com os valores monográficos ou contínuos, e como a coleção de atributos no elemento *typeOfResource* (GUENTHER, 2003, p. 140, tradução nossa).

³⁶ Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/perform/ihas>

³⁷ Disponível em: <http://www.musicaustralia.org>

³⁸ Disponível em: <http://chopin.lib.uchicago.edu/>

Para descrever⁵ um recurso, o padrão MODS utiliza um conjunto de vinte elementos listados a seguir conforme o Quadro 23:

QUADRO 23 – Elementos MODS

1. titleInfo (título)	11. note (nota)
2. name (nome)	12. subject (assunto)
3. typeOfResource (tipo de recurso)	13. classification (classificação)
4. genre (gênero)	14. relatedItem (item relacionado)
5. originInfo (informação de origem)	15. identifier (identificador)
6. language (idioma)	16. location (localização)
7. physicalDescription (descrição física)	17. accessCondition (condições de acesso)
8. abstract (resumo)	18. part (parte)
9. tableOfContents (sumário)	19. extension (extensão)
10. targetAudience (público alvo)	20. recordInfo (informação de registro)

Fonte: Staneck, 2007, p. 40.

Cada elemento poderá conter um ou mais subelementos. Sua utilização é opcional, podendo, no entanto, serem repetidos de acordo com a necessidade. A ordem em que aparecem os elementos pode variar de acordo com cada aplicação, mas os subelementos deverão ter sua ordem de acordo com o esquema pré-estabelecido.

2.4.4 BIBFRAME

A *Library of Congress* lançou, em maio de 2011, o *Bibliographic Framework Initiative*, também chamado de BIBFRAME, com a finalidade de melhor atender as necessidades descritivas atuais e futuras. De acordo com a *Library of Congress* (2012, p. 03), o *Bibliographic Framework Initiative* objetiva visualizar e, em longo prazo, implementar uma nova abordagem bibliográfica para bibliotecas, que seja centralizado na web e que favoreça a interconectividade de informações em conformidade com a nova norma de catalogação.

A concepção do modelo BIBFRAME está baseada nas tendências e práticas contemporâneas que incentivam a disponibilização e interligação de dados na Web em formatos que sejam legíveis por máquinas. À medida que a Web evolui, de uma rede de documentos para uma rede de dados interligados, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de identificação das entidades envolvidas na criação dos

recursos (autores, editores) e dos conceitos (assuntos) relacionados, tais dados são cruciais para que os usuários possam localizar informações na Web (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 03, tradução nossa).

Para a *Library of Congress* (2012, p. 03, tradução nossa), o BIBFRAME constitui-se uma iniciativa para tornar os recursos informacionais representados pelo Formato MARC 21, mais acessíveis em ambientes digitais, uma vez que busca estabelecer relações com outros padrões de metadados, acomodar os dados advindos das instruções da RDA e, ao mesmo tempo, garantir que o legado do padrão MARC 21 não se perca em meio às novas necessidades dos ambientes digitais.

O novo modelo é mais do que um mero substituto para a atual comunidade da biblioteca modelo/formato, MARC. É a base para o futuro da descrição bibliográfica que acontece dentro e como parte da web e do mundo em rede em que vivemos. Ele foi projetado para integrar-se e envolver-se na comunidade de informação mais ampla, ao mesmo tempo servindo às necessidades específicas de sua comunidade de manutenção - bibliotecas e organizações de memória semelhantes. (LIBRARY OF CONGRESS, 2012a, p. 03, tradução nossa).

Ele realizará esses objetivos de várias maneiras:

- 1) Diferenciando claramente entre conteúdo conceitual e sua (s) manifestação (ões) física (as). (Ex.: obras e instâncias);
- 2) Concentrando-se na identificação inequívoca de entidades de informação (por exemplo, autoridades);
- 3) Alavancando e expondo os relacionamentos entre entidades.

Em um mundo em escala de web, é imperativo poder citar dados de biblioteca de forma que não apenas diferencie o trabalho conceitual (um título e autor) dos detalhes físicos sobre essa manifestação da obra (números de página, se houver ilustrações), mas também identifique claramente entidades envolvidas na criação de um recurso (autores, editores) e os conceitos (assuntos) associados a um recurso.

Práticas padrão de descrição em bibliotecas, pelo menos até agora, focam em criação de registros de catálogo que são independentemente compreensíveis, agregando informações sobre o trabalho conceitual e seu suporte físico confiando o uso de cadeias lexicais para identificadores, como o nome de um autor. (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 04, tradução nossa).

Ainda segundo a *Library of Congress* (2012, p. 05, tradução nossa), o BIBFRAME é um projeto inicial que continuará a evoluir, uma vez que deve ser capaz de acomodar qualquer quantidade de modelos de conteúdo e implementações específicas, mas, ainda assim, permitir a interoperabilidade entre sistemas, precisando atender às novas regras de metadados e padrões de conteúdo emergentes. Deve, pois, tanto ampliar quanto estreitar o universo de formatos para a troca de dados bibliográficos.

Segundo a *Library of Congress* (2012, p. 06, tradução nossa), o BIBFRAME, que aproveita a web como uma arquitetura subjacente, irá moldar um quadro descritivo comum e assim, atingir dois objetivos:

- 1) Permitir maior integração dos recursos bibliográficos existentes;
- 2) Criar um roteiro para avançar em direção ao refinamento, remodelagem ou o desenvolvimento de abordagens alternativas.

O vocabulário BIBFRAME usa um modelo Linked Data e, portanto, aproveita a prática de modelagem RDF de identificar exclusivamente como recursos da web todas as entidades, atributos e relacionamentos (ou seja, propriedades) entre entidades. O vocabulário do BIBFRAME é composto pelas propriedades, classes e relações do RDF (BIBFRAME, 2016, tradução nossa).

De acordo com a *Library of Congress* (2012, p. 08, tradução nossa), o modelo BIBFRAME Linked Data tenta equilibrar os seguintes fatores:

- Flexibilidade para acomodar futuros domínios de catalogação, e cenários de uso inteiramente novos e fontes de informação;
- A Web como um modelo arquitetônico para expressar e conectar informação descentralizada;
- Adoção social e técnica fora da comunidade da Biblioteca;
- Implantação social e técnica na comunidade da Biblioteca;
- Esforços anteriores na expressão de material bibliográfico como dados vinculados;
- Aplicação de tecnologia de máquinas para tarefas mecânicas, enquanto acomoda amplamente o especialista no assunto (o bibliotecário) como o cérebro explícito por trás da mecânica;

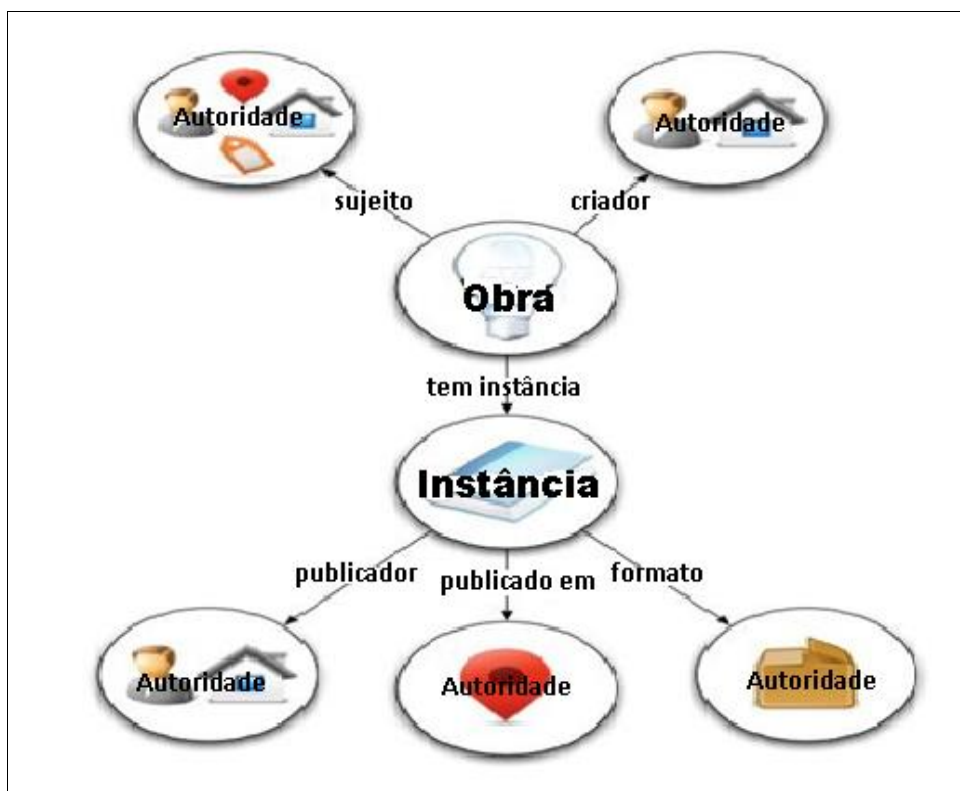
- Esforços anteriores para modelar informações bibliográficas na biblioteca, em publicadores, em arquivos e comunidades de museus;
- A história e aspectos robustos e benéficos de um método comum de pesquisa bibliográfica e transferência de informação.

Ao refletir o formato MARC 21 em um modelo Linked Data, expande-se a sua utilidade e o valor destes dados em comunidades de bibliotecas e instituições de patrimônio cultural. O Formato MARC possui três funções principais: relacionar dados à essência intelectual de uma obra, relacionar dados com a instância real da obra, e registrar metadados como números de controle, códigos de tratamento e outras anotações (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 07, tradução nossa).

Para a Library of Congress (2012, p. 07, tradução nossa), estes recursos do MARC podem ser remontados em uma arquitetura coerente, que constitui a base de um novo framework bibliográfico e permite a catalogação cooperativa em um nível mais granular (pessoas, lugares, assuntos, organizações, etc.). Então, sempre que as atualizações a esses recursos MARC forem realizadas (por exemplo, alguém adiciona novas informações sobre uma pessoa, novos mapeamentos relacionados a um assunto, etc.) com a utilização da web como uma arquitetura de informações, os eventos de notificação podem acontecer para atualizar automaticamente os sistemas que fazem referência a esses recursos.

O vocabulário BIBIFRAME é formado por um conjunto de Classes e Propriedades que representam formalmente entidades, suas características e relacionamentos. A Biblioteca do Congresso liberou o modelo BIBIFRAME 1.0, original em 2012, figura 19, que foi substituído em abril de 2016 pelo BIBIFRAME 2.0. A primeira versão do BIBIFRAME lançado consistiu em quatro classes principais: Trabalho Criativo, Instância, Autoridade e Anotação (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 08). *“Tradução do autor”*

FIGURA 19 – Representação gráfica do modelo BIBFRAME 1.0

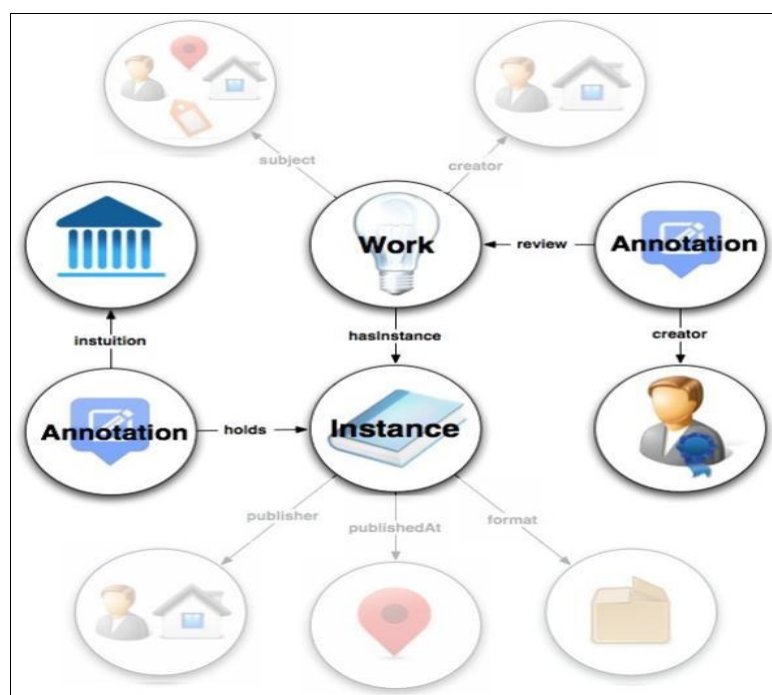


Fonte: Library of Congress, 2012. "Tradução nossa"

O modelo BIBFRAME 1.0 consiste nas seguintes classes principais: *Work* (Obra Criativa) - identifica a essência conceitual do item de catalogação; *Instance* (Instância) - recurso que reflete uma personificação material e individual da obra; *Authority* (Autoridade) - um recurso que reflete conceitos-chave de autoridade que definem relações refletidas na obra e na instância. Para a Library of Congress (2012, p. 09, tradução nossa), as autoridades BIBFRAME não são projetadas para competir ou substituir os esforços de autoridade existentes, para que, baseadas na web, fornecem uma camada de abstração comum sobre diferentes esforços de autoridade, para torná-los ainda mais eficazes; e, *Annotation* (Anotação) - um recurso que fornece informações adicionais a outros recursos do BIBFRAME.

Segundo Schreur (2018, p. 05, tradução nossa), uma Anotação representa conceitos diferentes de Autoridades que podem ser associados a uma Obra ou Instância. Por exemplo, a revisão de uma Obra pode ser considerada uma Anotação para Obra e o fato de uma instituição ter um recurso específico pode ser considerado uma Anotação da Instância. A força deste modelo elegantemente simples é a facilidade com que ele pode ser estendido para cobrir as necessidades de formatos mais complexos, como música ou materiais audiovisuais.

FIGURA 20 – Representação gráfica do modelo BIBFRAME



Fonte: Library of Congress, 2012. "Tradução nossa"

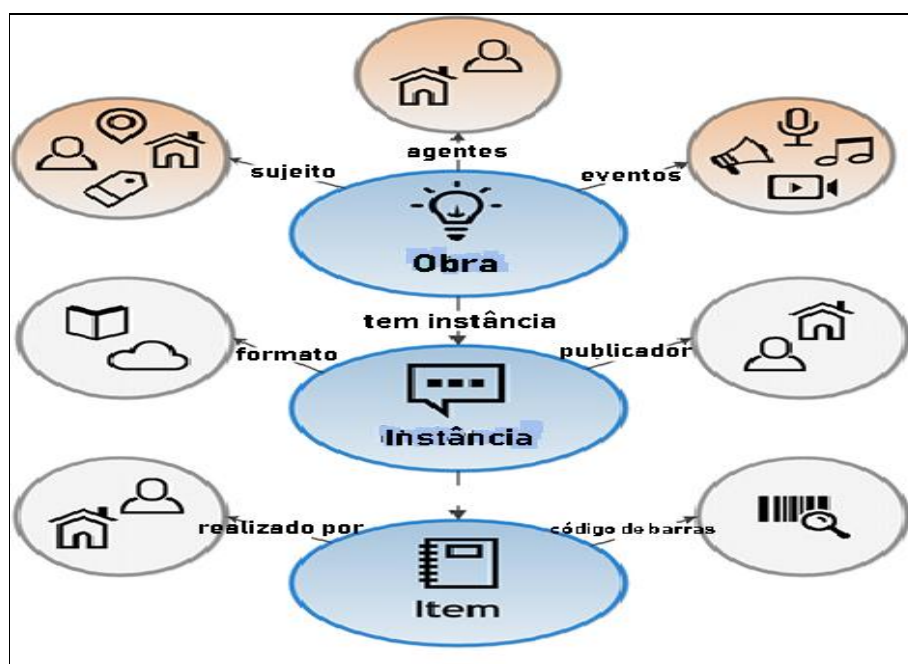
A conversão em massa dos dados do MARC e o desejo de usá-lo em um contexto de dados vinculados expuseram muitas das deficiências no desenvolvimento do BIBFRAME 1.0. Em resposta a isso, o Escritório de Padrões de Rede da Biblioteca do Congresso encomendou uma revisão do BIBFRAME 1.0 para Robert Sanderson (SANDERSON, 2015, p. 19). Sanderson, juntamente com sua equipe de revisores, examinou o BIBFRAME 1.0 no contexto das melhores práticas atuais dentro do domínio Linked Data. O relatório resultou em uma série de recomendações para a Biblioteca do Congresso tentando preservar o valor e a semântica dos dados existentes na nova ontologia, BIBFRAME 2.0, e ao mesmo tempo em que equilibra as melhores práticas atuais com a integralidade da transformação de dados históricos.

No BIBFRAME 2.0 (Figura 20), o número de classes principais foi reduzido para três: Obra, Instância e Item (BIBFRAME, 2016). As três Classes principais do modelo BIBFRAME podem ser descritas sucintamente como: Work (Obra) representa o nível mais alto de abstração e reflete a essência conceitual do recurso catalogado; Instance (Instância) caracteriza uma manifestação e expressão de uma Obra; Item (Item) corporifica uma instância, de forma física ou virtual. Essas três classes refletem mais de perto o modelo FRBR do que a versão anterior do BIBFRAME, com a Instância

combinando ambos os conceitos de expressão e manifestação para simplificar as questões.

O BIBFRAME 2.0 define ainda conceitos-chaves adicionais que possuem relacionamentos com as classes principais: **Agentes:** Agentes são pessoas, organizações, jurisdições, etc., associados a uma obra ou instância por meio de funções como autor, editor, artista, fotógrafo, compositor, ilustrador etc.; **Assuntos:** Uma obra pode ser “sobre” um ou mais conceitos. Tal conceito é dito ser um “sujeito” da obra. Conceitos que podem ser assuntos incluem tópicos, lugares, expressões temporais, eventos, obras, instâncias, itens, agentes, etc.; e **Eventos:** Ocorrências, cuja gravação pode ser o conteúdo de um trabalho. (BIBFRAME, 2016, tradução nossa).

FIGURA 21 – Representação gráfica do modelo BIBFRAME 2.0



Fonte: BIBFRAME, 2016. “Tradução do autor”

No contexto dos modelos conceituais de relacionamento entre entidades, incluindo o FRBR, o BIBFRAME reconhece entidades, atributos e suas relações. O BIBFRAME promove a prática de modelagem do RDF que identifica como recursos da web todas as entidades (recursos), atributos e relações (propriedades). Isso permite que mais anotações (como mapeamentos para outros vocabulários ou extensões da comunidade local) sejam criadas, conforme necessário (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 15, tradução nossa).

O vocabulário BIBFRAME consiste em classes e propriedades RDF. As classes incluem as três classes principais listadas acima, bem como várias classes adicionais, muitas das quais são subclasses das classes principais. Propriedades descrevem características do recurso que está sendo descrito, bem como relacionamentos entre recursos. Por exemplo: uma Obra pode ser uma “tradução de” outra Obra; Uma Instância pode ser uma “instância de” uma obra BIBFRAME em particular. Outras propriedades descrevem atributos das obras e instâncias. Por exemplo: a propriedade BIBFRAME “subject” expressa um atributo importante de uma obra (sobre o que é a obra) e a propriedade “extent” (por exemplo, número) expressa um atributo de uma Instância. (BIBFRAME, 2016, tradução nossa).

O vocabulário BIBFRAME, por sua vez, é a chave para a descrição de recursos no ambiente informacional digital. Como o formato MARC, o vocabulário BIBFRAME tem um conjunto de elementos e atributos definidos com um conjunto de classes e propriedades. Uma classe identifica um tipo de recurso BIBFRAME (obra, instância, autoridade ou anotação) e as propriedades servem como um meio para descrever um recurso BIBFRAME (por exemplo, título da obra, publicador, data de publicação, etc.). (BIBFRAME, 2016, tradução nossa).

O modelo e o vocabulário BIBFRAME consideram os recursos que estão catalogados como obras com instâncias correspondentes (físicas e/ou eletrônicas). Os metadados que descrevem uma obra são uma fusão de alguns dos dados que foram anteriormente associados com o registro de título uniforme de autoridade, combinados com dados de assunto que foram associados aos registros bibliográficos. Assim, cada recurso catalográfico deve ter uma descrição de obra e, se esse recurso existe física ou eletronicamente, terá uma ou mais descrições de instância (BIBFRAME, 2016^a, tradução nossa).

Como um formato de descrição bibliográfica, o MARC concentra-se em registros de catálogo que são compreensíveis em si mesmos. O BIBFRAME, por sua vez, depende fortemente de relações entre recursos (relações entre obras; relações entre obra e instância; relações entre obra e autoridade), (BIBFRAME, 2016a, tradução nossa).

O formato MARC agrega informações sobre obras conceituais e seus suportes físicos e usa cadeias de caracteres para seus identificadores, como nomes de pessoas, instituição, assuntos e outros que têm valor fora do próprio registro. O

modelo BIBFRAME utiliza identificadores controlados para coisas (pessoas, lugares, línguas, etc.) (BIBFRAME, 2016a, tradução nossa).

Enquanto o padrão MARC não aproveita os benefícios que os recursos tecnológicos oferecem no contexto de dados interligados, o modelo BIBFRAME é o ponto de entrada formal da comunidade bibliotecária para se tornar parte de uma rede muito maior de dados, na qual as ligações entre as coisas são fundamentais (BIBFRAME, 2016a, tradução nossa).

O formato MARC possui um conjunto definido de elementos e atributos, e o modelo BIBFRAME possui um conjunto definido de classes e propriedades (classes: obra, instância, autoridade ou anotação; propriedades: título da obra, publicador, etc.). Ambos visam acomodar os dados gravados por outras regras, mas as regras de catalogação lhes dão características semelhantes (BIBFRAME, 2016a, tradução nossa).

2.5 Implementação da RDA

A implementação da RDA é um processo que precisa ser enfrentado pelas bibliotecas para inserir as mudanças decorrentes advindas da norma nos processos de catalogação das suas unidades. Algumas bibliotecas não têm a mínima noção de onde e como começar a implementação da RDA. Esse ponto de partida é um dos grandes desafios para iniciar a RDA na rotina do processo de catalogação.

A transição das AACR2R para a RDA não é um processo que possa ser enfrentado isoladamente por catalogadores individualmente ou instituições. O conteúdo da RDA foi desenvolvido como iniciativa internacional com a participação formal de representantes dos quatro países autores da norma: Austrália, Canadá Grã-Bretanha e Estados Unidos, estando a coordenação dos planos e as decisões distribuídas entre os quatro países autores (OLIVER, 2011, p. 109).

Antes dos testes da RDA dos Estados Unidos, organizações de bibliotecas nacionais em outros países de língua inglesa como a Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Grã-Bretanha, também, realizaram pesquisas para avaliar as opiniões dos profissionais sobre o novo código de catalogação. Essas pesquisas forneceram um pouco mais de esclarecimento sobre “as necessidades dos catalogadores” e os “métodos preferidos para treinamento”. Essas pesquisas iniciais indicaram níveis

limitados de conhecimento da RDA entre os entrevistados. Elas também indicaram preocupações sobre a preparação para implementação da RDA entre catalogadores e suas equipes, ao mesmo tempo em que atendem às demandas diárias de produção e gerenciamento de catalogação (PARK; TOSAKA, 2015, p. 252, tradução nossa).

Os primeiros passos para a transição da RDA nas bibliotecas dos Estados Unidos se deram após o lançamento da primeira versão online da norma RDA em 2010, junto com o kit de ferramentas RDA Toolkit. Essa implementação foi um esforço em conjunto das Bibliotecas do Congresso (LC) e as outras duas bibliotecas nacionais da Estados Unidos, *National Agricultural Library* (NAL) e *National Library of Medicine* (NLM), junto com Programa de Catalogação Cooperativa (CPP) e suas centenas de instituições membros, o grupo de publicação da Associação Americana de Bibliotecas (ALA), e o fornecedor da biblioteca do setor privado e a comunidade de treinamento.

A gerência sênior da Biblioteca do Congresso (LC), da *National Agricultural Library* (NAL) e da *National Library of Medicine* (NLM) encarregou a Comissão de Coordenação de Testes da RDA dos EUA para conceber e conduzir um teste nacional do *Resource Description and Access* (RDA) e concordaram em se basear numa decisão conjunta sobre a implementação nas conclusões do teste.

O Comitê de Coordenação avaliaria a RDA testando-a no ambiente de biblioteca e informações, avaliando as implicações técnicas, operacionais e financeiras da nova norma. A avaliação incluiria uma articulação do *business case* para a RDA, incluindo benefícios para bibliotecas e usuários finais, juntamente com análises de custo para reciclagem de pessoal e reengenharia de processos de catalogação (MORRIS; WIGGIS, 2016, p. 206, tradução nossa).

Segundo Hanford (2014, p. 156, tradução nossa), o teste formal consistiu em três fases: (a) **a fase de treinamento** dos participantes da RDA, que ocorreu do início de 2010 até 30 de setembro de 2010; (b) **a fase de produção de registros** de 1º de outubro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, durante a qual foram criados registros e levantamentos do processo de criação; e (c) **a fase de análise** de 1º de janeiro de 2011 a 31 de março de 2011, durante a qual o Comitê de Coordenação de Testes dos EUA aprovou os resultados das pesquisas e preparou um relatório para a administração das três bibliotecas nacionais.

A LC, a NAL e a NLM anunciaram em 13 de junho de 2011 que, como bibliotecas nacionais dos Estados Unidos, pretendiam adotar as novas instruções de catalogação, da norma RDA (*Resource Description and Access*), com certas

condições e que a implementação não ocorreria antes de 1º de janeiro de 2013. O período intermediário permitiria que o tempo para o trabalho começasse nas seguintes tarefas para atender as condições necessárias para implementação (MORRIS; WIGGIS, 2016, p. 210, tradução nossa):

- Reordenar as instruções da RDA em inglês claro e inequívoco;
- Definir processo de atualização do RDA no ambiente online;
- Melhorar a funcionalidade do RDA Toolkit;
- Desenvolver exemplos completos de registro de RDA no MARC e em outros esquemas de codificação;
- Anunciar a conclusão dos conjuntos de elementos e vocabulários de RDA e assegurar-se de que o registro esteja bem descrito e em sincronização com as regras do RDA;
- Demonstrar progressos credíveis para a substituição do MARC;
- Garantir e facilitar o envolvimento da comunidade;
- Liderar e coordenar o treinamento de RDA;
- Solicitar Manifestações de entrada de sistemas protótipo que descuberta e usar o elemento set RDA (incluindo relacionamentos).

O ano de 2013 marcou o início de uma nova era na comunidade de catalogação dos Estados Unidos, à medida que a Biblioteca do Congresso (LC) avançou com a implementação total da RDA em 31 de março. A transição para a RDA tem, desde então, prosseguido de forma constante. O Programa de Catalogação Cooperativa (PCC), um esforço cooperativo internacional destinado a contribuir com registros de catalogação de alta qualidade, anunciou sua decisão em dezembro de 2013 de deixar de criar registros bibliográficos originais que não sejam totalmente compatíveis com a RDA até o final de 2014 (PARK; TOSAKA, 2015, p. 252, tradução nossa).

A Biblioteca Elihu Burritt na *Central Connecticut State University*, umas das bibliotecas acadêmicas que participaram dos testes de implementação da RDA nos EUA, após a conclusão dos testes em 31 de dezembro de 2010, começaram a revisar e avaliar, o atual nível de treinamento e conhecimento do pessoal da biblioteca, e

ainda, o tempo adicional necessário para criar um registro RDA original ou atualizar um registro existente no *Connexion*³⁹ OCLC para a RDA.

Conforme Hanford (2014, p. 161, tradução nossa), dessa forma, a fim de facilitar o uso continua da RDA, a biblioteca desenvolveu um *plano de implementação* que gradualmente mudaria a criação de registros e atualizações de AACR2 e RDA para exclusivamente RDA. O plano consistiu em duas fases:

1) Fase um:

- a. A criação de registros originais e registros atualizados no RDA seria opcional. Se dentro do fluxo de trabalho diário houvesse tempo para trabalhar dentro das diretrizes da RDA, encorajamos uns aos outros a fazê-lo. Se fôssemos pressionados pelo tempo, era aceitável trabalhar dentro do AACR2R;
- b. Padronização das políticas locais de acordo com Declarações da *Library of Congress Policy* (posteriormente conhecidas como LC-PCC PS, Programa da Biblioteca do Congresso para Declarações de Política de Catalogação Cooperativa);
- c. Desenvolvimento de vários modelos no *Connexion OCLC* que refletiam os formatos que mais comumente eram catalogados;
- d. Uso do recurso *Online Constant Data*⁴⁰, para criar conjuntos de dados padrão que poderiam ser facilmente aplicados a um registro bibliográfico. Esses dados padrão para os registros da RDA incluíam o código de campo fixo MARC21 “i” no Código do Formulário Descritivo de Catalogação (Líder / 18) e os metadados apropriados para os campos variáveis MARC21 336, 337 e 338.

2) Fase dois:

- a. Transição completa para a catalogação exclusivamente em RDA (ao construir nosso plano propositadamente não definimos prazos nem prazos para as transições de fase. Queríamos progredir com a RDA

³⁹ O *Connexion* é uma ferramenta de catalogação online de serviço completo, apoiada pelos 40 anos de experiência em catalogação da OCLC. O *Connexion* permite criar e editar registros bibliográficos e de autoridade de alta qualidade e compartilhá-los com toda a cooperativa da OCLC, o que beneficia bibliotecas em todo o mundo.

⁴⁰ Dados já registados no *Connexion* que são utilizados para automatizar a entrada de campos e dados repetidos. É útil para cópia e catalogação original. O recurso de *Constant Data* pode estar on-line ou salvos localmente no *Connexion* do usuário.

dentro do fluxo natural de nossas atividades diárias e de quaisquer projetos especiais imprevistos);

- b. Monitoração da produção de catalogação mensalmente;
- c. Rastreamento da saída de registros RDA e AACR2R para catalogação original e atualizada;

A atividade de conscientização sobre a RDA no Canadá foi iniciada desde 2008, conforme relatado por Oliver apud MANSOR; RAMDZAN (2014, p. 178, tradução nossa) no relatório *Canadian Committee on Cataloging (CCC)*. Os membros do CCC têm desempenhado importante papel em manter a comunidade de catalogação canadense informada sobre o desenvolvimento, mudanças e apresentações do RDA. O comitê concordou que a parceria é um método útil para garantir que a comunidade de bibliotecas canadenses esteja preparada para a implementação da RDA.

Como um país que usou o AACR2R em inglês e francês, a expectativa no Canadá é que a maioria das bibliotecas passaria por um período de tempo do padrão antigo, AACR2R, para a nova, RDA.

Cross; Andrews; Grover; Oliver; Riva (2014, p. 02, tradução nossa), apontam que o treinamento, seja ele formal ou informal, é o ponto de partida para a implementação de um novo padrão. Quando se olha para a implementação da RDA no Canadá, há uma diferença notável na forma como o treinamento ocorreu nas comunidades de catalogação de língua inglesa e francesa. No inglês do Canadá, o treinamento não foi coordenado a partir de um ponto central. Houve algum treinamento organizado e ministrado por um grupo de pares *ad hoc*, mas também houve iniciativas individuais de base para o auto treinamento usando recursos disponíveis na web e em outros lugares. No Canadá de língua francesa, a parte canadense da equipe que traduziu a RDA para o francês tornou-se uma fonte de autoridade para a comunidade de catalogação de língua francesa e essa equipe organizou e ministrou treinamento em francês.

Nesta era da Internet e dos serviços da Web, a distância não deve importar. Dado o financiamento, exigências e os cortes nos orçamentos das bibliotecas, muitos funcionários da biblioteca contam com documentos da web e apresentações na web para adquirir conhecimento teórico e prático. No entanto, como visto durante a implementação da RDA, permanece uma firme preferência pela transmissão de conhecimento por pares, seja através de conferências, pré-conferências ou

workshops de treinamento (CROSS; ANDREWS; GROVER; OLIVER; RIVA, 2014, p. 04, tradução nossa).

A implementação completa do RDA no Canadá exigiu a tradução da RDA para o francês e a disponibilidade de RDA em ambos os idiomas oficiais. A disponibilidade de RDA em francês foi um pré-requisito essencial para a implementação na maioria das bibliotecas em Québec, bem como várias bibliotecas em outros locais no Canadá que oferecem catálogos em francês ou bilíngues. A tradução da RDA começou no outono de 2010 e foi publicada no RDA Toolkit em 14 de maio de 2013 e impressa em junho de 2013 (CROSS; ANDREWS; GROVER; OLIVER; RIVA, 2014, p. 05, tradução nossa).

O tamanho do país e sua densidade populacional apresentaram desafios para o intercâmbio de experiências face-a-face. Mesmo com o uso de tecnologias da Web, o número de pessoas com experiência em RDA era limitado. As bibliotecas canadenses usaram uma variedade de estratégias para adquirir o conhecimento necessário para implementar a RDA e treinar sua equipe.

Os resultados da pesquisa em língua inglesa no Canadá indicaram uma forte dependência da documentação da web, mas também de apresentações presenciais, como sessões de conferência, workshops, palestrantes convidados, etc. As bibliotecas canadenses aproveitaram tanto os recursos canadenses quanto aqueles disponibilizados por outros países.

Segundo Cross; Andrews; Grover; Oliver; Riva (2014, p. 08, tradução nossa) em 2009-2010, alguns membros do *Technical Services Interest Group (TSIG)*⁴¹ da *Canadian Library Association (CLA)* começaram a discutir a implementação e o treinamento da RDA. Durante este período de tempo, um pequeno grupo dentro do TSIG realizou um levantamento das bibliotecas canadenses para avaliar o nível de conscientização da RDA e coletar informações sobre as preferências por métodos de treinamento.

Um esboço de treinamento foi criado e compartilhado por meio do Google Docs, que era novo na época é infelizmente também bloqueado por algumas instituições, como bibliotecas governamentais. Uma chamada foi feita para os voluntários e a resposta foi encorajadora.

⁴¹ Em português Grupo de Interesse de Serviços Técnicos (TSIG) era um grupo de interesse dentro da Canadian Library Association (CLA). Grupos de interesse foram substituídos por redes em 2011 e esse grupo agora é conhecido como TSN (Technical Services Network).

O grupo de trabalho desenvolveu alguns módulos originais, mas também fez uso do trabalho já feito pela Biblioteca do Congresso. A Biblioteca do Congresso havia criado várias séries de módulos enquanto passavam pelo período de teste e então iniciavam a implementação e o treinamento de todos os seus funcionários. Eles forneceram acesso gratuito a esses módulos em seu site. Foi o primeiro conjunto definitivo de materiais de treinamento e foi um elemento-chave no treinamento de RDA, pois demonstrou como implementar a RDA em um ambiente MARC 21 (CROSS; ANDREWS; GROVER; OLIVER; RIVA, 2014, p. 08, tradução nossa).

Foi decidido que o currículo de treinamento canadense incluiria informações e discussão sobre o arcabouço teórico subjacente à RDA, bem como as maneiras pelas quais a RDA é um importante passo adiante em nosso futuro de metadados.

O grupo de trabalho continuava ouvindo dos catalogadores da linha de frente que a ferramenta que eles mais queriam era uma lista de verificação rápida ou “folha de erros”. Era claro que os catalogadores queriam saber o que fazer em um nível operacional, mas o grupo sentiu fortemente que uma introdução e explicação sobre o “por que” foi útil e necessário para ajudar os catalogadores a orientarem-se para o modo como a RDA funciona. Considerou-se que esta compreensão mais profunda dos princípios e estrutura da RDA compensaria em maior eficiência posteriormente. Um plano começou a tomar forma, incluindo (CROSS; ANDREWS; GROVER; OLIVER; RIVA, 2014, p. 09, tradução nossa);

- Criar um esboço com "pedaços" de conteúdo que deve ser incluído em uma orientação abrangente para o RDA;
- Perguntar aos catalogadores que acompanharam os desenvolvimentos e que sabiam ter boas habilidades de ensino/apresentação para se inscreverem e se comprometerem com a responsabilidade pelo conteúdo;
- Parceria com associações e instituições para realizar workshops em todo o país.

No caso da Austrália estabeleceu-se um cronograma de aplicação da norma, alinhado com a agenda de testes realizados nos Estados Unidos, sendo a implementação iniciada em meados de 2011 e finalizada em 2013. A Biblioteca Nacional da Austrália também promoveu alterações na *Australian National*

Bibliographic Database (ANBD)⁴²; revisou as políticas de catalogação existentes; procedeu à conversão dos pontos de acesso; e implementou mudanças para acomodar a RDA ao catálogo coletivo local (United States RDA Test Coordinating Committee, 2011, p. 25, tradução nossa).

O Comitê Australiano de Catalogação (ACOC) é o comitê conjunto da *Australian Library and Information Association* (ALIA) e da *National Library of Australia* (NLA), encarregado de monitorar e influenciar desenvolvimentos na catalogação e classificação nacionais e internacionais. Segundo o comitê, cada biblioteca individualmente deve decidir quando implementará a RDA e criar seu próprio cronograma de implementação.

Ao planejar a implementação da RDA e ao desenvolver um cronograma de implementação, é importante primeiro identificar todas as tarefas necessárias para implementar a RDA. Essas tarefas variam para cada biblioteca, dependendo de uma série de fatores, por exemplo, se eles fazem sua própria catalogação, se compram todos ou alguns de seus registros de catálogos, qual sistema de biblioteca eles usam, se pretendem contratar um treinador externo. Os recursos humanos, financeiros e outros necessários para realizar as tarefas identificadas também devem ser considerados. Por exemplo, as bibliotecas precisarão fazer um orçamento para o custo de acesso ao RDA. Eles também precisarão considerar possíveis impactos sobre a produtividade durante o período de implementação e “instalação” (NLA, 2019, tradução nossa).

O Comitê Australiano de Catalogação (ACOC) define na sua página, da NLA, algumas tarefas possíveis a serem adotadas pelas bibliotecas para a implementação da RDA (NLA, 2019, tradução nossa):

- **Acesso ao RDA Toolkit:** Acesse as instruções RDA serão necessárias para implementação nas bibliotecas. O RDA Toolkit está disponível como um produto online, baseado na Web. Embora a maneira preferida de acessar o RDA seja on-line por meio do RDA Toolkit, cópias de impressão das instruções do RDA também estão disponíveis para compra. Antes de assinar o produto online, as bibliotecas devem determinar o contrato de licença mais adequado com base no número de usuários simultâneos que eles esperam estar usando o RDA Toolkit.

⁴² Em português Banco de dados Bibliográfico Nacional Australiano (ANBD) é o maior recurso bibliográfico da Austrália que fazem parte de uma coleção de bibliotecas australianas, incluindo recurso publicados, recursos não publicados, como figurinhas, arquivos e manuscritos originais, itens exclusivos e recursos fornecidos em qualquer mídia.

- **Alterações no Sistema:** Para implementar o RDA, os sistemas de bibliotecas locais precisam oferecer suporte à criação, troca, pesquisa e exibição de dados do RDA. Isso pode exigir algumas alterações no sistema de gerenciamento de biblioteca local e no catálogo de bibliotecas. Também podem ser necessárias alterações em outros sistemas locais que utilizam dados do catálogo. Foram feitas alterações no padrão de codificação MARC21 para acomodar o RDA com os novos campos, subcampos e termos e códigos atualizados. As alterações do MARC 21 precisam ser incorporadas aos módulos de entrada de catalogação dos sistemas de bibliotecas locais para permitir a criação de novos registros de catálogo e também para importar e/ou exportar novos registros de catálogo de outros bancos de dados. As bibliotecas devem consultar o fornecedor do sistema de bibliotecas para descobrir como essas alterações serão implementadas.
- **Políticas e documentação:** As bibliotecas podem optar por incluir apenas elementos RDA principais em seus registros de catálogo, com elementos adicionais usados quando necessário para diferenciar o recurso ou entidade de uma ou mais outras entidades com o mesmo nome ou título. Como alternativa, as bibliotecas têm a opção de estabelecer políticas e diretrizes sobre os níveis de descrição e controle de autoridade a serem aplicados de maneira geral ou a categorias específicas de recursos e outras entidades, ou podem deixar decisões no nível de detalhe a critério do indivíduo que criar os dados. A RDA também inclui várias diretrizes e instruções designadas como alternativas e opções. As bibliotecas podem desejar estabelecer suas próprias políticas e diretrizes sobre a aplicação de alternativas e opções. Como alternativa, as bibliotecas podem optar por seguir o Programa da Biblioteca do Congresso para Declarações de Política de Catalogação Cooperativa (LC-PCC PS) ou as políticas da Biblioteca Nacional da Austrália (NLA PS) que são incorporadas ao RDA Toolkit. A documentação de catalogação e os manuais internos precisarão ser revisados e atualizados de acordo com as instruções e políticas da RDA.
- **Alterações de registros e cabeçalhos:** A conversão de registros de catálogo existentes geralmente não será necessária, pois os registros criados usando o RDA devem integrar-se aos registros AACR2 nos bancos de dados existentes. No entanto, será necessária alguma atualização global de títulos e/ou registros de autoridade, como alterações na estrutura dos títulos uniformes

da Bíblia e do Corão e também títulos de nomes corporativos que incluem a abreviatura "Departamento". O Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) estabeleceu o Grupo de Tarefas de Implementação de Cabeçalhos Aceitáveis para planejar e agendar alterações no arquivo de autoridade LC/NACO.

- **Treinamentos:** As bibliotecas precisarão providenciar para que sua equipe seja treinada na RDA. O treinamento exigido pelos catalogadores diferirá em conteúdo e duração do treinamento exigido por outros funcionários da biblioteca, como bibliotecários de referência. Também pode ser necessário treinamento adicional por catalogadores de tipos específicos de material, como folhetins, músicas ou filmes. As bibliotecas têm a opção de contratar um treinador externo ou treinar sua própria equipe. Se as bibliotecas decidirem treinar sua própria equipe, é importante dar tempo suficiente para adaptar os materiais de treinamento, de acordo com as políticas e práticas locais.

A Biblioteca Britânica anunciou a implementação da RDA em 2008, embora não tenha ocorrido efetivamente até abril de 2013 quando começou a usar esta regra, principalmente devido a atrasos na publicação dos resultados do teste norte-americano em torno da RDA. De 1981 a 2013, ela estava usando o AACR2R, então a mudança para a RDA foi uma evolução natural, uma vez que substituiu o AACR2R. A implementação da RDA da *British Library* é consistente com as disposições da ISBD (MORILLO CARELO; GÓMEZ PRADA, 2015, p.192, tradução nossa).

A Biblioteca é parceira no desenvolvimento da RDA. O desenvolvimento da RDA destina-se a satisfazer requisitos de curto e longo prazo. No curto prazo, a RDA é superior ao AACR2R no que diz respeito à descrição de recursos não impressos. A RDA aprimora o acesso a todos os tipos de recursos, fornecendo instruções abrangentes para controle de autoridade e relacionamentos. Em longo prazo, o RDA é um dos elementos de uma estratégia para atualizar a infraestrutura e permitir que as bibliotecas explorem o potencial da tecnologia da Web para expor o conteúdo de suas coleções (DANSKIN, 2014, p. 188, tradução nossa).

Grupos de especialistas foram criados, retirados de catalogadores experientes e líderes de equipe para fornecer a vanguarda de treinadores e profissionais.

A RDA foi introduzida gradualmente, adicionando capacidade aos sistemas e aumentando o número de funcionários que trabalhavam na RDA ao longo de 2012-13. Marcos significativos incluem: importação de registros de RDA para catalogação

derivada e contribuição dos registros de autoridade de nomes da RDA para o *Name Authority Cooperative Programme* (NACO)⁴³ a partir de março de 2012; redistribuição de registros RDA derivados para clientes a partir de junho de 2012; transição para RDA pelo fornecedor de bibliotecas *Bibliographic Data Services Limited* (BDS)⁴⁴ nosso provedor de Catalogação na Publicação, em janeiro de 2013, e a entrega do treinamento do catalogador durante o primeiro trimestre de 2013 (DANSKIN, 2014, p. 189, tradução nossa).

Foi criado um ambiente RDA no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas (LMS) Aleph, para testar as alterações de configuração e permitir que os grupos de especialistas pratiquem sem afetar o banco de dados de produção. Todas essas alterações estão documentadas e foram disponibilizadas externamente. Modelos e macros, incluindo aqueles usados por equipes de seleção e aquisição, foram revisados e atualizados. Também foram adaptados os processos de validação e correspondência automática e mesclagem para que arquivos mistos de registros AACR2R e RDA pudessem ser processados (DANSKIN, 2014, p. 189, tradução nossa).

O treinamento foi o aspecto mais intensivo da implementação. Foram desenvolvidos planos diferentes para atender às necessidades de diferentes grupos de funcionários, como mostrado a seguir:

- **Formadores de RDA:** receberam treinamento em como ministrar treinamento. Eles também receberam treinamento introdutório em RDA com base nos módulos de treinamento desenvolvidos pela Biblioteca do Congresso. Eles receberam o tempo e o incentivo para irem e praticarem e voltarem com perguntas e problemas, os quais, então, tentar-se-ia resolver e dar feedback materiais de treinamento.

⁴³ Em português Programa de Cooperativa de Autoridade de Nomes (NACO), por meio desse programa, os participantes contribuem com registros de autoridade para nomes pessoais, corporativos e jurisdicionais, títulos uniformes e séries no Arquivo de Autoridade LC / NACO. A associação à NACO é aberta a instituições individuais dispostas a apoiar sua equipe por meio de um processo de treinamento, revisão e contribuição direta de registros para o Arquivo de Autoridade de Nome LC / NACO.

⁴⁴ O BDS é uma empresa independente e privada, especializada na criação de dados bibliográficos de alta qualidade para uso por bibliotecas, livreiros e editores. O BDS agora oferece às bibliotecas uma nova ferramenta automatizada que incorpora elementos RDA nos registros herdados para aprimorar os catálogos de bibliotecas. Os registros AACR2 são modificados automaticamente para torná-los mais compatíveis com as regras de catalogação RDA.

- **Equipe de processamento:** selecionadores, equipe de aquisições, catalogadores de cópias, finalizadores e marcadores de prateleira receberam treinamento focado no trabalho. O treinamento foi entregue principalmente no ambiente de equipe, com algumas sessões em sala de aula. Os gerentes dessas equipes receberam o treinamento do catalogador.
- **Catálogos:** o plano de treinamento para catalogadores era mais complexo. A conscientização e a compreensão dos FRBR e RDA foram fomentadas por meio do nosso programa de desenvolvimento profissional contínuo (CPD), enquanto a RDA estava sendo desenvolvido. Sessões de atualização foram entregues antes do início do treinamento.

O treinamento foi complementado por revisão abrangente e revisão da documentação existente. As decisões e políticas de aplicativos foram documentadas em fluxos de trabalho. Os fluxos de trabalho também atuam como uma camada de mediação que orienta os catalogadores por meio do fluxo de trabalho de criação de registros para diferentes fluxos de conteúdo. Criar e manter os fluxos de trabalho é uma sobrecarga, mas eles reforçaram o treinamento e continuam sendo muito usados. Os fluxos de trabalho da *British Library* foram publicados no RDA Toolkit para a comunidade em geral (DANSKIN, 2014, p. 191, tradução nossa).

Ainda segundo Morillo Calero e Gómez Prada (2015, p. 193), para o treinamento de pessoal foram utilizados os módulos de formação proporcionados pela Biblioteca do Congresso, mas também foram desenvolvidos, por exemplo, um curso interno para permitir catalogar registros em RDA sem usar MARC, usando a ferramenta *RDA in Many Metadata Formats* (RIMMF)⁴⁵ desenvolvido pelo *The MARC of Quality*.

O plano de implementação foi realizado em fases, ocorrendo mais cedo na catalogação derivada e no controle de autoridades do que na catalogação de monografias, folhetins e materiais especiais. No que diz respeito à constatação do catálogo, um enriquecimento dos registros bibliográficos de longo prazo é contemplado com base na identificação de obras e expressões e no enriquecimento de atributos (tipo de conteúdo, meio e suporte).

⁴⁵ RIMMF2. <http://www.marcofquality.com/wiki/rimmf/doku.php>. O RIMMF é uma ferramenta para visualizar os dados RDA fora do ambiente MARC, ajudando assim a desenvolver um entendimento mais profundo das estruturas subjacentes do RDA baseadas em FRBR.

Danskin e Gryspeerdt (2014, p.114, tradução nossa), em relação ao continente europeu comentam que as bibliotecas adotaram, inicialmente, posição de cautela nos procedimentos de uso da RDA. A partir de um seminário realizado em 2010, na cidade de Copenhague, organizado pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* (JSC) e o *European RDA Interest Group* (EURIG), representantes de bibliotecas nacionais abordaram os seus respectivos planos em relação à norma. Foi consenso, entre as manifestações, aguardar o processo de implantação realizado pela *Library of Congress* no período.

O *European RDA Interest Group* (EURIG) é a organização membro que funciona como um centro de discussão da RDA na Europa. Originado como um grupo informal, formado pela Biblioteca Britânica, *Deutsche Nationalbibliothek* e Biblioteca Nacional de Espanha, o EURIG foi formalmente criado em 2011 e, posteriormente, tornou-se uma parte ativa da comunidade RDA. O EURIG tem 32 membros, representando 20 países. Os membros são principalmente bibliotecas nacionais, mas também incluem redes de bibliotecas, agências bibliográficas, órgãos de padronização e empresas (DANSKIN; GRYSPEERDT, 2014, p. 114, tradução nossa).

Em janeiro de 2012, foi realizada uma pesquisa sobre os planos dos membros da EURIG para avaliar as necessidades e intenções em mudança no que diz respeito à implementação da RDA. Durante o ano de 2013, as implementações da RDA começaram em alguns países europeus. As traduções francesa e alemã da RDA também foram publicadas na atualização de maio do mesmo ano. À luz destes desenvolvimentos, esta nova pesquisa foi distribuída em julho de 2013 para permitir que todos os membros da EURIG atualizem informações sobre planos e intenções e obtenham feedback das instituições que começaram a aplicar a RDA (EURIG, 2013, p. 01, tradução nossa).

Dentre os tópicos tratados nesta pesquisa da EURIG para avaliar as necessidades e intenções de mudança no que diz respeito à implementação da RDA nas bibliotecas, alguns estão relacionados a seguir:

- **Os planos para a implementação da RDA** no qual os entrevistados eram perguntados se tinham tomado a decisão de implementar a RDA e, em caso afirmativo, quando implementariam? Aqueles que ainda não tinham tomado uma decisão foram questionados se tinham um prazo para tomar a decisão;
- **Razões para implementar a RDA** no qual os entrevistados que indicaram que pretendem implementar a RDA foram solicitados a apresentar suas razões;

- **Razões para não implementar a RDA** os entrevistados que indicaram que não tinham planos para implementar também foram solicitados a indicar suas razões para não implementar a RDA;
- **Benefícios esperados do uso da RDA** a pesquisa perguntou aos entrevistados sobre os benefícios esperados do uso da RDA no curto prazo, visto como 18–24 meses, e no longo prazo, visto como mais de 2 anos.
- **Impacto da RDA na produtividade** os entrevistados que implementaram a RDA (em 2013) foram convidados a comentar o impacto da RDA na produtividade;
- **Estrutura do banco de dados** os entrevistados foram questionados sobre sua estrutura de banco de dados, pois a arquitetura de sistemas tem influência sobre o benefício que pode ser derivado das implementações do FRBR, como a RDA;
- **FRBRisation** refere-se à representação explícita em metadados bibliográficos das entidades definidas pelo FRBR, em particular as entidades Obra, Expressão, Manifestação e Item, que são fundamentais para o modelo FRBR;
- **Traduções da RDA** A pesquisa de 2012 questionou os entrevistados sobre as traduções da RDA;
- **Materiais de treinamento de RDA** Os entrevistados em 2012 foram questionados sobre a disponibilidade de materiais de treinamento para FRBR e RDA. EURIG (2013, p. 1-7)

No quadro 24 é a feito um recorte de alguns países europeus que começaram a adotar iniciativas de estratégias para a tomada de decisão de implementação da RDA em suas bibliotecas. Alguns países, ainda, não têm claro essas estratégias, mas faz-se necessário o conhecimento de quais países estão presentes nesta iniciativa:

QUADRO 24 – Estratégias para implementação da RDA em países Europeus

PAÍS	CONTEXTO	ESTRATÉGIAS
------	----------	-------------

<p><i>França</i></p>	<p>A França tem sido um dos países em que mais tem sido investigado e discutido sobre o novo padrão que substitui a segunda edição do AACR2 (Anglo-American Cataloging Rules). Desde sua publicação em Frances desenvolveu um debate nacional sobre a possibilidade de deixar ou não as regras de catalogação franceses e adotar RDA como catalogação código, o debate foi patrocinado pela Comissão CG46, "Documentação" pela AFNOR;</p> <p>Criação de dois grupos derivados da AFNOR: um técnico para preparar a documentação e um segundo grupo responsável por tomar a decisão.</p> <p>O primeiro grupo ou grupo técnico foi integrado pelo grupo de especialistas CG46 / CN357 / GE6, "Evolução da descrição bibliográfica", da AFNOR. Este grupo tem conhecimento dos desenvolvimentos da RDA e expandiu sua visão para também lidar com aspectos relacionados aos diferentes tipos de recursos e registros de autoridade.</p> <p>O segundo grupo, ou Grupo Estratégico, foi formado por representantes da AFNOR, pelos ministérios envolvidos, pelas agências bibliográficas, associações profissionais e organizações de formação, bem como um conselheiro. Este grupo foi encarregado de tomar a decisão sobre a RDA no país, dependendo dos impactos técnicos e econômicos (viabilidade, custos) e definindo um plano de implementação e migração.</p> <p>A princípio, em 2012, o Grupo Estratégico decidiu não adotar a RDA na França considerando preferível realizar este trabalho tendo em vista a evolução da RDA no âmbito do EURIG, a fim de contribuir para uma posição europeia em relação à atividade do JSC.</p> <p>Em 2014 os trabalhos do Comitê Estratégico Bibliográfico (CSB) levaram a uma posição nacional em relação a RDA e ao lançamento do Programa de Transição Bibliográfica.</p>	<p>Primeiro Grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das regras e definição de um perfil da RDA francesa para a sua implementação; • Tradução para o francês da RDA, em colaboração com o Canadá; • Análise do impacto da RDA nos Sistemas Integrados de Gestão de Bibliotecas, a coerência dos catálogos, a avaliação dos custos para as bibliotecas francesas; • Comunicação e treinamento. <p>Segundo Grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A revisão das regras de catalogação francesa para atualizá-las, dada a sua obsolescência em relação aos textos de referência internacional (ISBD integrado) e no modelo FRBR; • Treinamento em RDA; • A evolução da estrutura dos catálogos para catálogos realmente FRBRizados e em que a informação bibliográfica pode ser compartilhada com base nas tecnologias da web semântica; • Tanto a BnF quanto a ABES estão realizando trabalhos para a FRBRização dos dados de seus catálogos e sua exposição no site de dados.
<p><i>Alemanha, Áustria e Suíça</i></p>	<p>A padronização nos países de língua alemã tem sido realizada cooperativamente por algum tempo. Dezesesseis instituições de três países, Alemanha, Áustria e Suíça, trabalham juntas em dois grupos: Comitê de Padrões de Bibliotecas e Escritório de Padrões de Bibliotecas. As instituições que cooperam nesses dois órgãos respondem a diferentes tipologias, destacando bibliotecas nacionais e redes de bibliotecas, bem como bibliotecas estaduais, no caso alemão, e bibliotecas universitárias.</p> <p>No final de 2011, o Comitê de Padrões de Bibliotecas aconselhou todos os participantes a iniciar os preparativos mais adequados para a transição para a RDA. Em maio de 2012 a decisão de adotar RDA era final e comitê de normalização decidiu que o órgão responsável pela coordenação das normas da biblioteconomia deveria ser o corpo para coordenar o trabalho em torno RDA para as bibliotecas alemãs.</p> <p>Em 10 de setembro de 2013, ocorreu em Frankfurt um evento chamado "RDA para instituições culturais", que teve como foco a implementação da RDA nos países de língua alemã e a continuação da cooperação nacional e internacional, bem como a possibilidade de usar RDA nos arquivos e museus.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de licenças RDA Toolkit (negociado por acordo com os fornecedores e organizado pelo DNB); • Estabelecimento de políticas próprias (visível na RDA Toolkit); • Participação nos processos revisão padrão internacional (DNB como membro da JSC); • Implementação da RDA no catálogo coletivo das autoridades GND; • Estabelecimento de conjunto de dados para a RDA perfil alemão; • Escrita de materiais de treinamento para registros de autoridade na RDA; • Tradução RDA; • Testes de RDA em registros bibliográficos ou criação de um Wiki de informação sobre RDA.
<p><i>Holanda</i></p>	<p>Na Holanda, a OCLC Leiden mantém um sistema de catalogação compartilhada, GGC, usando a Biblioteca Nacional da Holanda, todas as bibliotecas públicas holandesas, grande número de bibliotecas especializadas, especialmente bibliotecas de pesquisa, bem como inúmeras bibliotecas de hospitais e algumas dos museus.</p> <p>Existe um Consórcio para a Infraestrutura Nacional de Informação, no qual a Biblioteca Nacional da Holanda, e catorze grandes bibliotecas públicas holandesas e treze bibliotecas acadêmicas trabalham juntas.</p> <p>Há um comitê executivo e três grandes grupos de trabalho: o primeiro sobre MARC21 como formato de intercâmbio, o segundo sobre questões gerais relacionadas a RDA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os catalogadores terão que registrar as regras que utilizam ao criar um registro bibliográfico: RDA ou RT; • Os catalogadores podem atualizar os registros na RDA, mas não converter os registros da RDA em RT, nem criar registros paralelos no RT e no RDA; • Os catalogadores especificarão os campos ou elementos de dados que pertencem aos elementos "core", conforme especificados na RDA; • Os catalogadores devem registrar o idioma da catalogação. Eles podem escolher qualquer idioma, mas devem usá-lo consistentemente.;

	<p>(treinamento, comunicação) e o terceiro sobre diretrizes e diferenças com as regras holandesas ainda em vigor. Todos elaboram um grande número de relatórios para tomar decisões sobre os avanços na adoção da RDA como regras de catalogação que substituem as antigas regras holandesas. Com o projeto Slim 3.0, foi criada uma estrutura para a implementação da RDA na Holanda e foi criado o Grupo de Trabalho sobre as Diretrizes para a mudança de RT (Regels voor de titelbeschrijving = Regras holandesas para Catalogação).</p> <p>A implementação seguiu duas fases de trabalho sobrepostas, uma teórica e outra prática. Primeiro, um perfil de RDA holandês foi criado, para que todas as bibliotecas possam usá-lo como uma diretriz geral. A documentação criada nesta fase inclui as regras gerais da RDA, as mudanças específicas com relação à RT, as especificidades do perfil holandês e a tradução do Glossary RDA para o holandês (o restante não foi traduzido).</p> <p>Na segunda fase, a implementação foi realizada. Ele foi usado para fazer outras alterações relacionadas (especificação de linguagem de catalogação, designadores de relacionamento, cabeçalho por entidades etc.). A implementação foi feita no nível de Manifestação, embora a criação de registros de trabalho tenha sido avaliada por meio de um teste em bibliotecas públicas. A mudança de normas não implicará qualquer mudança de formato, apesar de não trabalhar no ambiente MARC21, e o trabalho será feito para que os registros bibliográficos na RDA sejam vinculados sem problemas com as autoridades não-RDA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É necessário que os catalogadores adicionem o tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte ao registro bibliográfico; • Se necessário, os catalogadores adicionam o ano de copyright, para o qual um novo rótulo foi criado no Sistema; • Os designadores de relacionamento serão adicionados com uma referência explícita aos níveis de FRBR; • Os catalogadores são instruídos a não adicionar caracteres ou abreviaturas, mas gravar o texto como ele aparece na fonte de informação; • Anotações instruídos no uso dos suportes seguindo as regras RDA e não seguir o ISBD a partir de agora; • Não utilizar abreviaturas em latim como s.l., s.n. e s.d. • A regra dos três não é mais aceita. A política da LC-PCC referente à omissão opcional será seguida.
<i>Suécia</i>	<p>A Biblioteca Nacional da Suécia (NLS), em 2012, decidiu progressivamente adotar RDA, mas ainda está com muitas incógnitas e não sabe bem como realizar o processo. Eles tomaram ideias de caso alemão e holandês. Eles não vão traduzir o texto em RDA em sueco, porque os custos seriam demasiado elevados e mais a maioria da população domina a língua inglesa.</p> <p>A partir de janeiro de 2017, o padrão de catalogação RDA foi aplicado ao catálogo Libri da Biblioteca Nacional da Suécia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tradução do glossário e os designadores de relacionamento; • Avaliação dos problemas decorrentes de questões orçamentárias; • Avaliação sobre políticas de mudanças retrospectivas após a adoção da RDA.
<i>Finlândia</i>	<p>Decidiu adotar a RDA e já está trabalhando no processo antes dessa implementação. A data marcada para começar a usar RDA é o início de 2016.</p> <p>Seppälä Marja-Liisa, uma das encarregadas do trabalho tornou-se parte do Grupo Técnico JSC, mais importante conjunta do grupo de trabalho Comitê Diretor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A princípio há a tradução da RDA para o finlandês, que já está disponível na RDA Toolkit.
<i>Itália</i>	<p>Adoção de um modelo descentralizado no qual as instituições decidem independentemente e a pré-existência do RAICAT (regras de catalogação baseadas em FRBR) resultaram em um monitoramento um tanto irregular de tudo relacionado à implementação da RDA.</p> <p>A Casalini Libri, um fornecedor comercial de registros bibliográficos para bibliotecas, foi a primeira instituição a adotar as novas regras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução a RDA com treinamentos internos; • Inicialmente houve a produção e atualização de registros de autoridade em RDA; • Aplicação da RDA também nos registros bibliográficos de todos os livros catalogados da Biblioteca do Congresso; • Aprender a navegar no kit de ferramentas de RDA.
<i>Dinamarca</i>	<p>A instituição responsável pela decisão é a Agência Dinamarquesa para a Cultura, que contratou em outubro de 2014, o especialista Anders Cato, na Suécia, para realizar o trabalho final frente esperando para tomar uma decisão em 2015.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não há estratégias definidas.
<i>Letônia</i>	<p>Decidiu implementar a RDA embora ainda não tenha sido desenvolvido um plano detalhado das fases a serem seguidas, ele foi marcado como a data para começar a implementação em 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não há estratégias definidas.
<i>Islândia</i>	<p>Decidiu implementar, mas ainda é um processo sem agenda marcada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não há estratégias definidas.
<i>Noruega</i>	<p>Tradicionalmente usa como padrão de catalogação uma tradução do AACR2, então parece lógico que eles acabem migrando para o RDA em algum momento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não há estratégias definidas.

	Enquanto esperam para tomar uma decisão final, a Biblioteca Nacional da Noruega e o Comitê de Catalogação da Noruega estão trabalhando na tradução da RDA e na modificação das regras norueguesas atuais, nas quais estão incluindo alguns aspectos da RDA que são especialmente interessantes e uteis.	
<i>Turquia</i>	Como membro do EURIG, a Turquia é representada por dois departamentos do LIS, a Universidade de Hacettepe e a Universidade de Ankara, ambos localizados em Ancara; Os esforços para a implementação da RDA na Turquia começaram em 2012 com um a organização de workshops e o estabelecimento de um grupo de trabalho da RDA; Duas reuniões foram organizadas na Biblioteca Nacional da Turquia com a participação de acadêmicos, catalogadores bibliotecários e tomadores de decisão. O principal objetivo dessas reuniões foi desenvolver um plano de ação para os processos de transição. A Turquia está entre os países em que as transições de RDA são realizadas individualmente pelas bibliotecas;	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de Workshops; • Planos para criar a terminologia da RDA; • Desenvolvimento de cabeçalhos de assunto e nome de autoridade; • Elaboração de materiais educacionais; • Criação de atividades de conscientização (Seminários, treinamentos e Conferências);
<i>Espanha</i>	A Biblioteca Nacional da Espanha (BNE) participa ativamente junto a Comissão de Acompanhamento Conjunta para o Desenvolvimento da RDA (JSC), desde o primeiro rascunho da revisão da norma, na qual opinou sobre sugestões de correção de erros e mudanças; Além disso, a BNE buscou disseminar o conhecimento adquirido através de curso e conferências, participar de conferências internacionais sobre o assunto e a publicação de relatórios e artigos; Após a publicação da RDA, o BNE realizou um trabalho minucioso para detectar diferenças e equivalências entre o AACR2, com as Regras de Catalogação Espanholas (RC) e o RDA; A BNE aproveitou o período gratuito para acesso, de 3 meses, aberto, pela editora, do RDA Toolkit; Em 2011, a BNE assinou com a Biblioteca Britânica e as bibliotecas nacionais da Suécia e da Alemanha o acordo de cooperação com o qual a EURIG nasceu. Em 2012, o Departamento de Processamento Técnico do BNE começou a realizar testes de catalogação com o software RIMMF; BNE também fez parte do comitê internacional que revisou a tradução do RDA para o espanhol. Com a intenção de desenhar uma imagem aproximada sobre a aplicação da RDA na Espanha em maio de 2014, a BNE enviou uma pesquisa para bibliotecas de todo o país para buscar as suas opiniões e tomar decisões que haviam tomado ou estavam tomando sobre a adoção da RDA.	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de equivalência AACR2-RC-RDA; • Teste de experimentação do kit de ferramentas da RDA; • Aplicação da documentação oferecida, nos testes, pela Library of Congress para com relação à escolha dos elementos básicos, a política de ação no caso de regras que oferecessem alternativas e a política da agência de catalogação; • Trabalho com RIMMF (RDA em muitos formatos de metadados); • Comitê para a revisão da tradução da RDA para a língua espanhola; • Pesquisas nas bibliotecas da Espanha sobre a RDA.

Fonte: Adaptado de Murilo Carelo e Gomez Prada, 2015. "Tradução nossa"

Diante das estratégias para implementação da RDA, apontadas no Quadro 24, fez-se necessário, também, apontar as ações de treinamento decorrentes das iniciativas propostas pelos países que já possuem estratégias de implementação definidas, sendo que em alguns casos, suas bibliotecas nacionais, são os órgãos gestores responsáveis pela divulgação desses treinamentos, e principalmente pela disseminação de informações sobre a RDA em suas páginas.

- **França:** a transição das Bibliotecas requer treinamento nacional para conscientizar os líderes institucionais sobre os impactos organizacionais e funcionais das mudanças e questões estratégicas de dados. Para proporcionar

uma boa cobertura territorial, uma rede de formadores fornece conhecimento ao ensino superior e à leitura pública. As ações do Grupo de Formação, responsável por projetar os cursos de capacitação, desenvolver os materiais didáticos e por liderar a rede de formadores está disponível na página da Biblioteca Nacional da França (BNF) com o link para o site de “Transição Bibliográfica” na seção “Treinamento”. Entre as ações para a transição está à oferta de treinamentos em dois módulos disponibilizados on-line. Um sobre a conscientização e informações gerais da evolução dos catálogos e regras de catalogação (contexto e questões de mudança, dados da web, FRBR, código de catalogação da RDA, notícias sobre a RDA), e outro sobre a aplicação das regras de catalogação da RDA-FR publicado em 2015. Ao final de cada módulo é dirigido aos participantes uma avaliação sobre a compreensão das ações (BNF, 2020, tradução nossa).

- **Alemanha:** antes do início da implementação da RDA em 2015 na Biblioteca Nacional da Alemanha (DNB), foi realizado um Workshop para os provedores do sistema com o intuito de repassar informações sobre o projeto técnico de implementação e também um curso de introdução dos principais tópicos da norma que serão ajustados no sistema de bibliotecas. Os cursos de formação sobre o RDA padrão em países de língua alemã foram desenvolvidos e apresentados conjuntamente por todos os parceiros do grupo de trabalho RDA, eles têm um design modular e seis módulos foram desenvolvidos. Os módulos de treinamento começam com uma introdução geral aos conceitos básicos da RDA e a estrutura do padrão e terminam com unidades de treinamento para recursos especiais de diferentes tipos de materiais. Os módulos são construídos entre si, mas são projetados para que também possam ser usados individualmente. Após a conclusão, todo o conteúdo do treinamento será disponibilizado ao público em uma versão em PDF formulada e independentes do sistema, e servem como uma coleção de materiais para os professores se prepararem e para os alunos procurarem. A reutilização de todos os documentos de treinamento e extratos deles é possível com a busca na wiki de informações e aplicação da RDA disponibilizada no site da DNB (DNB, 2020, tradução nossa).
- **Holanda:** o comitê RDA de língua holandesa é o responsável pela sua coordenação e aplicação. Ele manteve um link na página da Biblioteca Nacional

da Holanda (KB/NBN) onde são direcionados para outros links de cursos, Einars e treinamentos em inglês (Workshops e cursos). Os cursos são oferecidos por uma empresa prestadora de serviços chamada “Ingressus”, o qual é disponibilizado tanto para interessados individualmente quanto para instituições. Os cursos variam desde um esboço inicial e desenvolvimento da RDA com práticas em FRBR sem um profundo conhecimento de catalogação, até cursos volta dados especificamente para os processos de catalogação de vários materiais como livros em várias partes, periódicos, partituras, impressões antigas, imagens e artigos. Os participantes podem realizar suas inscrições na página do “Ingressus” e o material para o treinamento será disponibilizado assim que confirmado o pagamento da taxa curso. Já as webinars disponibilizadas na página do “Ingressus” oferecem vários vídeos direcionadas aos conceitos da RDA, ao Kit de ferramentas do RDA Toolkit e as novas, novas práticas advindas do Projeto RDA 3R (KB/NBN, 2020, tradução nossa).

- **Suécia:** a partir de 2017, a Biblioteca Nacional da Suécia (KB/NLS) estabeleceu uma equipe editorai que ficaria responsável pelas ações de acompanhamento do desenvolvimento da RDA e de desenvolver, manter e gerenciar práticas suecas no Libreis e no catálogo de Base de dados de mídias da Suécia (SMDB). A equipe editorial mante no site da BNS uma página voltada para a catalogação em RDA com material educacional e informativo para o treinamento dos catalogadores. O material disponibilizado para download está dividido em seis partes que vão desde o conteúdo básico sobre a RDA, identificação de entidades e relacionamentos, vídeos e textos em PDF sobre as atuais informações sobre a RDA. Mante também fluxos de trabalho com instruções práticas a serem aplicadas a cada tipo de material disponível no Libres, no SMDB e também no RDA toolkit no Guia Recursos (KB/NLS, 2020, tradução nossa).
- **Finlândia:** a Biblioteca Nacional da Finlândia (NLF) é a responsável por coordenar a cooperação no desenvolvimento da descrição, na implementação e alterações da RDA. Há grupos de especialistas envolvidos na descrição e nos comentários sobre a tradução das regras em RDA que criam diretrizes (regras de especificação) e exemplos, bem como treinamentos e orientações. Na página da Biblioteca Nacional da Finlândia é encontrado um link que é

direcionada para a kiwi de informações sobre os “Serviço de Regras Descritivas”, o qual apresenta os principais eventos e treinamentos para as bibliotecas. São disponibilizados seminários on-line com slides e vídeos sobre as noções básicas da RDA; slides e links de treinamentos presenciais desde o primeiro treinamento oferecido em 2015; Oficinas em RIMMF com várias instruções sobre temáticas da RDA; Eventos comentados sobre as principais mudanças atuais da RDA e um período de perguntas disponibilizado na página com um período pré-definido das perguntas sobre os temas tratados nos outros treinamentos (NLF, 2020, tradução nossa).

- **Itália:** a primeira introdução à RDA, na Casalini, foi em 2011, a qual receberam um mês de treinamento interno do Sr. George Prager, Chefe catalogador da Law da New York University. Em março de 2013, Barbara Tillett, recém-aposentada da Biblioteca do Congresso, ministrou um curso de três dias sobre a RDA aos alunos de pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade de Florença, aos quais a equipe da Casalini participou. Também foram extremamente bem assistidos pelo material de treinamento on-line disponível na Biblioteca do Congresso. Como membro do Programa de Catalogação Cooperativa (PCC), a implementação da RDA na Casalini começou em 1º de abril de 2013, produzindo, inicialmente, registros de autoridade em RDA (ALDI, 2018, p. 25, tradução nossa).
- **Turquia:** as ações de treinamento iniciaram com workshops em 2012. Nestes workshops foram feitos planos para criar a terminologia da RDA, desenvolver cabeçalhos de assunto e nome da autoridade, projetar materiais educacionais e organizar a educação para tornar os catalogadores mais conscientes da RDA. Além disso, duas reuniões foram organizadas na Biblioteca Nacional da Turquia com a participação de acadêmicos, catalogadores e bibliotecários e tomadores de decisão para decidir um plano de ação para a implementação (Çakmak, 2018, p. 32, tradução nossa).
- **Espanha:** a partir da decisão da BNE, em 2016, em adotar a RDA, e de acordo com as primeiras estimativas e o cronograma de implementação elaborado, de 1º de janeiro de 2017 a meados de 2018, foram propostos os trabalhos na preparação de materiais de treinamento, no treinamento da equipe e disponibilização do material para todos os interessados no site da BNE. Os recursos de treinamento estão disponibilizados em exercícios práticos com

RDA como forma de divulgar e facilitar o entendimento e o uso do Perfil de Aplicação da RDA para monografias modernas da BNE; Workshops com duas sessões práticas de catalogação e apresentação geral das principais novidades e mudanças na prática de catalogação, da sua possível influência no trabalho e autoridades e do novo texto RDA após o projeto 3R; e Sessões de treinamento para os membros do Conselho de Cooperação entre Bibliotecas (CCB) e da Rede de Bibliotecas Universitárias Espanholas (REBIUN). Também são disponibilizados webinars como “Fontes externas de treinamento em RDA” onde são direcionados links de vídeos para instrução do uso do RDA Toolkit e links de recursos de treinamento da RDA preparados por outras instituições (BNE, 2020, tradução nossa).

Ainda, de acordo com Morillo Carelo e Gomez Prada (2015, p. 199, tradução nossa)), outros países como Portugal, Eslováquia, Croácia e Polônia demonstram o seu interesse no processo de implementação através da sua participação (mais ativa no caso dos dois últimos países) no EURIG, mas ainda não tomaram uma decisão firme sobre a adoção da RDA.

Conforme Ducheve e Pennington (2019, p. 390, tradução nossa)), outras bibliotecas de países que não possuíam tradições de catalogação com base anglo-americana também mostraram interesse na RDA devido ao seu foco na internacionalização e flexibilidade. As comunidades de catalogação *chinesas, malaias, filipinas, iranianas* realizaram diferentes níveis de exame sobre a adequação da RDA às tradições de catalogação de seus países (Luo et al., 2014; Mansor e Ramdzan, 2014; Acedera, 2014; Pazooki, 2014). Destas, as bibliotecas nacionais na Malásia e nas Filipinas têm buscado mais ativamente soluções de implementação.

Hart (2010, p. 32, tradução nossa) enumerou as seguintes etapas que as bibliotecas precisam executar para se preparar para a RDA. Estas são algumas das etapas possíveis da implementação:

1. Decida quando começar a implementar a RDA. Isso inclui a aquisição de recursos de RDA;
2. Abordar as questões orçamentárias levantadas por essa mudança. A decisão de implementar qualquer tipo de mudança implica planejamento e preparação, e isso tem um preço;

3. Identifique e defina as necessidades de treinamento da biblioteca. Isso inclui determinar quando treinar a equipe e a extensão do treinamento necessário, que depende do tipo de catalogação realizada na biblioteca;
4. Planeje alterações de dados retrospectivos, caso haja necessidade. A RDA é compatível com versões anteriores do AACR, mas Hart (2010, p. 32) enfatiza a prontidão do sistema para receber alterações da RDA antes de carregá-las;
5. Examine as alterações do sistema para otimizar os aprimoramentos da RDA.

Dentre os estudos realizados nos países da América-Latina que relatam adoção a implementação da RDA em sua rotina, podemos citar o caso do *México*, aonde Arellano; Chavarría; Valgañón (2017, p. 01), que relatam desafios da adoção da RDA nas três entidades da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), bem como as ações desenvolvidas em cada uma delas, e o compartilhamento das experiências da Biblioteca Nacional do México (BNM) sobre a implementação da RDA.

No caso do *Chile*, Ubierna (2017, p. 01), propõe a revisão da experiência desenvolvida pela Biblioteca do Congresso Nacional (BCN), que a partir de agosto de 2012 gerou um projeto para implementar o modelo de catalogação da RDA, tanto nos registros bibliográficos como nos de autoridade; da mesma forma, o caso do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Concepción, que em 2014 também decidiu aplicar a RDA em todos os seus registros bibliográficos e em 2015 em seus registros de autoridade.

E, finalmente, no caso da *Colômbia*, aonde González (2017, p. 01), apresenta a liderança da Biblioteca Nacional da Colômbia na implementação do teste piloto de catalogação para a adoção da RDA, representando um referencial na implementação do padrão RDA na América Latina, uma vez que gerou diversos produtos, entre eles, a adaptação do software livre e configuração do SIB (Sistema Integrado de Bibliotecas) das entidades participantes para o modelo de tags de metadados e campos fixos MARC21 necessário para o desenvolvimento de registros RDA.

3 METODOLOGIA

Pesquisar significa *procurar, indagar, investigar* ou, ainda, *revelar* algum conhecimento que se presume existir ou de que se necessita, como ferramenta para o crescimento ou para o desenvolvimento da vida. Matheus (2011, p. 03), caracteriza em palavras, as etapas pela qual a pesquisa se desenvolve:

- **Procura:** a pesquisa é o esforço para obter algum resultado ou para esclarecer algum objetivo;
- **Indagação:** a pesquisa pressupõe uma capacidade inerente ao ser humano para formular perguntas ou levantar dúvidas sobre temas ou assuntos não suficientemente explicados;
- **Investigação:** é a disposição para sair a campo, para buscar respostas a questões obscuras ou não totalmente explicadas;
- **Revelação:** quando consegue produzir alguma informação até então desconhecida ou que estava parcialmente oculta.

Partindo da concepção de que método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, pode-se dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento (PRADANOV; FREITAS, 2013, p. 24).

Minayo (2007, p. 44) define metodologia da seguinte forma:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas (MINAYO, 2007, p. 44).

Ainda, segundo Valentim (2005, p. 17), método científico é o conjunto de técnicas e instrumentos utilizados para o desenvolvimento de um determinado estudo; visa subsidiar e apoiar o pesquisador nas atividades inerentes à realização da pesquisa, delineando de maneira clara e objetiva todas as suas etapas e sistematizando a forma do pesquisador compreender e descrever o objeto de pesquisa.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza como aplicada, pois procura melhorar o entendimento de problemas dentro uma instituição específica, no caso as bibliotecas da UFMG; criar soluções para os problemas; e desenvolver conclusões de relevância prática para resolução desses problemas.

O paradigma de investigação que se baseia a abordagem científica desta pesquisa é o processo de descoberta indutiva, onde o avanço dos detalhes da investigação parte de fragmentos para uma visão conectada da situação.

Conforme, Gray (2012, p. 19), pelo processo indutivo, planeja-se a coleta de dados, depois da qual os dados são analisados para verificar se há qualquer padrão que sugira relações entre as variáveis. A partir dessas observações, pode ser possível construir generalizações, relações e até mesmo teorias.

Em relação aos objetivos propostos, este estudo configura-se como sendo exploratório e descritivo. Exploratório porque aprofunda o conhecimento acerca do problema a ser estudado e busca explorar o que está acontecendo fazendo perguntas a respeito, e descritivos por retratar o contexto em estudo e proporcionar um quadro de um fenômeno, situação, pessoa ou evento, ou mostrar como as coisas estão relacionadas entre si.

No que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa apresenta aspectos de métodos mistos, os quais são uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativas e quantitativas. O uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo envolve suposições filosóficas. Por isso, é mais do que uma simples coleta e análise de dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que da pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada (Creswell, 2010, p. 27).

Dentre as concepções filosóficas que envolvem a uma abordagem de pesquisas, a concepção pragmática está diretamente relacionada a abordagem mista. O pragmatismo enquanto concepção surge mais das ações, das situações e das consequências do que das condições antecedentes. Há uma preocupação com as aplicações, o que funciona, e as soluções para os problemas, em vez de se concentrarem nos métodos, os pesquisadores enfatizam o problema da pesquisa e utilizam as abordagens disponíveis para entender o problema.

A estratégia de investigação utilizada para esta pesquisa de acordo com a abordagem mista - procedimento de métodos mistos concomitantes - conceituado a seguir:

São aqueles em que o pesquisador converge ou mistura dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise abrangente do problema da pesquisa. Nesse modelo, o investigador coleta as duas formas de dados ao mesmo tempo e depois integra as informações na interpretação dos resultados geral. Além disso, nesse modelo, o pesquisador pode incorporar uma forma menor de dados com outra coleta de dados maior para analisar diferentes tipos de questões. Nesse procedimento a coleta de dados quantitativo e qualitativo é concomitante, ocorrendo em uma fase do estudo de pesquisa. Em condições ideais, é atribuído peso igual aos dois métodos, mas, na prática frequentemente um ou outro pode ser priorizado (CRESWELL, 2010, p.39).

Dentre os aspectos que influenciam o estudo de uma abordagem mista, o planejamento e direcionamento de procedimentos, é essencial para determinar as considerações a serem implantadas no estudo misto. Os procedimentos mais importantes para essa delimitação de um estudo misto são a distribuição de tempo, a atribuição de peso, a combinação e a teorização.

Na atribuição de peso a abordagem qualitativa sobrepõe a quantitativa. Entende-se que nesta pesquisa, apesar das suas variáveis combinarem para um melhor entendimento da questão de estudo proposta, a abordagem qualitativa propõe uma melhor análise, interpretação dos resultados e da compreensão das percepções investigadas.

A combinação dos dados de método mistos nesta pesquisa ocorreu no momento da coleta, da análise e da interpretação dos dados, sendo que os dados qualitativos e quantitativos coletados concomitantemente, integram os dois ambientes de dados coletados fundindo os dados quantitativos aos dados qualitativos.

3.2 Unidade de Análise / População e Amostra

O universo de pesquisa é a população de catalogadores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (BU/SB), atualmente constituído por 25 bibliotecas. A BU (Biblioteca Universitária) é Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, responsável tecnicamente pelo provimento de informações necessárias às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, como também pela coordenação técnica, administração e divulgação dos recursos informacionais das bibliotecas do Sistema. Essas bibliotecas estão subordinadas administrativamente às

Unidades Acadêmicas, Escolas de Educação Básica e Profissional e órgãos suplementares.

O contexto de desenvolvimento cronológico e histórico da BU/SB é apresentado no quadro a seguir.

QUADRO 25 – Histórico da BU/SB UFMG

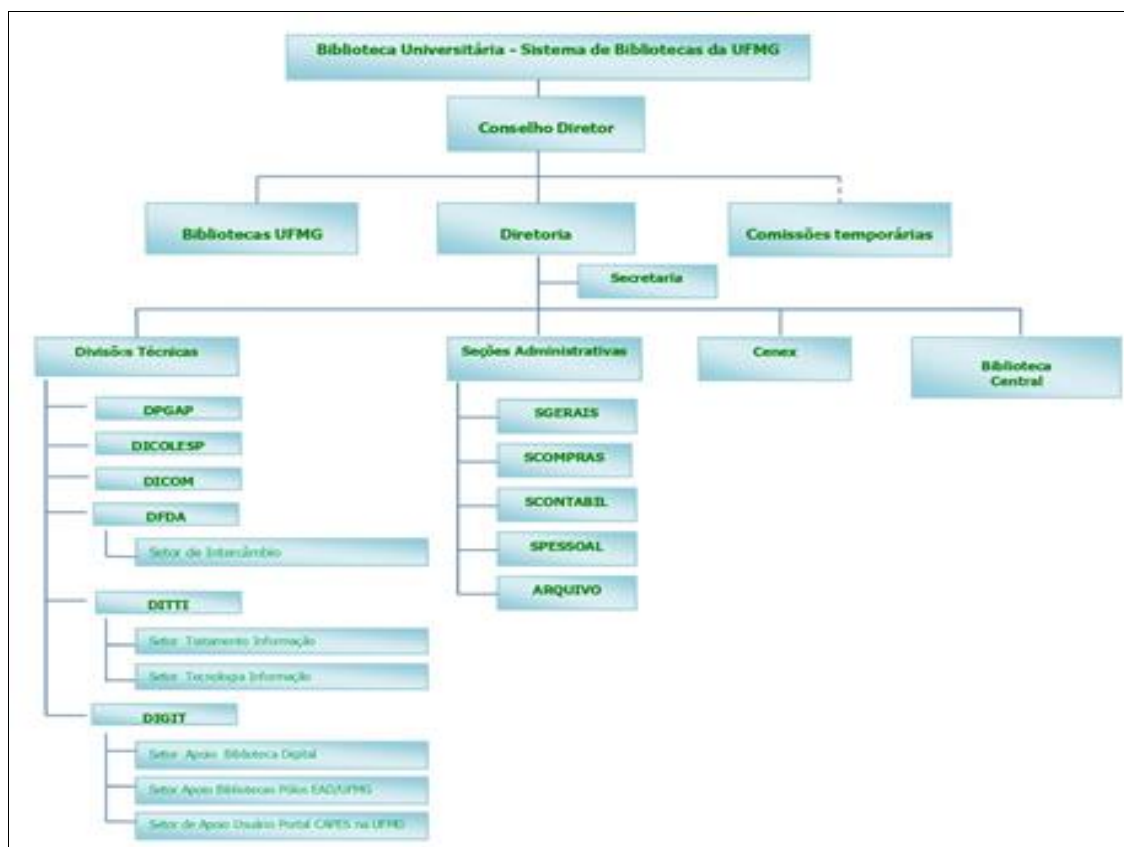
ANO	DESCRIÇÃO
1927	A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é criada inicialmente como Universidade de Minas Gerais (UMG), instituição privada subsidiada pelo Estado.
1949	A Universidade é federalizada, sendo o nome atual adotado em 1965. A criação da UFMG foi o resultado da união de diversas escolas e faculdades existentes em Belo Horizonte, as quais se encontravam dispersas na cidade. Essas escolas e faculdades já possuíam bibliotecas próprias, que eram subordinadas aos seus respectivos diretores, e apresentavam orçamentos independentes.
1968	Acontece a Reforma Universitária, em que a Universidade sofre uma profunda alteração em sua estrutura orgânica. Dentre elas, está a criação da Coordenação de Bibliotecas Universitárias que tinha por objetivo coordenar tecnicamente as bibliotecas da UFMG, com a finalidade de normalizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico da Universidade.
1972	É aprovado o Plano de Reestruturação do Estatuto e Regimento da Universidade, que altera a denominação da Coordenação de Bibliotecas Universitárias para a Biblioteca Universitária (BU) e determina que caberá à BU, por meio de uma política global, planejar e centralizar as atividades das bibliotecas das unidades acadêmicas e administrativas.
1976	Ocorre a centralização, na BU, da dotação orçamentária para aquisição de material bibliográfico e, por meio da Portaria 1.292, estabelece a vinculação técnica e administrativa das bibliotecas da Universidade.
1980	É construído o prédio da Biblioteca Central (BC) no campus universitário e ocorre a transferência, para o novo prédio, das coleções do Ciclo Básico dos Institutos de Ciências Exatas e Ciências Biológicas e o acervo do Centro de Computação (CECOM).
1981	É inaugurado o prédio da Biblioteca Central onde funciona, também, a administração da BU. Ocorre a centralização dos serviços de processamento técnico e aquisição para todo o Sistema de Bibliotecas, além da elaboração da primeira versão do Regimento da Biblioteca Universitária.
1982/1985	Acontece a descentralização do processamento técnico, bem como a revogação da Portaria 1.292 que desvinculou administrativamente, as bibliotecas da UFMG da Direção BU, permanecendo a vinculação técnica. Manteve-se centralizada na Biblioteca Universitária apenas a aquisição de material bibliográfico.
1987	Apresenta-se a proposta de uma nova estrutura organizacional para a Biblioteca Universitária, em que a Biblioteca Central, em nível técnico, estaria definida nos mesmos moldes das bibliotecas setoriais.
1993	É aprovado o Regimento Interno da BU, além de sua estrutura organizacional. Com o objetivo de garantir o cumprimento do seu Regimento e da sua missão, a BU envia esforços para acompanhar as mudanças e a evolução tecnológica que vêm ocorrendo desde o advento da internet, no início dos anos de 1990. Essas iniciativas, algumas vezes, são consideradas pioneiras com relação à tecnologia utilizada em seus serviços e produtos.
1994	Ocorre a inauguração do Posto de Serviço Antares, o qual prestava serviço de acesso aos recursos informacionais da internet. Exemplo: acesso a bases de dados via <i>gopher</i> ou <i>web</i> como também em CD-ROM (Centros Distribuidores como BIREME, IBICT etc.), correio eletrônico, Telnet, File Transfer Protocolo (FTP) e outros. Esse Posto de Serviço faz parte da Rede de Serviços de Informação em Ciência e Tecnologia - Rede ANTARES - que é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse serviço representa, para o Sistema de Bibliotecas da UFMG, o MARCo inicial para o acesso às fontes de informação disponibilizadas em bases de dados no formato eletrônico e traz uma mudança de paradigma no acesso à informação científico-tecnológica.
1996	Ocorre a aquisição e implantação do software Virginia Tech Library System (VTLS) para o Sistema de Bibliotecas da UFMG. A aquisição tem um grande impacto no Sistema, uma vez que promove a integração em rede das 28 bibliotecas setoriais. Essa iniciativa representa para o Sistema um grande avanço tecnológico e inova na prestação de serviços aos usuários, como, por exemplo, a renovação e devolução de material bibliográfico em qualquer biblioteca setorial, e a disponibilização do catálogo do acervo do SB/UFMG na rede interna do Sistema.

2000	A UFMG efetiva assinaturas de periódicos e bases referenciais em formato eletrônico por meio da adesão ao Consórcio estabelecido entre a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) e a SilverPlatter, provedora de serviços e de produtos de informação. Esses periódicos são disponibilizados na Biblioteca Virtual da UFMG para toda a comunidade acadêmica e conta com uma coleção de bases de dados multidisciplinares, interdisciplinares e especializadas. No final de 2000 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), disponibiliza para as instituições participantes, informação científico-tecnológica mundial no site do Portal de Periódicos da CAPES, em que se encontra a coleção recente dos periódicos e a coleção da Biblioteca Virtual é incorporada a esse acervo.
2003	Acontece a aquisição um novo <i>software</i> , nacional, para o SB/UFMG, denominado Pergamum trazendo melhorias na prestação de serviços do Sistema de Bibliotecas como: catálogo <i>on-line</i> do acervo do SB/UFMG, renovação e reserva de material bibliográfico via internet. Para atender a implantação do Pergamum, a Biblioteca Universitária investe em novos equipamentos de acordo com a tecnologia adquirida e promove a capacitação de todas as equipes das bibliotecas, para atender servidores e usuários na utilização do novo <i>software</i> .
2005	O Regimento Interno da BU é revogado pela RESOLUÇÃO No 12/2005, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2005, que aprova o novo Regimento da Biblioteca Universitária - Sistema de Bibliotecas da UFMG (BU/SB/UFMG) que ainda está em vigor.

Fonte: Sistema de bibliotecas UFMG, 2019.

Atualmente, como mencionado na Figura 22 (Organograma da BU/SB UFMG), a Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG (BU/SB) é integrada pelo Conselho Diretor, Diretoria da Biblioteca Universitária - Sistema de Bibliotecas e suas Divisões Técnicas e Seções Administrativas, Bibliotecas da UFMG e Comissões Temporárias.

FIGURA 22 – Organograma da BU/SB da UFMG



Fonte: Sistema de bibliotecas UFMG, 2019a.

O quadro de pessoal do Sistema de Bibliotecas é composto por bibliotecários e funcionários de apoio incluindo administrativos, estagiários da UFMG, da Cruz Vermelha e de outros convênios. O acervo patrimoniado é de aproximadamente um milhão de exemplares, dados de 2013, nas diversas áreas do conhecimento. Desse acervo fazem parte, ainda, coleções especiais, com destaque para: a Coleção de Escritores Mineiros; a Coleção de Obras Raras, que reúne documentos, livros, periódicos, mapas, correspondências e fotografias do séc. XVI ao séc. XX; a patrologia Migné, que abrange textos de filosofia patrística editados em latim e grego, perfazendo um total de 392 volumes divididos em patrologia latina e patrologia grega.

O Sistema de Bibliotecas atende tanto os usuários da comunidade interna (alunos do ensino fundamental, médio, técnico, graduação, pós-graduação, professores e funcionários), como os usuários da comunidade externa – de outras instituições, pesquisadores, alunos de intercâmbio e demais visitantes. A média anual de empréstimo domiciliar é de aproximadamente 770 mil exemplares, para mais de 152 mil usuários. As quatro maiores bibliotecas do Sistema são: Engenharia, Medicina, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Biblioteca Central.

3.3 Técnicas de Coleta de Dados

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica que consistiu em conhecer de forma mais aprofundada o tema em estudo. Para tal se fez necessária uma busca em fontes de informações e em bases de dados e em outras, tais como: livros, artigos científicos, teses e dissertações, que tratam do tema. Foram pesquisadas em bases nacionais da área de ciência da informação: na Base de Referências de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Base Peri; Base Scielo; com poucos resultados para a busca sobre implementação da RDA, mas com alguns resultados pertinentes a norma RDA.

Foram feitas buscas, também, no Portal de Periódicos Capes nas bases *Library and Information Science Abstracts (LISA)*; *Web of Science*, *Scopus* e também no *Google Acadêmico*. Utilizou-se o termo “RDA Implementation” para busca nestas bases, obtendo resultados mais relevantes do que nas bases de dados nacionais. As seleções dos artigos pertinentes ao tema foram feitas pelo resumo e por posterior leitura. Foram utilizadas também as indicações de referências dos artigos lidos para nova pesquisa.

A identificação e seleção das unidades de bibliotecas da BU/SB realizou-se através de busca no site da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e posteriormente na página da BU/SB. De acordo com esse critério selecionou-se as seguintes bibliotecas das unidades acadêmicas, conforme Quadro 26.

QUADRO 26 – Unidades da BU/SB da UFMG

<i>Universidade Federal de Minas Gerais</i>	<i>UFMG</i>
Unidades	Cidades
Biblioteca Central	Belo Horizonte
Biblioteca da Escola de Arquitetura	Belo Horizonte
Biblioteca da Escola de Belas Artes	Belo Horizonte
Biblioteca da Escola de Ciências da Informação	Belo Horizonte
Biblioteca da Escola de Ed. Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Belo Horizonte
Biblioteca da Escola de Engenharia	Belo Horizonte
Biblioteca da Escola de Música	Belo Horizonte
Biblioteca da Escola de Veterinária	Belo Horizonte
Biblioteca do Centro Pedagógico	Belo Horizonte
Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas	Belo Horizonte
Biblioteca da Faculdade de Direito	Belo Horizonte
Biblioteca da Faculdade de Educação	Belo Horizonte
Biblioteca da Faculdade de Farmácia	Belo Horizonte
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Belo Horizonte
Biblioteca da Faculdade de Letras	Belo Horizonte
Biblioteca da Faculdade de Odontologia	Belo Horizonte
Biblioteca do Campus Saúde	Belo Horizonte
Biblioteca do Colégio Técnico	Belo Horizonte
Biblioteca do Departamento de Física	Belo Horizonte
Biblioteca do Departamento de Química	Belo Horizonte
Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas	Belo Horizonte
Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas	Belo Horizonte
Biblioteca do Instituto de Geociências	Belo Horizonte
Biblioteca do Museu de História Natural	Belo Horizonte
Biblioteca do Instituto de Ciências Agrárias	Montes Claros

Fonte: Sistema de bibliotecas UFMG, 2019b.

Após a identificação e seleção das bibliotecas participantes da pesquisa, houve a busca nos sites, das mesmas, pelo campo direcionado na página da BU/SB e, dos e-mails de responsáveis pelas bibliotecas, dos setores, departamentos de processamento técnico e de catalogação. A amostra será composta por um catalogador de cada unidade, para a entrevista pessoalmente, sendo, que para a amostra da unidade da cidade de Montes Claros a entrevista foi feita via Skype.

O estudo utilizo, também, como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada baseada numa lista de questões com perguntas fechadas e abertas (comentários), apresentada no Anexo 1 e organizadas em tópicos referentes a questão de pesquisa, e eixos de análise do presente estudo.

De acordo com Gray (2012, p. 299), uma entrevista é uma conversa entre duas pessoas, na qual uma cumpre o papel de pesquisador. Com frequência, o

entrevistador terá à mão um conjunto de perguntas escritas que são organizadas de forma estruturada e metodológica (uma entrevista estruturada). A entrevista pode representar desafios em função da interação humana entre entrevistador e respondente. O primeiro tem que fazer perguntas (em formato estruturado, semiestruturado ou não estruturado), ouvir (e captar dados) as repostas e fazer novas perguntas.

As entrevistas semiestruturadas não são padronizadas e muitas vezes são usadas na análise qualitativa. O entrevistador tem uma lista de questões e perguntas a ser coberta, mas pode não usar todas elas em cada entrevista. As ordens das perguntas também podem mudar, dependendo da direção que a entrevista tomar. Na verdade, podem ser feitas perguntas adicionais, inclusive algumas que não tenham sido previstas no início da entrevista, à medida que surgem novas questões. As repostas serão documentadas por anotações ou, talvez, gravando-se as entrevistas. (GRAY, 2012, p. 302).

Segundo Arksey & Knighth *apud* Gray (2012, p. 300), a entrevista é uma forma de ajudar as pessoas a explicitar as coisas que até então estiveram implícitas, de formular suas percepções, seus sentimentos e seus entendimentos tácitos. [...], contudo, apesar das categorias envolvidas, a entrevista bem conduzida é uma ferramenta poderosa para evocar dados ricos sobre visões, atitudes e sentimentos que embasam as vidas e os comportamentos das pessoas.

Dentre as vantagens sugeridas por Creswell (2010, p. 213) das entrevistas face a face, estão: sua utilidade quando os participantes não podem ser observados; quando houver necessidade de obter dados altamente personalizados; for importante ter uma boa taxa de retorno. Entre suas limitações, as entrevistas, podem proporcionar informações indiretas, filtradas pelos pontos de vista dos entrevistados.

3.3.1 *Elaboração do instrumento de coleta de dados*

A elaboração da lista de questões para a entrevista baseou-se a princípio, na construção da estrutura teórica desta dissertação juntamente com os objetivos geral e específicos traçados. Orientou-se pelas ideias propostas dos estudos, artigos e documentos de Santos (2016); Park e Tosaka (2014 e 2015); Mansor e Ramdzan (2014); Cross, Andrews, Grover, Oliver, Riva (2014); Choi, Yusof, Ibrahim (2014); Atilgan, Ozel, Çakmak (2015); Libray of Congress (2012); Oguntayo e Adeleke (2016);

Oni, Oshiotse, Abubakar (2018); Lambert, Panchyshyn, McCutcheon (2013); Caesar e Eichel (2014); Çakmak (2018); já consolidados com questionários direcionados para bibliotecas de países que estão se preparando para implementar e/ou que já implementaram a RDA, bem como, do capítulo do livro “Implementando a RDA no catálogo da sua biblioteca”, de Mering (2014, p. 102); e de ideias do Livro “RDA: Strategies for implementation” de El-Sherbini (2013, p. 51).

A lista de questões foi construída com base nas pesquisas similares já realizadas em diversos países como citado anteriormente. Após sua construção, o mesmo, passou por um pré-teste, realizado no período de 31 de janeiro ao dia 25 de fevereiro de 2019, com o envio de 25 e-mails para participantes, entre eles catalogadores de bibliotecas de Institutos Federais, bibliotecas de Universidades Privadas, bibliotecas de Universidades Públicas, biblioteca municipais e bibliotecas de Faculdades Privadas. Houve um retorno de 11 respondentes, aos quais se solicitou uma análise das questões.

Após a realização do pré-teste e coleta da opinião dos respondentes, relacionados aos tópicos citados, foram feitas as devidas modificações com vistas à elaboração final da lista de questões. A seguir é apresentada a estrutura do questionário, construído, conforme apontados nos parágrafos anteriores (Quadro 19).

A lista de questões foi estruturada em uma parte inicial, intitulado “*Questões Iniciais*”, e logo em seguida, em quatro blocos temáticos direcionados aos respondentes sobre a compreensão da *Resource Description and Access* (RDA), sua implementação e questões de treinamento. Na parte inicial da lista de questões, as perguntas fazem referência à função do catalogador, se ele exerce exclusivamente a função ou absorve outras funções da biblioteca, o tempo de experiência na função de catalogador, quais as primeiras impressões dele sobre a RDA (questão aberta), e as fontes pelas quais o catalogador teve suas primeiras impressões sobre a RDA.

O **Bloco 1**, *Impressão geral da norma RDA*, pretende verificar a compreensão geral do catalogador relacionada a norma RDA (estrutura, foco, escopo); o **Bloco 2**, *Tópicos de mudança da RDA* busca entender como os catalogadores percebem as mudanças derivadas da RDA na prática de catalogação, ou seja, mudanças nas regras do AACR2R e nos campos MARC 21; o **Bloco 3**, *Preparação para implementação da RDA*, pretende averiguar se os catalogadores estão cientes de alguns tópicos para o planejamento da implementação; o **Bloco 4**, *Preferência de tópicos para treinamento da RDA*, propõe identificar quais as necessidades de

programas, métodos de treinamento e conteúdo das subtemáticas da RDA os catalogadores preferem.

Os quatro blocos temáticos, e suas respectivas questões, foram construídos de acordo com a fundamentação teórica da pesquisa. A seguir no Quadro 27 é apresentada a lista de questões, com os quatro blocos temáticos, e as perguntas derivadas da fundamentação teórica da pesquisa.

QUADRO 27 – Esboço da fundamentação teórica com os Blocos temáticos

Bloco temático 1	Questões	Fundamentação Teórica
Impressão geral da norma RDA	A RDA substitui o AACR2, foi projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente	Assumpção e Santos, 2009, p. 02; Oliver, 2011, p. 04
	Os modelos FRBR fornecem a base conceitual para a RDA.	Oliver, 2011, p. 01; FRBR Mapping, 2009; Tillett, 2003, p. 02; Chen, 1990, p. 20
	Os dados da RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação.	El-Sherbini, 2013, p. 76; Fusco, 2011, p. 37; Oliver, 2011, p. 99; Morris e Wiggis, 2016, p.210; Oliver, 2011, p.
	A RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos.	Assumpção e Santos, 2009, p. 02; Oliver, 2011, p. 04
	A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA	Mering, 2014; Oliver, 2011
Bloco temático 2	Questões	Fundamentação Teórica
Tópicos de mudança da RDA	Conjunto de elementos essenciais da RDA.	Cavalcanti, 2013, p. 60; Mering, 2014, p. 41; Oliver, 2011, p.74
	Transcrição RDA versus registro AACR2R	Mering, 2014, p. 42; Oliver, 2011, p.76; Assumpção e Santos, 2009, p. 03
	Abreviações e terminologias latinas na AACR2R e na RDA.	Mering, 2014, p. 43; Modesto, 2010; Oliver, 2011, p.77; El-Sherbini, 2013, p. 20;
	Regras de três da AACR2R para a RDA.	Mering, 2014, p. 45; Oliver, 2011, p. 81
	Substituição do campo 260 do MARC 21 para o campo 264..	Mering, 2014; Oliver, 2011
	Designadores de relacionamento	Mering, 2014, p. 46; Oliver, 2011, p. 82
	A DGM e os três elementos do RDA: conteúdo, mídia e tipos de suporte.	Mering, 2014, p. 47; Oliver, 2011, p. 60; El-Sherbini, 2013, p. 79
Bloco temático 3	Questões	Fundamentação teórica
Preparação para a implementação da RDA	Pretensão ou preparação da sua biblioteca para implementar a RDA	Hart, 2010, p. 32; PARK; TOSAKA, 2015, p. 252
	Grupo de discussão sobre a RDA em sua biblioteca ou na rede de bibliotecas	Santos, 2016, p. 16
	Exemplos de registros da RDA podem ser encontrados em várias fontes de informação	Hanford, 2014, p. 161
	Possíveis atualizações no software da biblioteca para otimizar as mudanças da RDA	Morris e Wiggs, 2016, p. 210; Mering, 2014, p. 139; NLA, 2019; Eurig, 2013, p. 1-7

	Acesso às instruções da ferramenta RDA Toolkit	Oliver, 2011, p. 91; El-Sherbini, 2013, p. 243; Carlton, 2014, p. 01
	Membros da equipe envolvidos na implementação da RDA	NLA, 2019; Mering (2014, p. 105)
Bloco temático 4	Questões	Fundamentação teórica
Preferência de tópicos para treinamento da RDA	Programas e métodos preferidos para treinamento (ver anexo a, p. 134).	Cross; Andrews; Grover; Oliver; Riva, 2014, p. 04
	Tópicos de preferência de conteúdo para treinamento (ver anexo A, p. 231).	Mey e Silveira, 2009, p. 90; Cavalcanti, 2013, p. 53; Oliver, 2011, p. 01; Cavalcanti, 2013, p. 60; Mering, 2014, p. 29; El-Sherbini, 2013, p. 241; Carton, 2014, p. 01; Fusco, 2011, p.37

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O *Bloco 1* está dividido em 5 questões fechadas, com opção de 5 alternativas para resposta, e com os comentários a respeito da resposta ou opiniões que se fizerem pertinentes. O *Bloco 2* está dividido em 7 questões fechadas, com opção de 5 alternativas para resposta, e com comentários a respeito da resposta ou opiniões que se fizerem pertinentes. O *Bloco 3* está dividido em 6 questões fechadas, e também, com 5 opções de alternativas de resposta, e com comentários ao final. O *Bloco 4* apresenta 2 questões, a primeira com escolha de até 2 métodos de treinamento e a segunda com questões de múltipla escolha na qual o catalogador escolherá entre 3 opções preferenciais de conteúdo para treinamento.

As questões dos Blocos 1, 2 e 3 foram formuladas de acordo com a escala Likert de pontuação, que é uma escala utilizada em questionários para medir as atitudes e conhecimento do grau de conformidade de entrevistados com os enunciados propostos. Oferece uma variedade de opções de resposta que vai de uma extremidade a outra. Ex: “Extremamente provável” a “Nada provável”. Assim a escala proposta para cada bloco vai de uma extremidade de variação de 1 a 5 o qual o respondente deve escolher entre uma opção e marcar a que melhor condiz com a sua escolha.

TABELA 1 – Exemplo de escala Likert

ESTOU SATISFEITO COMO O SERVIÇO RECEBIDO:				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: Elaborado pelo autor

A grande vantagem da escala de Likert é sua facilidade de manuseio, pois é fácil a um sujeito da pesquisa emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer. Adicionalmente, a confirmação de consistência psicométrica nas métricas que utilizaram está escala contribuiu positivamente para sua aplicação nas mais diversas pesquisas (COSTA, 2011, p. 155).

3.4 Estratégias de Análise de dados

Conforme Gray (2012, p. 399), a análise qualitativa é (ou dever ser) um processo rigoroso e lógico por meio da qual se atribui sentido aos dados. Por meio da análise, pode-se avançar de uma descrição inicial dos dados, passar por um processo de desmembrá-lo em partes menores e ver como estas se conectam em conceitos novos, fornecendo a base para uma descrição renovada.

Ainda segundo Creswell (2010, p. 217), o processo de análise de dados envolve extrair sentido dos dados do texto e da imagem, envolve preparar os dados para a análise, conduzir diferentes análises, ir cada vez mais fundo no processo de compreensão dos dados [...] representar os dados e realizar uma interpretação do significado mais amplo dos dados.

Dentre os passos seguidos para a análise de dados, Crewell (2010, p. 218), apresenta uma visão geral de todo o processo a seguir:

- **Passo 1:** Organize e prepare os dados para análise. Isso envolve transcrever as entrevistas, escanear opticamente o material, digitar as anotações de campo ou separar e dispor os dados em diferentes tipos, dependendo das fontes de informação;
- **Passo 2:** Leia todos os dados. O primeiro passo é obter uma *percepção* geral das informações e refletir sobre o significado global. Por exemplo: Quais as ideias gerais que os participantes estão expressando? Qual é a o tom das ideias? Qual é a impressão da profundidade, da credibilidade e o do uso geral das informações?
- **Passo 3:** Comece a análise detalhada com um processo de codificação. A codificação é um processo de organização do material em blocos ou segmentos de texto antes de atribuir significado às informações.

- **Passo 4:** Utilize o processo de codificação para gerar uma descrição do local ou das pessoas e também das categorias ou temas para análise. A descrição envolve uma apresentação detalhada das informações sobre pessoas, lugares ou eventos em um local. Use então a codificação para gerar um pequeno número de *temas* ou *Categorias*.
- **Passo 5:** Informe como a descrição e os temas serão representados na narrativa qualitativa. A abordagem mais popular é a utilização de uma passagem narrativa para comunicar os resultados da análise. Essa pode ser uma discussão detalhada de vários temas, completados com subtemas, ou uma discussão com temas conectados.
- **Passo 6:** Um passo final na análise dos dados envolve realizar uma *interpretação* ou extrair um significado dos dados.

No contexto desta proposta de análise, os dados desta pesquisa serão analisados utilizando a abordagem de análise de conteúdo, que essencialmente trata de fazer inferências sobre os dados (geralmente o texto) identificando de forma sistemática e objetiva características específicas (classes ou categorias entre elas).

O campo de aplicação da análise de conteúdo é extremamente amplo. Segundo Bardin *apud* Valentim (2005, p. 122), “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo”.

Essa afirmativa refere-se às diferentes possibilidades de análise do método ‘análise de conteúdo’, uma vez que ela depende do tipo de discurso, da interpretação e do objetivo da análise. A descrição analítica é uma das características da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979, p. 34), constitui-se de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]” trata-se, portanto, do “tratamento da informação contida nas mensagens”.

Ainda, na tentativa de definir o campo de ação da análise de conteúdo, Bardin (1979, p. 34) explica:

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos “significados” (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos “significantes” (análise léxica, análise de procedimentos). Por outro lado, o tratamento descritivo constitui um primeiro tempo do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo [...]. No que diz respeito às características sistemática e objetiva, sem serem específicas da análise de conteúdo, foram e continuam a ser suficientemente importantes para que se insista nela (BARDIN, 1979, p. 34).

De acordo com Bardin (1979, p. 42), as fases que fazem parte da análise de conteúdo são três:

- **A pré-análise:** onde visa a organização e a sistematização das ideias iniciais a fim de conduzir o desenvolvimento das demais fases.
- **A exploração do material:** que consiste em analisar dados da pesquisa para codificar as informações relevantes, isto é, categorizar e classificar as informações;
- **O tratamento dos resultados:** aqui onde ocorre a inferência e a interpretação com o intuito de agregar valor significativo aos dados da pesquisa.

Dentre as técnicas utilizadas na análise de conteúdo, esta pesquisa focou na técnica de análise categorial, que conforme Bardin (1979, p. 80), trata do desmembramento do discurso em categorias, em que os critérios de escolha e de delimitação orientam-se pela dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto de pesquisa, identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados.

Dessa forma segundo Franco (2005, p. 57 e 58), a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto [...] a criação de categorias exige grande dose de esforço por parte do pesquisador [...] esse longo processo, o da definição das categorias, na maioria dos casos, implica constantemente idas e vindas da teoria ao material de análise, do material de análise à teoria, e pressupõe a elaboração de várias versões do sistema categórico.

Para um entendimento melhor das percepções dos catalogadores, na abordagem qualitativa, segundo as categorias de análise, há o surgimento de descrições mais ricas de sentidos pelos respondentes fornecidos em seus comentários, dessa maneira serão criadas as categorias, mas não definidas *a priori*, que segundo Franco (2005, p. 59) são categorias que emergem da fala, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constantemente idas diversas ao material de análise....

Então no segundo momento onde ocorrerá a análise da abordagem qualitativa dos dados, serão criadas categorias e subcategorias, *a posteriori*, de acordo com a base teórica e conceitual proposta acerca da RDA para esta dissertação, especificamente com o esboço da fundamentação teórica propostas na construção de cada bloco temático (Quadro 26) e também, com a interpretação e inferências dos

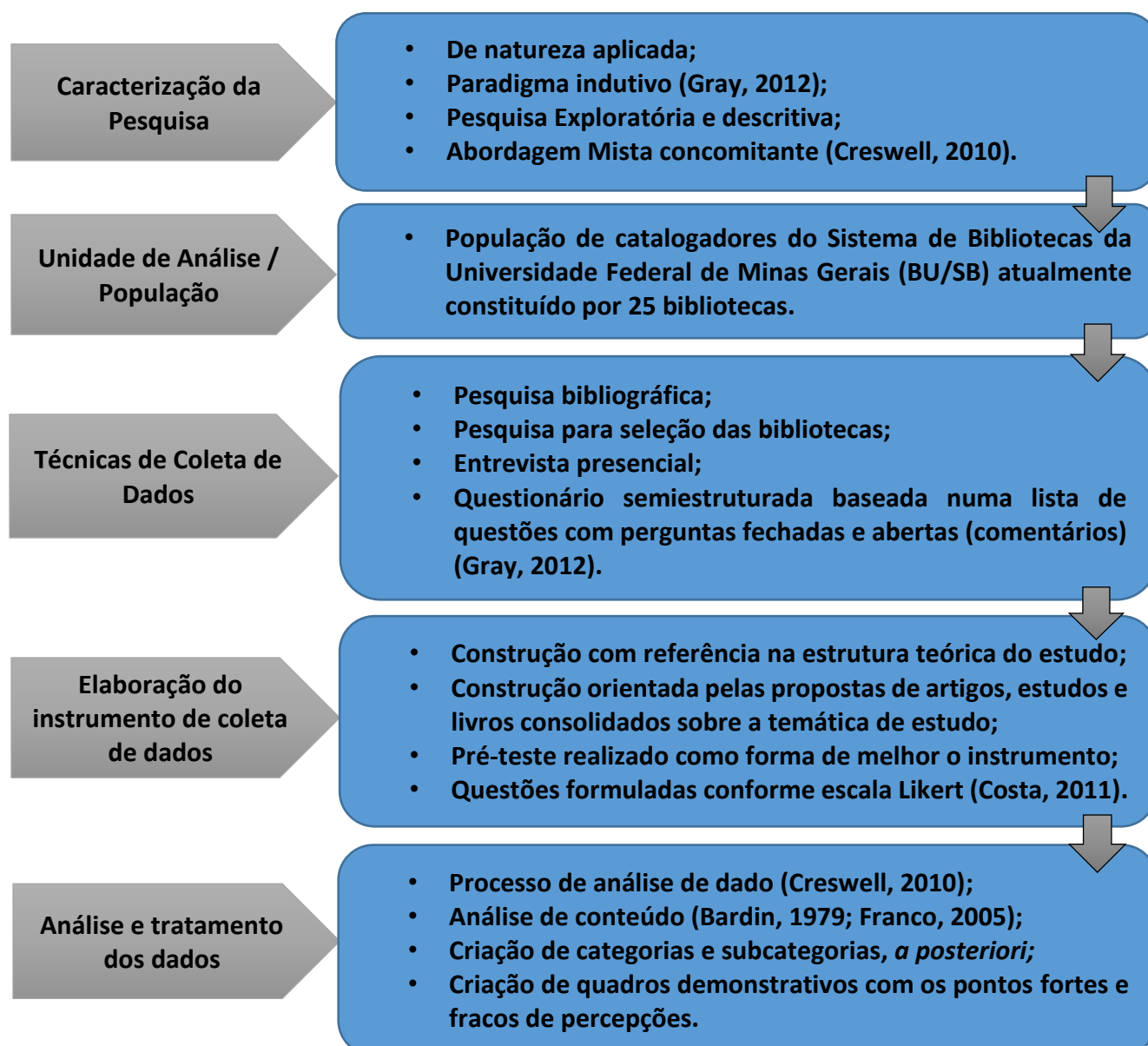
significados encontrados nos comentários, através de categorizações temáticas, sintáticas, léxicas ou de expressividade do contexto dos comentários.

Serão criados, ao final, somente nos blocos 1, 2 e 3, quadros demonstrativos com os principais motivos mais consistentes (pontos fortes) e menos consistentes (pontos fracos) de percepção, avaliados segundo o grau de conformidade da escala Likert proposta em cada bloco, pela análise de conteúdo e pelos resultados encontrados a partir das porcentagens calculadas do total de percepções compreendidas (e não a partir do número de catalogadores), e posteriormente, registrada nas categorias e subcategorias criadas.

Dessa maneira a construção desse quadro propõe apontar a percepção dos catalogadores sobre os enunciados e seu entendimento possibilitando compreender e verificar essas percepções como forma de apontar mudanças posteriores que consolidem os pontos fortes, analisados e melhorem os pontos fracos, intervindo através de discussões em grupos, palestras, treinamentos e outras formas de intervenções que se fizerem necessárias.

Para um melhor entendimento e clareamento do percurso percorrido dentro dos procedimentos metodologias deste estudo, é apresentado na Figura 23, uma síntese destas etapas a seguir:

FIGURA 23 – Procedimento Metodológicos



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

4 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

Os primeiros contatos com o universo de pesquisa detalhados na subseção 3.2, e no Quadro 26, desta dissertação, foram feitos por envio de e-mail, do dia 30 de outubro ao dia 01 de novembro de 2019, a todos os coordenadores das bibliotecas do Sistema de bibliotecas da UFMG, solicitando a disponibilidade de 01 (um) catalogador para participar da entrevista, outros contatos foram feitos pessoalmente, nas unidades, à medida que não houve retorno dos e-mails e em seguida a marcação de datas e horários para à entrevista. Estipulou-se o agendamento das entrevistas com início a partir do dia 04 de novembro e termino no dia 14 novembro, com horários e locais pré-agendados pelos interessados que se disponibilizassem a participar.

Houve o retorno para a participação da entrevista, do universo de 25 bibliotecas do sistema de bibliotecas da UFMG, uma amostra de 17 bibliotecas com respectivamente um catalogador de cada, ou seja, 17 catalogadores que participaram das entrevistas.

As entrevistas tiveram uma duração em torno de 30 min. a 50 min. em média, e após o término das mesmas foram feitas as transcrições na integra de todas pelo pesquisador. Após a transcrição de todas as entrevistas, foi realizada uma etapa de preparo para a análise dos dados, acontecendo a leitura das transcrições, acompanhada da escuta dos respectivos áudios das entrevistas.

Segue-se as três fases da análise de conteúdo referente a estratégia de análise de dados desta pesquisa para melhor entendimento dos processos envolvidos conforme Quadro 28:

QUADRO 28 – Fases para a análise de conteúdo

FASES	ETAPAS	DESCRIÇÃO
1º	<i>pré-análise</i>	Nesta pré-análise foi utilizada a planilha do Microsoft Excel para organizar e sistematizar as ideias iniciais de acordo com as categorias criadas para os blocos como já mencionado.
2º	<i>exploração do material</i>	Nesta fase foram analisadas as respostas dos questionários e criadas tabelas e gráficos referentes a análise quantitativa, também foram transcritas os comentários dos pesquisados identificando os trechos mais relevantes de acordo com a categorias proposta,
3º	<i>tratamento dos resultados</i>	Nesta fase foram criados inferências e interpretação dos resultados encontrados nas análises quantitativa e qualitativa confrontando os resultados e apontando características conforme a fundamentação teórica.

Fonte: Adaptado de Bardn, 1979.

Para um melhor entendimento da percepção global das informações coletadas, análise e interpretação dos dados, o material coletado foi codificado e organizado em Blocos, como mencionados na subseção 3.3.1 desta pesquisa que contemplam a lista de questões formulada para as entrevistas, bem como a criação de categorias e subcategorias criadas *a posteriori*, como demonstradas no Quadro 29 para uma melhor compreensão, e para a análise dos blocos 1, 2 e 3 conforme a fundamentação teórica da pesquisa.

No bloco 4 não houve necessidade de categorização, pois a perguntas foram fechadas e múltipla escolha, e os poucos comentários que apareceram são citados conforme a maior preferência de programas, métodos e conteúdo para treinamento apresentados pelos catalogadores.

QUADRO 29 – Categorias e subcategorias criados *a posteriori*

5.2 IMPRESSÃO GERAL DA NORMA	
5.2.1 A RDA substitui a AACR2, é projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente	
Categorias	Subcategorias
Limitação da AACR2	<i>Não atende formatos digitais</i> <i>Descrição rígida</i> <i>Ferramenta antiga</i> <i>Formato engessado</i> <i>Regra de três</i>
Continuação com AACR2	<i>Derivadas da AACR2</i> <i>Compatibilidade com a AACR2</i> <i>Revisão da AACR2</i> <i>Relação com AACR2</i>
Atender mídias digitais	<i>Formatos digitais</i> <i>Registro de dados em elementos</i>
Interoperabilidade de dados	<i>Melhor descobrimento de recursos</i>
Estrutura flexível e extensível	<i>Adaptar a novas comunidades</i> <i>Descrição de todos os tipos de recursos</i>
5.2.2 Os modelos FRBR's fornecem a estrutura conceitual para a RDA	
Foco no usuário	<i>Identificação de objetos</i> <i>Modelagem do universo bibliográfico</i> <i>Tarefas do usuário</i>
Componentes FRBR	<i>Modelo entidade-relacionamento</i>
Entidades FRBR	<i>Grupos de entidades</i>
Aplicação dos modelos	<i>Estruturam a RDA</i>
Conceitos FRBR	<i>Difícil entendimento</i> <i>Desconhece</i>
5.2.3 Os dados da RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação	
Correspondência com RDA	<i>Codificado em MARC 21</i> <i>Codificado com outros esquemas</i>
Modificações no MARC 21	<i>Adaptações para acomodar a RDA</i> <i>Novos campos para RDA</i>
Facilidade do MARC 21	<i>Continuação com a RDA</i> <i>Transição para a RDA</i>
Dificuldades do MARC 21	<i>Limitações</i> <i>Intercâmbio em rede</i>

5.2.4 A RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos	
Descrição na RDA	Novos recursos on-line Recurso tradicional e não tradicional Metadados de outras comunidades Melhorar a forma de descrição
Descrição no AACR2	Também no AACR2
5.2.5 A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA	
Alterações nos campos	Acréscimo de campos Substituição de campos Novos campos Importação de campos
Equilíbrio com campos MARC	Continuidade de campos
Mudanças nos campos	Ocorrem mudanças Desconhece mudanças
5.3 TÓPICOS DE MUDANÇA	
5.3.1 A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA	
Categorias	Subcategorias
Relacionada a fontes de informação	Impressão em alguma fonte de informação mas não houve conceitos
Relacionado ao conhecimento	Afirma conhecimento mas sem conceitos
Relacionada ao desconhecimento	Desconhecem os elementos
5.3.2 Transcrição RDA versus registro AACR2R	
Transcrição RDA	Princípio de representação Elementos transcritos
Transcrição AACR2	Registro AACR2
Desconhece	Aplicação na prática Desconhece transcrição
5.2.3 Os dados da RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação	
Abreviaturas na RDA	Não faça abreviações Menor uso de abreviações Eliminação de termos em latim Facilidade para o usuário
Abreviaturas no AACR2	Uso no AACR2 Restrição de caracteres Familiaridade dos catalogadores
Desconhece	Desconhece mudanças
5.3.4 Regras de três de autores da AACR2R para a RDA	
Relacionada ao AACR2	Descrição com a regra de três
Relacionado ao RDA	Eliminação da regra de três Melhor descobrimento de recurso
Relacionada a falta de percepção	Desconhece
5.3.5 Substituição do campo 260 do MARC 21 pelo campo 264 de acordo com a RDA	
Substituição pelo campo 264	Diferenciação de elementos Exportação de registros Sem percepção
5.3.6 Designadores de relacionamento	
Relacionado a importância das relações	Ênfase nas relações Foco no usuário Informação com significado Aplicado a subcampo do MARC
Relacionada a falta de percepção	Desconhece
5.3.7 Substituição da DGM pelos três elementos da RDA: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte	
Relacionadas a DGM	Limitação categórica Predefinição de materiais
Relacionados aos novos elementos	Descrição de conteúdo e suporte Importação de dados
Relacionadas à falta de percepção	Desconhece

5.4 PREPARAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA RDA	
5.4.1 Pretensão ou preparação da sua biblioteca (sistema de bibliotecas) para implementar a RDA	
Categorias	Subcategorias
Relacionada a pretensão do sistema	<i>Intenção da diretoria</i> <i>Reuniões com os catalogadores</i> <i>Desconhece pretensões</i>
Relacionado a preparação do sistema	<i>Encontro entre catalogadores</i> <i>Encontros do Sistema</i> <i>Estudo sobre a RDA</i>
Relacionada a implementação	<i>Planejamento e orçamento</i> <i>Tradução da RDA</i> <i>Incertezas</i>
5.4.2 Grupo de discussão sobre a RDA em sua biblioteca ou na rede de bibliotecas	
Conhecem	<i>Grupo de catalogação</i> <i>Inexiste grupo específico</i> <i>Frentes de discussão</i> <i>Grupo externo</i>
Desconhecem	<i>Inexiste grupos de discussão</i> <i>Sem informação sobre</i>
5.4.3 Exemplos de registros da RDA podem ser encontrados em várias fontes de informação	
Exemplos de registros	<i>Através da importação</i> <i>Não importa dados</i>
Fontes de informação	<i>Exemplos de fontes</i> <i>Desconhece fontes</i>
5.4.4. Possíveis atualizações no software da biblioteca para otimizar as mudanças da RDA	
Atualizações do Sistema	<i>Alterações no Pergamum</i> <i>Alterações nos campos MARC 21</i> <i>Consulta aos fornecedores</i> <i>Desconhece mudanças</i>
5.4.5. Acesso às instruções da ferramenta RDA Toolkit	
Relacionada a impressões da ferramenta	<i>Instruções RDA online</i> <i>Acesso a ferramenta</i> <i>Tradução (Idioma)</i> <i>Assinatura</i>
Relacionado ao desconhecimento da ferramenta	<i>Desconhece o RDA Toolkit</i>
5.4.6 Membros da equipe envolvidos na implementação da RDA	
Relacionada a bibliotecas do sistema	<i>Catalogadores das unidades</i> <i>Membros mais experientes</i>
Relacionado ao Sistema de bibliotecas	<i>Diretoria do sistema</i> <i>Setores de suporte</i>
Relacionada a falta de consciência	<i>Desconhece envolvidos</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em seguida, foram feitas novas leitura das transcrições para que fosse possível retirar os trechos mais significativos e organizá-los em um novo documento, com o objetivo de sistematizar os dados coletados, compará-los e agrupá-los em categorias preliminares e definitivas, de acordo com o roteiro inicial e com as questões que surgiram durante as entrevistas.

As falas dos entrevistados utilizadas como depoimento ao longo dessa dissertação serão apresentadas no texto em quadros e em formato de citação longa e serão suprimidos quaisquer dados que possibilitem a identificação dos participantes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os principais resultados da pesquisa sobre a percepção da RDA pelos catalogadores das bibliotecas da UFMG. Apresentam-se primeiramente os resultados da aplicação do instrumento de coleta de dados, do levantamento feito através a lista de questões utilizadas nas entrevistas (questões fechadas), ilustrados através de gráficos e tabelas que proporcionem uma melhor compreensão dos resultados obtidos. Em seguida será apresentada a análise dos comentários (questão aberta) feitos pelos respondentes, através da criação de categorias e subcategorias que explicitem melhor os significados e sentidos atribuídos por parte dos catalogadores.

Para a atribuição de sentido e agregação de valor aos dados coletados, também foram feitas a apresentação, análise, interpretação e a discussão com os resultados obtidos em estudos anteriores presentes na fundamentação teórica que serviu de embasamento para o presente estudo.

5.1 Questões Iniciais

Nas questões iniciais procurou-se identificar se os catalogadores das bibliotecas do Sistema de bibliotecas da UFMG exercem apenas a função única como catalogador ou se agregam outras funções da biblioteca, o tempo de experiência destes catalogadores na função, bem como suas impressões iniciais sobre a RDA e as principais fontes por onde tiveram conhecimento da norma RDA.

TABELA 2 – Exerce apenas a função de catalogador

Sim	Não
3	14
18%	82%

Fonte: Lista de questões, 2019.

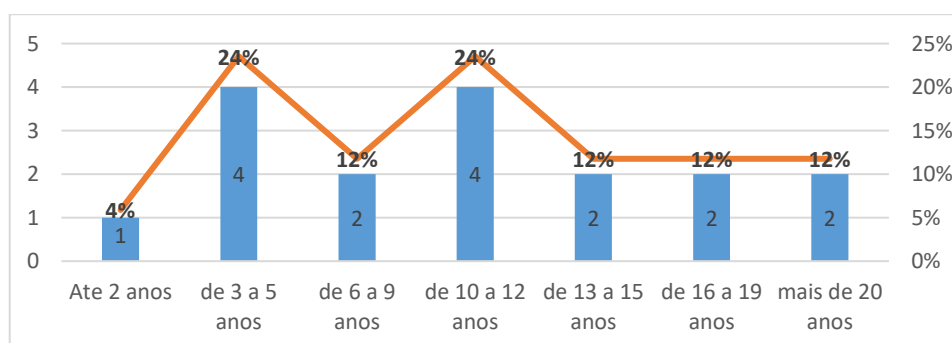
Com base na Tabela 2 percebe-se que 18% (3 catalogadores) entrevistados exercem apenas a função de catalogador nas bibliotecas, e que a grande maioria 81% (14 catalogadores), além de exercerem a função de catalogador, ainda agregam outros tipos de função decorrentes de demandas das bibliotecas.

Atuar em várias funções ou exercer multitarefas, na chefia, na administração, na referência ou circulação de materiais, é uma questão que os catalogadores bibliotecários colocaram como trivial na sua rotina de trabalho desde o início de suas atividades nas bibliotecas da UFMG. Às vezes pela ausência de um servidor que esteja de licença ou de férias, ou pela infraestrutura (porte) da biblioteca, ou pela questão mesmo de pouco recurso humano necessário para cobrir todo o horário de atendimento das unidades, apesar de algumas bibliotecas possuírem até mais de 2 bibliotecários nas unidades, a exclusividade ao processo de catalogação deixa de ser prioridade e o tempo destinado para essa tarefa fica bem reduzido.

Essa questão influencia diretamente na participação dos catalogadores nos treinamentos sobre a RDA, pois nem todos poderão participar, e há de se pensar se ocorrerá esse repasse de informações posteriormente, ou o catalogador treinado será o responsável pela prática de implementação.

Nesse sentido Mering (2014, p. 112) aponta que tempo gasto no treinamento do pessoal de serviços técnicos dependerá em grande parte do número de funcionários e de sua experiência e nível de instrução, como demonstrado no gráfico. Além disso, o tipo de biblioteca, seus usuários e sua coleção determinarão o tempo da implementação.

GRÁFICO 1 – Anos de experiência na função de catalogador



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Como demonstrado no Gráfico 1, o número de catalogadores entrevistados com mais experiência, apresentam igualmente de 3 a 5 anos e de 10 a 12 anos de experiência na função de catalogador, ou se já 24% (04 catalogadores de cada) do total de entrevistados. Em seguida as opções de 6 a 9, de 13 a 15, de 16 a 19 e mais de 20 anos na função apresentam 12% cada (02 catalogadores) por opção de

experiência, somente 4% (01 catalogadores) possui menos que 2 anos de experiência na função de catalogador.

Dentre as questões iniciais, na pergunta 3, o catalogador era solicitado a descrever quais são suas impressões iniciais sobre a norma RDA. A seguir são citados os trechos das declarações que os catalogadores expuseram sobre a RDA:

QUADRO 30 – Comentários de Impressões iniciais da RDA

Catalogador	Narrativa
C1	<i>[...] A primeira impressão eu achei que era desnecessário. Aquela falta de conhecimento, você acha que é uma mudança sem sentido e tal. Depois na medida em que eu fui conhecendo melhor, eu fui vendo as vantagens da mudança, a necessidade para o usuário, [...] que atendem melhor o usuário, pensando no usuário eu acho que é válido.</i>
C2	<i>[...] A impressão que eu tenho que é o RDA seria muito bom para a UFMG no sentido no acervo que a UFMG possui. Ela tem muitos tipos variados de materiais [...], então o RDA seria bom para a UFMG. [...] Mas pelo que eu entendi do RDA, o conceito do RDA seria de ter um acervo que tivesse representativamente, várias formas de materiais, e que iria identificar melhor as obras [...], tipo e-book de uma mesma obra, ia ter -e-books, livros, ia ter DVD's, CD's, filmes de um acervo só que iria representar a obra.</i>
C3	<i>[...] olha o que eu sei da RDA é que ela é foi planejada não mais para material impresso, então acho que a maior função dela, o maior objetivo, é o objeto digital, não é mais só livro. Eu participei de alguns seminários, de alguma coisa, mais assim, tenho uma informação bem geral, a primeira informação sobre RDA. [...] as expectativas é que ela atenda a situação das bibliotecas universitárias e que seja uma ferramenta que resolva todas as nossas questões, as necessidades dos catalogadores.</i>
C4	<i>[...] A RDA para mim é um padrão para a catalogação descritiva que vai aprimorar a falta de atualização do AACR2, porém não tenho muito conhecimento [...] no sistema eu tive contato no ano passado que eu participei do Encontro de catalogação e foi uma coisa também mais tratada superficialmente, então o conhecimento que eu tenho é através de leitura. [...]</i>
C5	<i>[...] Minhas primeiras impressões sobre a RDA são positivas [...] a catalogação, descrição física, tem..., é guiado pelo viés da ficha catalográfica, tanto que aquela questão de limitar o número de autores, de abreviar páginas, folhas, etc..., [...] No entanto, a era da ficha catalográfica, escrito sensu, em quanto formato, impresso, etc..., passou há muito tempo, e hoje surge cada novos formatos digitais, para trabalharmos. A RDA pode nos ajudar nesse processo. Contudo, para sua implementação é algo que deve vir com calma e serenidade.[...]</i>
C6	<i>[...] Eu em alguma medida venho acompanhando essa discussão, tanto no âmbito da UFMG por um tempo [...] é por que eu sou bibliotecário da casa desde 06 de dezembro de 2004. Então por conta disso eu acabava acompanhando um pouco como que esse assunto está sendo encaminhando em algumas bibliotecárias universidades do país e da UFMG.</i>
C7	<i>[...] Minhas impressões que eu tenho expectativa boa assim, no sentido dos catálogos, ficariam mais abertos e compatíveis com o funcionamento da web [...] Acredito que nesse ponto vai ser bom [...], se poder integrar a informação da biblioteca com a web [...]. Nesse caso é só mesmo assim devido exatamente a essa facilidade mesmo da catalogação não ser essa coisa fechada, o cataloga da biblioteca, o software da biblioteca.[...]</i>
C8	<i>[...] é uma nova diretriz para a catalogação, para a descrição bibliográfica, e que vai substituir o AACR2 [...] sei algumas coisas a respeito de abreviaturas e tudo, não sei muita coisa, e acredito que a gente que tentar fazer essa alteração sim, mudança, para tentar melhorar a recuperação da informação.[...]</i>
C9	<i>[...] Eu não tenho nenhuma expectativa, assim básica, [...] Eu não acho que a RDA é a salvação, eu acho que o AACR2 é mal utilizado, como outras normas que eu sei que a gente tem e que a gente não usa bem, não usa no total do sentido da palavra. Mas é um inovação, vamos caminhar, e vamos aprender.[...]</i>
C10	<i>[...] Assim, é, eu não tenho muita profundidade em RDA, meu conhecimento que eu tenho pouco [...] sobre a RDA, a percepção que eu tenho é seria uma forma de metadados mais humanizados, eu acho mais assim, como é que fala, amigável com os usuários, por que não é uma coisa cheia de abreviaturas, cheia de termos técnicos, [...] negócio de autores, que nem um exemplo também de autores, quando tem muitos autores, só coloca o primeiro e o resto é tudo et al., nesse não, nesse vai se, tiver 50 autores vai colocar os 50 autores [...] "Além do advento da RDA que exclui abreviações", bom eu não sei se isso é bem verdade, que exclui, não tem esse negócio de abreviação, [...] então veio para facilitar e muito para o usuário, deixar mais amigável, eu acredito.</i>
C11	<i>[...] ainda não tenho tanto conhecimento sobre o assunto, sei que ele é nova proposta para lidar com os novos tipos de materiais e eu acho ele importante porque o atual instrumento que agente utiliza não dá conta de lidar com outros tipos de materiais além de livro impresso, então, a biblioteca tem diversos tipos de recursos, principalmente imagens, e a gente tem necessidade de implantação desse novo, é..., não sei nem como falar se é, uma nova forma de catalogação, na verdade é... não é considerado nem um padrão ne, é considerado uma norma.</i>

C12	<i>É, eu já ouvi falar do RDA tem mais de 10 anos, mas nunca me aprofundi no assunto, até porque eu nunca tive, assim, a visibilidade de que se ele vai ser implantado, [...] eu nunca tive essa confiança, [...]. Sobre o conceito é..., pouca coisa que eu já vi na internet ou no próprio mestrado, doutorado da ECI, mas é colegas que também estudaram sobre e apresentaram em algum momento algum trabalho sobre a RDA, nunca me aprofundi não.</i>
C13	<i>[...] questão dessas mudanças, do RDA em relação ao AACR2, dele já, dele está baseado nesses modelos conceituais da IFLA, e muito voltado já com a questão do documento on-line, advindo da internet e tal, que já é uma atualidade para nós do sistema de bibliotecas.</i>
C14	<i>[...] O RDA é a nova norma de catalogação, eu acredito que ela veio para facilitar a questão do AACR2, porque o AACR2, é ..., tem muitas críticas em relação a ele ser muito engessado, a realidade das bibliotecas mudou, então o RDA talvez ele seria mais dinâmico e mais flexível para o registro de informações.</i>
C15	<i>[...] Bom o pouco que eu sei do RDA e que ele..., ele vem mais para facilitar a descrição desses formatos digitais, e..., e que tem atualmente, que ele usa o conceito de entidade-relacionamento</i>
C16	<i>[...]. É uma norma que oferece diretrizes para a descrição de recursos bibliográficos, é baseado em entidade-relacionamento que tende a ser mais abrangente, mais ágil, mais eficiente que o AACR2 [...] gente sabe que o RDA ele se preocupa, e o foco dele é o usuário, então, é, poder proceder uma descrição visando atender da melhor possível o usuário, é o que a gente almeja.</i>
C17	<i>[...]. Meu conhecimento sobre RDA ele é um pouco raso [...] ele vem com uma proposta nova em relação ao código de catalogação, alterando algumas maneiras de se descrever alguns pontos de acesso, é, e mudando, modificando um pouco algumas formas de se colocar os dados no momento da catalogação, por exemplo, quando a gente pega trabalhos com mais de três autores, então, o AACR2 preconiza que você coloque até três, o RDA permite que você coloque todos [...]</i>

Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Antes de começar a entrevista propriamente dita, solicitou-se aos catalogadores que tecessem suas impressões iniciais sobre a norma RDA, para que em seguida comesçassem a responder a lista de questões. Sendo, assim, de acordo com os comentários apresentados, no Quadro 28, percebeu-se que os catalogadores têm impressões iniciais bem distintas relacionadas a RDA e que possivelmente um catalogador possa ter mais de uma impressão inicial, como confirmadas segundo a análise das categorias criadas na Tabela 3.

TABELA 3 – Categorias de impressão inicial da norma RDA

Impressões (Categorias)	Catalogadores	%
Descrição para todos os tipos de recursos	C2, C3, C5, C8, C11, C14, C15, C16	47
Pouco conhecimento	C1, C3, C4, C10, C11, C12, C17	41
Substituição do AACR2R pela RDA	C4, C8, C11, C13, C14, C16	35
Voltada para o ambiente digital	C3, C5, C13, C15	24
Atende melhor o usuário	C1, C10, C16	18
Eliminação de abreviações	C5, C8, C10	18
Baseado numa estrutura teórica	C13, C15, C16	18
Princípio de representação	C5, C17	12
Interoperabilidade	C7	6
RDA não melhora o AACR2R	C9	6
Apoio ao descobrimento de recursos	C17	6

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

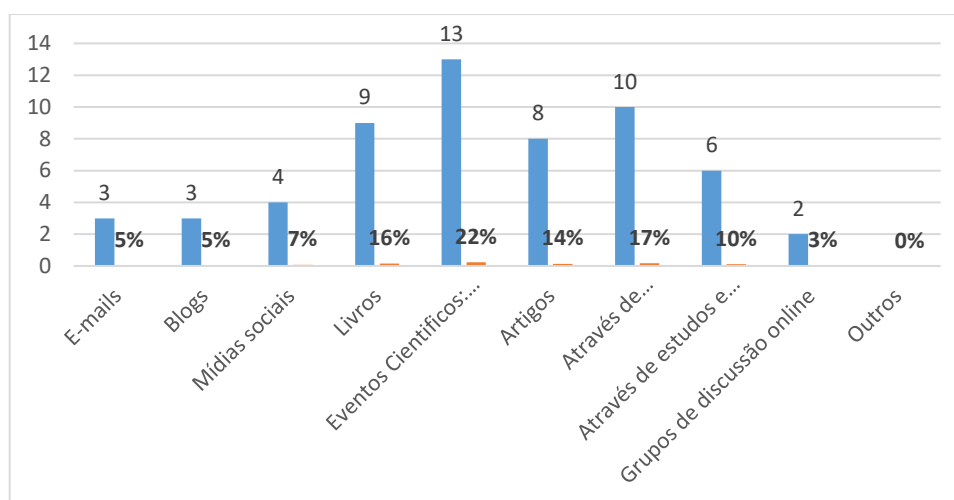
As impressões iniciais da norma trazem características relevantes dos comentários dos catalogadores. Como apresentada, na Tabela 3, as principais impressões são referentes as categorias “*Descrição para todos os tipos de recursos*” com 47% de frequência atribuídos ao total dos comentários; o “*Pouco conhecimento*” com 41%, como apresentado nos trechos dos comentários “*falta de conhecimento*”, de que “*possui informações gerais e superficiais da norma*”, “*de que sabe pouco sobre a norma*”, e de que “*o conhecimento é um pouco raso*”; a categoria “*A substituição do AACR2R pela RDA*” com 35% dessas impressões; a impressão de que a RDA é uma norma “*Voltada para o ambiente digital*” com 24%; e as impressões sobre a RDA ser uma norma que “*Atende melhor os usuário*”, possui “*Eliminações de abreviaturas*” e está “*Baseada numa estrutura teórica*” ficaram com 18% de frequência atribuídos ao total de comentários.

Assim como apontado neste estudo, no estudo americano de Park e Tosaka (2015, p. 258), na questão de impressão inicial, as respostas destacaram a transparência da RDA para os usuários, como é evidente em seu princípio “*aceite aquilo que vê*” na descrição de recursos, na descontinuação de palavras e abreviações em latim, bem como em sua flexibilidade nas escolhas de catalogação, a abordagem mais baseada em princípios e na modelagem do FRBR da RDA. Houve também uma “*decepção*” geral na resposta de muitos entrevistados que achavam que “*o RDA não era uma melhoria no AACR2*” e simplesmente adicionavam mais “*dores de cabeça*” aos seus fluxos de trabalho de catalogação.

Segundo os estudos de Mansor e Ramdzan (2014, p. 180) sobre a declaração de que “*o RDA substituirá o AACR2*”, a maioria dos respondentes (44%) estavam “*cientes*”, sobre a declaração de opiniões dos catalogadores sobre os FRBR como base conceitual para a RDA a maioria dos catalogadores (51%) “*concordaram*” que a FRBR era a base conceitual para a RDA, e que o resultado mostra que (63 %) dos respondentes concordaram que o RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos, e sobre o questionamento se estavam cientes de que haveria novos campos MARC para acomodar os elementos da RDA é encorajador notar que (88%) dos entrevistados estavam cientes desta questão. Somente há uma divergência conforme o estudo, como percebido: na declaração de que os dados de RDA podem ser codificados usando MARC21 e outros esquemas de codificação, a resposta “*neutra*” foi a mais alta (63%).

Em referência aos estudos anteriores citados, de Park e Tosaka (2015, p. 258) e de Mansor e Ramdzan (2014, p. 180) neste estudo como percebido, não houve nenhuma menção nos comentários analisados sobre as impressões iniciais da RDA que se referissem positivamente ou negativamente há alguma declaração sobre as mudanças nos campos MARC para acomodar RDA ou sobre a utilização do MARC e outros esquemas de codificação a serem utilizadas pela norma RDA, mas houve o apontamento da questão da “*Interoperabilidade*” dos dados RDA, neste estudo, que não foi indicada nos outros estudos apresentados.

GRÁFICO 2 – Fontes de conhecimento da RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

Nesta pergunta os catalogadores poderiam escolher quantas fontes julgassem necessário. Como identificado no Gráfico 2, *Eventos Científicos: Conferências, Workshops, Seminários, etc...*, é considerada a fonte mais relevante para o conhecimento da RDA pelos catalogadores, 22% (13 catalogadores) selecionaram essa opção, em seguida o conhecimento adquiridos *Através de amigos (acadêmicos e Profissionais)*, tiveram 17% (10 catalogadores) como fonte mais importante para conhecimento da RDA, os *Livros* tiveram 16% (09 catalogadores), os *Artigos* tiveram 14% (08 catalogadores), o conhecimento *Através de estudos e pesquisas* obteve 10% (06 catalogadores) como fonte para o conhecimento da RDA, as *Mídias Sociais* foram citadas por 7% (04 catalogadores), *E-mails* e *Blogs* obtiveram 5% (03 catalogadores), os *Grupos de discussão on-line* ficaram com 3% (apenas 02 catalogadores) apontaram essa fonte como instrumento de conhecimento da RDA.

A principal fonte de informação pela qual os catalogadores tiveram seu primeiro conhecimento sobre a norma RDA foram os eventos científicos: Conferências, Workshops, Seminários, palestras que ocorreram inicialmente através dos encontros do grupo de catalogação, que colocavam dentre suas discussões a temática RDA, e pelo evento de Encontro dos bibliotecários do Sistema da UFMG que trouxe no ano de 2018 que trouxe a Palestra do professor Fernando Modesto sobre a temática, outras fontes mais citadas são através de amigos acadêmicos ou profissionais, livros e artigos científicos sobre a temática.

O estudo na Malásia de Mansor e Ramdzan (2014, p. 180) aplicado com 41 catalogadores malaianos sobre as fontes de conhecimento da RDA, demonstram que a fonte mais popular de informação da RDA era “Web site” (46%), seguida de “workshop” (32%), dez (10) catalogadores indicaram saber sobre a RDA a partir de artigos de periódicos e 4 (10%) catalogadores indicaram que tinham ouvido falar de RDA durante os seus estudos de mestrado.

Estudos nigerianos de Oguntayo e Adeleke (2016, p. 07) em bibliotecas acadêmicas sobre a percepção dos bibliotecários sobre a RDA, apontam que uma das fontes principais pela qual os bibliotecários tiveram seu primeiro conhecimento sobre a RDA foi através de participação em conferências locais, workshops/seminários com (35 participantes; 45%).

Os estudos convergem para algumas fontes parecidas pelas quais os catalogadores malaianos, nigerianos e os catalogadores da UFMG tiveram seu conhecimento sobre a norma RDA, entre elas as conferências, o workshop, os artigos científicos e através de estudos direcionados ao tema de pesquisa.

5.2 Impressão geral da Norma RDA

Nesta seção, considerado Bloco 1, buscou-se verificar primeiramente através das respostas propostas de acordo com a escala Likert, que mede o grau de conhecimento ou conformidade dos entrevistados, conforme cada enunciado sugerido, a visão dos catalogadores sobre as temáticas de impressão geral da norma RDA, e no segundo momento para os cinco enunciados do Bloco 1 serão criadas categorias e subcategorias propostas e apresentadas nas tabelas correspondentes como forma de melhorar a compreensão da análise quantitativa das temáticas, do

processo de organização e codificação dos dados analisados referente aos comentários.

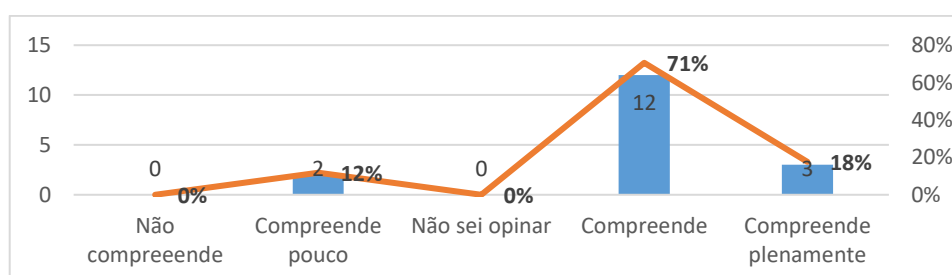
É construído ao final desta seção, um quadro explicativo com os principais pontos de percepção analisados nos comentários sobre os enunciados deste Bloco. Os significados e os sentidos atribuídos pelos catalogadores em suas falas são singulares e trazem consigo a aprendizagem nestes significados e sentidos para a resolução do problema em questão.

Dessa maneira a construção desse quadro propõe apontar a percepção dos catalogadores sobre os enunciados e seu entendimento, identificando os motivos mais consistentes (pontos fortes) e menos consistentes (pontos fracos) das suas percepções, possibilitando compreender e verificar essas percepções como forma de apontar mudanças posteriores que consolidem os pontos fortes, analisados, e melhorem os pontos fracos, intervindo através de discussões em grupos, palestras, treinamentos e outras formas de intervenções que se fizerem necessárias.

5.2.1 A RDA substitui a AACR2, é projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente

Nesta subseção procurou verificar a compreensão dos catalogadores referente a impressão da RDA sobre esta ser uma norma que substituirá o código AACR2, a compreensão sobre a norma que é uma ferramenta desenvolvida e projetada para o ambiente digital, e sua compreensão diante da adaptação da norma a um escopo mais abrangente, o que significa que a norma não se destina somente a comunidade bibliotecária.

GRÁFICO 3 – Características da RDA



Fonte: Lista de questões do estudo (2019).

De acordo com o Gráfico 3, a maioria dos catalogadores 71% (12 catalogadores) afirmaram que *compreende* o enunciado, 18% (03 catalogadores) afirmaram que *compreendem plenamente* o enunciado, e os outros 12% (02 catalogadores) afirmaram que *compreende pouco*. Verificou-se, então que na maioria dos catalogadores, na perspectiva quantitativa compreendem que a RDA substituirá a AACR2, é projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente proposto.

Nesse segundo momento, segue a análise qualitativa dos comentários, conforme a criação de outras categorias e subcategorias construídas *a posteriori* para um melhor entendimento dos elementos mais relevantes referente ao conteúdo dos comentários, dos seus significados e do sentido atribuídos a eles na observação da percepção da substituição do AACR2 pela RDA, projeção digital e escopo.

TABELA 4 – Percepção da substituição do AACR2 pela RDA, projeção digital e escopo

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Limitação da AACR2	<i>Não atende formatos digitais</i>	6	14
	<i>Descrição rígida⁴⁶</i>	1	2
	<i>Ferramenta antiga⁴⁷</i>	3	7
	<i>Formato engessado⁴⁸</i>	2	5
	<i>Regra de três</i>	1	2
Continuação com AACR2	<i>Derivadas da AACR2</i>	3	7
	<i>Compatibilidade com a AACR2</i>	1	2
	<i>Revisão da AACR2</i>	1	2
	<i>Relação com AACR2</i>	2	5
Atender mídias digitais	<i>Formatos digitais</i>	10	24
	<i>Registro de dados em elementos</i>	2	5
Interoperabilidade de dados	<i>Melhor descobrimento de recursos⁴⁹</i>	2	5
Estrutura flexível e extensível	<i>Adaptar a novas comunidades</i>	3	7
	<i>Descrição de todos os tipos de recursos</i>	5	12

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

⁴⁶ Descrição rígida: Regras que indicam rigidamente como registrar um material sem deixar o catalogador livre para a sua interpretação de descrição.

⁴⁷ Ferramenta antiga: Código criado num ambiente que não havia catálogos em linha e recursos eletrônicos.

⁴⁸ Formato engessado: Formato que não proporciona uma melhor descrição de outros tipos de recursos.

⁴⁹ Melhor descobrimento de recursos: Base teórica e logicamente coerente com a descrição dados que compreendem melhor o universo bibliográfico.

Como apresentado, na Tabela 4, a subcategoria “*Não atende os formatos digitais*”, referente a categoria “*Limitação da AACR2*” que obteve 14% de considerações dos entrevistados, seguido da subcategoria “*Ferramenta antiga*” que obteve 7% de considerações, as quais são indicadas na ordem como descritas nos comentários a seguir:

[...] RDA foi criada para atender melhor as mídias digitais e porque o AACR2 já não está atendendo mais os novos formatos digitais, [...] e a RDA foi criada para poder atender melhor. Ele é mais abrangente nesse sentido, foi feito para atender melhor que o AACR2 as mídias digitais. (C1)

[...] o AACR2 não tem como, ele é muito limitado para descrever objetos digitais, [...] a RDA vem nesse sentido, dessa abrangência de descrever todo o objeto, não só o digital como físico impresso também, isso eu entendo, que ela veio para isso. (C3)

[...] seria isso mesmo a RDA vem para substituir o AACR2. O AACR2 é uma ferramenta bastante antiga é..., o contexto da informação mudou, o contexto das bibliotecas, da informação, [...], houve alteração, então é preciso ter essa mudança na forma de registrar e fazer a descrição desses recursos. (C14)

[...] o AACR2 é muito engessado, formato antigo, de livros, catálogos, principalmente na nossa biblioteca, assim, há vários tipos de materiais digitais, muito DVD's e CD's e também uns VHS antigos. (C15)

A substituição do AACR2 pela RDA prevê mudanças significativas nas suas instruções bem o como mantêm algumas equivalências nas regras e ao mesmo tempo aponta limitações e vínculos importantes de continuação da AACR2 na RDA.

Percebe-se na categoria “*Continuação da AACR2*” de acordo com a subcategoria “*Derivadas da AACR2*” que os catalogadores nos seus comentários compreendem segundo Oliver (2011, p. 48), que há instruções novas na RDA que não tem equivalência com o AACR2, bem como há instruções que sofreram mudanças e têm finalidade diferente, e encontram-se também muitas instruções em que a redação é totalmente diferente, mas a finalidade continua essencialmente a mesma:

Eu acho que pode substituir, mas também pode ser um complemento, pode ser trabalhado alguns campos, foi o que a gente comentou algum há um tempo atrás de alguns campos a gente poder alterar para RDA e continuar usando a maioria em AACR2. (C2)

RDA vai fazer essa linkagem, por exemplo, eu tenho o livro, posso ter na biblioteca o vídeo, posso ter o arquivo de revista, tipo linkar isso para o usuário. Isso o RDA vai te propiciar melhor, porque o AACR2 já permite isso, mas a gente não usa tanto. (C9)

Isso aí eu já tomei conhecimento há vários anos [...] ele fica melhor para descrever formatos digitais, isso é, ele dá mais opções do que o AACR2. [...] A substituição do AACR2 é positiva [...]. (15)

Como demonstrado pelos catalogadores nos seus comentários umas das características mais citadas da RDA é “*Atender Mídias digitais*” principalmente a subcategoria “*Recursos digitais*” que obteve 24% do total de considerações a respeito do enunciado proposto. Os catalogadores compreendem que a RDA é uma norma que tem essa característica de atender os novos ambientes e formatos digitais. Assim segue os comentários dos catalogadores referente a subcategoria citada:

[...] Eu entendo que o RDA ele no caso auxiliaria de uma maneira melhor já que ele é um padrão mais para o ambiente digital. (C4)

[...] eu sei que as mudanças vão ser nesse sentido de ambiente digital para melhorar essa recuperação aí [...]. (C2)

[...] o AACR2 ele não abrange muito bem a questão dos documentos em formato digital e o RDA vem para melhorar essa questão, então vários outros tipos de formato vão ser melhor trabalhados nessa nova norma [...]. (C16)

[...] o AACR2 tem algumas questões problemáticas com o material digital, então assim, a impressão que eu tenho que a proposta do RDA vem de alguma forma para tentar nos ajudar a melhorar a descrição deste tipo de material porque hoje em dia os livros já nascem, falando especificamente dos livros, alguns livros já nascem num formato digital [...] o RDA ajuda nesse sentido, a melhor a descrição desse tipo de material. (C17)

Os recursos digitais podem ser definidos aqui segundo Oliver (2014, p. 51) como as novas práticas de publicação, novos recursos eletrônicos e novos métodos de comunicação no campo das ciências e da criação intelectual derivadas das novas TIC's.

Na categoria “*Estrutura flexível e extensível*” criou-se duas subcategorias. A subcategoria “*Adaptar a novas comunidades*” com 7% de frequências e a subcategoria “*Descrição de todos os tipos de recursos*” que obteve 12% de frequências apontadas nos comentários. Dessa maneira apresentam-se abaixo os comentários referentes às subcategorias:

[...] Eu sei que a RDA vem nesse sentido dessa abrangência de descrever todo o objeto, não só o digital como físico, impresso também, isso eu entendo, que ela veio para isso. (C3)

[...] Até como na obra que Cris Oliver pontuou, a RDA não seria voltada apenas para recursos bibliográficos, mas também atingiria recursos arquivístico, museológicos, tanto impressos quanto digitais [...]. (C5)

[...] Pelo que eu andei lendo nos livros, ela é mais abrangente, mas eu acho que é justamente por causa disso, porque ela vai atender o original dos formatos, ela vai atender até conceitos que vão mudar [...]. (C13)

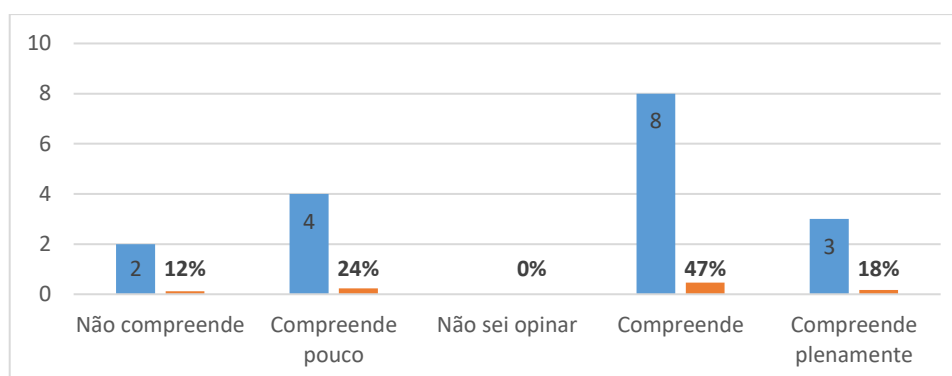
De acordo com Oliver (2011, p. 04) uma das metas da RDA é que fosse passível de adaptação de modo a atender às necessidades próprias de outras comunidades. Uma das suas características era ser uma estrutura flexível e extensível que permitisse a descrição de todos os tipos de recursos, fossem os tradicionais das bibliotecas ou recursos de outras comunidades.

A compreensão dos catalogadores é mais evidente quando eles apontam seus comentários para as limitações do AACR2R com 31% que o levam para a substituição pela RDA, tanto em questões de não descrever os novos formatos digitais, de limitação por ser um código rígido que pressupõe ainda a descrição de recursos em formatos de fichas, e por delimitar ainda a entrada de autores pela regra de três.

Também é relativamente boa a compreensão sobre o atendimento da RDA as novas mídias digitais com 29% apontados em “Recursos digitais” sobre os novos formatos de documentos digitais que culminaram na projeção da RDA, apesar de poucos exemplos aparecerem nos comentários referentes a esses novos formatos e na categoria “Registro de dados em elementos”. A compreensão da abrangência e escopo é menor na fala dos catalogadores, mesmo não estando tão perceptível nos trechos dos comentários.

5.2.2 Os modelos FRBR's fornecem a estrutura conceitual para a RDA

Nesta categoria buscou-se verificar a compreensão dos catalogadores sobre a impressão que eles têm referente aos modelos conceituais que estruturam a norma RDA, ou seja, os modelos FRBR, FRAD e FRSAD que trazem a proposta de descrição para todos os tipos de materiais e para as necessidades e tarefas de usuários associados com os recursos bibliográficos.

GRÁFICO 4 – Estrutura conceitual da RDA

Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

Conforme identificado no Gráfico 4, parte dos catalogadores afirmam que *compreende* o enunciado proposto, ou seja, 47% (08 catalogadores), 24% (04 catalogadores) afirmam que *compreendem pouco*, 18% (03 catalogadores) *compreende plenamente* e 12% (02 catalogadores) afirmam que não compreende o que os FRBR's estruturam conceitualmente a RDA.

Como apresentado no Gráfico 4, verifica-se uma boa compreensão dos catalogadores a respeito do enunciado proposto, dessa forma, nesse segundo momento serão apresentados análise dos comentários dos catalogadores com a criação de categorias e subcategorias *a posteriori* e com seus principais elementos de entendimento sobre impressão da percepção dos catalogadores da fundamentação da RDA pelos FRBR's como demonstrado, na Tabela 5, a seguir:

TABELA 5 – Percepção dos modelos conceituais FRBR moldam a RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Foco no usuário	<i>Identificação de objetos</i> ⁵⁰	01	04
	<i>Modelagem do universo bibliográfico</i> ⁵¹	03	12
	<i>Tarefas do usuário</i>	01	04
Componentes FRBR	<i>Modelo entidade-relacionamento</i>	02	08
Entidades FRBR	<i>Grupos de entidades</i>	01	04
Aplicação dos modelos	<i>Estruturam a RDA</i>	08	32
Conceitos FRBR	<i>Difícil entendimento</i>	03	12
	<i>Desconhece</i>	06	24

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

⁵⁰ Identificação de objetos: referente a necessidades e interesse dos usuários da informação em um dado campo.

⁵¹ Modelagem do universo bibliográfico: mapeamento de todos os modelos de relação entre os dados bibliográficos quanto os de autoridade.

Para entender todos os aspectos da forma, da estrutura e do conteúdo da norma RDA é imprescindível entender anteriormente os modelos conceituais na qual ela se baseia. Os modelos FRBR fornecem a arquitetura conceitual para a RDA inseridas nas suas diretrizes e instruções para serem aplicadas na catalogação, por isso é importante o entendimento da arquitetura que o compõem, principalmente o seu desenvolvimento focado no usuário, no relacionamento com a modelo entidade – relacionamento, nos seus componentes e nos grupos de entidades.

Segundo a impressão dos catalogadores como apontada na Tabela 5, sugeriu a criação da categoria “*Foco no usuário*”, aonde tem-se as subcategorias “*Modelagem do universo bibliográfico*” com 12% de frequência nos comentários e as demais com apenas 4% de frequência do total analisado. Desse modo, seguem os comentários que ressaltam as impressões dessas subcategorias:

[...] pegaríamos um Harry Potter a obra, mas ele poderia ser expresso num livro, jogo, em filme, as vezes em uma trilha sonora, filmes, livros, alguns jogos que contemplam todos, desde a Pedra Filosofal até as relíquias da morte, e tudo bem, isso, deu para compreender dessa forma [...]. (C5)

[...] compreendo pouco como vai ser esses modelos de relacionamento, mas eu penso que eles vão ajudar mais na busca de, de repente, encontrar algum tipo de material. (C15)

[...] o FRBR mais ou menos, está mais relacionado com as regras de catalogação, então ele orienta a catalogação dos objetos, com relação..., orienta como você vai fazer, quais são as regras de catalogar, para catalogar os objetos. (C3)

Segundo Mering (2014, p. 04) o FRBR é um método para de explicar o universo bibliográfico através da confluência de ideias, objetos, recursos, pessoas, lugares, temas e muito mais. Seguindo o modelo entidade-relacionamento, o FRBR define as entidades (ideias, objetos, etc.) que compõem o universo bibliográfico, identifica os atributos ou características associadas a cada entidade e descreve as relações entre as entidades, desse modo, seguem os comentários que ressaltam as impressões dessas subcategorias:

A categoria “*Componentes FRBR*”, subcategoria “*Modelo Entidade-Relacionamento*” apresentou 8% de frequência relacionada a análise dos comentários, enquanto a categoria “*Entidades FRBR*”, subcategoria “*Grupos de entidades*” apresentou 4% de frequência de elementos relacionadas a análise dos

comentários dos catalogadores. Os relatos abaixo confirmam a impressão dos catalogadores sobre as categorias e subcategorias levantadas:

[...] a discussão da entidade-relacionamento, isso no momento está claro para mim, é ..., a base do RDA seria esses requisitos funcionais. (C7)

[...] eu tenho uma ideia é compreendo que o FRBR ele não é tão limitado a colocar os recursos como digital ou impresso, até aquela questão da obra, da expressão, da manifestação do item, isso contemplaria [...] (C5)

Em relação a categoria “*Aplicação dos modelos*”, ou seja, a utilização dos modelos FRBR na norma RDA, os comentários dos catalogadores apontaram uma frequência de 32% de elementos citados como demonstrado na subcategoria “*Estruturam a RDA*” encontrados na análise dos comentários como apontados nos comentários a seguir:

Eu acredito que eles são modelos que podem fornecer a estrutura para o RDA, mas também não sei se engloba tudo que precisa para você utilizar o RDA, se tem que ter alguns acréscimos. (C4)”

Sim, os FRBR's seriam os modelos conceituais é [...] que vai fornecer a estrutura conceitual para fazer a descrição ai das informações. (C14)

É como se fosse um embasamento para o RDA, [...] o FRBR vem para dar esse embasamento, não sei se no mesmo nível, mas uma espécie de embasamento tanto quanto as ISBD's davam. (C16)

Simplesmente eu ouvi falar que tinha o tal do FRBR, até para frente já tinha o FRASAD eu sei da existência eles, mas eu não tenho conhecimento nenhum deles assim, eu sabia que eles estruturam o RDA [...] (C12)

[...] compreendo pouco como vai ser esses modelos de relacionamento [...]. Eu entendo que ele é a estrutura, a base do RDA. (C15)

[...] a RDA foi feita através do modelo conceitual FRBR, a estrutura do FRBR eu conheço muito geral eu sei que ele veio mudar e uma das coisas que eu acho que muda um pouco, a gente tem que refazer o entendimento para poder usar melhor. (C1)

[...] Eu compreendo que a estrutura do RDA é toda baseado neles [...] (C13)

Como mencionado por Mering (2014, p. 06) a RDA é o padrão que fornece as diretrizes ou instruções a serem aplicados na catalogação. Baseia-se e é estruturado no modelo FRBR. O FRBR e o FRAD são as raízes do RDA como seu fundamento teórico. Como compreendido nos discursos dos catalogadores os FRBR's são as modelos conceituais que estruturam a RDA.

Segundo a categoria “*Conceitos do FRBR*” e conforme a subcategoria “*Desconhece*” com 24%, fez-se necessário apontar que alguns catalogadores apesar

de demonstrarem na sua fala um conhecimento de que o FRBR estrutura a RDA, ainda assim, eles não tinham um conceito definido sobre o FRBR, desconheciam o conceito sobre o ele, ou já tinham visto alguma fonte de informação a respeito, mas não souberam expressar o que seria o conceito propriamente dito.

Falar a verdade para você eu já esqueci já do FRBR vai uma vaguíssima lembrança, mas já nem me lembro. Lembro da palestra, mas é pouco coisa que fica. [...] (C10)

Eu estudei pouca coisa de FRBR e não foi uma coisa que ficou muito registrada [...] (C17)

[...] marquei aqui que compreendo pouco como vai ser esses modelos de relacionamento [...] (C15)

[...] eu ouvi falar que tinha o tal do FRBR, até para frente já tinha o FRASAD eu sei da existência deles, mas eu não tenho conhecimento nenhum deles [...] (C12)

Houve apontamentos sobre a necessidade de melhorar o entendimento a respeito dos conceitos da FRBR e do estudo continuado sobre o tema como apresentado na subcategoria “*Difícil entendimento*” com 12% da frequência nos comentários.

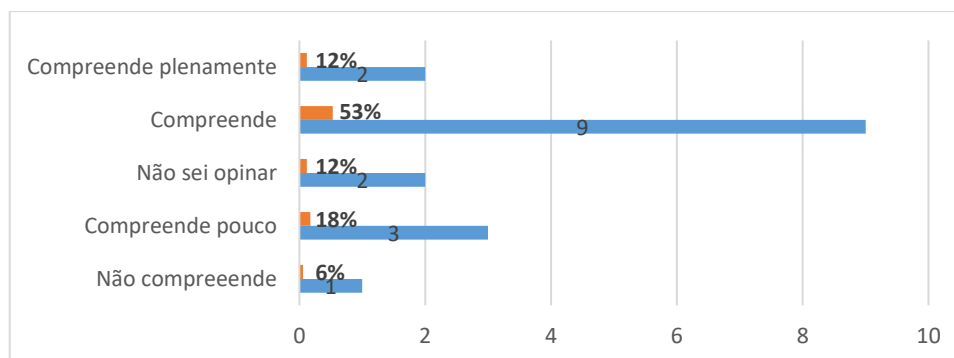
[...] a gente tem que refazer o entendimento para poder usar melhor. Eu tenho essa consciência que é preciso compreender melhor e passar a entender os conceitos da FRBR para poder então aplicar melhor a RDA. (C1)

[...] E realmente agora que eu estou estudando sobre RDA e que eu estou tentando compreender melhor. (C13)

[...] poderia ser mais simples [...] eu vou em algumas apresentações, eu vejo que as pessoas ficam perdidas, a Kátia que é nossa diretora deu um curso, tem gente que saiu perdida. O Fernando Modesto quando foi falar ele simplificou muito, mas ele mesmo me falou que a princípio teve muita complicação para poder pensar em como passar isso aqui, eu acho que poderia ser simples, não precisa ser tão complicado. (C9)

5.2.3. Os dados da RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação

Essa subseção propõe verificar a compreensão dos catalogadores sobre os esquemas de codificação utilizados pela RDA. Atualmente, as comunidades de bibliotecas ainda utilizam o MARC 21 como esquema de codificação, mas a RDA configura sua apresentação em outros esquemas para a codificação dos metadados.

GRÁFICO 5 – Esquemas de codificação atrelados a RDA

Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

Segundo o Gráfico 5, uma grande parte dos catalogadores afirmou que *compreende* o enunciado proposto - 53% (09 catalogadores), 18% (03 catalogadores) afirmam que *compreendem pouco*, 12% (02 catalogadores) afirmam que *compreende plenamente*, os outros 12% (02 catalogadores) indicaram que *não sabem opinar*, e 6% (01 catalogadores) afirma que *não compreende*. Percebe-se, também, que existe uma parcela de 36% dos catalogadores (6 catalogadores), que pouco ou nada compreende sobre os esquemas de codificação do RDA.

Verifica-se como exposto no Gráfico 5 que a maioria dos catalogadores afirmou que *compreende* que a RDA poderá ser codificada com vários esquemas disponíveis. A seguir, neste segundo momento serão apresentados as categorias e subcategorias formuladas *a posteriori*, apresentadas na Tabela 6, segunda a fala nos comentários tecidos pelos catalogadores sobre a percepção de que a RDA não está ligada a um único esquema de codificação.

TABELA 6 – Percepção de adequação da RDA a vários esquemas de codificação

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Correspondência com RDA	<i>Codificado em MARC 21</i>	5	18
	<i>Codificado com outros esquemas</i>	6	21
Modificações no MARC 21	<i>Adaptações para acomodar a RDA</i>	5	18
	<i>Novos campos para RDA</i>	3	11
Facilidade do MARC 21	<i>Continuação com a RDA</i>	6	21
	<i>Transição para a RDA</i>	1	4
Dificuldades do MARC 21	<i>Limitações</i>	1	4
	<i>Intercâmbio em rede</i>	1	4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os catalogadores nos seus comentários atentaram segundo a categoria “Correspondência com RDA” que estes podem estar incluídos segundo as subcategorias criadas “Codificado em MARC 21”, com 18%, e com a subcategoria “Codificado com outros esquemas”, com 21% de frequência relacionados. Alguns trechos dos comentários exemplificam melhor essa percepção dos catalogadores.

[...] então eu compreendo que ele pode ser usado utilizando o MARC 21 e outros esquemas, pelo que eu entendi dos textos e pelo que foi comentado lá na Palestra [...] (C2)

[...] o MARC 21 também ele vai ser importante aí para jogar para o computador fazer os lançamentos dos formatos RDA [...] (C7)

[...] os dados podem ser codificados em MARC e várias outros esquemas que tem de catalogação [...] (C15)

[...] sendo projetada para o ambiente digital tem que ter realmente outros formatos [...] mas ainda não compreendo muito bem ainda sobre o Bibframe e sobre o Dublin Core. [...] (C13)

[...] Em relação aos outros formatos que eu saiba dizer agora não, mas eu sei que tem outros formatos que são compatíveis e a intenção do RDA é justamente essa, tentar ser mais abrangente. (C16)

Os dados RDA também podem ser codificados com muitos esquemas de codificação por ser uma norma estruturada em uma base teórica relacional e por definir elementos de dados com precisão e sem ambiguidade.

Em relação a compreensão dos catalogadores sobre o MARC 21 como esquema de codificação da RDA foram formuladas as categorias “Modificações no MARC 21” com 29%, “Facilidade do MARC 21” com 25% e “Dificuldades no MARC 21” com 8% de frequência de elementos analisados nos comentários. Observa-se que a subcategoria “Adaptações para acomodar a RDA” obteve 18% da compreensão dos catalogadores de acordo com seus comentários e a subcategoria “Novos campos para RDA” obteve 11%. Os comentários aparecem a seguir sobre a percepção das subcategorias:

[...] pelo que eu entendi dos textos e pelo que foi comentado lá na Palestra, eu acho que, seria talvez a realidade nossa, seria usar o MARC e o AACR2 com algumas adaptações do RDA. (C2)

Me parece, eu posso até estar enganada que tenha muita coisa do MARC 21 que você adapta quando você está lidando, com o outro, com o RDA utilizando o código de catalogação [...] (C17)

Como eu pesquiso muito para catalogar, quando eu estou catalogando o item, então costumo pegar a catalogação algumas delas com RDA, então a gente vê os campos, a comparação dos campos [...] (C3)

[...] a plataforma MARC 21 vai se utilizar outros campos que sejam, que possa é colocar informações mais completas [...] (C10)

Conforme El-Sherbini (2013, p. 76) a RDA pode ser usada com uma variedade de padrões de metadados, incluindo o MARC 21. As alterações no MARC 21 estão sendo modificadas para acomodar os novos elementos de dados do RDA. A boa notícia é que a maioria dos campos e tags do MARC 21 podem ser usadas para codificar elementos RDA. Muitos poucos campos MARC 21 foram adicionados e apenas alguns campos e subcampos foram redefinidos. Os comentários aparecem a seguir sobre a percepção das subcategorias.

Nos comentários os catalogadores percebem que no MARC 21 a um “*Continuação com a RDA*” e ao mesmo tempo uma limitação como apresentado na subcategoria “*Limitações*”, inclusive há um apontamento dos catalogadores referente a dificuldade em relação a ele ao “*Intercâmbio em rede*” na atualidade como apresentado nos comentários.

[...] Das poucas bibliotecas que eu vi que utilizam o RDA [...] elas continuam utilizando o formato MARC, assim, eu não tenho o conhecimento técnico até que ponto o formato MARC pode ser utilizado ou se é apenas uma adaptação, mas eu já vi bibliotecas que utilizam o formato MARC e utilizam o RDA, então eu acredito que pode. (C4)

[...] há um processo de adaptação que o MARC 21 não será necessariamente eliminado, a princípio, mas ele, depois os FRBR's vão tomar conta, numa fase de transição ele ainda vai poder ser usado para quando a substituição chegar não ser algo tão drástico, tão traumático. (C5)

[...] o MARC 21 é, tem muitas regras lá que limitam muito a catalogação, a opção do metadados lá, então você nem pode escrever [...] (C10)

[...] sendo projetada para o ambiente digital tem que ter realmente outros formatos o MARC foi feito para coisas legíveis por computador, mas ele não foi feito para o ambiente digital [...] Ele não contempla tanto essa questão do ambiente digital, ele foi feito muito baseado na automação do sistema para você entrar com as descrições e para você recuperar bem isso via computador. (C13)

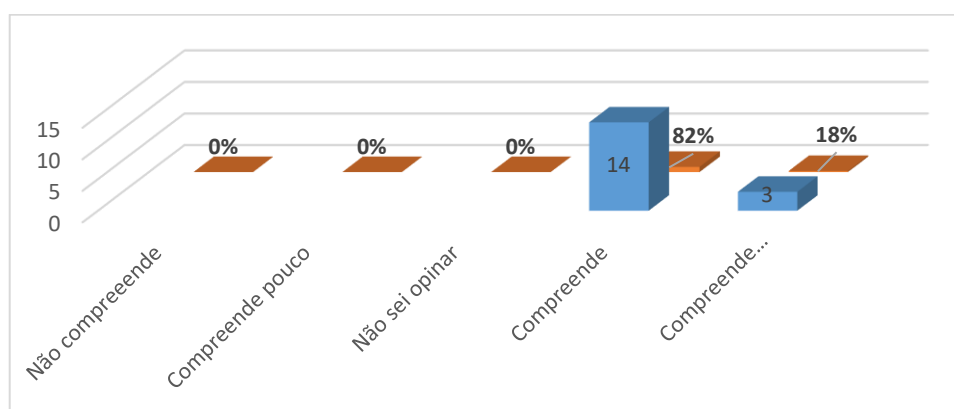
O formato MARC 21 contribuiu e ainda contribui muito como uma ferramenta de armazenamento e de recuperação da informação, além da sua importância para o aprimoramento da área de biblioteconomia e para o avanço das atividades rotineiras de catalogação, o MARC ainda é a ferramenta predominante utilizada no universo bibliotecário, porém com o avanço tecnológico dos últimos cinquenta anos ele não conseguiu acompanhar as novas realidades do mundo digital.

Segundo Oliver (2011, p. 101) no momento que se libera a primeira versão e se inicia a implantação da RDA, o MARC 21 é o padrão de codificação dominante no mundo bibliotecário, e os dados RDA serão codificados com o emprego do MARC 21 preservando a mesma exibição dos dados. O MARC 21 tem uma estrutura de dados que dificulta o intercâmbio de dados com ambientes de codificação que não sejam o MARC 21, sendo que um dos objetivos da RDA é tornar os dados bibliográficos visíveis e utilizáveis no ambiente da rede.

5.2.4 A RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos

Esta categoria deseja verificar a compreensão dos catalogadores a respeito da norma RDA como um conjunto de instruções ou regras que descrevem tantos recursos tradicionais quanto não tradicionais, analógicos e digitais.

GRÁFICO 6 – Descrição de todos os tipos de recursos em RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

Como apresentado no Gráfico 6, a maioria dos catalogadores demonstram que *compreende* o enunciado proposto 82% (14 catalogadores) e 18% (03 catalogadores) *compreendem plenamente*. As opções restantes não couberam opinião.

Nesse segundo momento serão analisados os comentários dos catalogadores segundo a percepção de que a RDA são instruções para descrever todos os tipos de recursos, elencado as frequências de elementos definidos de acordo com as categoria e subcategorias criadas *a posteriori* como apresentadas, na Tabela 7, a seguir.

TABELA 7 – Percepção da RDA ser uma norma para descrição para todos os tipos de recurso

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Descrição na RDA	<i>Novos recursos on-line</i>	06	30
	<i>Recurso tradicional e não tradicional</i>	05	25
	<i>Metadados de outras comunidades</i>	02	10
	<i>Melhorar a forma de descrição</i>	03	15
Descrição no AACR2	<i>Também no AACR2</i>	04	20

Fonte: Elaborado do autor, 2020.

De acordo com as categorias gerais “*Descrição na RDA*”, subcategoria “*Novos recursos on-line*”, 30% dos comentários dos catalogadores indicam que a RDA vem para dar conta deste novo contexto de descrição como demonstrado nos comentários que se seguem:

Ele foi criado justamente para atender a questão desses novos recursos das novas mídias, ele foi criado para poder atender esses novos recursos mesmo de informação [...] (C1)

[...] penso que sim, só que nessa já dando conta do ambiente digital, [...] (C6)

Isso aí a gente tem essa ciência, do recurso digital, que é para achar principalmente o digital, foi criado pensando na parte do digital [...] (C12)

[...] é importante para descrever os vários tipos de formato de recurso digital, os e-books, da mais facilidade, da mais, tem mais recuso para descrever o item [...] (C15)

[...] pensando justamente nesses materiais de formato digital, que hoje em dia já se tornou uma realidade. (C17)

Como já comentado neste estudo, a evolução dos novos ambientes informacionais, principalmente de ambiente digitais e o aumento de novos formatos, suportes e formas de acesso, surge a necessidade de adaptação de regras e normas para se ajustarem a essa nova realidade onde ocorra uma representação descritiva mais aprimorada de recursos.

Por outro lado, na subcategoria “*Recurso tradicional e não tradicional*”, 25% dos comentários dos catalogadores apontam o entendimento que a RDA foi criada para a descrição tanto de recursos tradicionais como para os digitais e a subcategoria “*Metadados de outras comunidades*” aparecem com 10% de frequência com base em elementos extraídos na análise dos comentários dos catalogadores.

A seguir os comentários sobre essas subcategorias:

[...] todos os tipos de recursos que se fala é livro, materiais on-line né, então vai dar uma atenção maior para essa variedade de tipos de recursos. (C8)

[...] independente do formato se é livro, periódico, se está em CD, DVD [...] atende todos os tipos de formato, as plataformas digitais, se não seria um retrocesso a RDA [...] (C10)

[...] Eu a princípio entendo todos os tipos de recursos como formatos, formatos eletrônicos e impresso, objetos, enfim todos os tipos de formato. (C16)

Deu para compreender que ela vai ser mais abrangente, então, tanto bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros profissionais vão poder trabalhar com essa mesma estrutura, adequando as suas necessidades [...] (C5)

[...] além de cobrir todos os tipos de recursos ele é um instrumento que ele pode ser utilizado em museus, arquivos, aí tanto que, eu acho que ele não é só voltado para recursos bibliográficos [...] (C4)

Conforme Oliver (2011, p. 03 e 04) a RDA pode ser utilizada para a descrição tanto de recursos tradicionais quanto não tradicionais, analógicos e digitais, dentro e fora da biblioteca [...] ao ser projetada a RDA estava-se ciente da existência de outras comunidades de metadados e suas normas de descrição de recursos como arquivos, museus e editoras.

Apesar disso, quando se fala na questão de descrição de todos os tipos de recursos, ainda há catalogadores que demonstram uma inclinação para o código AACR2, como demonstrado na categoria “*Descrição no AACR2*”, com 20%, argumentado que ele já oferecia um espaço para descrição de outros recursos além dos recursos impressos como mostrado nos comentários dos catalogadores a seguir.

Eu acredito que sim, mas o AACR2 também, a gente tem que ter boa vontade [...]. Mas eu acho que vai melhor muito, vai tentar, o AACR2 é a base dele né, mas eu acho que ele pode não conseguir, mas ela vai tentar. (C9)

Sim porque, eu acho que o AACR2 já oferecia algum espaço para isso [...] (C13)

[...] independente do formato se é livro, periódico, se está em CD, DVD, é que nem o AACR2 também [...] (C10)

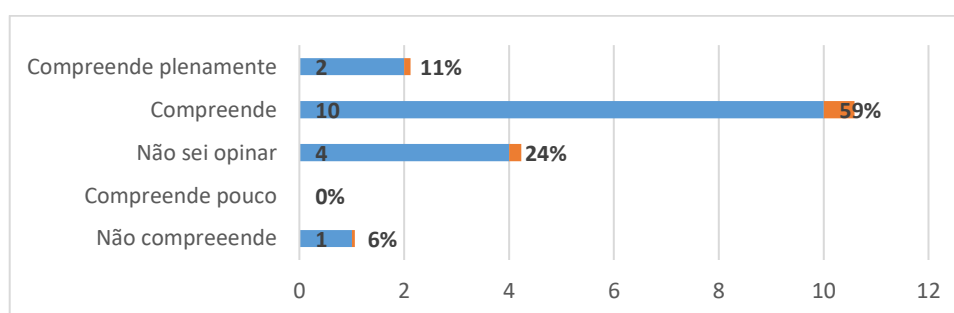
Conforme afirma Oliver (2011, p. 03) um dos grandes obstáculos que se apresentou no AACR2 foi a descrição de novos tipos de recursos. Eles foram desenvolvidos originalmente como um código de livros e periódicos impressos, bem como documentos de papel. Embora regras destinadas a outras mídias tenham sido enxertadas no código, nunca houve uma metodologia coesiva e logicamente coerente da descrição de novos tipos de recursos, principalmente os eletrônicos.

Conforme a análise qualitativa dos comentários percebe-se que os catalogadores compreendem essa nova forma de “*Descrição na RDA*” com 80% de frequências verificadas, podendo ser utilizada tanto para recursos tradicionais como não tradicionais, para os novos recursos on-line, e que também proporcionará uma descrição melhor dos recursos, que segundo Oliver (2011, p. 03) definirá os elementos necessários à descrição e ao acesso do recurso e proporcionará uma estrutura coerente, flexível e extensível tanto para a descrição técnica quanto de conteúdo de todos os tipos de recursos e todos os tipos de conteúdo.

5.2.5 A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA

Nesta seção verificou-se a impressão dos catalogadores sobre a compreensão das modificações nos campos MARC 21 decorrentes da norma RDA. A RDA traz mudanças em como descrever um dado, mas a passagem para a nova norma pressupõe a utilização do esquema MARC 21 para se ter certeza que não está se perdendo o uso de dados do legado de codificação. Por isso essa transição tem que ser de forma que seja o mais suave possível, por isso é possível codificar dados RDA com o MARC 21 e preservar a mesma exibição dos dados bibliográficos.

GRÁFICO 7 – Modificação nos campos MARC 21 segundo a RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

Conforme identificado no Gráfico 7, 59% (10 catalogadores) afirmam que *compreende* o enunciado proposto sobre as modificações dos campos MARC 21 de acordo com a RDA, 23% (04 catalogadores) anunciam que *não sabem opinar*, 11% (02 catalogadores) informam que *compreendem plenamente* as modificações e 6%

(apenas 01 catalogador) declara *não compreender* as modificações nos campos MARC 21 segundo a RDA. Nenhum catalogador opinou *compreender pouco*.

Verifica-se que em sua maioria os catalogadores compreendem essas modificações. Dessa maneira, nesse segundo momento serão analisados qualitativamente os comentários dos catalogadores referente a percepção das mudanças nos campos MARC 21 advindas da RDA e definidas categorias e subcategorias criadas *a posteriori* e apresentados suas frequências de acordo com a Tabela 8 a seguir.

TABELA 8 – Percepção das mudanças nos campos MARC 21 de acordo com a norma RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Alterações nos campos	<i>Acréscimo de campos</i>	07	29
	<i>Substituição de campos</i>	02	8
	<i>Novos campos</i>	06	25
	<i>Importação de campos</i>	03	13
Equilíbrio com campos MARC	<i>Continuidade de campos</i>	01	4
Mudanças nos campos	<i>Ocorrem mudanças</i>	04	17
	<i>Desconhece mudanças</i>	01	4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como apresentado, na Tabela 8, os comentários dos catalogadores demonstram que o entendimento sobre essas mudanças para adequar os campos MARC 21 ao RDA é percebido na categoria “*Alterações nos campos*” com um total de 75% das frequências analisadas. Percebe-se que a subcategoria “*Acréscimo de campos*”, com 29%, é uma das maneiras pelas quais os catalogadores estão percebendo essa mudança conforme os comentários a seguir:

[...] vai modificar, vai aumentar o número de campos para quem usa MARC 21, incluindo se forem adotadas as normas RDA vai aumentar. (C3)

[...] tem campos que a gente não utiliza que a gente vai ter que incluir né, porque tem alguns que vão expandir né como é o campo de tipo de documento, até mesmo a parte de autoridade, é de formatos [...] (C13)

[...] com a RDA alguns campos vão mudar, você usa alguns campos na AACR2 e com a RDA modificou alguns campos do MARC e acrescentou outros campos que não se aplica na AACR2 [...] (C1)

Há também uma percepção sobre a questão de substituição dos campos para acomodar a RDA como apontados na subcategoria “*substituição de campos*” conforme o comentário adiante:

[...] umas das pretensões é eliminar o campo 260 e substituir pelo 264 [...] (C10)

Isso também a gente tem ciência viu [...] na medida do possível a gente está seguindo algumas orientações [...] a fazer uma adequação destes registros, [...] o que a gente tem feito é meio que fazer uma adaptação, a gente vai lá é, por exemplo, no campo 264 a gente coloca para o 260 [...] (C12)

Os catalogadores percebem também que estas mudanças trouxeram o aparecimento de novos campos que não eram utilizados antes no formato MARC 21, como apresentado na categoria “*Novos campos*” com 25% das frequências de análise.

[...] os vários materiais já estão sendo catalogados no RDA, você vê lá, 264, 336, principalmente campo de descrição que são vários, bastantes[...] (C15)

[...] alguns campos vão ser descritos de maneira diferentes das que são, de como são atualmente, por exemplo, o campo de local, editora e data, os campos que a gente não tem que são o 336, 337 e 338 é, eu não sei se vão alterar outros campos provavelmente sim [...] (C16)

[...] com a RDA alguns campos vão mudar, [...] principalmente os campos 500 que é os campos de notas, e eu acho que os campos 300 também. (C1)

Já está acontecendo já tem vários campos criados para isso ... é para poder contornar aquilo que o RDA mesmos os campos 300 que é onde vai entrar o DGM [...] (C9)

Outra forma de percepção dessas mudanças de campos é através de pesquisas feitas em outras bases de dados utilizadas pelos catalogadores no momento da descrição de algum recurso como apontado na subcategoria “*Importação de campos*” e verificado em seus comentários:

[...] a gente coopera com bibliotecas fora do país, e na medida do possível a gente está seguindo algumas orientações [...] coma relação a fazer uma adequação destes registros, na verdade a orientação e para que a gente não coopere com registros que utilizem a RDA, mas na verdade nosso dia-a-dia o que a gente tem feito é meio que fazer uma adaptação [...] (C10)

[...] muitas vezes quando a gente importa os dados da catalogação, a gente percebe dados da RDA [...] (C13)

[...] quando a gente faz alguma pesquisa, principalmente na Library of Congress os vários materiais já estão sendo catalogados no RDA [...] (C15)

Dessa forma, há a percepção de um catalogador que confirma essa ideia de Oliver quando eles mencionam na categoria “*Equilíbrio com campos MARC*”,

subcategoria “*Continuidade de campos*” uma permanência ainda do MARC 21 para o registro bibliográfico e de autoridades.

[...] pelas apostilas que vi, os eventos que eu participei, é a gente vai poder, a gente vai trabalhar com campos diferentes, eu sei que estas modificações, é mais um jeito de trabalhar, não vai ser tão diferente assim, mas, os campos MARC continuarão os mesmos. (C7)

De acordo com Oliver (2011, p. 105) muitos elementos RDA podem encaixar-se nos campos e subcampos e valores de campos fixos existentes no MARC 21, mesmo que essa não fosse uma situação de codificação ideal. Dada a necessidade de equilibrar o custo de mudança como o benefício da nova designação de conteúdo, alguns campos do MARC 21 foram deixados como estavam.

Por outro lado, como constatado na categoria “*Mudanças nos campos*” com um total de 21% dos comentários, expressam uma frequência de 17% de elementos onde os catalogadores apenas confirmam o enunciado, nas subcategorias “*Ocorrem mudanças*” e “*Desconhece mudanças*”, apenas 4% (um catalogador) no seu comentário afirmou não conhecer as mudanças de campos.

[...] como o RDA é voltado para o digital [...] eu tenho ideias dessas modificações pontuais, mas até como escrevi aqui, a fundo, vou ficar devendo, [...] mas que vai haver modificações eu compreendo [...] eu sei que vai haver, mas a dimensão, a profundidade é uma questão. (C5)

Não sei opinar, mas sim sofrerá bastante modificações. (C14)

Eu coloquei aqui que eu desconheço, mas eu acredito que alguns campos vão mudar. (C11)

[...] não sei se sofreria modificações. Porque eu acho assim, ou adota o MARC 21, já que está com o tempo contato vai ser outras normas, outra padronização, mas eu não sei se sofrerá modificações. (C8)

Como evidenciado na Tabela 8, há uma percepção dos catalogadores quanto as “*Alterações nos campos*” com 75% de frequência dos elementos analisados, que compreendem principalmente o “*Acréscimos de campos*” e a criação de “*Novos campos*”. Eles compreendem também que haverá mudanças nos campos MARC 21, mas a percepção de continuidade de forma pontual, para a descrição de novos recursos, que o MARC 21 ainda continuará como ferramenta de codificação ainda existente, e que os catalogadores percebem essa mudança através de importações feitas em outras bases de dados.

A partir dos comentários analisados neste Bloco, e conforme os principais motivos que levaram aos resultados observados sobre as percepções dos

catalogadores apresenta-se no Quadro 31 como indicado, uma visão geral das principais percepções de maior compreensão (pontos fortes) e os de menor compreensão (pontos fracos) levantados conforme a análise dos comentários que propuseram categorias e subcategorias acordo com a resposta marcada e com a percepção do enunciado.

QUADRO 31 – Pontos fortes e fracos das percepções do Bloco 1

Enunciados	Pontos Fortes	Pontos Fracos
RDA substitui a AACR2, é projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente	Entendem as limitações do AACR2; Entendem que a RDA atende aos novos formatos digitais; Entendem que a RDA descreve todos os tipos de recursos	Pouco entendimento sobre a continuação da AACR2 com a RDA Poucos exemplos de novos formatos; Pouco detalhamento sobre o escopo e abrangência;
Modelos FRBR's fornecem a estrutura para a RDA	Entendem que é a base da RDA; Entendem algumas características do FRBR; Entendem a modelagem do universo bibliográfico; Desconhecem conceitos do FRBR	Pouco entendimento sobre as tarefas de usuários; Pouco entendimento sobre componentes FRBR; Pouco entendimento dos grupos FRBR; Modelo de difícil compreensão
Dados RDA podem ser codificados usando o MARC 21 e outros esquemas de codificação	Entendem que existe a correspondência de codificação de dados RDA com MARC 21 e outros esquemas de codificação; Entendimento que o MARC sofrerá modificações para acomodar a RDA; Entendem que a RDA continuará codificando com o MARC	Pouco entendimento sobre novos campos MARC para codificação em RDA; Poucos exemplos de outros esquemas que a RDA pode ser codificada; Pouco entendimento sobre as dificuldade MARC
A RDA é um conjunto de instruções para descrever todos os tipos de recurso	Entendem que há espaço na RDA para a descrição Entendem que a RDA descreve os novos formatos digitais Entendem que a RDA trabalha com a catalogação de recursos digitais e analógicos	Pouco entendimento que a RDA descreve recursos dentro e fora da biblioteca; Pouco entendimento que a RDA melhora a forma de descrição de recursos Apontam que há espaço na AACR2 para descrição
A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC de acordo cm a RDA	Entendem que alterações nos campos MARC ocorrerá conforme a RDA; Entendem que haverá acréscimos de campos; Entendem que aparecerão novos campos para descrição de recursos; Entendem que haverá mudanças do MARC para a RDA;	Pouca percepção dessas mudanças através de importação de dados; Pouca percepção de substituição de campos; Pouca percepção de equidade de elementos RDA com campos MARC Pouca percepção da adaptação de subcampos MARC

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

5.3 Tópicos de mudanças da RDA

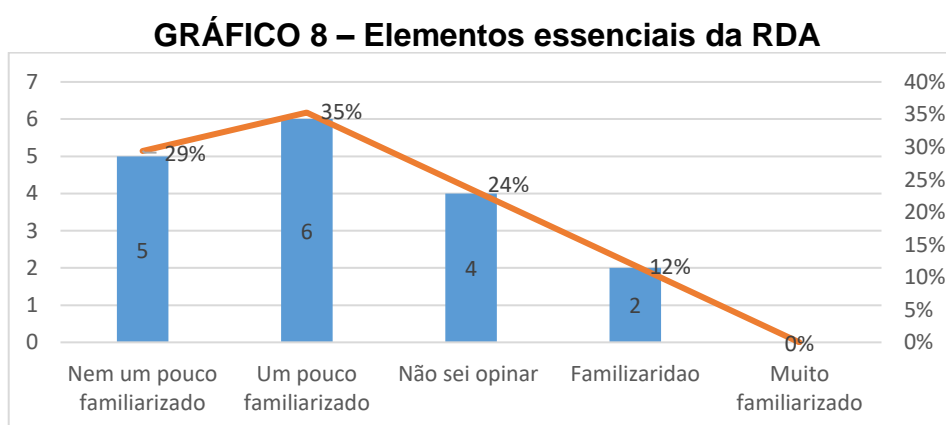
Neste bloco, considerado Bloco 2, pretende-se entender primeiramente através das respostas propostas de acordo com a escala Likert, que mede o grau de conhecimento ou conformidade dos entrevistados, conforme o enunciado sugerido, a familiaridade dos catalogadores sobre a temática de tópicos de mudanças decorrentes da norma RDA, e em seguida, para as setes questões do Bloco 2 serão criadas categorias e subcategorias propostas que serão apresentadas nas tabelas

correspondentes como forma de melhorar a compreensão da análise quantitativa das questões, do processo de organização e codificação dos dados analisados referente aos comentários.

Ao final desta seção será criado um quadro explicativo com os principais pontos de percepção analisados nos comentários sobre os enunciados deste Bloco. Esse quadro propõe apontar a percepção dos catalogadores sobre os enunciados e seu entendimento, identificando os motivos mais consistentes (pontos fortes) e menos consistentes (pontos fracos) das suas percepções, possibilitando compreender e verificar essas percepções como forma de apontar mudanças posteriores que consolidem os pontos fortes, analisados, e melhorem os pontos fracos, intervindo através de discussões em grupos, palestras, treinamentos e outras formas de intervenções que se fizerem necessárias.

5.3.1 Conjunto de elementos essenciais (obrigatórios) da RDA

Nesta categoria procurou-se entender grau de familiaridade dos catalogadores referente as mudanças advindas da norma RDA relacionadas ao conjunto de elementos essenciais propostos pelas instruções da RDA, ou seja, esses elementos serão imprescindíveis para a descrição de recursos para que sirvam de apoio as tarefas dos usuários.



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

De acordo com o Gráfico 8, parte dos catalogadores, 35% (06 catalogadores) estão *um pouco familiarizados* com o enunciado de elementos essenciais da RDA, enquanto 29% (05 catalogadores) declaram *nem um pouco familiarizado* com o

enunciado proposto, os 24% (04 catalogadores) não *souberam opinar* e 12% (02 catalogadores) informam que estão *familiarizados*.

No estudo malaiano de Mansor e Ramdzan (2014, p. 182) para o tópico do conjunto de elementos principais da RDA, 51% (21) tinham alguma familiaridade com o tópico, enquanto 19% (8) dos entrevistados indicaram sua familiaridade, no entanto, 12 entrevistados (29%) não estavam familiarizados com o tópico, da mesma forma a pesquisa americana de Park e Tosaka (2014, p. 11), demonstra pouca familiaridade dos catalogadores sobre o tópico.

Ainda de acordo com o Gráfico 8, na perspectiva quantitativa, entende-se que os catalogadores estão pouco familiarizados com os conjuntos de elementos essenciais da RDA, portanto, neste segundo momento serão analisados os comentários dos catalogadores referente a percepção acerca dos elementos essenciais da RDA como forma de melhorar a explicação, explorar e interpretar os resultados quantitativos iniciais. A seguir serão apresentadas as categorias e subcategorias criadas e seus indicadores conforme a análise dos comentários.

TABELA 9 – Percepção dos elementos essenciais da RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Situação de percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Relacionada a fontes de informação	<i>Impressão em alguma fonte de informação mas não houve conceitos</i>	05	29
Relacionado ao conhecimento	<i>Afirma conhecimento mas sem conceitos</i>	03	18
Relacionada ao desconhecimento	<i>Desconhecem os elementos</i>	09	53

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a análise feita percebe-se que os comentários dos catalogadores a respeito dos elementos essenciais da RDA estão relacionados a uma fala sobre o primeiro conhecimento do enunciado através de uma fonte de conhecimento à qual tiveram contato, mas que mesmo assim não trouxeram um conceito, a princípio, relevante sobre os elementos essenciais como confirmados nos trechos a seguir:

[...] eu já ouvi falar através de curso, de palestras, mas não aplico. [...] Eu já ouvi falar mas ainda não fixei o que, que é isso, o que é aquilo, [...] (C1)

[...] igual eu te falei, a gente somente teve esse treinamento lá, ele é muito pouco, então assim eu tive só uma nação, [...] (C2)

[...] eu lembro vagamente de ter lido isso em uma dissertação [...], então tem uma parte do referencial teórico no percurso das regras de descrição que está falando disso, mas não me pergunte nenhum elemento que eu não vou saber lhe dizer. (C7)

[...] porque também estou estudando sobre isso, entendeu, mas eu não sei se [...], e o workshop que a gente fez ano passado, mas eu não sei [...] sobre essas questões mais essenciais do RDA, [...] (C13)

Para ilustrar um exemplo de elemento essencial, segundo Mering (2014, p. 40), os usuários precisam saber o *Título Principal* ou uma *Indicação de responsabilidade*, elementos essenciais de manifestação, para identificar um livro ou DVD.

Apenas 18% dos de elementos analisados nos comentários retratam algum conhecimento sobre o enunciado, conforme a categoria “*Relacionada ao conhecimento*”, mas que apesar de afirmarem que têm alguma percepção sobre os elementos essenciais mesmo assim nas suas falas não há um conceito esclarecido sobre os mesmos conforme apresentado nos seus comentários:

[...] eu sei que tem os elementos essenciais que devem constar no registro bibliográfico, mas não sei dizer muita coisa em relação a isso não. (16)

[...] os elementos essenciais eu sou familiarizado, mas não tenho ainda conhecimento prático para trabalhar com a RDA. (C7)

Como percebido a grande maioria de elementos dos comentários, como apontadas na subcategoria “*Desconhecimento dos elementos*”, obteve 53% do total de frequências e indicam que os catalogadores não têm conhecimento algum dessas novas mudanças relacionada às instruções da RDA sobre os elementos essenciais para descrição de recursos:

[...] não cheguei a esse ponto não de conhecer esses elementos essenciais. (C8)

[...] não tenho nenhuma familiarização o quais seriam esses elementos. (12)

[...] Eu não sei quais são os essenciais tenho pouco conhecimento sobre isso. (C16)

[...] Conjunto de elementos essenciais da RDA vou ficar te devendo, no primeiro momento não tenho nenhuma familiaridade. (C5)

No caso dos elementos essenciais do RDA eu não sei opinar eu não tenho conhecimento. [...] (C4)

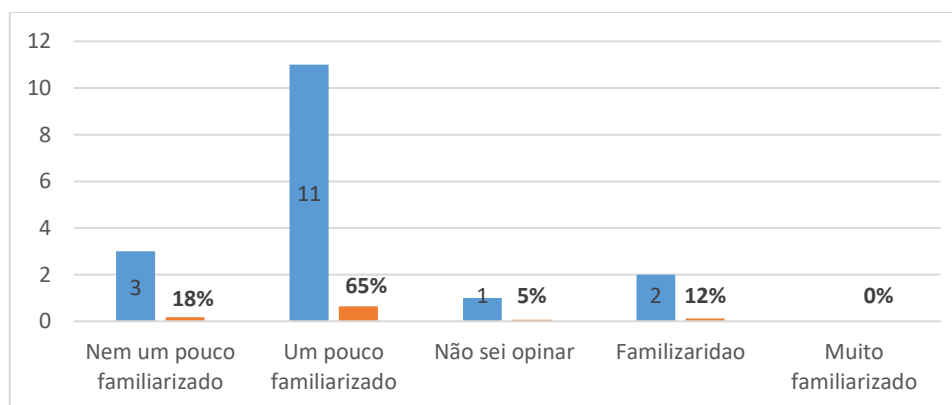
A análise demonstrou que 53% da frequência de significados atribuídos aos comentários dos catalogadores, apontam que eles desconhecem essa mudança

relacionada ao conjunto de elementos essenciais propostos pela RDA, e que nenhum catalogador soube apontar algum exemplo de elemento essencial referente a RDA.

5.3.2 Transcrição RDA versus registro AACR2R

Neste enunciado buscou-se entender o grau de familiaridade dos catalogadores a respeito das mudanças advindas da norma RDA referente a transcrição de elementos de recursos na RDA e os registros no AACR2R. Entende-se que a transcrição corresponde exatamente a peça em mãos, e coloca o princípio de representação em prática conforme a descrição na norma RDA.

GRÁFICO 9 – Transcrição na RDA e registro no AACR2R



Fonte: Lista de questões do estudo (2019).

Conforme identificado no Gráfico 9, parte dos catalogadores declaram-se *um pouco familiarizado* com a transcrição da RDA versus o registro AACR2R, ou seja, 65% (11 catalogadores), enquanto 18% (03 catalogadores) afirmam que estão *nem um pouco familiarizado*, todavia, 12% (02 catalogadores) estão *familiarizados* e apenas 5% (1 catalogador) *não soube opinar* a respeito.

Na “transcrição RDA versus registro AACR2R”, os catalogadores justificam suas repostas baseadas também em acesso por fontes de informação, nas práticas já realizadas com o AACR2R e na não atuação prática com a norma RDA, porém nota-se que alguns catalogadores simplesmente disseram, “*estou um pouco familiarizado*”, sem mais delongas, e outros realmente tiveram repostas divergentes do enunciado.

A seguir, como apresentado no Gráfico 9, entende-se que os catalogadores estão *um pouco familiarizados* com o tópico de mudança da RDA, “Transcrição RDA versus registro AACR2R”. Conforme o levantado, serão apresentados, na Tabela 10, os resultados dos comentários conforme análise de conteúdo realizada e as categorias e subcategorias criadas sobre o entendimento de percepção das mudanças acerca da transcrição.

TABELA 10 – Percepção da Transcrição RDA versus registro AACR2

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepções explicitadas</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Transcrição RDA	<i>Princípio de representação</i>	02	12
	<i>Elementos transcritos</i>	02	12
Transcrição AACR2	<i>Registro AACR2</i>	06	35
Desconhece	<i>Aplicação na prática</i>	03	18
	<i>Desconhece transcrição</i>	04	24

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Para Oliver (2011, p. 76) na RDA, mais do que no AACR2, a transcrição amiúde aproxima-se mais do princípio de aceitar exatamente aquilo que se vê. O princípio de representação é importante na arquitetura das instruções RDA: os dados que descrevem um recurso devem refletir a representação que o recurso faz de si mesmo. Dessa forma a subcategoria “*Princípios de representação*” apontou que 12% de frequência de elementos segundo os comentários dos catalogadores apresentados na Tabela 10:

[...] que não vão ter abreviaturas, vão ser tudo por extenso até para facilitar para o usuário, [...] (C8)

[...] essa maneira de entrar com os dados modifica um pouco mesmo, [...] a única coisa que você modifica na RDA que você não podia modificar mesmo era as coisas da folha de rosto [...] (C13)

Dentre as percepções explicitadas pelos catalogadores nas suas falas percebe-se que de acordo com a subcategoria “*Elementos transcritos*”, com 12%, eles não possuem uma compreensão acertada sobre o que vem a ser ‘elemento transcrito’, uma vez que apresentam exemplos equivocados desses elementos conforme os comentários a seguir:

[...] essa história de entrada pessoal e secundária não existiria mais, também, às vezes você tinha que colocar folhas em vez de f. em vez de folhas, páginas em vez de p., [...] (C10)

[...] essa maneira de entrar com os dados modifica um pouco mesmo, inclusive eu acabei de citar agora a questão da edição, que você não vai fazer mais lá, [...] (C13)

Na realidade, substituir as abreviações por suas versões completas, não representa a transcrição na RDA, que pode ser exemplificada sim, com a descrição do recurso informacional exatamente como a informação aparece na página de rosto, por exemplo: se a edição estiver escrita na página de rosto ‘terceira edição’, é dessa forma que deverá ser ‘transcrita’ na catalogação, ao invés da versão normalizada pelo AACR2R ‘3. ed.’. Dessa forma, transcrição é representar a informação tal qual ela se mostra na página e rosto ou fonte preferida de informação de um recurso de informação, seja ele impresso ou digital.

Por outro lado, a análise dos comentários como apresentados na Tabela 10, segundo a subcategoria “*Aplicação na prática*” com 18%, demonstra que o entendimento propriamente dito do enunciado somente será percebido quando for aplicado na prática:

[...] porque eu já vi, mas, eu acho que não aplico, então não estou familiarizada, [...] a RDA eu ouvi falar, ouvi falar não, eu participei de treinamento, de cursos, mas não aplico, acho que para eu estar familiarizada eu tenho que estar trabalhando com RDA. (C2)

[...] depende de fazer mais cursos, e essa parte prática né. (C7)

[...] o dia que eu fizer isso realmente na prática porque por enquanto só teoria, e vendo palestra que depois de uma semana você já esquece quase tudo, muita coisa se passou. Eu não lembro mais. (C10)

Como essas mudanças são bem recentes e a norma ainda está sendo implementada em alguns países, era de se esperar que alguns catalogadores em seus comentários não tivessem uma percepção concebida da transcrição na RDA, como apresentado na subcategoria “*Sem percepção*” com 24% de frequência de elementos nos comentários:

[...] não sei como é que seria essa transcrição, eu acredito, que seria se fosse utilizado essa transcrição pelo RDA [...] eu teria que fazer um treinamento mesmo, pra..., eu tenho dificuldade [...] eu acho que eu ficaria meio perdido com essa transcrição aí [...] (C2)

[...] eu não sei opinar a respeito dessa questão porque aqui a transcrição eu entendi, eu não sei se entendi a pergunta errada, é no sentido do que vai ser aproveitado? [...] (C4)

[...] coloquei nem um pouco familiarizado. (C6)

Pela análise dos comentários dos catalogadores como percebido pela subcategoria “Registro AACR2” com 35% das frequências, eles ainda percebem essa transcrição conforme as regras do código anterior por não terem ainda um conceito formado sobre o enunciado conforme os comentários a seguir:

[...] porque eu já vi, mas, eu acho que não aplico, eu aplico o registro AACR2, eu não posso afirmar sobre a RDA, a RDA eu ouvi falar, ouvi falar não, eu participei de treinamento, de cursos, mas não aplico [...] (C1)

[...] com o AACR2 eu sei um pouquinho, não quero comentar, meu conhecimento é vagamente [...] (C11)

[...] tendo em vista mais a prática que a gente tem do MARC mais o AACR2, toda essa, na verdade [...] que conhecimento mesmo a gente não tem, a gente vê, tem um registro, vê as mudanças, mas não está familiarizado com aquelas mudanças [...] (C12)

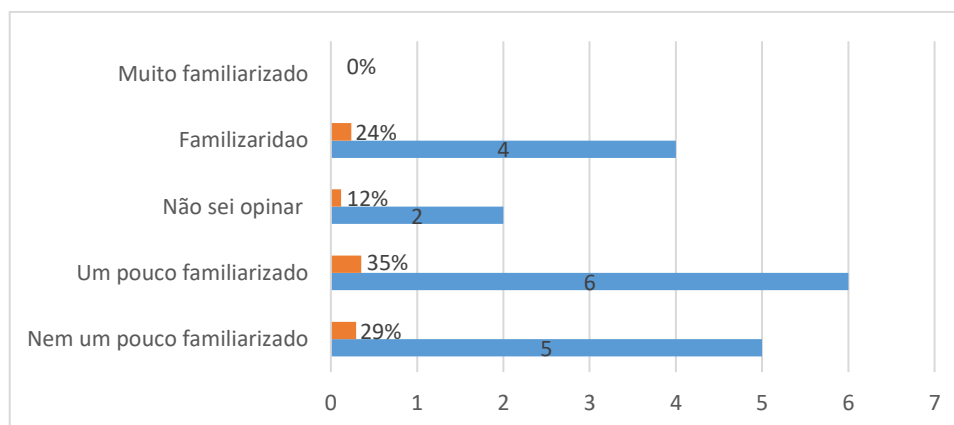
Algumas regras na RDA são praticamente idênticas ao AACR2, porém na RDA se omite a instrução para abreviação. Segundo Oliver (2011, p. 77) no AACR2, se transcrevia a indicação de edição, mas também abreviava (e se fazia mudanças no modo como registrava os numerais).

Dessa forma algumas abreviaturas utilizadas pelo AACR2, na descrição de indicação de edição, na incorreção de palavras e até mesmo nas instruções de descrição de títulos e indicação de responsabilidade, serão transcritas exatamente como aparece no recurso em mãos.

5.3.3 Abreviações e terminologias latinas no AACR2R para a RDA

Nesse enunciado propõe entender o grau de familiaridade dos catalogadores relacionada com as mudanças da RDA direcionadas as abreviações e terminologias propostas pela norma. Nesse caso em comparação com o AACR2R, as instruções da RDA indicam aos catalogadores um uso menor de abreviações nos registros bibliográficos.

GRÁFICO 10 – Abreviações e terminologias latinas na RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Segundo o Gráfico 10, parte dos catalogadores, 35% (06 catalogadores) informam que estão *um pouco familiarizados* com as mudanças decorrentes nas abreviações e terminologias latinas de acordo com a RDA, 29% (05 catalogadores) afirmam que estão *nem um pouco familiarizado*, 24% (04 catalogadores) declaram-se *familiarizados* e 12% (02 catalogadores) *não souberam opinar* acerca das mudanças terminológicas e latinas.

Então de acordo com o Gráfico 10 pode-se entender que os catalogadores estão um pouco familiarizados com as questões sobre as mudanças de abreviaturas e terminologias latinas em decorrência da RDA, assim, a seguir será apresentada a análise de conteúdo dos comentários referente ao entendimento da percepção sobre as mudanças terminológicas e latinas advindas da RDA apontadas conforme as categorias e subcategorias criadas *a posteriori*.

TABELA 11 – Percepção das abreviações e terminologias na RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepções explicitadas</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Abreviaturas na RDA	<i>Não faça abreviações</i>	06	17
	<i>Menor uso de abreviações</i>	03	9
	<i>Eliminação de termos em latim</i>	06	17
	<i>Facilidade para o usuário</i>	05	14
Abreviaturas no AACR2	<i>Uso no AACR2</i>	06	17
	<i>Restrição de caracteres</i>	02	6
	<i>Familiaridade dos catalogadores</i>	02	6
Desconhece	<i>Desconhece mudanças</i>	05	14

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como apresentado, na Tabela 11, de acordo com a categoria “*Abreviaturas na RDA*”, subcategoria “*Não faça abreviações*” com 17% de frequência de elementos dos comentários dos catalogadores indicam que eles percebem um não uso de abreviaturas de acordo com a norma RDA, em comparação com ao AACR2, indicado nos comentários a seguir:

O que eu sei é isso [...] às abreviaturas serão todas por extenso [...] (C8)

Pelo que a gente observa, dos registros que a gente importa [...] a gente observa lá que eles escrevem tudo por extenso, não tem abreviatura [...] (C12)

Eu acho maravilhoso que no RDA a gente não precise ficar preocupado com abreviações e que coloque mesmo por extenso as informações [...] (C16)

Até onde eu sei parece que a RDA não lida muito com essa questão de abreviação tem que escrever tudo [...] (C17)

Segunda a RDA as abreviações tão utilizadas no AACR2 já não serão tão utilizadas com sua implementação. Dessa forma termos como [s.l.] e [s.n.] quando o lugar de publicação ou o editor respectivamente são desconhecidos, caem em desuso, e no lugar usam-se frases como [Lugar de publicação não identificado] ou [Editor não identificado] entre colchetes, o que melhora bastante para o usuário a visualização e compreensão das informações.

Dessa forma no RDA utilizam-se menos abreviações como apresentado na subcategoria “*Menor uso de abreviações*” com 9%, e suprimi todo e qualquer tipo de terminologia latina conforme a subcategoria “*Eliminação em termos em latim*” que obteve 17% de frequência de elementos mediante análise dos comentários:

Como o et al. de vários autores, adeus et al. Não vai existir mais isso, Sine in Loco, Sine Nomine também algo que creio não existirá mais também, vai ser terceira edição mesmo, terceira edição revisada, terceira edição ampliada e corrigida, 3. ed., 3. ed. rev., amp. e cor., não vai já, não vai ter [...] (C5)

[...] essas abreviações, por exemplo, 3. ed, revist., ampl. atu., é isso não prevalece mais no RDA, então os termos serão todos escritos sem abreviaturas [...] (C6)

Essa mudança eu gostei, essa do et al., eu acho que é legal escrever edição [...] (C9)

[...] não tem abreviações não tem as terminologias latinas abreviadas não. (C14)

[...] tem algumas expressões latinas que você usa na hora de fazer os registros [...] na RDA não lida muito com essas terminologias. (C17)

Como considerado por Oliver (2011, p. 77) na RDA se na página de rosto estiver '3.ed.', assim transcrevo: 3.ed.; se 'terceira edição' aparecer na página de rosto, transcrevo 'terceira edição'. Se o nome aparecer na forma abreviada na fonte de informação, então ele será registrado na forma abreviada, se aparecer por extenso, será registrado por extenso.

Ainda segundo Mering (2014, p. 43) a RDA também elimina as abreviações em latim usadas no AACR2 como *[s.l.] (sine loco)* e *[s.n.] (sine nomine)* para um lugar e nome do publicador desconhecidos.

Uma das questões mais importantes apontadas nos comentários sobre essas mudanças é referente ao melhor entendimento pelo usuário a respeito dessas expressões, ou seja, o usuário poderia não conhecer as abreviações usadas anteriormente. Assim, como apresentado na subcategoria “*Facilidade para o usuário*” com 14% de frequência de elementos a respeito das abreviações e terminologias na RDA como exemplificado nos comentários:

[...] Então para gente que está catalogando já é muito comum, para o usuário é que é, eu acho que para eles não faz, assim, nenhum sentido essas palavras. Para o usuário seria bom [...] (C2)

[...] vai facilitar talvez para o usuário que algumas abreviaturas eles não sabem qual que é. [...] (C8)

[...] é uma das coisas que eu era contra eu achava desnecessário, para que isso, aquela da ignorância, depois que comecei a fazer parte de um grupo de discussão sobre a RDA aí eu fui tomando mais familiaridade, conhecimento sobre o que é, aí fui compreendendo o lado do usuário porque realmente para o usuário faz todo o sentido [...] (C1)

[...] Então a eu acho que isso facilita muito, eu acho que usar abreviatura é muito ruim para o usuário final [...] (C10)

[...] Tem algumas siglas que para o usuário não faz sentido nenhum eu penso que isso prejudica muito a compreensão do registro, então, é fundamental mesmo que ocorra essa mudança. (C16)

Por outro lado, como analisado nos comentários, os catalogadores ainda têm compreensão dessas abreviaturas e terminologias através do AACR2 conforme a categoria “*Abreviaturas no AACR2*”, subcategoria “*Uso no AACR2*” com 17%, sem entender como são essas mudanças na RDA e apontam também que essa percepção de abreviações e terminologias latinas é algo somente de conhecimento específico do profissional catalogador, como apontados nos comentários a seguir:

[...] no AACR2 a abreviações e terminologias latinas, eu consegui situar na minha mente em algum momento assim, mas no RDA não [...] (C6)

[...] não tem como opinar só na prática mesmo no AACR2 a gente até sabe um pouco, mas no RDA eu já não sei o que ocorre. (C10)

Eu sou familiarizado somente com o da AACR2 no RDA não sei como funcionária. No AACR2 são todos abreviados. (C15)

[...] o et. al né para as coisas, eu acho que isso daí que no nosso caso eles fazem questão que continue, entendeu, continue sem alteração, [...]. Então para gente que está catalogando já é muito comum, igual eu estou te falando para nós já estamos familiarizados, agora os usuários eles não têm nem noção daquilo que está lá. (C2)

É entendido também pelos catalogadores que de acordo com a subcategoria “Restrição de caracteres” com 6%, que essas mudanças fazem sentido no momento atual de ambiente digital e que a descrição feita anteriormente, com abreviações previstas pelo AACR2, cabia num universo limitado onde eram utilizadas fichas catalográficas como mencionado nos comentários abaixo:

[...] 3. ed., 3. ed. rev., amp. e cor., não vai já, não vai ter, porque não teremos a fichinha, teremos uma base de dados. (C5)

[...] o AACR2 ele foi pensando numa época onde as pessoas não tinha muito espaço, tem aquela questão da ficha catalográfica. (C14)

De acordo com Oliver (2011, p. 77) as abreviações eram importantes na era dos catálogos em fichas, quando as informações deviam ser registradas num pequeno retângulo de cartolina. Na era atual de catálogos em linha, não há mais necessidade premente de limitar a quantidade de caracteres na descrição de um recurso.

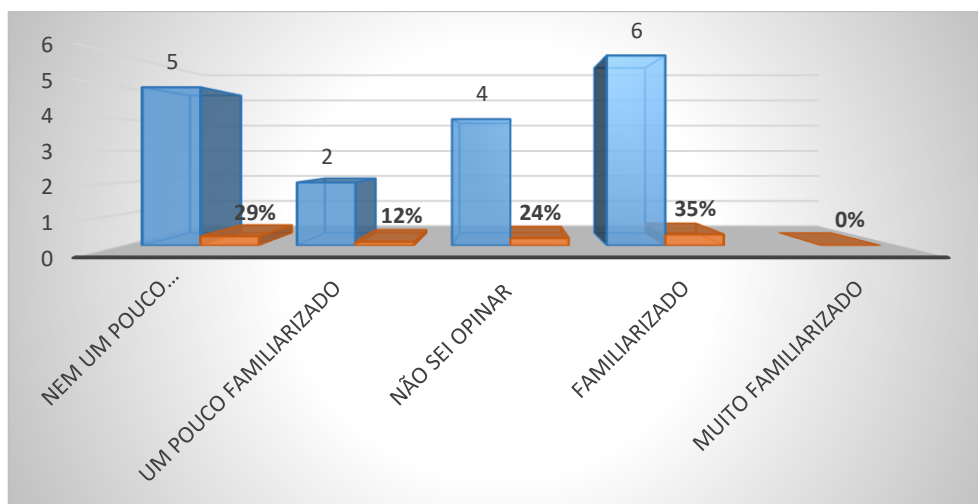
Aqui no enunciado sobre “abreviações no AACR2 e na RDA”, os catalogadores também justificam suas respostas baseadas no acesso de fontes de informações como treinamentos, grupo de catalogação, Workshops, reuniões da BU, bases de dados, pelo entendimento que as terminologias latinas não serão mais utilizadas, pela não mais abreviatura de numeração de edição e de seus complementos, por entender que as abreviaturas com a RDA serão todas por extenso, mas também pela dúvida se existem essas diferenças, pela identidade do catalogador com essas abreviaturas e pela falta de conhecimento dos usuários referente a elas.

Nos estudos turcos de Atiglan, Ozel, Çakmak (2015, p. 170), mais de dois terços dos participantes (67,1%) consideraram que os níveis de eficiência gramatical das abreviaturas latinas são baixos.

5.3.4 Regras de três de autores da AACR2R para a RDA

No enunciado a seguir é mostrado o grau de familiaridade dos catalogadores acerca das mudanças advindas da norma RDA em relação à ‘Regra de 3 autores’ do AACR2R. Nesse ponto, a RDA oferece possibilidades para proporcionar mais acesso e mais informação sobre as entidades associadas a um recurso.

GRÁFICO 11 – Regra de três na RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Como apresentado no Gráfico 11, 35% (06 catalogadores) afirmam estar *familiarizados* com a regra de três na RDA, 29% (05 catalogadores) declaram-se *nem um pouco familiarizado* sobre, 24% (04 catalogadores) informam que *não sabem opinar* e 12% (02 catalogadores) dizem estar *um pouco familiarizado*.

Conforme identificado no Gráfico 11 pode-se entender que, pela perspectiva quantitativa, os catalogadores se dizem *familiarizados* com as mudanças advindas da RDA em relação as regras de três de autores propostas pela RDA, sendo assim, neste segundo momento analisaram-se os comentários qualitativamente referente a percepção sobre as mudanças da regra de três no AACR2 para a RDA como forma de melhorar a explicação, explorar e interpretar os resultados quantitativos iniciais. A seguir, na Tabela 12, serão apresentados as categorias e subcategorias criadas referente a análise dos comentários.

TABELA 12 – Percepção da regra de três no AACR2R para a RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Situação de percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
<i>Relacionada ao AACR2</i>	<i>Descrição com a regra de três</i>	<i>07</i>	<i>29</i>
<i>Relacionado ao RDA</i>	<i>Eliminação da regra de três</i>	<i>09</i>	<i>38</i>
	<i>Melhor descobrimento de recurso</i>	<i>02</i>	<i>8</i>
<i>Relacionada a falta de percepção</i>	<i>Desconhece</i>	<i>06</i>	<i>25</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os catalogadores em seus comentários, como apontado na categoria “*Relacionada ao AACR2*”, subcategoria “*Descrição com a regra de três*” que obteve 29% de frequências de elementos, demonstram certa limitação no momento de registrar os autores de um recurso, como citados nos comentários dos catalogadores:

A regra de três da AACR2 ela, não é falando abreviação, porque não está sendo abreviada, ela está omitindo os outros criadores daquela obra [...] (C5)

[...] do AACR2 eu sei, mas do RDA eu não sei como fazer, eu acho que tem que escrever todos os três, porque no AACR2 você entra com o autor e depois você desenvolve no 700 [...] (C11)

A tá é aquela questão de antes no AACR2 só se usava três e depois et al., [...] porque mesmo a AACR2, muitas vezes as políticas de catalogação é, de alguns locais, inclusive aqui as vezes, a gente tem que mudar um pouco essa questão, só pode entrar três autores e são os três primeiros, isso aí é uma dificuldade que a gente tinha [...] (C13)

[...] quando é determinada situação que ocorre no livro acaba os autores ficando de fora, livros que de repente entram pelo título e aquele ponto de acesso que é fundamental para o usuário acaba ficando de fora [...] (C16)

Os comentários anteriores já apontam para o que é uma realidade na norma RDA, ou seja, a não utilização da regra de três do AACR2 que limita a entrada do número de autores na descrição de recursos.

De acordo com essas mudanças decorrentes do não uso da regra de três em conformidade com a norma RDA, a análise dos comentários dos catalogadores, em sua maioria (38%), é que eles estão percebendo essas mudanças associadas a subcategoria “*Eliminação da regra de três*” com 38% de frequências, conforme a categoria “*Relacionado a RDA*”. Na nova realidade da RDA, a entrada de indicação de responsabilidade poderá ser feita com a quantidade de autores correspondente ao recurso, a RDA não coloca limites ao número de pontos de acesso autorizados.

[...] eu acho que tem que escrever todos os três, porque no AACR2 você entra com o autor e depois você desenvolve no 700, acho que agora é tudo direto né, os três são considerados autores. (C11)

[...] é aquela questão de antes no AACR2 somente se usava só três e depois et. al., e agora vai usar todos. (C13)

[...] entra nessa mesma questão da questão do espaço né, como no RDA não existe isso então se tem 10 autores vão colocar os 10 autores, não existe a regra de três, deixa de existir no RDA. (C14)

[...] então eu acho que realmente tem que haver essa mudança, e que devem entrar um, dois, três, quantos forem pensando no quanto pode ser interessante para o usuário. (C16)

[...] não se pode mais utilizar no RDA mais o Et al. a entrada de autores será uma coisa mais livre [...] (C12)

[...] eu creio que seja que não tenha mais a regra de três autores vai ser citado todos os autores e coautores da obra. (C10)

De acordo com Oliver (2011, p. 80), quando a RDA elimina a “regra de três” ao descrever o recurso, também elimina essa restrição ao dar acesso ao recurso, os comentários a seguir exemplificam essa percepção sobre a descrição mais detalhada de todas as indicações de responsabilidade.

Com essa abrangência, principalmente, pela entrada de autores, a RDA proporcionará mais acesso às informações de um recurso pelos usuários facilitando assim sua recuperação.

Como identificados pela subcategoria “*Melhor descobrimento de recurso*” com 8%, os catalogadores percebem a importância da eliminação da regra de três e do maior número de entidades associados a um recurso podem auxiliar o usuário na descoberta desse recurso na base de dados.

[...] realmente tem que haver essa mudança, e que devem entrar um, dois, três, quantos forem pensando no quanto pode ser interessante para o usuário. É tem o ponto forte que é a questão dos relacionamentos então de alguma maneira o aluno ou pesquisador vai acabar encontrando aquilo que ele precisa por conta desses relacionamentos. (C16)

De acordo com Mering (2014, p. 45) se 14 pessoas são autores de um recurso o catalogador pode descrever todos da indicação de responsabilidade. No entanto, a inclusão de mais nomes da entidade na indicação de responsabilidade e a adição de seus respectivos pontos de acesso (campos 7xx de MARC) podem ajudar na descoberta dos recursos pelos usuários do catálogo. Se um usuário buscar todos os recursos associados à “pessoa 13”, mas a indicação de responsabilidade para este recurso só incluir o nome da “pessoa 1”, os resultados de busca desse usuário ficam incompletos.

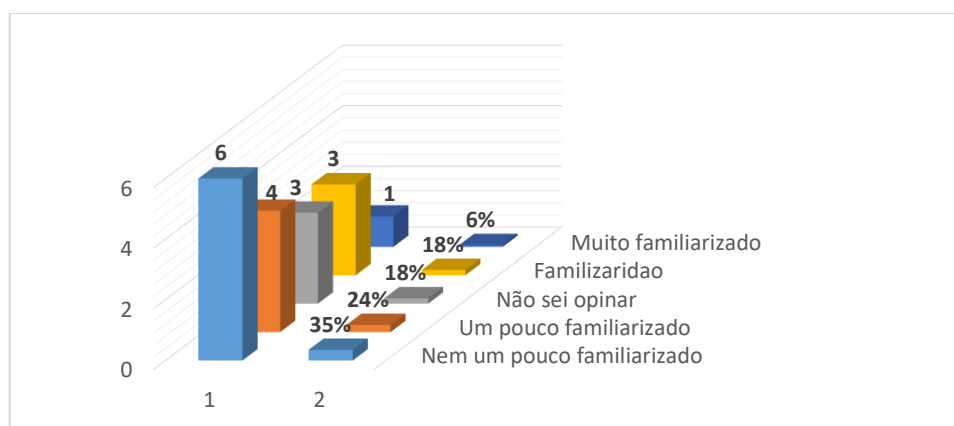
Neste tópico de mudança da RDA, “regras de três da AACR2 para a RDA”, os catalogadores demonstram estar “familiarizados”, os motivos que levam a esse

resultado é que primeiramente o AACR2R omite os autores e coloca *et al.*, e que na RDA poderão ser colocados todos os autores. Além disso, existe a necessidade de entrar outros pontos de acessos importantes para determinadas obras, cujo autor é um criador importante daquela obra, e ponto acesso fundamental para o usuário, porém, ainda há catalogadores que não veem vantagem alguma nessa modificação e que tanto o AACR2R e MARC dão conta do desenvolvimento desses pontos

5.3.5 Substituição do campo 260 do MARC 21 pelo campo 264 de acordo com a RDA

Neste enunciado sugere-se entender o grau de familiaridade dos catalogadores sobre as mudanças advindas da norma RDA referente ao enunciado proposto. Nesse ponto, ficam claras as mudanças decorrentes da RDA e voltadas para a adaptação aos campos MARC 21. A RDA propõe com a inclusão do campo 264 para melhorar a diferenciação das informações como a produção, publicação, distribuição, fabricação e data de copyright.

GRÁFICO 12 – Campo 264 proposto pela RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

De acordo com o Gráfico 12, parte dos catalogadores, 35% (06 catalogadores) afirmam estar *nem um pouco familiarizado* com a substituição do campo MARC 21, 260 para o campo 264 de acordo da RDA, enquanto 24% (04 catalogadores) estão *um pouco familiarizados* sobre, 18% (03 catalogadores) informam que *souberam opinar*, e igualmente, 18% (03 catalogadores) declaram que estão *familiarizados* com e apenas 6% (01 catalogador) diz estar *muito familiarizado* com essa substituição.

Ainda segundo o Gráfico 12 pode-se entender que a maioria dos catalogadores afirmam estar nem um pouco familiarizado com as mudanças advindas da RDA em relação a substituição do campo 260 do MARC 21 pelo 264 proposto pela RDA. Para melhor entendimento, neste segundo momento, foram analisados os comentários dos catalogadores referente a percepção desta substituição e apresentados, na Tabela 13, conforme as categorias e subcategorias criadas *a posteriori* que indicam os elementos de frequência das suas falas.

TABELA 13 – Percepção sobre o campo 264 proposto pela RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepções explicitadas</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Substituição pelo campo 264	<i>Diferenciação de elementos</i>	03	17
	<i>Exportação de registros</i>	03	17
	<i>Sem percepção</i>	12	66

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Por ser uma mudança muito específica em um determinado campo do formato MARC 21 para adaptar elementos da norma RDA, como percebido na apresentação da Tabela 13, a maioria dos comentários, 66% das frequências encontradas, segundo categoria “*Substituição pelo campo 264*”, subcategoria “*Sem percepção*”, não percebem esta mudança referentes normas RDA como apontados nos comentários a seguir:

Meu caro, vou ficar te devendo por que eu não li nada a respeito do campo 264. (C5)

[...] o 260 do MARC 21 eu compreendo, mas aí se ele tem correlação com esse 264 do RDA, como eu não trabalho, como eu não estou em mente com os campos do RDA então eu não sei. (C9)

Isso aqui para mim é novidade, eu não sabia que haveria essa substituição. (C17)

Eu já vi, mas nunca assim vi isso ou soube de explicação ou me deparei com explicação nenhuma. (C3)

É então eu já ouvi falar sobre essa mudança, mas eu não sei o porquê também da alteração para o 264 e qual seria a mudança realmente. (C8)

Há uma percepção dos catalogadores conforme a análise dos comentários e de acordo com a subcategoria “*Diferenciação de elementos*” com 17% do total das frequências analisadas, que a RDA faz essa diferenciação desses

elementos neste campo proporcionando uma melhor definição desses registros com precisão.

[...] às vezes uma obra é publicada em mais de um lugar por mais de uma editora e é interessante que o aluno consiga visualizar todas essas informações para conseguir definir aquilo que ele quer obter. (C16)

[...] no 264 você tem um livro que você não tem a editora, mas ele é feito em uma tipografia, aí você vai lá e coloca lá. A tipografia não é uma editora é um lugar e um a empresa que vai lá e faz por atacado, mas ela não é uma editora ela não tem esse papel de editora [...] (C9)

A substituição do campo 260 pelo campo 264 proposto pela RDA é uma forma de aprimorar as descrições de certos dados que o campo anterior não proporcionava. Com isso esse campo oferece uma melhor descrição das informações do recurso, que segundo Mering (2014, p. 45), seria a diferenciação entre produção, publicação, distribuição, fabricação e data de copyright para e fornecer um detalhe específico necessário para distinguir e identificar um recurso em particular.

Outra importante forma de percepção desta mudança de campo é quando os catalogadores, durante suas atividades, cooperam com bibliotecas que já utilizam a norma RDA, através da importação de registro das bases de dados destas instituições.

A subcategoria criada “*Exportação de registros*” com 17% das frequências analisadas dos elementos dos comentários indicam que os catalogadores percebem essa mudança no ato da importação desses registros conforma os comentários a seguir:

Essa eu estou um pouco familiarizado pelas pesquisas que a gente faz. Esta assim um pouco mais livre para colocado o local, editora. (C15)

[...] a gente percebe isso na importação dos registros que já existe por aqui, 264 é...a gente meio que adequa também quando a gente está cooperando com biblioteca que já utiliza o RDA. [...] (C12)

[...] a gente já faz importação com as bibliotecas do mundo todo. E hoje elas já trabalham com a RDA então quando você faz a importação você já tem que tirar.

[...] você tem que mudar o campo 260, incluir o campo 260 por que eles já usam o campo 264[...] (C1)

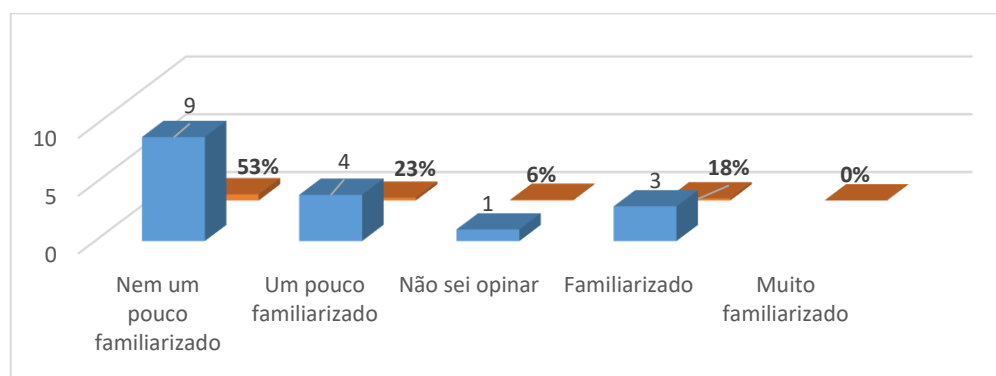
Os catalogadores demonstram-se “*nem um pouco familiarizados*” com a percepção desta substituição. Dentre os motivos que eles relatam sobre a “substituição do campo 260 para o campo 264”, está principalmente o

desconhecimento dessa mudança proposta, e que apesar de conhecerem o campo 260, essa mudança é novidade para eles.

5.3.6 Designadores de relacionamento

Nesse enunciado pretende-se entender o grau de familiaridade dos catalogadores sobre as mudanças advindas da RDA relacionadas à aplicação dos designadores de relacionamento. Os designadores explicam as conexões entre as entidades do Grupo 1 (obra, expressão, manifestação e item) e as entidades do Grupo 2 (pessoa, família e entidade coletiva), ou seja, uma pessoa pode ser autor ou compilador de uma obra, ilustrador ou interprete de uma expressão, produtor de uma manifestação, ou ter a propriedade de um item.

GRÁFICO 13 – Designadores de relacionamento



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Conforme identificado no Gráfico 13 a maior parte dos catalogadores declaram-se *nem um pouco familiarizado* com os designadores de relacionamento, ou seja, 53% (09 catalogadores), enquanto 24% (04 catalogadores) afirmam que estão *um pouco familiarizados*, e os outros 18% (03 catalogadores) consideram-se *familiarizados* sobre, todavia, 06% (01 catalogador) declarou que *não sabe opinar* a respeito.

Como apresentado no Gráfico 13, entende-se que os catalogadores estão *nem um pouco familiarizado* a respeito do tópico de mudança da RDA em relação aos designadores de relacionamento.

Nesse segundo momento conforme os levantados serão apresentados os comentários abaixo acerca do entendimento dos catalogadores sobre a percepção da inserção dos designadores de relacionamento proposta pela RDA de acordo com

categorias e subcategorias criadas *a posteriori* para esta análise como apresentado na Tabela 14.

TABELA 14 – Percepção dos designadores de relacionamento

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Situação de percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Relacionado a importância das relações	<i>Ênfase nas relações</i>	03	15
	<i>Foco no usuário</i>	01	5
	<i>Informação com significado</i>	01	5
	<i>Aplicado a subcampo do MARC</i>	01	5
Relacionada a falta de percepção	<i>Desconhece</i>	14	70

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como apresentado, na Tabela 14, o total de percepções, segundo a categoria “*relacionado a importância das relações*” é de 30% referente a frequências de elementos analisados nos comentários. Os catalogadores percebem essa mudança como indicado na subcategoria “*Ênfase nas relações*” com 15% da frequência de elementos analisados segundo os comentários a seguir:

[...] é engraçado que não está abreviado não, vem orientador, é que ele é tradutor, que ele é editor, que ele é autor. (C1)

Eu entendo a questão de, até volto lá no fundamento do FRBR das obras ter várias expressões, várias manifestações e itens, O relacionamento seria isso [...] (C5)

[...] a RDA permite você colocar esses relacionamentos em relação a autoria, por exemplo o orientador, coorientador você vai colocar nome do autor e vai colocar um designador de relacionamento se aquele autor ele foi ilustrador da obra, tradutor seria isso. (C14)

A RDA nos instrui a registrar relações e também a registrar um designador apropriado dessas relações. Oliver (2011, p. 82), indica que esses designadores de relação são um conjunto de termos de vocabulário controlado que indicam a natureza da relação com maior precisão do que o elemento usado para registrar a relação.

Todas essas mudanças como explicitadas por Oliver (2011, p. 02) estão diretamente focadas na atenção e às necessidades dos usuários e às tarefas que ele executa. Esses designadores de relacionamento, embasados nos modelos FRBR e FRAD, são primordiais para a execução bem-sucedida dos usuários no processo de descobrimento de recursos.

[...], mas eu sei que é uma coisa boa, pelo que eu vi lá iria melhor muito a comunicação com o usuário e a base dados ele iria ter a visão muito melhor

da obra do que tem, que a descrição, muito mais fácil para o usuário e para a gente também. (C2)

Os catalogadores também percebem a importância desta mudança no fato de que esses designadores trarão uma melhor transmissão de resultados para os usuários como apontado na subcategoria “*Informação com significado*”, e da subcategoria “*Aplicação ao subcampo do MARC*” onde é percebido o comentário sobre o subcampo de descrição destes designadores:

[...] uma obra X que vai estar expressa tanto em um livro mas vai se manifestar tanto quanto um livro impresso como quanto um e-book, o e-book em Mobi e em PDF aí vai ter o relacionamento do RDA [...] já daria mais espaço, além da questão da obra, vamos dar o exemplo do Harry Potter. A obra Harry Potter e a Pedra Filosofal, a expressão Harry Potter e a Pedra Filosofal em livro, a manifestação Harry Potter a Pedra filosofal em livro impresso, e-pub, PDF, e aí os respectivos itens. Aí vai ter a expressão também do filme, vai ter a expressão também do jogo provavelmente. (C5)

[...] é uma das coisas que a gente tem que deletar, excluir porque já vem, a gente já está trazendo as autoridades dessas bibliotecas que utilizam eles já vêm com designadores de relacionamento do subcampo \$e [...] (C1)

Em contrapartida as percepções acerca dos ‘designadores de relacionamento’, a maioria da análise dos comentários dos catalogadores, apresentou segundo a categoria “*Relacionada a falta de percepção*”, com 70% de frequências de elementos, que segundo a subcategoria “*Desconhece*”, os catalogadores ainda não têm um conhecimento definido dos designadores de relacionamento conforme os comentários a seguir:

Respondi que nem um pouco familiarizada, porque como eu não tenho nenhum conhecimento. (C3)

Eu não estou sabendo o que, que são designadores de relacionamento. (C8)

Também não parei para pensar muito neles não sabe, eu acho que pode funcionar. (C9)

Hum não sei te falar assim com precisão. (C11)

Não tenho muito conhecimento sobre isso também não. (C17)

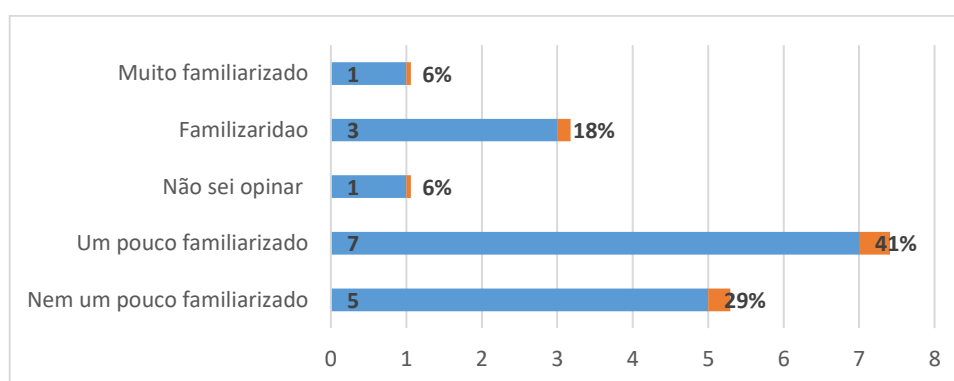
5.3.7 Substituição da DGM pelos três elementos da RDA: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte

Nesse enunciado procurou-se entender o grau de familiaridade dos catalogadores sobre a mudanças decorrentes da RDA direcionadas a substituição da

Designação Geral de Materiais (DGM) pelos três campos propostos pela RDA, o tipo de conteúdo, o tipo de mídia e o tipo de suporte.

Na DGM algumas dessas grandes classes são gerais demais, o registro de vídeos, por exemplo, se aplica a fitas VHS e a DVD's. Um registro em RDA de um vídeo descarregável em vez disso separa o tipo de conteúdo (imagem bidimensional em movimento), o tipo de suporte (recurso eletrônico) e o tipo de mídia (um computador).

GRÁFICO 14 – Tipo de conteúdo, de mídia e de suporte



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Segundo o Gráfico 14 partes dos catalogadores 41% (07 catalogadores) informam que estão *um pouco familiarizados* com as mudanças decorrentes da substituição da DGM pelos três elementos da RDA, tipo de conteúdo, de mídia e de suporte, 29% (05 catalogadores) declaram *nem um pouco familiarizado*, 18% (03 catalogadores) afirmam que estão *familiarizados*, e tanto, 6% (01 catalogador) *não soube opinar* sobre, e apenas 6% (01 catalogador) está *muito familiarizado* com esta mudança.

Nessa mudança de “Substituição da DGM pelos elementos tipos de conteúdo, mídia e suporte”, os catalogadores percebem-se *“um pouco familiarizados”*, dessa forma os motivos que levaram a esse resultado são a melhor especificação e visualização de entidades, a abrangência dos recursos eletrônicos, as pesquisas feitas no catálogo da Library of Congress, descrição de informações mais detalhadas de materiais e a dificuldade de trabalhar materiais como CD's e DVD's no AACR2R.

Ao contrário do estudo de Mansor e Ramdzan (2014, p. 183) os entrevistados estavam familiarizados com o tópico "substituindo a designação geral de material por três elementos de RDA". Isso é indicado por uma taxa de resposta de 39% (16) para

a opção "alguns familiarizados" com o tópico, enquanto 27% (11) eram "familiarizados". Também foi observado que 34% (14) dos entrevistados não estavam familiarizados com essa mudança em particular. Da mesma forma, a pesquisa americana de Park e Tosaka (2014, p.11) em faculdades e universidade de 4 anos de fundação, refletem uma grande familiaridade dos catalogadores com substituição do DGM pelos três tipos de elementos.

Então de acordo com o Gráfico 14 pode-se entender que os catalogadores estão *um pouco familiarizados* com as questões sobre as mudanças decorrentes da substituição da DGM pelos três elementos tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte. Assim, a seguir, serão analisados qualitativamente os comentários levantados pelos catalogadores conforme as categorias e subcategorias criadas a *posteriori*, para esta mudança, como apresentados, na Tabela 15 a seguir.

TABELA 15 – Percepção da mudança do DGM pelos três elementos da RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepções explicitadas</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Relacionadas a DGM	<i>Limitação categórica</i> ⁵²	02	9
	<i>Predefinição de materiais</i> ⁵³	06	26
Relacionados aos novos elementos	<i>Descrição de conteúdo e suporte</i>	07	30
	<i>Importação de dados</i>	02	9
Relacionadas à falta de percepção	<i>Desconhece</i>	06	26

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como observado, 35% dos comentários sobre o enunciado, evidenciam alguma percepção relacionado a DGM como apresentadas nas subcategorias “*Limitação categórica*”, com 9% da frequência de elementos e da subcategoria “*Predefinição de materiais*” com 26% das frequências de elementos referente a análise dos comentários como apontados a seguir:

Essa substituição é para informar melhor eu acho, é tudo pensando na recuperação da informação, que eu acho também que o DGM informa pouco [...] (C1)

[...] Não vai mais utilizar o DGM aquele subcampo \$h [...] mas também não sei como vai ser porque atualmente o DGM a gente coloca se é manuscrito, se é CD-ROM, aí eu não sei até que ponto vamos supor, manuscrito entra para qualquer manuscrito, a gente vai poder destacar que tipo material é, se é dissertação, se é tese, eu sei que vai mudar [...] (C4)

⁵² Limitação categórica: o uso de conceitos sobre tipos e materiais e para as designações gerais de materiais. As categorias eram definidas pelo suporte físico.

⁵³ Predefinição de materiais: restrição de registro de termos ao escolher somente uma parte dominante.

É a DGM que vinha tipo de material [...] que eu me lembre é, por exemplo é uma literatura cinzenta, tese e dissertação, a gente coloca lá, manuscrito, e só mais nada [...] (C10)

[...] eu sei dessa modificação como aquela questão de recurso eletrônico, manuscrito, gravação de som, isso não vai mais caber [...] (C5)

[...] eu lembrei da DGM do AACR2, por exemplo, materiais cartográficos, literatura cinzenta, teses e dissertações, que aí eu coloco lá manuscrito entre colchetes [...] (C6)

Segundo El-Sherbini (2013, p. 162), esses três novos campos MARC 21, tipo de conteúdo, campo 336, tipo de mídia, campo 337 e tipo de suporte campo 338, foram criados para substituir o antigo campo DGM do AACR2 que era colocado no campo 245 subcampos \$h.

Em relação a essa substituição os catalogadores expressam em seus comentários como analisados conforme as subcategorias “*Descrição de conteúdo e suporte*” com 30% de frequência de elementos analisados, que essa mudança trará uma melhor forma de combinação de dados, segundo Oliver (2011, p. 61), e abrangerá todos os tipos de recursos, tanto atuais como futuros, de grande importância para o usuário.

Também é mencionada a percepção sobre essa substituição na subcategoria “*Importação de dados*” com 9% de frequências de elementos analisados dos comentários como exemplificado a seguir:

Eu ainda não vi, mas já ouvi algumas explicações, que é bem mais amplo, bem mais, muito mais opções [...] (C3)

[...] recurso eletrônico é muito abrangente, pode ser um e-book, pode ser um podcast também, um webinar, e aí no caso não sei é isso mesmo, o tipo de suporte seria no caso o suporte digital, tipo de mídia seria pdf, e o conteúdo lá o e-book escrito com ePub no suporte digital, conteúdo então um podcast em mp3 que seria a mídia, o suporte novamente digital, e o conteúdo seria uma conversa com um determinado tema. (C5)

[...] vai ser mais eficiente, a informação desses três campos muito mais eficiente do que o DGM [...], mas tendo esses três campos no MARC você consegue muito mais informação a respeito desse material. (C16)

[...] eu acredito, que a proposta do RDA seria de melhor essa descrição falando assim, isso aqui é sei lá, um CD, um DVD, porque no AACR2 fica mais complicado. (C17)

[...] tendo em vista os registros que a gente importa que já não vem com DGM e que vem com os campos que já informa a mídia o tipo de suporte [...] Essa substituição é para informar melhor né eu acho que até para ele poder fazer aquela relacionamento que você na hora para o usuário [...] (C1)

Como apresentado, na Tabela 15, nota-se também, que 26% dos comentários dos catalogadores quando analisados segundo a frequência de elementos para a subcategoria “*Desconhece*”, apresentam uma falta de percepção sobre essas mudanças como apontadas em seus comentários:

Esse eu não sabia, até coloquei nem um pouco familiarizado, porque essa parte do DGM eu não sei, conteúdo, mídia e tipos de suporte. (C8)

Eu já ouvi falar muito pouco sobre isso, então, conhecimento é, até a opção que colocamos aqui é nenhuma familiaridade, acho que até vamos ter que estudar muito isso [...] (C12)

[...] tipo de suporte, tipo de conteúdo, tipo de mídia, é essa eu coloquei nem um pouco familiarizado porque eu não sei como é [...] (C10)

A partir do análise de categorias e subcategorias deste Bloco, e conforme os principais resultados observados sobre as percepções dos catalogadores, o Quadro 32 indica, uma visão geral das principais percepções de maior familiaridade (pontos fortes) e as de menor familiaridade (pontos fracos) levantados conforme a análise dos comentários atribuídos pelos catalogadores para os enunciados propostos.

QUADRO 32 – Pontos fortes e fracos da percepção do Bloco 2

Enunciados	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Conjunto de elementos essenciais da RDA	Desconhecem os elementos essenciais; Alguns tipos de impressão em fontes de informação	Falta de conceitos relacionados aos elementos essenciais; Falta de exemplos de elementos essenciais;
Transcrição RDA versus registro AACR2R	Entendem essa transcrição no AACR2; Desconhecem essa transcrição no RDA	Pouco entendimento sobre o princípio de representação; Pouco entendimento sobre elementos transcritos;
Abreviações e terminologias latinas no AACR2R e na RDA	Entendem que haverá mudanças nas abreviaturas e terminologias para a RDA; Entendem que não se utiliza mais abreviaturas na RDA; Entendem que não há mais a utilização de termos em latim na RDA; Entendem bem as abreviaturas no AACR2R	Pouco entendimento que a RDA propõe um uso menor de abreviaturas; Pouco entendimento que a eliminação de abreviaturas facilitará muito a compreensão do usuário; Desconhecem essas mudanças
Regras de três par autores da AACR2 para a RDA	Entendem as mudanças da regra de três na RDA; Entendem que haverá a eliminação da regra de três na RDA; Entendem a descrição da regra de três no AACR2;	Pouco entendimento que a RDA veio para melhorar o descobrimento de recursos; Desconhecem essa mudança
Substituição do campo 260 do MARC 21 pelo o campo 264 segundo da RDA	Desconhecem essa substituição;	Pouco entendimento sobre a diferenciação de elementos neste campo; Pouco percepção dessa substituição através das importação de registros
Designadores de relacionamento	Desconhecem esses designadores	Pouco entendimento sobre a importância das relações; Pouco entendimento da ênfase nas relações;
Substituição da DGM pelos três elementos da RDA: tipo de conteúdo, mídia e suporte	Entendem essa substituição relacionada aos novos elementos; Entendem essa descrição de conteúdo e recursos; Entendem essa mudança relacionada a DGM; Entendem essa mudança em consequência da predefinição da descrição de materiais na DGM	Pouco entendimento dessa substituição através da importação de registros; Pouco entendimento sobre a limitação categórica da DGM; Desconhecem substituição

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

5.4 Preparação para implementação da RDA

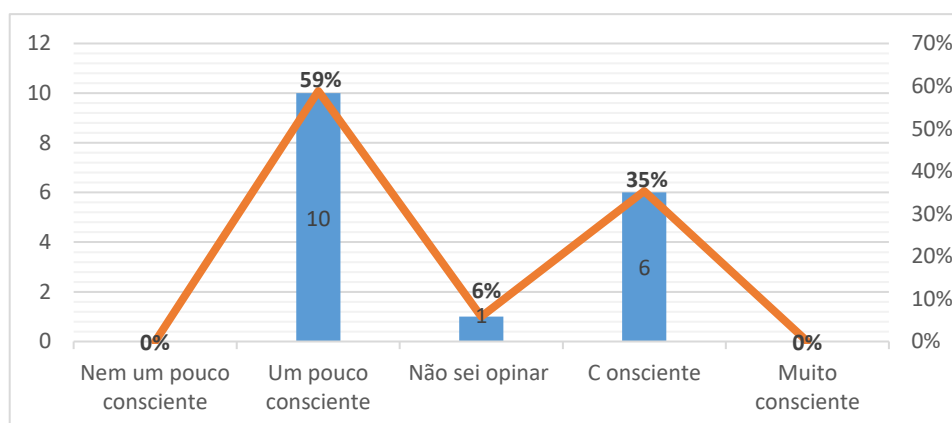
Nesta seção, considerado Bloco 3, intenciona-se averiguar primeiramente através das respostas propostas de acordo com a escala Likert, que mede o grau de conhecimento ou conformidade dos entrevistados, de acordo com o tópico sugerido, a conscientização dos catalogadores sobre a temática de preparação para a implementação da norma RDA, e em seguida para as seis questões do Bloco 3 serão criadas categorias e subcategorias que serão apresentadas nas tabelas correspondentes como forma de melhorar a compreensão da análise quantitativa das questões, do processo de organização e codificação dos dados analisados referente aos comentários.

Ao final desta seção será criado um quadro explicativo com os principais pontos de percepção analisados nos comentários sobre os enunciados deste Bloco. Esse quadro propõe apontar a percepção dos catalogadores sobre os enunciados e seu entendimento, identificando os motivos mais consistentes (pontos fortes) e menos consistentes (pontos fracos) das suas percepções, possibilitando compreender e verificar essas percepções como forma de apontar mudanças posteriores que consolidem os pontos fortes, analisados, e melhorem os pontos fracos, intervindo através de discussões em grupos, palestras, treinamentos e outras formas de intervenções que se fizerem necessárias.

5.4.1 Pretensão ou preparação da sua biblioteca (sistema de bibliotecas) para implementar a RDA

Através desse enunciado buscou-se averiguar o grau de consciência dos catalogadores sobre a pretensão ou preparação da sua biblioteca no contexto do sistema de redes de bibliotecas da UFMG para a implementação da RDA.

GRÁFICO 15 – Preparação para implementar a RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

Como apresentado no Gráfico 15 grande parte dos catalogadores, 59% (10 catalogadores) afirmam estarem *um pouco conscientes* em relação pretensão ou preparação das suas bibliotecas ou do sistema de bibliotecas para a implementação da RDA, enquanto 35% (06 catalogadores) informam estar *conscientes* em relação a essa preparação e 6% (01 catalogador) não souberam opinar sobre.

Conforme identificado no Gráfico 15 pode-se averiguar que, majoritariamente, os catalogadores se dizem *um pouco consciente* com a pretensão e preparação para a implementação da RDA no sistema de bibliotecas da UFMG, sendo assim, neste segundo momento serão apresentadas as análises dos comentários, referente a percepção dos catalogadores acerca da percepção sobre pretensão ou preparação para implementação da RDA segundo as categorias e subcategorias, criadas a *posteriori*, como forma de melhorar a explicação, explorar e interpretar os resultados quantitativos iniciais. A seguir, na Tabela 16, serão apresentadas a análise dos comentários.

TABELA 16 – Percepção sobre pretensão ou preparação para implementação da RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Situação de percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Relacionada a pretensão do sistema	<i>Intenção da diretoria</i>	07	18
	<i>Reuniões com os catalogadores</i>	03	8
	<i>Desconhece pretensões</i>	02	5
Relacionado a preparação do sistema	<i>Encontro entre catalogadores</i>	08	21
	<i>Encontros do Sistema</i>	05	13
	<i>Estudo sobre a RDA</i>	02	5
Relacionada a implementação	<i>Planejamento e orçamento</i>	06	16
	<i>Tradução da RDA</i>	02	5
	<i>Incertezas</i>	03	8

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Dentre as pretensões citadas nos comentários aparece a subcategoria “*Intenção da diretoria*” com 18% de frequências dos elementos que aparecem nas falas dos catalogadores sobre a percepção do enunciado, o qual os catalogadores entendem que a diretoria do sistema de bibliotecas desde sua posse em 2018 já mantém um diálogo de intenção em implementar a RDA, como exemplificado a seguir nos comentários:

Eu tenho a consciência que é importante, só que é uma coisa que parte do sistema, da diretoria de instruir, [...]. Então, desde o começo da nova diretoria ela já estava com esse objetivo de começar a pensar sobre isso [...] (C11)

A gente sabe que existe uma, digamos, uma diretoria que é favorável a implementação do RDA no sistema de biblioteca [...] (C12)

[...] assim as novas diretoras, mais na última gestão que está terminando agora, eu acho, e...que são de dois em dois anos, a gestão da diretoria da BU ela trabalhou um pouco com isso nós temos o encontro anual [...] (C13)

[...] Está na plataforma de trabalho da atual gestão da diretoria do sistema de bibliotecas por conta disso que ele vem encaminhando algumas estratégias para que primeiro, me parece, para dar ciência aos poucos desde atual conjunto para uma parte da equipe do sistema de bibliotecas [...] (C6)

[...] está muito claro desde o começo da nova gestão. Eu falo muito da Kátia⁵⁴ e da Sindier⁵⁵ porque eu entrei em 2017 então quando eu entrei a diretoria estava saindo e eu acompanhei todo o processo da eleição da nova diretoria. Então desde o começo elas colocaram como uma das propostas da gestão delas é essa implementação do RDA justamente porque eles comentaram e sempre era um comentário que não eram só feitos por elas mas feito por outras pessoas também que catalogam. (C16)

Essa percepção de pretensão também é percebida nos comentários através de reuniões do sistema feita com os catalogadores, como apontada na subcategoria “Reuniões com os catalogadores” com 8% de frequência dos elementos analisados nos comentários apresentados a seguir:

[...] a UFMG faz reunião com os catalogadores, com o grupo de catalogadores, então no ano passado em 2018, o grupo reuniu e começou já a pensar sobre o RDA [...] (C1)

[...] já foram feitas várias reuniões, tinha até, eu acho um plano para que ele fosse implantado esse ano, mas com faltas de recursos ainda não se efetivou ainda essa implementação da RDA, [...] então já teve um algo que já surgiu e já está pensando nessa pretensão de se implementar a RDA, não uma reunião específica, assim, mas uma reunião de chefia uns tópicos era implementação da RDA [...] (C15)

[...] o sistema de bibliotecas da UFMG ele iniciou algumas discussões em relação a essa possível implementação, isso em 2018 [...] (C14)

Em oposição a essas percepções de consciência de pretensão, percebe-se que 8% das frequências de elementos analisadas nos comentários dos catalogadores, segundo a subcategoria “Desconhece pretensões”, afirmam não saber e desconhecer essas pretensões do sistema para a implementação da RDA:

[...] ainda não está claro para mim é [...] a posição do Sistema de bibliotecas [...] por enquanto, devido eu não participar em termos de grupo de discussão sobre isso e tal, ainda não está claro, estou pouco consciente ainda [...] (C7)

[...] na verdade eu não vejo muito essa iniciativa não, acho que ainda está um pouco atrasado [...] a gente tem com alguma regularidade cursos sobre catalogação baseada no AACR2, então é acho que ainda vai demorar um pouco. (C16)

Por outro lado como apresentado, na Tabela 16, a preparação para a implementação da RDA no Sistema de bibliotecas é algo bem recente que tem sua

⁵⁴ Kátia Lúcia Pacheco é atual diretora do Sistema de Bibliotecas da UFMG (Gestão 2020-2022).

⁵⁵ Sindier Antônia Alves é a atual vice-diretora do Sistema de Bibliotecas da UFMG (Gestão 2020-2022).

principal fonte de discussão, nos encontros dos catalogadores, através do grupo de catalogação, como indicado na subcategoria “*Encontro dos catalogadores*” com 21% das frequências de elementos analisados, seguido da subcategoria “*Encontros do Sistema*” com 14% e da subcategoria “*Estudo sobre a RDA*” com 5% como observados em alguns relatos dos catalogadores que apoiam esses resultados:

O primeiro movimento a respeito de RDA foi esse encontro que a gente teve [...] com a intenção de falar sobre a RDA, o que é, do que se trata, se seria bom para a gente, como se seria implantada ou não, então aqui no sistema de bibliotecas o que eu tenho um pouco consciente através desse encontro com os bibliotecários no Parque Ecológico. (C2)

[...] também teve o trabalho da nossa colega Cleide⁵⁶, que ela fez um estudo sobre o RDA também, sobre política de RDA, pensando na UFMG eu fiz parte do estudo e respondi o questionário para ela e depois fiz parte de uns dos grupos de discussão [...] (C1)

[...] ano passado nos tivemos focado na questão da catalogação, nós fizemos vários encontros, um por mês de encontros de catalogadores, [...] e terminou mais no final do ano fez um workshop que era mais específica para a área da catalogação, [...] quando a gente falou de catalogação elas fizeram questão de trazer o Modesto para falar gente. (C13)

[...] teve encontros de catalogação que foi falado da intenção de migrar para o RDA, mas ao mesmo tempo eu percebo que na prática para a comunidade de catalogadores nada foi colocado em prática [...] (C4)

[...] esses fóruns da catalogação, aconteceram dois anos passado e acho dois ou três nesse ano. No começo se falou bastante sobre o RDA, principalmente no período que antecedeu a vinda do Fernando Modesto e depois também se falou muito e depois eu senti assim que este ano [...] não foi tocado tanto (C17)

Para os catalogadores a consciência sobre a pretensão e preparação do sistema de bibliotecas também perpassa por outros vieses para a implementação como indicado por eles em seus comentários. Questões relacionadas ao planejamento, custos, tradução da norma para a implementação são percebidos segundos as subcategorias “*Planejamento e orçamento*”, “*Tradução da RDA*”, e dilemas relacionados às dúvidas do percurso da RDA são apontadas na subcategoria “*Incertezas*”, como relatadas em seus comentários exemplificadas a seguir:

[...] penso que os bibliotecários estão conscientes, e aguardando a infraestrutura para que seja implantada também, porque depende muito disso, [...] mas acho que deve ser uma coisa bem preparada, tendo a infraestrutura própria, digna para isso, porque não adianta querer e não ter as condições. (C3)

⁵⁶ Cleide Vieira de Faria, Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento, defendeu sua dissertação em 17/12/2018, intitulada: “Premissas normativas para a construção da Política de catalogação em RDA: estudo de caso do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31521>.

[...] tem algumas coisas que são muito importantes para implementação que a universidade no momento não tem como oferecer, ainda mais a questão do software porque no nosso caso aí que a gente é bibliotecas setoriais precisaria de uma para cada unidade e do ponto de vista econômico tudo mais tem um entrave muito grande. (C17)

[...] é uma coisa que depende de recursos também, então porque, o professor Modesto falou lá, nossa senhora para implementar o RDA, o investimento é muito grande [...] é uma coisa que eu nem sei se vou conseguir chegar, se vai fazer parte da minha vida profissional, do jeito que está. A pretensão para implementação é só na coisa da teoria e só no como é que fala, no sonho, mas na realidade que é bom mesmo, ainda vai estar difícil (C10)

[...] não existe ainda tradução para o português e tem a questão de direito autoral, [...] há uma dificuldade porque para você traduzir uma obra dessa tem que ser uma instituição, porque não fica barato [...] (C13)

A pretensão é o envolvimento das partes interessadas da instituição que estudam, planejam e desenvolvem discussões para a efetivação da implementação. A preparação envolve ações práticas dos interessados, como forma de conhecer essas mudanças decorrentes da norma RDA, ou seja, eventos de cunho científico que abordem a temática, registros bibliográficos ou de autoridade da RDA como exemplos em outros bancos de dados, familiarização com os modelos conceituais FRBR e FRAD, análise de materiais de treinamento e documentação disponíveis, acesso e navegação pela ferramenta RDA Toolkit, assistir a webinars, participar de workshops, ler livros e artigos sobre a RDA, criar registros em RDA, entre outros pontos para preparação para a implementação.

Apesar do Sistema de bibliotecas já estar conversando sobre a implementação, e algum movimento em termos de preparação foi efetuado, ainda não há indícios da sua real efetuação. No ano de 2018 surgiu algum movimento em termos de palestras e workshops para preparação dos bibliotecários, mas em 2019 não houve nenhuma manifestação a esse respeito.

Apesar da diretoria atual do Sistema de Biblioteca da UFMG ser favorável a implementação, já estarem pensando nessa possibilidade, realizando reuniões com tópicos voltados para a implementação e até um possível plano para a implementação que foi cogitado para o corrente ano, no último ano as discussões não tiveram continuidade e estão paradas.

Como percebido por alguns catalogadores, as discussões ocorridas no grupo de catalogação foram as primeiras iniciativas para se pensar no assunto, e dos vários encontros do grupo ocorridos em 2018 surgiu a ideia da Palestra do professor

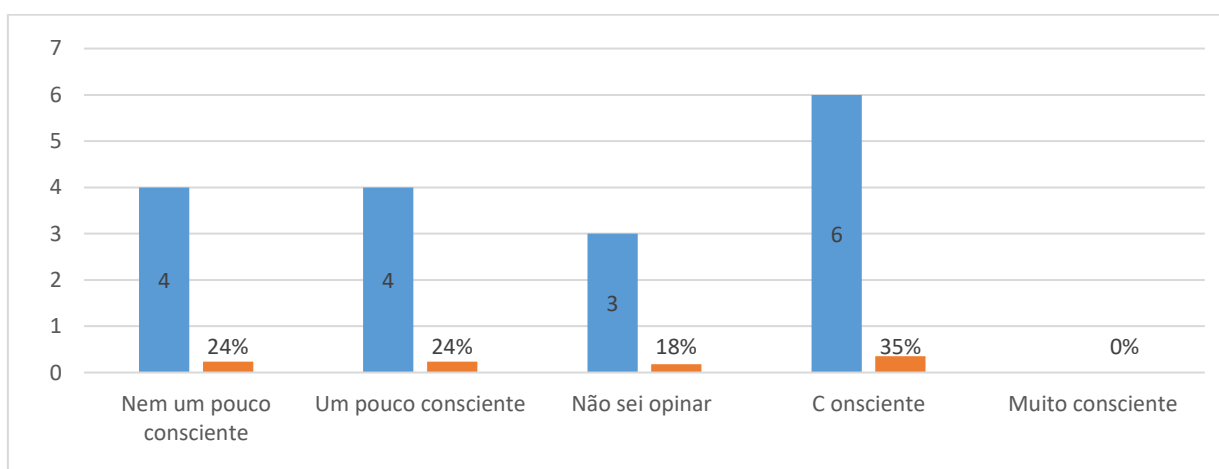
Fernando Modesto para o 5º Encontro do Sistemas de Bibliotecas que seria talvez um ponto de partida, para já se começar a pensar na implementação.

No entanto, para alguns catalogadores não está clara a posição do sistema sobre a implementação e não há iniciativas sobre isso, principalmente devida ao desconhecimento e não participação destes catalogadores nos eventos e nas discussões propostas pelo sistema. Também há dúvidas de que realmente essa implementação ocorrerá ou não e se ocorrer que seja de uma forma bem planejada.

5.4.2 Grupo de discussão sobre a RDA em sua biblioteca ou na rede de bibliotecas

Nesta subseção propõe-se averiguar o grau de consciência dos catalogadores relacionada com a pretensão ou preparação para implementação da RDA direcionada a existência ou participação em grupos de discussão sobre a RDA na biblioteca ou na rede de bibliotecas.

GRÁFICO 16 – Grupos de discussão sobre a RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019

De acordo com o Gráfico 16, 35% (06 catalogadores) afirmam estar *conscientes* acerca da existência ou participação em um grupo de discussão sobre a RDA na rede de bibliotecas, enquanto 24% (04 catalogadores) estão *um pouco conscientes* sobre, e tanto os 24% (04 catalogadores) declaram-se *nem um pouco conscientes* e *um pouco conscientes*, sendo que 18% (03 catalogadores) informaram *não saber opinar* sobre os grupos de discussão.

Ainda, segundo o Gráfico 16, pode-se averiguar que a maioria dos catalogadores afirmam estar conscientes sobre a existência ou participação em grupos de discussão sobre a RDA na rede de bibliotecas. Para melhor delineamento da parte quantitativa, nesse segundo momento, ocorre a análise qualitativa de conteúdo proposto em categorias e subcategorias criadas *a posteriori* dos comentários expressando assim explorações e explicações mais pertinentes ao conjunto de frequência de elementos evidenciados nos comentários como apresentado na Tabela 17.

TABELA 17 – Percepção de grupos de discussão da RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepções evidenciadas</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Conhecem	<i>Grupo de catalogação</i>	07	30
	<i>Inexiste grupo específico</i>	03	13
	<i>Frentes de discussão</i>	04	17
	<i>Grupo externo</i>	01	4
Desconhecem	<i>Inexiste grupos de discussão</i>	06	26
	<i>Sem informação sobre</i>	02	9

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Conforme a análise dos comentários, na Tabela 17, evidenciam-se duas percepções de categorias. A categoria de análise dos que “*Conhecem*” e identificam algum grupo ou tipo de manifestação sobre discussões da RDA, e a categoria dos que “*Desconhecem*” e não sabem da existência de grupos ou formas de discussão sobre a RDA na rede de bibliotecas.

Os catalogadores identificam que há um grupo de catalogação no sistema e que esse grupo promove encontros entre os catalogadores para discussões sobre temas relacionados a catalogação em geral como afirmado pela subcategoria “*Grupo de catalogação*” que obteve 30% de frequência de elementos analisados como apresentados nos trechos dos comentários:

[...] Teve algum evento lá no Jardim Botânico? Teve mais fechado [...] isso aí foram nossos encontros, a gente fez vários, fez um no horto botânico, a gente fez um aqui em cima na estação ecológica, é do grupo de catalogação, foram 5 encontros se não me engano. [...] o grupo de catalogação da UFMG, a gente faz esses encontros [...] (C9)

[...] existe o grupo de catalogação, a gente teve duas reuniões esse ano, estava previsto mais, as que a gente teve foram só no primeiro semestre, e no segundo semestre não teve mais [...] estava previsto, me parece, que quatro reuniões do grupo de catalogação, inclusive para discutir essa questão da implementação da RDA, acabou não tendo as quatro que foram previstas [...] (C17)

*[...] essas reuniões do grupo de catalogação começaram a se pensar na RDA
[...]. (C1)*

Como apontado, anteriormente, esse grupo dos catalogadores da UFMG realiza encontros para discutir assuntos gerais da catalogação e não somente exclusivamente assuntos relacionados a norma RDA. Nos comentários analisados segundo a subcategoria “*Inexiste grupo específico*”, há uma frequência de 13% de elementos, sobre a percepção de que essas discussões são bem generalizadas e não focam exclusivamente na RDA:

[...] não existe um grupo de discussão sobre o RDA, mas que já tem esse movimento para gente já pensar nisso aí. Teve encontros do grupo de catalogação que é um grupo que não discute apenas as questões sobre RDA. (C8)

Bom esse grupo de discussão ele não é justamente, assim, que teve em 2018, não foi um grupo específico da RDA, foi mais no todo, colocação como um todo, e dentro destas discussões a gente discuti sobre o RDA. (C15)

Outra questão identificada nos comentários é a percepção dos catalogadores referente à ciência de que existe outras propostas e formas de discussão da RDA, além do grupo de catalogadores da UFMG, o qual é apresentado na subcategoria “*Frentes de discussão*” que obteve 17% das frequências de elementos analisados e também através de fontes externas apontada na subcategoria “*Grupo externo*” onde houve apenas 4% das frequências como mostradas a seguir nos comentários:

[...] teve uma época que até mesmo nas reuniões que não eram voltadas exclusivamente para os catalogadores, reuniões de chefia sabe, em que se tocava muito nessa questão da RDA [...] (C17)

[...] tem nossas reuniões não sei esse ano está meio que parado; teve um encontro com Fernando Modesto que ele veio falar para a gente; Cleide fez vários grupos focais na época para poder fazer a defesa a dissertação dela [...] tenho participado de conversas na internet com a Library of Congress, eu tenho dúvidas eu sou desafiada eu pergunto. Nosso grupo de discussão on-line é interno, nosso é Libray of Congress, as duas Biblioteca Nacionais da Alemanha, de vez em quando eu peço algum exemplo, alguma coisa, lá para a Biblioteca Nacional. (C9)

Como apontado, na Tabela 17, nem todos os comentários dos catalogadores compartilham da ciência da existência de algum grupo de discussão sobre a RDA no sistema de bibliotecas. De acordo com a subcategoria “*Inexiste grupos de discussão*” com 26% de frequências de elementos analisados, apresenta-se um desconhecimento na fala dos catalogadores que é confirmada também pela ausência

de conhecimento de alguma informação divulgada sobre essas discussões sobre a RDA:

[...] estou consciente de que não tem, porque nos vasculhamos o e-mail todo lá se tiver ou se houve algum chamado para essa biblioteca fazer parte no e-mail de hoje recuando um ano atrás não tem eu penso que não existe. (C6)

[...] eu praticamente não recebo notícias assim de RDA não, instruções não, só da palestra aí, mas só se não estiver chegando em mim as informações, mas eu não tenho, sou pouco consciente sobre isso. (C7)

Eu nunca ouvi falar não sei opinar. Eu acho se tiver também é restrito. (C16)

Não sei de nenhum grupo que está estudando agora não, sei de pessoas igual a Cleide que defendeu sobre isso, mas assim de grupo de pesquisa eu não tenho conhecimento não. (17)

Apenas um catalogador está envolvido em grupo de discussões com outras bibliotecas de outros países sobre o assunto RDA, apesar do grupo de catalogação ter mantido alguns encontros durante o ano de 2018, no corrente ano de 2019 só ocorreram dois encontros. Como percebido as discussões dos encontros não eram especificamente voltadas para a RDA.

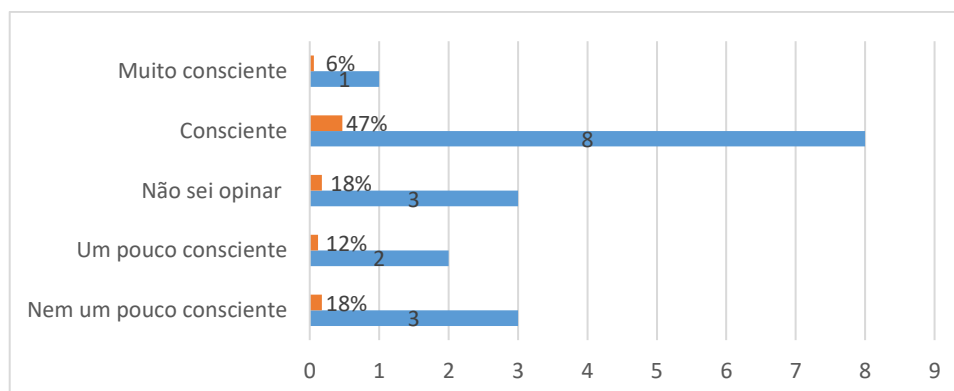
Percebe-se também a preocupação dos catalogadores com um maior envolvimento de entidades, que não somente o Sistema de Bibliotecas, mas de comissões e órgãos responsáveis que tomassem a frente para o planejamento mais conciso da RDA no país.

Esse é um dos pontos importantes para uma implementação mais eficaz da RDA num país. Segundo Oliver (2011, p. 90), as bibliotecas nacionais, associações de bibliotecários e comissões nacionais de catalogação trabalharão de forma conjunta, a fim de planejar, produzir e compartilhar materiais de treinamento.

5.4.3 Exemplos de registros RDA podem ser encontrados em várias fontes de informação

Nesta subseção pretende-se averiguar o grau de consciência dos catalogadores sobre os exemplos de registros RDA que podem ser encontrados em várias fontes de informação.

GRÁFICO 17 – Exemplos de registros RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Conforme identificado, no Gráfico 17, parte dos catalogadores declaram-se *consciente* com sobre os exemplos de registros RDA que podem ser encontrados em várias fontes de informação, ou seja, 47% (08 catalogadores), tanto 18% (03 catalogadores) afirmam *não saber opinar* sobre as fontes, e os outros 18% (03 catalogadores) declaram-se *nem um pouco consciente*, 12% (02 catalogadores) declaram-se *um pouco consciente*, e 06% (01 catalogador) declarou estar *muito consciente* a respeito.

A seguir, como apresentado no Gráfico 17, averigua-se que os catalogadores se declaram conscientes conforme os exemplos de registros RDA que podem ser encontrados em várias fontes de informação. Conforme o levantado, na Tabela 18, serão apresentados qualitativamente, as categorias e subcategorias, dos comentários acerca do entendimento dos catalogadores em relação a percepção sobre as de fontes de informação onde podem ser encontradas exemplos de registros em RDA.

TABELA 18 – Percepção sobre exemplos de fontes com a RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção verificada</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>N°</i>	<i>%</i>
Exemplos de registros	<i>Através da importação</i>	10	50
	<i>Não importa dados</i>	01	5
Fontes de informação	<i>Exemplos de fontes</i>	04	20
	<i>Desconhece fontes</i>	05	25

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como observado, em sua maioria 50% dos comentários analisados referem-se à subcategoria “*Através da importação*”, como averiguado pela frequência de elementos analisados. A importação de registros feitas pelas bibliotecas do sistema,

através de outras fontes, principalmente do catálogo da *Library of Congress*, demonstram que os catalogadores já estão cientes dessa fonte como principal meio de entender os registros em RDA. Apesar da maioria praticar essa importação na rotina de trabalho, houve apenas um comentário apresentado na subcategoria “Não importa dados” que não pratica essa importação:

[...] lembrei das importações feitas pela biblioteca do catálogo da Library of Congress. (C5)

[...] já há várias bibliotecas de países mais desenvolvidos já utilizam o RDA na catalogação e o sistema Pergamum faz a importação de registros em RDA de outros catálogos de bibliotecas. (C15)

[...] eu trabalho com catalogação eu faço importação de registros [...] a gente tem contato com várias bibliotecas do mundo todo, então você acaba sabendo e tendo já contato [...] (C1)

A gente tem percebido nos registros bibliográficos que a gente coopera, principalmente, com a Library of Congress nos livros mais novos, recém-publicados e editados a gente já vê exemplos de uso do RDA [...] (C12)

[...] quando eu estou no processo de catalogação e eu preciso fazer alguma importação de registros, eu percebo que em determinadas bases de dados o registro já está no formato RDA [...] (C16)

[...] igual eu te falei que não importo dados [...] eu só pego olha a informação do jeito que está lá e vejo como isto pode ser colocada dentro do código com qual eu trabalho. (C17)

Houve comentários relacionadas a outras fontes de informação, sem ser o catálogo da *Library of Congress* como apresentado na subcategoria “Conhece outras fontes” com 11% de frequências de elementos analisados dos comentários:

[...] eu como catalogadora de impressos eu já me deparei como muitos exemplos [...] tem gente que entra aí no WorlCat. (C3)

[...] às vezes eu entro por exemplo no site da The British Library que lá já trata mais com os registros com RDA aí assim não fico focada em falar assim nossa isso aqui é RDA. Não eu já penso assim, está é RDA o que eu posso usar desse registro aqui para fazer o nosso. [...] (C17)

Os resultados da análise também apontaram conforme a subcategoria criada “Desconhece fontes” com 25% de frequência de elementos, que os comentários dos catalogadores apresentam um desconhecimento referente as fontes de exemplos de registros em RDA como exemplificado as seguir nos trechos transcritos:

[...] eu não sei opinar porque não estou olhando isso [...] a partir do momento que a gente tiver a decisão de mudar aí com certeza a gente vai entender e aprender. (C7)

Eu não sei opinar você está dizendo assim da gente se eu for pesquisar exemplos em que fontes eu vou achar. (C8)

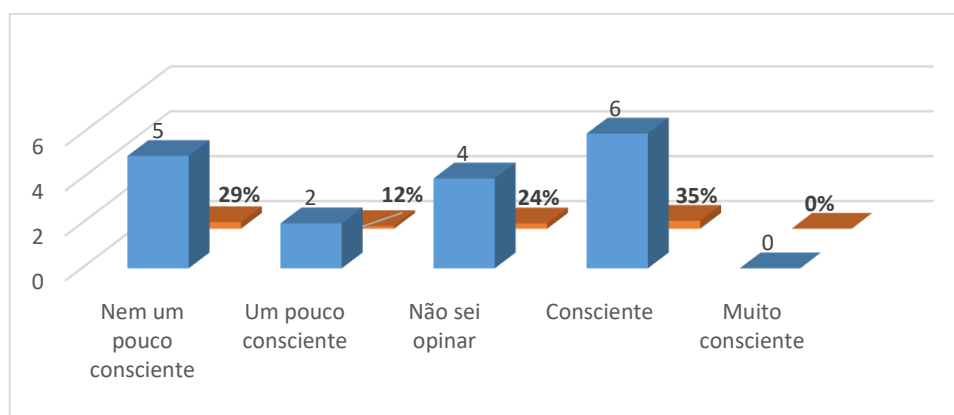
*Para mim está em grego por isso eu coloquei nem um pouco consciente.
(C10)*

Quanto à percepção dos catalogadores sobre “exemplo de registros RDA encontrados em várias fontes”, eles demonstram que estão “*conscientes*” sobre os exemplos, inclusive porque eles trabalham com a importação de registros de outras bases de dados internacionais no sistema Pergamum e percebem que outras bibliotecas já estão utilizando a RDA nos seus catálogos.

5.4.4. Possíveis mudanças no software da biblioteca para otimizar as mudanças da RDA

Nesta subseção procurou-se averiguar o grau de consciência dos catalogadores sobre as possíveis mudanças no software da biblioteca para otimizar as mudanças da RDA.

GRÁFICO 18 – Mudanças no software para adequação da RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Segundo o Gráfico 18, parte dos catalogadores 35% (06 catalogadores) informam que estão *conscientes* com as possíveis possibilidades de mudanças no software das bibliotecas para otimizar as mudanças da RDA, 29% (05 catalogadores) declaram-se *nem um pouco consciente* sobre as mudanças, 24% (04 catalogadores) declaram *não saber opinar* a respeito, e 12% (02 catalogadores) consideram-se *um pouco consciente* acerca das mudanças no software das bibliotecas.

Então de acordo com o Gráfico 18 pode-se averiguar que os catalogadores estão ao mesmo tempo conscientes dessa possibilidade de mudanças no software, e

também declaram não saber opinar diante do enunciado. A seguir serão descritos as categorias e subcategorias dos comentários levantados pelos catalogadores conforme a percepção deles sugerida para as adequações nos softwares das bibliotecas, como apresentadas na Tabela 19.

TABELA 19 – Percepção sobre mudanças no software para adequar a RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepções explicitadas</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Atualizações do Sistema	<i>Alterações no Pergamum</i>	08	36
	<i>Alterações nos campos MARC 21</i>	05	23
	<i>Consulta aos fornecedores</i>	02	09
	<i>Desconhece mudanças</i>	07	32

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Conforme a análise averigua-se que 36% dos comentários apontam segundo a subcategoria “*Alterações no Pergamum*”, que os catalogadores indicam que o software atualmente utilizado pelo sistema de bibliotecas, o Pergamum, teria que sofrer algum tipo de alteração para se preparar para a implementação da norma RDA e que possivelmente ele já estaria apto para esta mudança como apresentado nos comentado a seguir;

[...] eu acredito que vá ser feita alguma adaptação do Pergamum para isso [...]
(C16)

Eu acredito que o Pergamum vai se adequar sim, porque é uma realidade aí que [...] a maioria das bibliotecas do Brasil usam o Pergamum, e ele sempre nos atendeu, [...] então eu acredito que ele vai se adequar sim. (C8)

[...] para acontecer tem que trabalhar com Pergamum e com o MARC ne, formato e o software, tem um lugar no Brasil que eu acho que usa o Pergamum que já fez essa mudança, pois é, então a gente sabe que para isso precisa de ter estas mudanças de software [...] (C13)

[...] a gente avalio isso também, essa questão do software, por exemplo, aqui no nosso sistema de bibliotecas da UFMG a gente utiliza o Pergamum, é o momento que se discutiu o Pergamum, ele atenderia bem a questão da RDA.
(C15)

Segundo Mering (2014, p. 136) a avaliação do sistema do catálogo e das práticas de catalogação, também são necessárias para determinar a extensão das mudanças necessárias para o RDA. Verificar se o catálogo possui a versão mais recente do software. Se não possuir, planeje a atualização, especialmente se ela incluir mudanças feitas para o RDA.

Outras possíveis alteração para essa preparação de implementação, seria a inclusão de novos campos MARC 21 nos softwares da biblioteca como indicado na subcategoria “*Alterações nos campos MARC 21*” que obteve 23% de frequência dos elementos analisados dos comentários.

[...] os sistemas têm que otimizar também, porque se não, não faz sentido se mudar a regra para melhorar, para atender melhor, se você também evoluir com os sistemas aí a questão do formato MARC também tem que evoluir [...] (C1)

[...] eu acredito que será feita alguma adaptação do Pergamum para isso, porque ele está baseado no AACR2 então, há de haver com certeza mudanças no MARC para a adaptar ao RDA [...] (16)

Houve também apontamentos referente a dúvidas sobre o diálogo do sistema de bibliotecas com os fornecedores do Pergamum, para que haja um consenso na preparação do catálogo das bibliotecas para a implementação da RDA como apresentado na subcategoria “*Consulta aos fornecedores*” e exemplificado no comentário a seguir:

[...] não sei uma posição, se há alguma negociação do sistema de bibliotecas com a equipe do Pergamum [...] o que vier a gente vai ter que se adaptar, se for o caso de tomar a decisão de mudar eu acredito que vai ser tranquilo. (C7)

De acordo com Mering (2014, p. 139) o fornecedor deve estar ciente das alterações necessárias para o RDA e tratá-las com a biblioteca. Se o fornecedor não comunicar essas informações, a biblioteca deve assumir a responsabilidade de buscar essas informações. Comunicar o fornecedor sobre os novos campos do MARC para dados bibliográficos e de autoridade, o que pode resultar em vários caminhos para a implementação. Alguns fornecedores podem já ter começado a se preparar para o RDA e tem planejado atualizações relacionadas a isso no sistema.

Como averiguado a percepção de alguns catalogadores referente a análise dos seus comentários indicam conforme a subcategoria “*desconhece mudanças*” com 32% das frequências de elementos dos comentários, que eles não conhecem essas mudanças referentes ao software da biblioteca para a preparação para implementação da RDA:

[...] a gente não tem nenhuma consciência de quais serão essas mudanças, acho que é por aí, a gente sabe que terá alguma mudança, a gente sabe, a gente imagina que vai ter uma mudança [...] (C12)

[...] no caso nosso aí é Pergamum [...] aí eu não sei como que isso vai acontecer [...] (C17)

[...] eu não compreendo assim qual tipo de adaptação que vai ter que ter [...]
(C4)

[...] eu não sei opinar, eu não sei o que precisa ne para ser feita essa mudança. (C15)

A conversa com a equipe de TI e/ou com o fornecedor é de grande importância para garantir que as mudanças no MARC 21 para a RDA sejam implementadas (foram emitidas como atualizações regulares do MARC).

A (NLA, 2019) recomenda que para implementar a RDA, os sistemas de bibliotecas precisam oferecer suporte à criação, troca, pesquisa e exibição de dados em RDA, para isso é preciso fazer alterações no padrão MARC 21 para acomodar a RDA com novos campos, subcampos e termos e códigos atualizados.

Sobre as “possíveis mudanças no software da biblioteca para otimizar as mudanças para a RDA”, os catalogadores estão conscientes sobre o enunciado. Eles apontam que se as regras melhoram, os sistemas e o formato MARC terão que evoluir também e com certeza tem que trabalhar com Pergamum e MARC juntos. No caso do Pergamum, por ele ser utilizado em várias bibliotecas do Brasil, ele deve se adequar a essas mudanças. Além disso, a equipe do Pergamum costuma acatar sugestões da UFMG, o que, segundo a equipe, ajuda muita nas atualizações, e que também já houve reuniões no sistema que confirmaram o atendimento do Pergamum com a RDA. Porém há impressões de cautela referente a essas mudanças, sugerindo esperar uma estabilização do BIBFRAME para depois discutir essas mudanças.

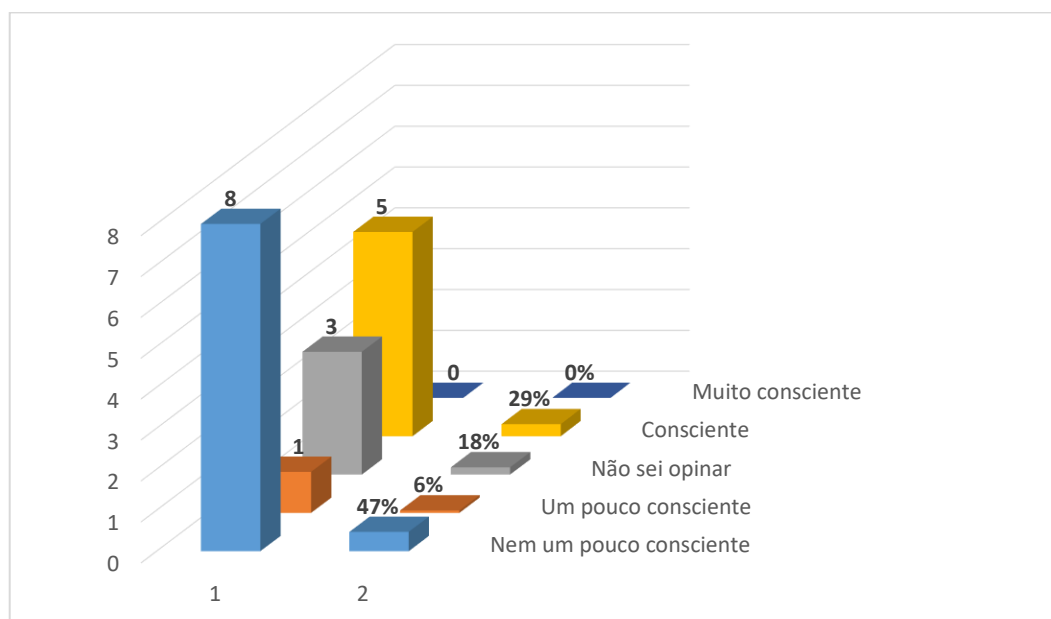
O artigo de Cronin (2011, p. 633) discute a experiência da Universidade de Chicago na adoção da RDA considerando o impacto de sua implementação em sistemas integrados de bibliotecas (ILS) e procedimentos de catalogação cooperativa. Segundo ele, os sistemas de bibliotecas precisariam acomodar a ênfase crescente no uso de designadores de relacionamentos nos registros MARC, e além disso, os gerentes de catalogação precisariam gerenciar a integração de registros do RDA com registros AACR2R e determinar quais elementos do RDA poderiam ser adicionados aos registros AACR2R existentes.

5.4.5 Acesso às instruções da RDA através da Ferramenta RDA Toolkit

Nesta subseção buscou averiguar o grau de consciência dos catalogadores sobre o acesso às instruções da RDA através da ferramenta on-line RDA Toolkit, como

forma de preparação para implementação da RDA na biblioteca. A norma RDA é disponibilizada no produto on-line integrado chamado de RDA Toolkit, baseado em um navegador que permite aos catalogadores interagir com uma coleção de documentos e recursos relacionados à catalogação. Além de incluir a norma RDA, possui outros recursos e funcionalidades disponíveis para o catalogador.

GRÁFICO 19 – RDA através da Ferramenta RDA Toolkit



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Como apresentado, no Gráfico 19, parte dos catalogadores, 47% (08 catalogadores) declaram-se *nem um pouco consciente* ao acesso da RDA através da Ferramenta RDA Toolkit para preparação da implementação da RDA, 29% (05 catalogadores) afirma estar *consciente* em relação a ferramenta, enquanto 18% (03 catalogadores) informam *não saber opinar* sobre e 6% (apenas 01 catalogador) declarou-se um pouco consciente sobre a ferramenta RDA Toolkit.

Conforme identificado, no Gráfico 19, pode-se averiguar que os catalogadores se dizem nem um pouco consciente com a preparação para a implementação da RDA através da Ferramenta RDA Toolkit. Sendo assim, neste segundo momento será analisado, qualitativamente, os comentários dos catalogadores referente a percepção acerca da ferramenta RDA Toolkit, propondo categorias e subcategorias criadas *a posteriori*, como forma de melhorar a exploração e explicação dos resultados referente a fala dos catalogadores e apresentados na Tabela 20.

TABELA 20 – Percepção sobre a ferramenta RDA toolkit

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Situação de percepção</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Relacionada a impressões da ferramenta	<i>Instruções RDA online</i>	02	9
	<i>Acesso a ferramenta</i>	03	14
	<i>Tradução (Idioma)</i>	03	14
	<i>Assinatura</i>	02	9
Relacionado ao desconhecimento da ferramenta	<i>Desconhece o RDA Toolkit</i>	12	55

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como apresentado, na Tabela 20, a subcategoria “*Instruções on-line*” com 9% de frequência dos elementos apontam que em seus comentários os catalogadores entendem que as instruções da RDA são parte dessa ferramenta on-line:

[...] é uma ferramenta que você pode utilizar para [...] que meio passar instruções sobre a utilização do RDA [...] (C4)

[...] é importante estou ciente que existe o RDA toolkit [...] o acesso as instruções, a norma está lá [...] (C5)

De acordo com El-Sherbini (2013, p. 242), a RDA Toolkit é um produto online que permite que os catalogadores interajam com uma coleção de documentos e recursos relacionados a catalogação. Para Oliver (2011, p. 91) fazer a transição para a RDA implica aprender o conteúdo da norma e aprender a usar a nova ferramenta em rede.

Expressaram também nos comentários que houve o acesso de alguns catalogadores como indicado na subcategoria “*Acesso a ferramenta*” com 14% de frequência de elementos percebida. Esses catalogadores tiveram a curiosidade de acessar a ferramenta em algum momento para conhecimento, mas também encontraram a limitação do idioma inglês como barreira para seu entendimento como apontado na subcategoria “*Tradução (Idioma)*” como exemplificado nos comentários a seguir:

[...] mas ao mesmo tempo tem a barreira do idioma que é total em inglês, sim eu acessei uma vez, mas a barreira que eu encontrei foi o idioma [...] (C4)

[...] eu já utilizei o RDA toolkit nessa época, achei ele muito completo, mais muito detalhe, eu tenho um pouco de consciência, mas eu acho que a maioria não sabe dessa ferramenta [...] (C13)

Para a preparação da biblioteca para implementação da RDA é preciso aprender a usar a norma, e para isso é necessário acessar a norma, ou impressa ou on-line,

através de da assinatura da ferramenta RDA Toolkit. Conforme expressado na análise dos comentários segunda a subcategoria “Assinatura” com 9% de frequências de elementos analisados, os catalogadores indicam essa percepção em seus comentários:

[...] eu penso que deva haver um processo planejado, sem contar outro detalhe isso custa dinheiro, [...] e sem contar que a ferramenta e feita por uma assinatura, não é posse, é acesso, se fosse posse ficaria mais tranquilo [...] (C5)

[...] mas eu presumo que tem que fazer uma assinatura, parece que ele é uma assinatura, as vezes tem um temporário, uma assinatura de 30 dias, isso que eu fiz mas só que já expirou [...] (C13)

Divergindo destas percepções, a maioria dos comentários analisados apontam para o desconhecimento dos catalogadores referente a ferramenta RDA Toolkit, como apresentado na subcategoria “Desconhecimento da ferramenta” com 55% de frequências dos elementos analisados dos comentários.

[...] posso até ter ouvido falar, mas eu não lembro, então estou nem um pouco consciente. Eu realmente, assim, não lembro, provavelmente eu ouvi falar, falaram, mas eu não fixei [...] (C1)

[...] não sei o que é isso, nem um pouco consciente, estou sabendo agora através de você [...] (C2)

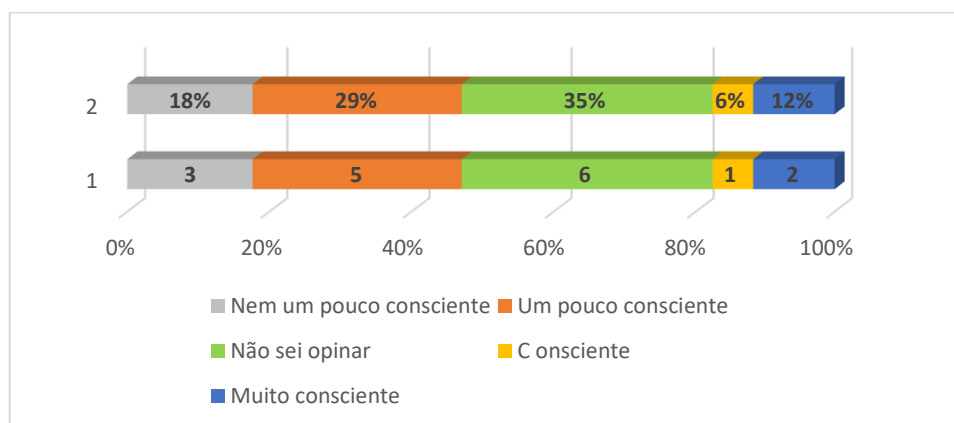
[...] Eu não conhecia, fiquei conhecendo agora, é até interessante que eu vou acessar esse site, mas eu não tinha conhecimento não [...] (C11)

Nossa não sei opinar na verdade a gente desconhece essa ferramenta é difícil falar alguma coisa assim. (C12)

5.4.6 Membros da equipe envolvidos na implementação da RDA

Nesta subseção propõe-se averiguar o grau de participação dos catalogadores relacionado com a preparação para implementação da RDA, com relação a membros da equipe envolvidos na implementação da RDA.

GRÁFICO 20 – Equipe envolvida na implementação da RDA



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

De acordo com o Gráfico 20, 35% (06 catalogadores) afirmam *não saber opinar* sobre os participantes da equipe da biblioteca envolvidos na implementação da RDA, enquanto 29% (05 catalogadores) declaram-se *um pouco conscientes*, os 18% (03 catalogadores) declaram-se *nem um pouco conscientes* acerca dos participantes, e 12% (02 catalogadores) informaram estar *muito conscientes*, enquanto 6% (01 catalogador) se diz *consciente* em relação à equipe envolvida na implementação da RDA.

Ainda, segundo o Gráfico 20, pode-se averiguar que os catalogadores afirmam *não saber opinar* sobre a participação de membros da equipe do Sistema de bibliotecas que estarão envolvidos na implementação da RDA. Para melhor entendimento da abordagem quantitativa, neste segundo momento será apresentada a análise dos comentários dos catalogadores segundo a percepção acerca dos envolvidos na participação da implementação da RDA, de acordo com as categorias e subcategorias criadas conforme apresentada na Tabela 21 a seguir.

TABELA 21 – Percepção sobre equipe envolvida na implementação da RDA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
<i>Percepção explicitada</i>	<i>Elementos citados</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Relacionada a bibliotecas do sistema	<i>Catalogadores das unidades</i>	09	45
	<i>Membros mais experientes</i>	01	5
Relacionado ao Sistema de bibliotecas	<i>Diretoria do sistema</i>	03	15
	<i>Setores de suporte</i>	01	5
Relacionada a falta de consciência	<i>Desconhece envolvidos</i>	06	30

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A análise dos comentários conforme a categoria “*Relacionada a bibliotecas do sistema*” com 50% de frequências dos elementos indica que a percepção sobre a equipe envolvida na implementação aponta na subcategoria “*Catalogadores das unidades*” com 45% de frequências dos elementos, que essa participação para a implementação da RDA terá a participação direta dos catalogadores de cada unidade como exemplificado nos comentários a seguir:

[...] como nós fazemos parte de um sistema de bibliotecas e normalmente os bibliotecários catalogadores das bibliotecas participam do grupo, então são ao esses que envolvem com a implementação, que vão envolver, mas são os catalogadores [...] (C1)

[...] se houver mesmo essa mudança, a gente já sabe mais ou menos as pessoas que vão estar envolvida das, por exemplo todos os catalogadores de cada biblioteca [...] (C8)

[...] eu coloquei os três bibliotecários que também trabalham com catalogação, e hoje eu coloco três, mas na verdade no momento são dois [...] (C13)

Um passo importante para a preparação da implementação da RDA é a seleção da equipe de pessoal que irá colaborar nas mudanças da RDA. Segundo Mering (2014, p. 105) para a avaliação do pessoal, será criado um inventário que indique o nível do potencial de cada membro da equipe envolvida com a mudança para o RDA, e providenciar uma descrição das funções de cada um e sua experiência com registros bibliográficos e de autoridade.

Também dentro da categoria “*Relacionada a bibliotecas do sistema*” apareceu um comentário segundo a subcategoria “*Membros mais experientes*”, onde foi apontado que os catalogadores com mais conhecimento e experiência de profissão fariam parte dessa equipe como apontado no comentário a seguir:

[...] tem as bibliotecárias mais antigas, que tem mais conhecimento, eu acho, também, que ela vai poder colaborar com muita coisa, então a gente já sabe mais ou menos [...] (C8)

A percepção nos comentários apontou elementos segundo a categoria “*Relacionado ao Sistema de bibliotecas*”, indicado na subcategoria “*Diretoria do sistema*” com 15% de frequência dos elementos analisados, os quais foram atribuídos que a direção da BU estaria à frente dessa decisão e os membros envolvidas para a implementação partiria de uma decisão da diretoria como apresentado nos comentários:

[...] como a gente está inserido dentro do contexto do sistema então a gente não pode implementar nada partindo daqui a gente tem sempre que esperar e participar do processo que é coordenado pela diretoria do sistema [...] (C17)

[...] A direção da BU envolve também, não é só os catalogadores. (C1)

Também foi apontado na categoria “*Relacionado ao Sistema de bibliotecas*”, a subcategoria “*Setores de suporte*” no qual um comentário atribuiu que o setor de suporte a catalogação da BU poderia colaborar como participante dessa equipe para a participação da implementação da RDA:

[...] esse primeiro encontro dos catalogadores, ele veio do setor de suporte a catalogação lá da BU [...] então eu acredito que tem de começar dali, da BU junto com esse setor, e aí talvez convidando alguns membros para fazer parte desse grupo para começar um teste aí. (C8)

Foram apontadas também nos comentários o desconhecimento por parte dos catalogadores referente ao envolvimento da equipe para a implementação da RDA, segundo a subcategoria “*Desconhece envolvidos*” com 30% de frequência de elementos analisados conforme os comentários a seguir:

[...] isso não foi definido ainda no âmbito do Sistema de bibliotecas, se foi não estou a par, [...] não foi discutido ainda, vai haver uma conversa sobre RDA, [...] mas essa discussão de quantos membros da equipe vão participar da implementação não foi feita ainda a não [...] (C5)

[...] a gente ainda não está em implementação, então, assim, também não tem membros, da equipe da biblioteca envolvidos. Como é a nível de sistema não se definiu se realmente a UFMG vai adotar a RDA [...] (C15)

Aqui não tem nenhum membro envolvido, não tem nem um movimento local no sentido enquanto da biblioteca, nem um membro envolvido se tem algum movimento da instituição que eu desconheço como números membros envolvidos também. (12)

A percepção dos catalogadores com relação ao “acesso às instruções da RDA através da ferramenta RDA toolkit”, demonstrou que eles se declaram “nem um pouco conscientes” sobre essa ferramenta importante para a implementação da RDA.

Observa-se que o resultado desta questão aparece por causa do desconhecimento por parte dos catalogadores que nunca tinham ouvido falar nessa ferramenta, apesar de até saberem que existe um endereço eletrônico, nunca tinha acessado a ferramenta, e estavam tendo sua primeira informação sobre ele por ocasião desta pesquisa.

A partir da análise de categorias e subcategorias deste Bloco, e conforme os principais resultados observados sobre as percepções dos catalogadores, apresenta-se no Quadro 33, uma visão geral das principais percepções de maior consciência (pontos fortes) e de menor consciência (pontos fracos) levantados conforme a análise dos comentários atribuídos pelos catalogadores para os enunciados propostos.

QUADRO 33 – Pontos fortes e fracos das percepções do Bloco 3

<i>Enunciados</i>	<i>Pontos Fortes</i>	<i>Pontos Fracos</i>
Pretensão ou preparação da sua biblioteca (sistema de bibliotecas) para implementar a RDA	Reconhecem a pretensão de implementação direcionada a diretoria do sistema; Reconhecem a preparação de implementação por conta dos encontros dos catalogadores; Reconhecem que pretensão de implementação perpassa por questões de Planejamento e orçamentos	Pouco reconhecimento de pretensão através de reuniões com os catalogadores; Pouco reconhecimento da preparação através de Encontros do Sistema;
Grupo de discussão sobre a RDA em sua biblioteca ou na rede de bibliotecas	Reconhecem a existência de um grupo de discussão; Reconhecem que existe um grupo de catalogação; Reconhecem outras frentes de discussão;	Poucos desconhecem a existência de um grupo de discussão; Poucos consideram que inexistem um grupo específico de RDA; Poucos reconhecem a existência de grupos de discussão externos.
Exemplos de registros RDA podem ser encontrados em várias fontes de informação	Entendem que as fontes podem ser encontradas através de exemplos de registros; Entendem que podem ser encontradas através da importação de registros;	Poucos exemplos fontes de informação; Em partes desconhecem essas fontes de informação;
Possíveis mudanças no software da biblioteca para otimizar as mudanças da RDA	Entendem que ocorrerá atualizações no software; Entendem que o Pergamum sofra alguma alteração; Desconhecem quais alterações ocorrerá	Pouco entendimento das alterações nos campos do MARC 21; Pouco entendimento de procedimentos com os fornecedores;
Acesso às instruções da RDA através da Ferramenta RDA Toolkit	Desconhecem a ferramenta RDA Toolkit; Tem algumas impressões sobre a RDA Toolkit	Pouco conhecimento sobre as instruções da RDA on-line; Pouco conhecimento sobre o acesso a RDA Toolkit; Pouco percepção sobre a assinatura da ferramenta
Membros da equipe da biblioteca (Sistema de bibliotecas) envolvidos na implementação da RDA	Entendem que os membros mais envolvidos serão das bibliotecas do sistema; Entendem que os catalogadores serão os membros mais envolvidos na implementação; Desconhecem a participação de membros envolvidos ;	Pouco conhecimento de membros da diretoria do sistema envolvidos; Pouco conhecimento da participação de membros mais experientes na implementação; Pouco conhecimento da participação de outros setores do Sistema na implementação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

5.5 Preferência de tópicos para treinamento da RDA

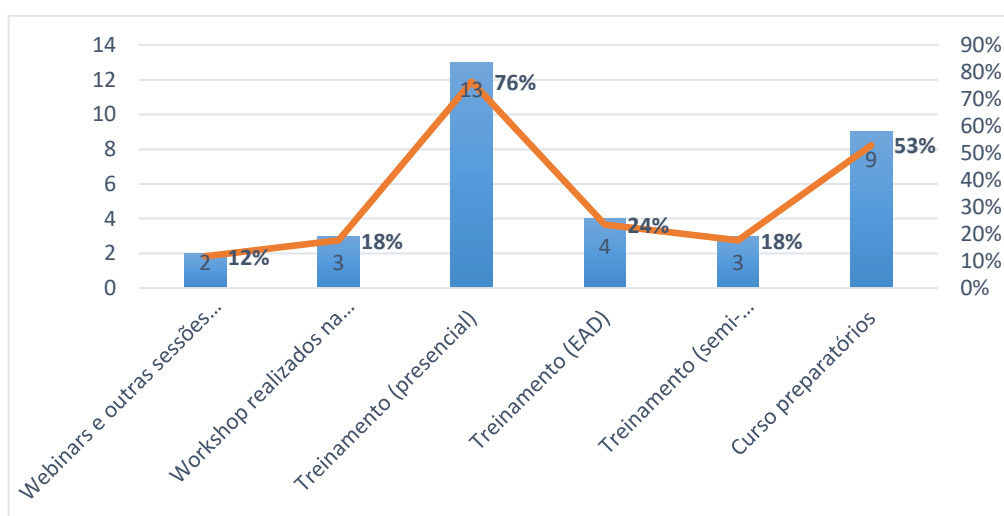
Nesta seção, considerado Bloco 4, propõe-se identificar as necessidades de preferência de programas, métodos e tópicos de conteúdos para treinamento e implementação da RDA. As questões estão disponibilizadas com alternativas que confirmem as melhores ou mais condizentes preferências dos entrevistados conforme sua escolha e de acordo com o enunciado sugerido (categorias). Sendo assim apresenta-se, a seguir, a análise, representação e interpretação dos dados coletados conforme entrevista realizada.

As duas questões do Bloco 4 compreendem as categorias propostas que serão apresentadas como uma subseção desta seção para melhor compreensão do processo de organização e codificação dos dados analisados.

5.5.1 Programas e métodos preferidos para treinamento

Nesta categoria sugere-se identificar as preferências de programas ou métodos para treinamento sobre os tópicos mais relevantes ou de interesses de escolha dos catalogadores conforme enunciado proposto. Cada catalogador foi indicado a selecionar até duas alternativas de acordo com sua preferência.

GRÁFICO 21 – Programas e métodos preferidos para treinamento



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

De acordo com o Gráfico 21, 76% (13 catalogadores) preferem como método de treinamento o *treinamento presencial* conforme suas preferências, enquanto 53% (09 catalogadores) indicaram o programa de *curso preparatório* como preferência para treinamento, 24% (04 catalogadores) informam que o *treinamento (EAD)* seria a melhor escolha como preferência para treinamento da RDA, igualmente, 18% (03 catalogadores) declaram os *Workshops realizados na sua instituição*, e 18% (03 catalogadores) declaram o *treinamento semipresencial* como preferências de métodos para treinamento e apenas 12% (02 catalogadores) dizem optar pelo programa *webinars e outros sessões de treinamento on-line* como preferência para treinamento da RDA.

Ainda segundo o Gráfico 21, pode-se identificar que grande parte dos catalogadores escolheram o *treinamento presencial* como programa ou método preferido para treinamento da RDA. Para melhor entendimento da análise ocorrida, a seguir os comentários feitos pelos catalogadores confirmam a escolha identificada.

QUADRO 34 – Comentários sobre programas ou métodos para treinamento

C1	<i>Eu coloquei o treinamento presencial porque é uma preferência minha. Quando vou começar a usar uma nova ferramenta eu gosto de ser treinada, né eu faço questão.</i>
C4	<i>Eu coloquei treinamento presencial que eu acho que é uma coisa que tem que ser mais completa assim que eu entendo, não um treinamento um a distância ou uma coisa assim feita virtualmente , tem que ser um treinamento presencial, com um especialista né, um a pessoa que realmente entende do que está falando.</i>
C5	<i>Coloquei treinamento presencial porque em um ambiente que há muitas pessoas, um ambiente presencial, a vantagem é que no primeiro momento as pessoas estarão lá para isso, e as vezes o colega tem uma pergunta que surge na hora está lá para isso, para essa finalidade, que se ele estivesse em casa</i>
C7	<i>Marquei treinamento presencial e cursos preparatórios.</i>
C8	<i>Eu acho que a princípio como todo mundo está muito cru ainda teria que ser presencial.</i>
C9	<i>Sem comentários</i>
C10	<i>De acordo com a minha experiência eu acho que treinamento presencial é ainda é melhor.</i>
C11	<i>É eu coloquei que tenho preferência de treinamento presencial porque eu gosto bastante de treinamento a distância, mas no caso do RDA seria interessante o treinamento presencial, porque ai você tira dúvidas assim, porque eu acho que vai gerar muitas dúvida para gente, eu preferiria em forma de treinamento presencial</i>
C12	<i>mas eu prefiro aqui, isso é até uma coisa pessoal, eu prefiro treinamento preferencial, porque quando falar em on-line eu me disperso , eu não cumpro esses treinamentos à risca, eu preferiria um presencial.</i>
C13	<i>E treinamento presencial, eu acho que poderia ser até o treinamento semipresencial, mas eu acho que o treinamento presencial em catalogação e outra coisa, eu fiz curso de autoridade on-line, eu fiz curso de normalização, é bom de normalização...,por que foi fazendo no MODS, foi bom, mas o do MARC quando é do MARC mesmo, de quem cataloga, o bom mesmo é presencial, você vai catalogando junto, com a parte prática ne, presencial e coma parte prática , e você praticando pra ver onde você ter a dificuldade.</i>
C14	<i>Eu acho importante a questão do treinamento presencial e do treinamento EAD também</i>
C16	<i>O treinamento presencial e curso preparatórias para mim eu acho que é mais eficaz, mas todas as formas são interessantes e vai atender a tipos diferentes de pessoas, e tem que focar muito em todo esse processo de orientação porque eu acredito que as pessoas em geral, os catalogadores da UFMG estão mais ou menos no mesmo nível em relação ao entendimento do RDA, e seria um entendimento inicial, superficial para partir para o processo de catalogação a que se ter muito treinamento ainda.</i>

Dentre os métodos para treinamento da RDA, a maioria dos catalogadores demonstraram sua preferência pelo treinamento presencial como analisado nos comentários.

Mering (2014, p. 112) aponta que os catalogadores precisarão de treinamento para tudo, desde o reconhecimento de um registro em RDA até a criação de um registro em RDA a partir de um formulário em branco. No nível básico, os catalogadores precisarão ser capazes de identificar aspectos de um registro em RDA. Além disso, os catalogadores podem encontrar registros em RDA incompletos e registros híbridos em AACR2/RDA.

Ou seja, talvez nesse ponto apresentando por Mering os catalogadores nos seus comentários preferiram os treinamentos presenciais por serem mais intimistas, por ter um especialista que abordara o tema, porque apresenta o envolvimento de pessoas presencialmente. No caso, o conhecimento será repassado de forma igual para todos e as dúvidas serão tiradas no momento presente, não haverá comodismo de um treinamento on-line e os exercícios poderão ser feitos juntos.

O treinamento presencial e os cursos preparatórios foram escolhidos pelos catalogadores como preferências de programas e métodos para treinamento. Isso se justifica porque os catalogadores sugerem que o treinamento presencial seja mais completo em questão de conteúdo, que seja num ambiente onde terá contato com pessoas que estarão lá compartilhando perguntas e dúvidas sobre o assunto, e não ocorrerão descuidos, desinteresse, ou dispersão dos envolvidos como num ambiente on-line, e também porque pode haver um acompanhamento de partes práticas no momento do treinamento onde as dificuldades poderão ser tiradas naquela hora.

Além disso, como relatado pelos catalogadores, até se justifica essa preferência, porque já é até que meio um hábito do sistema de bibliotecas da UFMG, quando aparecem coisas novas para serem repassadas, utilizarem os treinamentos presenciais e cursos preparatórios onde há reunião dos catalogadores e entrega de apostilas como material de acompanhamento. Alguns catalogadores sugerem também que quanto mais tipos e formas de orientação e treinamento, melhor será para aprendizagem dos mesmos, e um especialista que esteja disponível nesse momento será um diferencial para tirar dúvidas corriqueiras.

Como identificado nos estudos de Choi, Yusof, Ibrahim (2014, p. 613) sobre a implementação da RDA na Biblioteca Nacional de Singapura, o método de

treinamento foi uma combinação de treinamento em sala de aula, grupo de estudo e Webinars. Embora o treinamento em sala de aula e os Webinars tivessem como objetivo fornecer uma boa introdução e uma visão geral sólida da RDA, havia a necessidade de continuar o treinamento prático; revisão constante de registros RDA recém-criados e discussão contínua das novas regras, sua interpretação e aplicação.

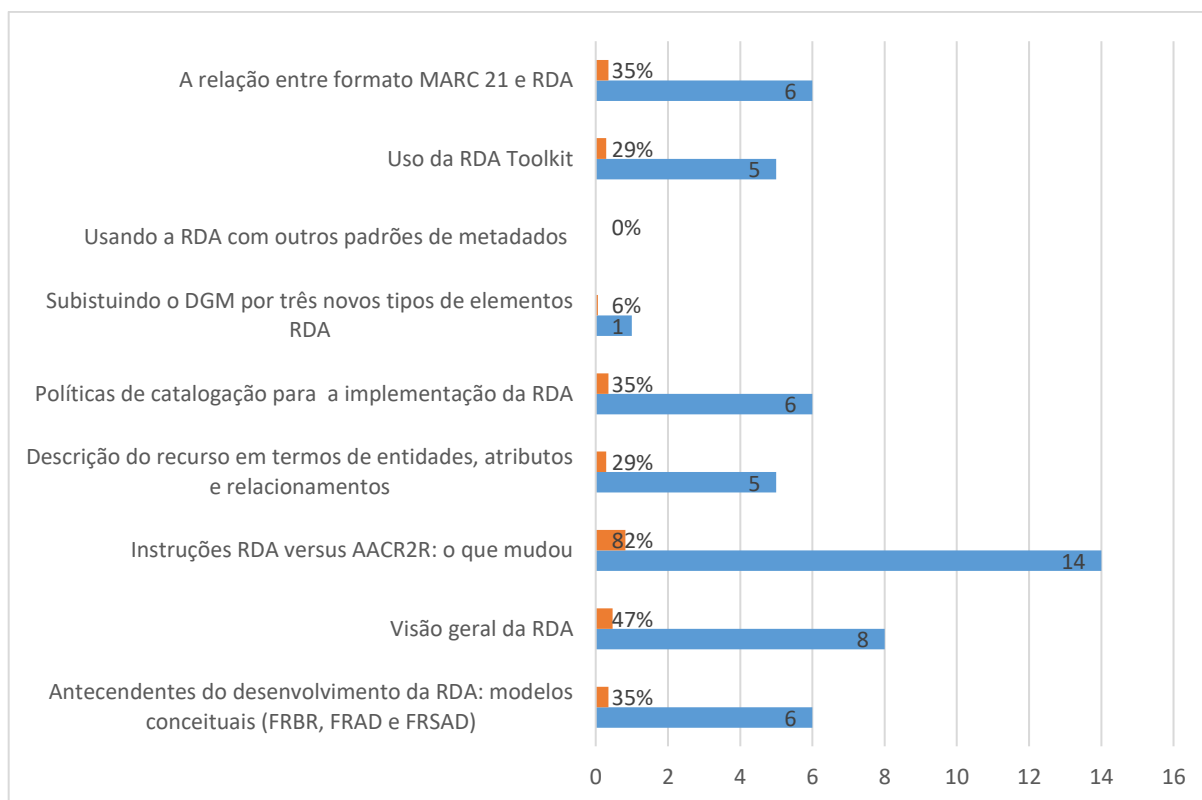
Ainda segundo estudos de Hitchens e Symons apud Long (2018, p. 99) enfatiza-se a necessidade de usar vários formatos educacionais para fornecer o conteúdo do treinamento, incluindo a educação on-line e as conferências e workshops presenciais. Numerosos levantamentos em nível nacional e relatórios de bibliotecas que participaram do programa inicial de testes de RDA reforçaram a avaliação de Hitchens e Symons apud Long (2018, p. 99) geralmente concordando que uma ampla variedade de métodos de treinamento deveria ser disponibilizada.

5.5.2 Tópicos de preferência de conteúdo para treinamento

Nesta subseção pretende-se identificar tópicos de preferência de conteúdo para treinamento da RDA mais relevantes ou de interesses de escolha dos catalogadores conforme enunciado proposto. Cada catalogador foi indicado a selecionar até três alternativas de acordo com sua preferência.

Conforme identificado no Gráfico 22, a maior parte, 82% (14 catalogadores) escolheram como preferência de conteúdo para o treinamento da RDA o *tópico Instruções RDA versus AACR2: o que mudou*, 47% (08 catalogadores) optaram como preferência o *tópico Visão geral da RDA*, os tópicos de preferência de conteúdo *A relação entre o formato MARC 21 e a RDA* e *Políticas de catalogação para a implementação da RDA* ficaram igualmente com 35% (06 catalogadores) para cada tópico, igualmente também, os tópicos de preferência de conteúdo *Uso da RDA Toolkit*, *Descrição de recursos em termos de entidades, atributos e relacionamentos* e *Antecedentes do desenvolvimento da RDA: modelos conceituais (FRBR, FRAD e FRSASD)*, obtiveram 29% (05 catalogadores) de escolha como tópico de conteúdo para treinamento, enquanto o *tópico Substituindo o DGM por três novos elementos RDA* obteve 6% (somente 01 catalogador). Somente o *tópico Usando a RDA com outros padrões de metadados* não obteve nenhuma escolha dos catalogadores a respeito do enunciado proposto.

GRÁFICO 22 – Conteúdo de preferência de treinamento



Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Como apresentado no Gráfico 22, identificou-se que os catalogadores elegeram como tópico de preferência de conteúdo para treinamento a alternativa *Instruções RDA versus AACR2: o que mudou*. Segue, no Quadro 35, alguns comentários dos catalogadores referente a escola do tema.

QUADRO 35 – Comentários sobre conteúdos de preferência para treinamento

C1	<i>[...] instruções RDA versus AACR2 o que mudou porque eu acho isso importante para você ver quais são as diferenças [...]</i>
C4	<i>[...][coloquei essa comparação do que mudou eu acho interessante para gente visualizar num todo o que está mudando [...]</i>
C5	<i>[...] Isso aqui eu acho legal mas RDA versus AACR2 seria muito interessante [...]</i>
C8	<i>[...] Coloquei Instrução de RDA versus AACR2 o que mudou para a gente perceber essa mudança [...]</i>
C11	<i>[...] Instruções da RDA versus AACr2 que eu acho que seria a maior dúvida questão de identificar, para agente que já trabalha com isso, o que no AACR2 vai mudar em relação ao RDA [...]</i>
C13	<i>[...] acho que a primeira coisa é trabalhar o RDA com o AACR2, porque está todo mundo viciado no AACR2,entendeu, a gente a muitos anos usa o AACR2 [...]</i>

Fonte: Lista de questões do estudo, 2019.

Confirmando os resultados da perspectiva quantitativa, nos comentários dos catalogadores a respeito da preferência de conteúdo para treinamento eles apontam suas breves motivações para a escolha do conteúdo, “*acho isso importante para você ver quais são as diferenças (C1)*”; “*eu acho interessante para gente visualizar num*

todo, o que está mudando (C4)”; “seria muito interessante (C5)”; “para a gente perceber essa mudança (C8)”; “acho que seria a maior dúvida questão de identificar, para agente que já trabalha com isso (C11)”; “está todo mundo viciado no AACR2,entendeu, a gente a muitos anos usa o AACR2 (C13).

Dentre os três tópicos de preferência de conteúdo indicados pelos catalogadores estão as *“instruções RDA versus AACR2: o que mudou”*, essa preferência justifica-se porque atualmente, ainda, a AACR2R é o código utilizado pelos catalogadores, então partir dele, entender quais seriam as diferenças relacionadas com a RDA, e identificar o que está mudando, facilitaria o entendimento para compreender a RDA.

Em seguida *“visão geral da RDA”* foi apontada porque os catalogadores entendem que seria interessante, até mesmo, por falta de conhecimento geral dos catalogadores sobre a norma, trazer uma introdução para começar a entender o processo de mudança.

Em terceiro estão os temas: *“Antecedentes do desenvolvimento da RDA: modelos conceituais (FRBR, FRAD e FRSAD)”*, pela importância de se entender a base de estrutura da RDA para utilizá-la, as *“Políticas de catalogação para a implementação da RDA”* porque são de grande importância para direcionar, dar um norte, a todos os catalogadores em relação a tudo que for feito, para que não haja execuções convenientes para cada um, e a *“A relação entre formato MARC 21 e RDA”* porque como o AACR2, o MARC é o esquema vigente de catalogação, então seria interessante partir dele para entender melhor essa transição para a RDA.

Dessa forma, os resultados contribuem para uma melhor compreensão da necessidade de implementar a RDA e servem como uma vitrine para as várias circunstâncias em que diferentes organizações implementaram o RDA.

6 ALGUNS PASSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA RDA

Mesmo sem o apoio de outras instituições que demonstrem interesse pela implementação da RDA, a tomada de decisão do pessoal do sistema de bibliotecas da UFMG e de outras bibliotecas que decidam implementar a RDA, são atitudes que podem ser feitas isoladamente caso haja essa decisão pela implementação.

Criar um plano primeiramente e identificar esses primeiros passos para a implementação a princípio é algo primordial para o começo da implementação. Partindo da criação de políticas que se adequem as novas instruções, e também as características peculiares de cada unidade de informação, preparar o processo de transição de forma que ele seja gradual e oferecendo aos catalogadores tempo suficiente para se adaptarem à mudança sem estabelecer prazos pré-definidos, avaliar a equipe que participará da implementação, nesse caso é importante avaliar o tempo de experiência do catalogador com registros bibliográficos e de autoridade.

Segundo Mering (2014, p. 134) o primeiro passo começa com um plano sobre como introduzir o RDA ao pessoal da biblioteca e da administração. Considere o público e o que de novo conhecimento será de maior benefício para eles. Essa introdução pode incluir temas como a terminologia e as definições do RDA, a RDA como um padrão de conteúdo e as principais diferenças entre o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (AACR2) e a RDA. Além disso, uma demonstração visual de como os registros em RDA se apresentam em um catálogo e como seria benéfica a integração dos novos registros.

De acordo com Choi, Yusof, Ibrahim (2014, p. 611) o treinamento é o passo mais importante para a implementação da RDA, a equipe envolvida tem que determinar o tempo que será gasto, e esforços para que a transição seja tranquila, quem serão os responsáveis pelos treinamentos, elaboração de um plano de treinamento, busca de materiais de treinamento adequados, tanto baseados na Web como impressos; identificar facilitadores de treinamento; e, realizar treinamentos em fases ou módulos.

Apesar da preferência pelos catalogadores do sistema de bibliotecas da UFMG pelos métodos de treinamento presencial e de curso preparatórios, isso em partes pelo hábito e pela cultura do sistema de já utilizar esses métodos como preferência para instruírem o pessoal em decorrência de novas atualizações de assuntos, nada impede que outras formas de programas e métodos de treinamento sejam avaliadas para o repasse de conhecimento da RDA para sua implementação, principalmente por haver unidades que estão fora do campus e em outras cidades.

O valor de treinamento prático é enfatizado, mas a melhor abordagem foi considerada uma mistura de aprendizado teórico e prático com os muitos implementadores usando materiais de treinamento da Library of Congress (Park e Tosaka, 2015; Cronin, 2012).

Outro passo proposto é uma conversa imediata do Sistema de Bibliotecas com os responsáveis pelo gerenciamento do software Pergamum para adequar as mudanças propostas nos campos MARC 21 pela norma RDA. De acordo com Mering (2014, p. 106), é preciso verificar se o catálogo possui versão mais recente do software, se não possuir, verificar com o fornecedor para providenciar as atualizações para acomodar a RDA.

O passo seguinte é adquirir o kit de ferramentas de RDA, mas por causa do alto custo para sua assinatura acaba sendo uma restrição à implementação de RDA na maioria das bibliotecas, talvez para amenizar os gastos iniciais com assinatura da ferramenta on-line, a aquisição de uma versão impressa fosse a solução inicial para implementação, no caso o acesso as instruções, quando necessário tirar alguma dúvida, poderia ser feito pelo teste grátis de 30 dias, outra solução seria um consorcio entre bibliotecas, que já implementaram a RDA ou que estão em vias para a implementação, para adquirir o kit de ferramentas de RDA on-line e compartilhar entre si, amenizando os custos de assinatura.

De acordo com Mering (2014, p. 138) ao se decidir em como acessar as instruções do RDA, considere os prós e contras de um recurso online em relação à versão impressa. O custo, as opções de atualização e o número de funcionários que precisaram de acesso devem ser considerados na hora da compra.

Feitas as alterações necessárias no catálogo da biblioteca para acomodar a RDA com os novos campos MARC bibliográficos e de autoridade, é hora de dar o próximo passo para implementação da RDA que é a entrada dos dados no sistema, Mering (2014, p. 142) aponta que muitas bibliotecas já estão operando com um catálogo híbrido que inclui recursos catalogados de acordo com códigos de catalogação RDA, AACR2 e até códigos anteriores, nesse caso é preciso se perguntar se seu catálogo terá uma mistura de campos do MARC novos e antigos, que suportará registros em AACR2 e em RDA, e se a catalogação sua biblioteca continuará adicionando registros AACR2, mas passará a ver e adicionar mais registros em RDA.

Diante disso é importante atentar que os catalogadores dos serviços técnicos enfrentarão muitas decisões ao editar e criar registros em RDA e conforme Mering

(2014, p. 110), depois que a transição para o RDA tiver sido concluída, uma decisão importante será decidir se os registros importados em AACR2 serão convertidos para RDA ou aceitos como estão.

Dessa maneira esses primeiros passos apontados serão importantíssimos para a mudança para a norma RDA, a tomada de decisão, e a atitude de implementar, apesar de constituir um passo de grande responsabilidade, de grande esforço e envolvimento da diretoria do Sistema de Bibliotecas e das suas unidades podem ser amenizados com uma transição um pouco mais gradual e com tempo maior para o aprendizado dos catalogadores.

Para um melhor entendimento dos passos construídos aqui a serem adotados na implementação da RDA, é apresentado a seguir, Figura 24, em formato de diagrama, os processos a serem seguidos:

FIGUARA 24 – Passos para implementação da RDA

**1º Criar um plano primeiramente e identificar esses primeiros passos (tarefas).
(Mering, 2014; NLA, 2019)**

**2º Criar políticas que se adequem as novas instruções e as características de cada unidade de informação.
(Hanford, 2014; NLA, 2019; Choi, Yusof, Ibrahim 2014)**

**3º Introduzir o RDA ao pessoal da biblioteca e da administração.
(Mering, 2014; NLA, 2019; Oliver, 2011; El-Sherbini, 2013)**

**4º Adequar as mudanças propostas nos campos MARC 21 pela norma RDA.
(Mering, 2014; NLA, 2019; El-Sherbini)**

**5º Adquirir o kit de ferramentas de RDA.
(Mering, 2014; NLA, 2019; Oliver, 2011; El-Sherbini)**

**6º Entrar com os dados.
(Mering, 2014)**

7º Decidir se os registros importados em AACR2 serão convertidos para RDA ou aceitos como estão. (Mering, 2014)

Fonte: Mering, 2014; NLA, 2019; Hanford, 2014; Choi, Yusof, Ibrahim, 2014; Oliver, 2014; El-Serbini, 2013.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação, trouxeram alterações decorrentes para produção de novas publicações, novas formas de conteúdo, de suporte, de formatos e também ao acesso da informação pelo meio virtual. Em consequência as atividades de catalogação nas bibliotecas também tiveram que se adequar para poder dar conta da descrição desses novos documentos que surgiam, e como isso o catalogador que está na linha de frente dessas mudanças tem que se reencontrar na sua atividade e procurar meios através dos quais possa se renovar e entender as mudanças decorrente desse novo contexto.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou perceber como os catalogadores das bibliotecas do sistema de bibliotecas da UFMG sobre a norma RDA e suas perspectivas para a sua implementação, contemplando e atendendo o objetivo geral de investigar a essas percepções acerca da RDA e os seus objetivos específicos, de modo que a investigação, efetivamente, demonstrou que eles estão percebendo a norma mais de forma geral (pela substituição da AACR2R, pela nova descrição de recursos digitais, alterações nos campos MARC 21) e menos pelas mudanças de regras e pela preparação de estratégias para a implementação.

Na visão geral da norma RDA pode-se verificar que 80% do total dos resultados quantitativos de todos os enunciados apontam uma maior compreensão dos catalogadores e que eles percebem que a substituição da RDA está mais associada a limitação da AACR2R do que pela sua continuidade. No caso dos modelos conceituais ainda há uma menor compreensão sobre seus conceitos apesar das percepções e referências as características e estruturação da RDA. Os exemplos de codificação em RDA são mais direcionados ao MARC21, isso provavelmente por ser o esquema mais utilizado na biblioteconomia, do que outros esquemas de codificação. Os formatos on-line, bem como, a descrição de recursos tradicionais e digitais, e as alterações nos campos MARC 21 são percebidas pelos catalogadores como novas propostas de adesão a norma RDA.

Há uma menor familiaridade com os tópicos de mudanças da RDA, com 65% do total dos resultados quantitativos de todos os enunciados calculados, na fala dos catalogadores existe uma menor percepção sobre os elementos essenciais, substituição do campo 260 pelo 264 e designadores de relacionamento, e em contrapartida uma maior percepção sobre a eliminação de abreviaturas, da regra de três e da substituição da DGM, obtiveram maior familiaridade.

Averiguou-se que na preparação para a implementação da RDA que obteve 58% do total dos resultados quantitativos, que todos os enunciados apontam para uma menor conscientização dos catalogadores, apesar disso, existe uma maior percepção voltada para a pretensão da Diretoria do Sistema de Bibliotecas ser a favor da implementação da RDA, das iniciativas de propor reuniões para a discussão do tema e de trazer palestrantes para falar sobre o assunto, e também, uma maior percepção sobre a preparação para implementação da RDA através dos encontros do grupo de catalogação dos bibliotecários da UFMG que pode ser atualmente uma grande opção entre os catalogadores para divulgar e discutir a temática sobre a RDA principalmente após uma decisão de implementação.

Há maior percepção quanto ao acesso a outras bases de catálogos de bibliotecas de outros países que já utilizam a RDA, e o exemplo de registros mais comum são encontrados na catalogação da Library of Congress, principalmente pela importação de dados MARC 21 que já está em RDA desses catálogos internacionais, em contrapartida há uma percepção menor sobre a utilização da Ferramenta RDA Toolkit como produto imprescindível para a implementação da RDA demonstrando desconhecimento da ferramenta e as barreiras do idioma e também do seu alto custo para assinatura como dificuldades para o acesso.

As *“Instruções RDA versus AACR2R: o que mudou”* é o tópico de preferência para treinamento escolhido pelos catalogadores. Isso se justifica até pela pouca percepção que eles tiveram referente a substituição da RDA percebida pela continuidade com o AACR2R e também pela menor familiaridade com os tópicos de mudança da RDA.

Dentre as limitações do estudo refere-se a pouca literatura em língua portuguesa, a maioria da literatura publicada ainda encontra-se em inglês. Em alguns momentos mesmo na base do Portal Capes não se conseguia fazer o download de artigos sobre o tema por causa das restrições do periódico. Outra limitação do estudo refere-se a sua população e amostra. Não houve a participação de todos os catalogadores das unidades de biblioteca do sistema, e desse modo, o tamanho da amostra que se apresentou em número reduzido permite apenas apresentar os resultados encontrados para a população em questão. A limitação de conhecimento do pesquisador, em determinadas partes da pesquisa, principalmente na metodologia sobre a abordagem de métodos mistos relacionadas às suas estratégias. Além de

limitações na construção estrutural da análise de dados pelo desconhecimento de ferramentas de análise que poderiam melhor representar os dados tratados.

É importante ressaltar que os resultados desse estudo contribuem para o entendimento da temática RDA e para a sua implementação, que abrange o conhecimento acerca da estrutura da RDA e de suas principais características, os modelos que a conceituam, sua descrição votada para o ambiente digital, bem como para outras comunidades de metadados e trazem para os catalogadores uma compreensão melhor de como a RDA auxiliará no melhoramento da descrição de dados para busca dos usuários.

O conhecimento das regras e as mudanças propostas por elas, além de apontarem para a necessidade de aprendizagem e estudo continuado da norma, e pela demonstração prática do seu funcionamento, também apontam para as práticas de treinamentos que reafirmem a conscientização para conhecimento da norma RDA, além disso, atualmente, o Projeto RDA 3R, que promove o a reestruturação e o redesenho do RDA Toolkit, bem como da norma RDA, para melhorar o alinhamento nas mudanças das práticas de catalogação, propõe o estudo e examine do conteúdo nova estrutura e organização da a norma RDA, bem como, a familiaridade do catalogador com o Library Reference Model (LRM) proposto pela IFLA.

Esse estudo, também colabora, com ideias e sugestões que possam contribuir para um possível projeto ou plano de implementação da norma RDA por parte do Sistema de bibliotecas da UMFG, além de dar bastante subsídio para a gestão e implementação da RDA para outros sistemas de bibliotecas que sejam elas públicas ou privadas com estratégias e passos bem delineados para a sua implementação.

As ações de treinamento percebidas pelos países que já implementaram e os que estão implementando a RDA são as mais diversas possíveis, sendo que suas Bibliotecas Nacionais estão envolvidas diretamente nas atividades e processos de elaboração e divulgação dos treinamentos em seus países, juntamente com os comitês, conselhos e grupos responsáveis pela implementação, principalmente, por meio da disponibilização nas páginas nos sites destas Bibliotecas Nacionais, que trazem todos os tipos de treinamento e recursos relacionados nessa etapa de implementação.

A adoção da RDA pelas Bibliotecas Nacionais desses países constituem um marco importante que poderá influenciar a adoção da RDA em outras bibliotecas, quer, sejam elas acadêmicas, públicas ou escolares e que acompanhará os modelos

e práticas adotadas pelas Bibliotecas Nacionais, entretanto alguns países como a Turquia e Itália optaram por realizar uma implementação descentralizada na qual algumas bibliotecas e instituições em particular decidiram independentemente implementar a RDA sem vínculo com as suas Bibliotecas Nacionais.

O estudo também permitiu conhecer de perto os receios, anseios, angústias dos catalogadores perante um assunto que está tão em pauta internacionalmente, e que gera tantas dúvidas e meche tanto com o imaginário dos catalogadores e nas possibilidades que essas mudanças trarão efetivamente em suas ações práticas. Alguns colocam a RDA como a salva guarda para o melhoramento da descrição de determinados recursos, outros acreditam que ela não é tão especial assim, já outros já falam que ele é uma utopia, que vai demorar em ser implementada na UFMG, enquanto outros só acreditaram na RDA quando ela for realmente implementada na UFMG.

Esse estudo é um dos primeiros do Brasil a discutir a preferência de programas e métodos para catalogadores para treinamentos da RDA. Percebe-se que ainda engatinhamos para conhecer a RDA e suas possibilidades de implementação, por isso sugere-se a continuidade de estudos com amostras maiores em diversas instituições federais, privadas, estaduais e públicas do país sobre a real impressão dos catalogadores sobre a RDA, suas preferências de treinamento, as intenções de implementação destas instituições, quais razões, dificuldades e expectativas em relação a norma e a sua implementação, que eles tem, para que se possa entender suas necessidades e para que se possa discutir alternativas, caminhos, ou planos, talvez em conjunto com determinadas entidades, e até a nível nacional para que concretamente os primeiros passos unificados para a implementação da RDA no Brasil aconteça.

REFERÊNCIAS

ACEDERA, A.P. Are Philippine Librarians Ready for Resource Description and Access (RDA)? The Mindanao Experience. **Cataloging & Classification Quarterly**, 52 (6-7), 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2014.891164>. Acesso em 15 de maio 2018.

ALDI, Giovanni. RDA implementation in Casalini. **JLIS.it, Italian Journal of Library and Information Science**, 2018, Vol. 9 (1), p. 24-26. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/24-26/11309>. Acesso em 13 nov. 2018

AMORIM, Eli Regina da Silva. **Viabilidade de implantação da Resource Description Access (RDA) na Biblioteca Universitária do Estado de Santa Catarina**. 125 p. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/3016/dissertacao_eli.pdf Acesso em 15 de maio 2018.

ARELLANO, F. F. M.; CHAVARRIA, E. S.; VALGAÑON, P. L. R. Implementación de las RDA en la universidad nacional autónoma de México. **Palabra Clave (Argentina)**, v. 6 No 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe019>. Acesso em 22 mai. 2018.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C. **Resource Description and Access (RDA): objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para descrição de recursos e acesso**. 2009. Disponível em: <http://docs.fabricioassumpcao.com/2009-assumpcao-santos-resource-description-and-access.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.

ASSUMPÇÃO, Fabrício. **Ideias, notícias e reflexões sobre catalogação: o que é o FRBR?** 2012. Disponível em: <http://fabricioassumpcao.com/2012/07/o-que-e-frbr.html>. Acesso em 12 mar. 2019.

ATILGAN, Dogan ; OZEL, Nevzat ; ÇAKMAK, Tolga. RDA in Turkey: Perceptions and Expectations on Implementation. **JLIS.it, Italian Journal of Library and Information Science**, 2015, Vol. 6 (2), p. 163(17). Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/10953/10434>. Acesso em 21 mai. 2018

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BIBFRAME: **Bibliographic Framework Initiative**. 2016. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html>. Acesso em 07 fev. 2019.

Bibliographic Framework Initiative (BIBFRAME). **Description of the category view of the BIBFRAME Vocabulary**. Washington, 2016a. Disponível em: <http://www.loc.gov/bibframe/docs/vocab-category.html> . Acesso em 20 mar. 2018.

Bibliographic Framework Initiative (BIBFRAME). **Frequently asked questions (FAQ)**. Washington, 2016b. Disponível em: <http://www.loc.gov/bibframe/faqs/> . Acesso em 07 fev. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPAÑA. **RDA: formación**, c2019. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Inicio/Perfiles/Bibliotecarios/Procesos-tecnicos/NormasInternacionales/RDA/formacion> . Acesso em 09 jul. de 2020.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (BNF). **Code de catalogue RDA**, c2020. Disponível em: <https://www.bnf.fr/fr/code-de-catalogage-rda>. Acesso em 02 de jul. de 2020.

CAESAR, Ingo; EICHEL, Dierk. Challenges for the Implementation of Resource Description and Access (RDA) Case Study Germany. In **17th annual BOBCATSSS symposium (Bobcatsss)**, Porto (Portugal), 28-30 January 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28810053_Challenges_for_the_Implementation_of_Resource_Description_and_Access_RDACase_Study_Germany. Acesso em 21 nov. 2018.

ÇAKMAK, Tolga. RDA Transition in Turkey: Perspectives and Experiences of the Libraries. **JLIS.it, Italian Journal of Library and Information Science**, v. 9(1), p.31-43, 2018. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/31-43/11310>. Acesso em 13 nov. 2018.

CARLTON, Tim. **Library of Congress Training for RDA: using the RDA Toolkit**. Library of Congress, 2014. Disponível em: <https://www.loc.gov/catworkshop/RDA%20training%20materials/LC%20RDA%20Training/LC%20RDA%20course%20table.html>. Acesso em 16 mai. 2018.

CASTRO, Mariana Vasconcelos de; MORENO, Castro Fernanda Passini. **Catálogo 2.0: um estudo de caso em bibliotecas univesitárias do centro-oeste brasileiro**, 2013. 94 f. Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UNB), 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6102/1/2013_MarianaVasconcelosDeCastro.pdf. Acesso em 31 ago. 2019.

CAVALCANTI, Larissa Andrade Batista. **Recursos: Descrição e Acesso (RDA): UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS CENTRAIS**, 2013. 106 f. Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UNB), 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf. Acesso em 31 ago. 2019.

CÓDIGO. **Código de Catalogação Anglo-Americano**. São Paulo: Febab, 2004.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

CHOI, Kathy ; YUSOF, Haslinda Md ; IBRAHIM, Fauziah. RDA: National Library Board Singapore's Learning Journey. **Cataloging & Classification Quarterly**, 01 August 2014, Vol.52(6-7), p. 608-620. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639374.2014.891165>. Acesso em 08 out. 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010. 296 p.

CRONIN, Christopher Cronin (2011): From Testing to Implementation: Managing Full-Scale RDA Adoption at the University of Chicago, **Cataloging & Classification Quarterly**, 2011, Vol.49 (7-8), p. 626-646. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2011.616263>. Acesso em 08 out. 2018

CROSS, Emma ; ANDREWS, Sue ; GROVER, Trina ; OLIVER, Chris ; RIVA, Pat. In the company of my peers: implementation of RDA in Canada. **Cataloging & Classification Quarterly**, 01 August 2014, Vol.52(6-7), pp.747-774. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2014.899535>. Acesso em 11 set. 2019.

CHEN, P. **Modelagem de dados: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Mcgraw Hill, 1990.

DANSKIN, Alan. RDA implementation and application: British Library. **O-bib. Das offene Bibliotheks journal**, 01 December 2014, Vol.1(1), pp.187-191. Disponível em: <https://www.o-bib.de/article/view/2014H1S187-191/1252>. Acesso em 22 out. 2018

DANSKIN, A.; GRYSPEERDT, K. Changing the rules? RDA and cataloguing in Europe. **Liber Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 112–123, 2014. Disponível em: <https://www.liberquarterly.eu/articles/10.18352/lq.9553/>. Acesso em 19 jun. 2018

DEUTSCHE NATIONAL BIBLIOTHEK (DNB). **RDA-Info-Wiki**, 2020. Disponível em: <https://wiki.dnb.de/display/RDAINFO/RDA-Info>. Acesso em 04 jul. de 2020.

DUCHEVA, Dilyana P ; PENNINGTON, Diane Rasmussen. **Journal of Librarianship and Information Science**, Maio, 2017, Vol.51(2). Disponível em: https://strathprints.strath.ac.uk/59644/1/Ducheva_Pennington_JLIS_2017_RDA_in_Europe.pdf. Acesso em 11 jun. 2018.

EL-SHERBINI, Magda. **RDA: strategies for implementation**. Chicago: ALA Editions, 2013.

EURIG (2013). **EURIG survey on adoption of RDA – 2013: report**. Retrieved August 14, 2014. Disponível em: <http://docplayer.net/2374277-Eurig-survey-on-adoption-of-rda-2013-report.html>. Acesso em 10 set. 2019.

FIUZA, M. M. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, 1980. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89357>. Acesso em 29 ago. 2019.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 16, n. 1, 1987. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87034>. Acesso em 29 ago. 2019.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FURRIE, Betty. **O MARC bibliográfico**: um guia introdutório; catalogação legível por computador. Brasília: Thesaurus, 2000.

FUSCO, Elvis. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: [http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aplicacao dos FRBR na modelagem de catalogos bibliograficos digitais.pdf](http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aplicacao%20dos%20FRBR%20na%20modelagem%20de%20catalogos%20bibliograficos%20digitais.pdf). Acesso: 14 mar. 2019.

GARRIDO ARILLA, M. R. (1996). **Teoría e história de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis.

GONZÁLEZ, F. E. T. Prueba piloto de implementación del estándar de catalogación RDA en colombia. **Palabra Clave (Argentina)**, v. 6 No 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe018>. Acesso em 22 mai. 2018.

GRÁCIO, José Carlos Abbud. **Metadados para a descrição de recursos da Internet: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade**. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2002. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/gracio_jca_dr_mar.pdf. Acesso em 26 jun. 2019.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso, 2012. 488 p.

GUENTHER, Rebecca. MODS: The Metadata Object Description Schema. **Portal: Libraries and the Academy**, Volume 3, Número 1, janeiro de 2003. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/38558/pdf>. Acesso em 12 set. 2019.

HANFORD, Dana. A Look at How We Got Here: RDA Implementation at Central Connecticut State University. **Journal of Library Metadata**, 02 October 2014, Vol.14(3-4), pp.152-165. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19386389.2014.977725>. Acesso em 11 set. 2019.

HART, A. **Getting ready for RDA**: What you need to know. Library Media Connection, v. 29(2), p. 30–32, 2010. Disponível em: <http://web-b-ebsscohost.ez27.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=94b8ec73-19f0-4883-8412-dab2b94d54f3%40sessionmgr103>. Acesso: 19 jun. 2018.

HITCHENS, Alison ; SYMONS, Ellen. Preparing Catalogers for RDA Training. **Cataloging & Classification Quarterly**, 09 October 2009, Vol.47(8), pp.691-707. Disponível em: https://intra.library.kent.edu/files/Preparing_RDA.pdf. Acesso em 08 out. 2018

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; TEIXEIRA, Marcelo Votto; CORREIO, Michele Marques Baptista. RDA in the authority control of the University of Caxias do

Sul library system. **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 49-67, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3119/pdf>. Acesso em 24 ago. 2019.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf . Acesso: 25 maio 2018.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for subject authority data (FRSAD): a conceptual model**. 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em 28 set. 2019.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for authority data: a conceptual model. Final report. 2009a.** Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2009a.pdf . Acesso em 11 mar. 2016.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Library Reference Model: Conceptual Model for Bibliographic Information**, 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017_rev201712.pdf. Acesso em 29 ago. 2019.

KONINKLIJKE BIBLIOTHEEK/NATIONAL BIBLIOTHEEK VAN NEDERLAND (KB/NBN). **Resource Description and Access (RDA)**, 2020. Disponível em: <https://www.kb.nl/organisatie/onderzoek-expertise/informatie-infrastructuur-diensten-voor-bibliotheken/resource-description-and-access-rda>. Acesso em 04 jul. de 2020.

KUNGLIGA BIBLIOTEKET/NATIONAL LIBRARY OF SWEDEN. **Anvisningar för katalogisering (RDA)**, 2020. Disponível em: <https://www.kb.se/rdakatalogisering/RDA-redaktionen/Presentationer-och-informationsmaterial/>. Acesso em 09 jul. de 2020.

LAMBERT, Frank P.; PANCHYSHYN, Roman S.; McCUTCHEON, Sevim. Resource Description and Access and Ohio Public Libraries. **Public Library Quarterly**, v. 32, p.187–203, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01616846.2013.818497>. Acesso em 21 nov. 2018.

LIBRARY OF CONGRESS. **Bibliographic framework as a Web of data: Linked Data Model and supporting services**. Washington, 2012. Disponível em: <http://www.loc.gov/bibframe/pdf/MARCIId-report-11-21-2012.pdf>. Acesso em 07 fev. 2019.

LONG, Chris Evin. RDA Implementation in Large US Public Libraries. **Library Resources & Technical Services**, 2018, Vol.62(3), p.98(16). Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8950/14fd38ae0aa46214953474391b4fcef31727.pdf> Acesso em 08 out. 2018.

LUO, C.; ZHAO, D; QI, D. China's Road to RDA. **Cataloging & Classification Quarterly**, 52 (6-7), 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2014.917446>. Acesso em 08 out. 2018.

MACHADO, R. B. **Análise do RDA para teses e dissertações em literatura e cinema**. 2015. 256 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2121/raquel_bernadete_machado.pdf Acesso em 30 ago. 2019.

MANSOR, Yushiana; RAMDZAN, Emilia. RDA perceptions among Malaysian catalogers. **Library Review**, vol. 63, n. 3, p.176-188, 2014. Disponível: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/LR-06-2013-0085>. Acesso em 11 junho 2018.

MARÇAL, Leonardo. **Conhecendo o MARC 21**. Brasília: UNB, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leonardo_MARCa12/publication/320191201_Introducao_ao_MARC_21/links/59d3f05eaca2721f436ce40e/Introducao-ao-MARC-21.pdf. Acesso em 11 mar. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Metada Object Description (MODS): history. 2018. Disponível em: <http://www.loc.gov/standards/mods/>. Acesso em 26 maio 2018.

MATHEUS, Carlos Eduardo Meirelles. Filosofia da pesquisa. In: PEERDIGÃO, Dulce Mantella; HERLINER, Maximiliano; WHITE, Oriana Monarca. **Teória e Prática da Pesquisa Aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 02-12

MELO, M. A. F. **Contribuições das abordagens positivista e pragmática do estudo do conceito para o modelo conceitual FRASAD**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16160>. Acesso em 27 ago. 2019.

MERING, Margaret. **The RDA workbook: learning the basic of Resource Description and Access**. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução a catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

MILES, Matthew B.; HUBERMAM, A. Michael. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook**. 2. ed. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MODESTO, Fernando. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO de BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2007. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/09/2007panoramacatalogacao.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.

MODESTO, Fernando. **Se a RDA é agnóstica, será o catalogador ateu?**. 2013. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=738. Acesso em 31 ago. 2019.

MODESTO, Fernando. **A cara da biblioteca na próxima geração do OPAC**. Nov. 2010. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=564. Acesso em 30 ago. 2019.

MORILLO CARELO, Maria Jesús; GÓMEZ PRADA, Roberta. RDA, Resource Description & Access: estratégias de implementación em países europeos. **Boletín ANABAD**, Madrid, V. 65, n. 2, p. 185-208, abr. 2015. Disponível em: <https://www.anabad.org/2015-num-2-abril-junio-boletin-de-anabad/>. Acesso em 19 jun. 2018.

MORRIS, Susan R.; WIGGINS, Beacher. Implementing RDA at the Library of Congress. **JLIS.it**, Italian Journal of Library and Information Science, 2016, Vol.7 (2), p.199 (30). Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/11824/10921>. Acesso em 11 set. 2019.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA (NLA). **Australia Committee on Cataloguing (ACOC)**, 2019. Disponível em: <https://www.nla.gov.au/content/resource-description-and-access>. Acesso em 29 nov. 2018.

NATIONAL LIBRARY OF FINLAND. **Kuvailusääntöpalvelu: tapahtumat ja koulutukset**, c2016. Disponível em: <https://www.kivi.fi/display/Kuvailusaantopalvelu/Tapahtumat+ja+koulutukset>. Acesso em 10 jul. de 2020.

OGUNTAYO, Sunday. A.; ADELEKE, Akinniyi A. Awareness, knowledge and implementation of RDA in Academic Libraries in Nigeria. In: **Cataloguing, Classification and Indexing Section of Nigerian Library Association**, 23-28th, October 2016, Calabar, Cross River State Nigeria. Disponível em: <https://eprints.lmu.edu.ng/626/>. Acesso em 21 nov. 2018

OLIVER, Chris. **FRBR and RDA: advances in resource description for multiple format resources**, 2009. Disponível em: www.collectionscanada.gc.ca/obj/005002/f2/005002-2200-e.pdf . Acesso em 19 jun. 2018.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

ONI, Osaheni; OSHIOTSE, John Odion; ABUBAKAR, Tawaletu G. Cataloguers' Awareness and Perception of Resource Description and Access RDA Rules for Cataloguing Practice in Some Selected Libraries in Bauchi State of Nigeria. **Webology**, 1 June 2018, Vol.15(1), p.108-120 Disponível em: <http://www.webology.org/2018/v15n1/a168.pdf>. Acesso em 21 nov. 2018

PARK, Jung-ran; TOSAKA, Yuji. RDA: training and Continuing Education Needs in Academic Libraries. **Journal of Education for Library and Information Science**, Seattle, v. 55, nº 01, p. 03-25, jan. 2014. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1074293>. Acesso em 19 junho 2018.

PARK, Jung-ran; TOSAKA, Yuji. RDA Implementation and Training Issues across United States Academic Libraries: An In-Depth E-Mail Interview Study. **Journal of Education for Library and Information Science**, Seattle, v. 56, nº 3, p. 252-266, jun. 2015. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1074659.pdf>. Acesso em 19 junho 2018.

PAZOOKI, F.; ZEINOLABEDINI, M.H.; ARASTOOPoor, S. RDA Implementation Issues in the Iranian National Bibliography: An Analysis of Bibliographic Records. **Cataloging & Classification Quarterly**, 52 (6-7), 2014, pp.621-639. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2014.945022>. Acesso em 19 junho 2018.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RDA Steering Committee (RSC). **News and Announcements**. 2019. Disponível em: <http://rda-rsc.org/news>. Acesso em 31 ago. 2019.

RDA Toolkit. Chicago: ALA Editions, 2016. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em 16 maio 2018.

RDA-FRBR Mapping. 2009. Disponível em <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/5rda-rdafrbrmappingrev3.pdf>. Acesso em 03 set. 2019.

RIVA, Pat; ŽUMER, Maja (2015) **Introducing the FRBR Library Reference Model**. Paper presented at: IFLA WLIC 2015 - Cape Town, South Africa in Session 207 - Cataloguing. Disponível em: <http://library.ifla.org/1084/1/207-riva-en.pdf>. Acesso em 27 ago. 2019.

ROCHA, Rafael Port da. Metadados, Web Semântica, Categorização Automática: combinando esforços humanos e computacionais para a descoberta e uso dos recursos da web. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 109-121, jan./ jun. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/86/1127>. Acesso em 25 maio 2018.

SANDERSON, Rob. **Analysis of the BIBFRAME ontology for Linked Data Best Practices**, 2015. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1dly-FgQsH67Ay0T0O0ulhyRiKjpf_I0AVQ9v8FLmPNo/edit#heading=h.310o1a8282cm. Acesso em 14 fev. 2019.

SANTOS, Yhna Therese P. A Report on the status of resource description and access (RDA) implementation in Philippine Academic Libraries. **Journal of Philippine Librarianship**, UP Diliman, Quezon City 1101, Metro Manila, v. 36, p. 15-25, 2016. Disponível em: <https://journals.upd.edu.ph/index.php/jpl/article/view/5943/5305>. Acesso em 21 mai. 2018

SCHREUR, Philip. **The Evolution of BIBFRAME: from MARC Surrogate to Web Conformant Data Model**, 2018. Disponível em: <http://library.ifla.org/2202/1/141-schreur-en.pdf>. Acesso em 14 fev. 2019.

SERRA, Liliana Giusti. **O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças?** IX EIC - Encontro Internacional de Catalogadores e II Enacat - Encontro Nacional de Catalogadores, 2013. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/viewFile/13/13> Acesso em 30 ago. 2019.

SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos. **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia: Volume 1**. São Paulo: ECA/USP, 2016.

SILVA, Renata Eleuterio; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR): considerações sobre o modelo e sua implementabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 116-129, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/214/231>. Acesso: 31 ago. 2019.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira; SERRA, Liliana Giusti; CASSARES, Norma Cianflone Cassares; VALENCIA, Maria Cristina Palhares. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **Revista CRB-8 Digital**. São Paulo, v.1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2012/02/conceituacao-aplicacao-padrao-rda.pdf>. Acesso em 03 set. 2019.

SILVA, José Fernando Modesto da; SERRA, Liliana Giusti. A Implantação da RDA em Biblioteca: identificando procedimentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 6. Fortaleza. **Anais do CBBB**. Fortaleza. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1917>. Acesso em 14 maio 2018.

SILVA, Luciana Cândia; BAPTISTA, Dulce Maria. Entre a teoria e a prática do ensino MARC 21: a metodologia da universidade federal de Goiás. In: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES; II ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, Rio de Janeiro, 2013. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/view/61/32>. Acesso em 12 mar. 2019.

SIMIONATO, A. C. **Representação, acesso, uso e reuso da imagem digital**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e

Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93646/simionato_ac_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 26 maio 2018.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurmar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a10.pdf>. Acesso em 14 jan. 2019.

SOUZA, M. I. F.; ALVES, M. D. R. Representação descritiva e temática de recursos de informação no sistema agência Embrapa: uso do padrão Dublin Core. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 190-205, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1983/2104>. Acesso em 12 set. 2019.

STANECK, José Luiz Barroso. **O uso do padrão “Metadata Object Description Schema” (MODS) na descrição de recursos musicais**: aplicação a um conjunto de partituras de Francisco Mignone. 2007. Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11859>. Acesso em 03 abr. 2018.

TILLET, B. B. **What is FRBR?** A Conceptual Model for the Bibliographic Universe. Library of Congress, Cataloging Distribution Service, 2004. Disponível em: <http://www.loc.gov/cds/downloads/FRBR.PDF>. Acesso em 31 ago. 2019.

TILLET, B. B. **Visão geral do esboço da declaração dos princípios de catalogação**. 2007. Disponível em: <https://biblis2011.files.wordpress.com/2013/08/esboc3a7o-dos-princc3adpios-de-paris-barbara-tillett.pdf>. Acesso em 31 ago. 2019.

UBIERNA, A. Q. Implementación de las RDA en Chile: pasado, presente y futuro... **Palabra Clave (Argentina)**, v. 6 No 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe017>. Acesso em 22 mai. 2018.

United States RDA Test Coordinating Committee. **Report and recommendations of the United States RDA Test Coordinating Committee**. 2011. Disponível em: <https://www.loc.gov/aba/rda/source/rdatesting-finalreport-20june2011.pdf>. Acesso em 19 jun. 2018.

Universidade Federal de Minas Gerais. **Sistema de Bibliotecas da UFMG**. 2019. Disponível em: <https://cerrado.bu.ufmg.br/bu/index.php/sobre-o-sistema/historico>. Acesso em 12 mar. 2019.

Universidade Federal de Minas Gerais. **Sistema de Bibliotecas da UFMG**. 2019a. Disponível em: <https://cerrado.bu.ufmg.br/bu/index.php/sobre-o-sistema/estrutura>. Acesso em 12 mar. 2019.

Universidade Federal de Minas Gerais. **Sistema de Bibliotecas da UFMG**. 2019b. Disponível em: <https://cerrado.bu.ufmg.br/bu/index.php/orientacoes-bu>. Acesso em 12 mar. 2019.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VIEIRA, Ronaldo da Mota. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

VETER, Silvana Maria de Jesus. Recurso, descrição e acesso, em tempos de catálogos online: lançando um olhar para as tendências de pesquisa. In: Seminário de Ciência da Informação. Londrina. **Portal de Eventos Acadêmico-Científicos do CIN/UEL**. Londrina. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/288/193>. Acesso em 15 maio 2018.

APÊNDICE A – LISTA DE QUESTÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DA RDA (Resource Description and Access)

Essa lista de questões é parte da dissertação sobre o estado atual de percepção, familiaridade, implementação e preferências de treinamento da RDA em bibliotecas de Universidades Federais do Estado de Minas Gerais. Este estudo é realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob responsabilidade da Prof.^a. Dr.^a Cíntia de Azevedo Lourenço, e do mestrando Paulo Marcelo Carvalho Holanda. Estudos anteriores apontam para a importância de se medir o conhecimento do estado atual da RDA com o objetivo de produzir uma compreensão mais profunda das visões dos profissionais e preparação das bibliotecas para a sua implementação. Por falta de estudos que apontem essa atual realidade em bibliotecas no Brasil, faz-se necessário, o entendimento dessa realidade como base para estudos futuros, sendo por isso, imprescindível a cooperação dos respondentes, devida a importância do assunto na atualidade e das mudanças advindas dele. Propõe-se um questionário semiestruturado com um espaço para comentários ao final de cada pergunta. A população da pesquisa se aos catalogadores das Bibliotecas das unidades da Universidade Federal de Minas Gerais.

Os blocos temáticos 1, 2 e 3 serão respondidos de acordo com a escala “likert”⁵⁷ proposta. Portanto, nas perguntas a seguir, assinale a alternativa que melhor representa sua opinião.

Muito obrigado (a) pela sua colaboração.

⁵⁷ **Escala Likert:** escala utilizada em questionários para medir as atitudes e conhecimento do grau de conformidade de entrevistados com afirmações propostas. Oferece uma variedade de opções de resposta que vão de uma extremidade a outra. Ex: “Extremamente provável” a “Nada provável”.

Questões Iniciais:	
1. Você exerce apenas a função de catalogador?	
() Sim () Não	
2. Quantos anos de experiência você tem como catalogador?	
() Até 2 anos () de 3 a 5 anos () de 6 a 9 anos	
() de 10 a 12 anos () de 13 a 15 anos () de 16 a 19 anos	
() mais de 20 anos () outros (especifique) _____	
3. O que é esse tal de RDA?	
4. Por quais fontes você teve conhecimento da RDA? (Marque quantas julgar necessário)	
() E-mails () Blogs () Mídias Sociais () Livros	
() Eventos científicos: Conferências, Workshops, Seminários, etc... () Artigos	
() Através de amigos (acadêmicos e Profissionais) e () Através de estudos e pesquisas	
() Grupos de discussão online () Outro(as) _____	

Bloco 1. “Impressão geral da Norma RDA”

Escala Likert proposta:

1. Não Compreende / 2. Compreende pouco / 3. Não sei opinar / 4. Compreende / 5. Compreende plenamente

1. A RDA substitui a AACR2R, é projetada para o ambiente digital e possui escopo mais abrangente.				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				
2. Os modelos FRBR's fornecem a estrutura conceitual para o RDA.				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				
3. Os dados de RDA podem ser codificados usando o MARC21 e outras esquemas de codificação. .				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				
4. A RDA é um conjunto de instruções ou regras para descrever todos os tipos de recursos.				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				
5. A catalogação sofrerá modificações nos campos MARC21 de acordo com a norma RDA.				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				

Bloco 2. “Tópicos de mudança da RDA”*Escala Likert proposta:*1. *Nem um pouco familiarizado* / 2. *Um pouco familiarizado* / 3. *Não sei opinar* / 4. *Familiarizado* / 5. *Muito familiarizado*

1. Conjunto de elementos essenciais da RDA.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

2. Transcrição RDA versus registro AACR2R .

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

3. Abreviações e terminologias latinas no AACR2R e na RDA.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentários:

4. Regras de três da AACR2R para a RDA.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

5. Substituição do campo 260 do MARC 21 para o campo 264.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

6. Designadores de relacionamento.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

7. Substituição da DGM pelos três elementos do RDA: conteúdo, mídia e tipos de suporte.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

Bloco 3. “Preparação para implementação da RDA”*Escala Likert proposta:*1. *Nem um pouco consciente* / 2. *Um pouco consciente* / 3. *Não sei opinar* / 4. *Consciente* / 5. *Muito consciente*

1. Pretensão ou preparação da sua biblioteca para implementar a RDA.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

2. Grupo de discussão sobre a RDA em sua biblioteca ou na rede de bibliotecas.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

3. Exemplos de registros de RDA podem ser encontrados em várias fontes de informação

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

Comentário (s): _____

4. Possíveis atualizações no sistema para otimizar as mudanças de RDA.				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				
5. Acesso às instruções através da Ferramenta RDA Toolkit.				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				
6. Membros envolvidos na implementação da RDA.				
1. ()	2. ()	3. ()	4. ()	5. ()
Comentário (s): _____				

Bloco 4. “Preferência de tópicos para treinamento do RDA”

<p>1. Programas e métodos preferidos para treinamento (selecione até 2 alternativas de acordo com sua preferência):</p> <p>() Webinars e outras sessões de treinamento on-line;</p> <p>() Workshops realizados na sua instituição;</p> <p>() Treinamento (presencial);</p> <p>() Treinamento (EAD);</p> <p>() Treinamento (semipresencial);</p> <p>() Cursos Preparatórios.</p> <p>() Outro _____</p> <p>Comentário (s): _____</p>
<p>2. Indique até 3 tópicos de preferência de conteúdo para treinamento.</p> <p>Antecedentes do desenvolvimento da RDA: modelos conceituais (FRBR, FRAD e FRISAD).</p> <p>Visão geral da RDA.</p> <p>Instruções RDA versus AACR2R: o que mudou.</p> <p>Descrição do recurso em termos de entidades, atributos e relacionamentos.</p> <p>Políticas de catalogação para implementação da RDA.</p> <p>Substituindo o DGM por três novos elementos RDA.</p> <p>Usando o RDA com outros padrões de metadados.</p> <p>Uso do RDA Toolkit.</p> <p>A relação entre o formato MARC 21 e RDA.</p> <p>Outros _____</p>

APÊNDICE B – E-MAIL DE CONVITE PARA A ENTREVISTA

The image shows a screenshot of a Gmail email. The interface includes a search bar at the top with the text 'insent', a navigation bar with icons for back, forward, and other actions, and a sidebar on the left with various icons. The email is from Paulo Holanda (p.holanda515@gmail.com) to 'para bib'. The subject is 'Pesquisa Mestrado'. The email content is as follows:

Boa tarde.

Sou mestrando do curso do Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do conhecimento (PPGGOC) da ECI/UFMG, e minha dissertação esta voltada para a Percepção dos catalogadores sobre a RDA para implementação nas bibliotecas da UFMG. Estou na fase de coleta de dados pré-teste e gostaria muito da participação da sua biblioteca na pesquisa. Por isso gostaria de ver a possibilidade da participação de **um catalogador** da sua unidade para a entrevista. No caso como a unidade é fora do Campus, poderíamos agendar a entrevista presencial (de preferência) ou via Skype de acordo com o dia e horário disponibilizado por vocês, de preferência o mais breve, se possível. Espero ansioso a sua resposta para envio para envio do Termo de consentimento livre e esclarecido. A lista de questões sera enviada no momento da entrevista para facilitar a visualização para o entrevistado **de acordo com e-mail fornecido.**

Disponibilidade: Dia 01/11 - Somente a tarde
Dia 04/11 - Somente a tarde
Dias 6/11, 7/11, 8/11 - manhã e tarde.

Atenciosamente,

Paulo Marcelo C. Holanda
Mestrando em CI/UFMG

At the bottom of the email, there are two buttons: 'Responder' and 'Encaminhar'. The Gmail interface also shows a 'Nen bate-rec Inicie' notification in the bottom left corner.